FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.711 SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2024 R$ 6,90

Sob Lula 3, classe A deve obter maior alta de renda

O Brasil não repetirá nos próximos anos a forte migração de pessoas da classe D/E para a C dos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2010.

Segundo projeções da consultoria Tendências, serão a classe A e, em menor grau, a B as mais favorecidas numa conjuntura de juro alto, baixo dinamismo da economia e Orçamento limitado. Mercado p.1

Brasil quer ação integrada de FMI e banco multilateral

A principal contribuição do Brasil para a proposta de reforma das instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, é a integração das organizações para que atuem de forma sistêmica e coordenada. Mercado p.2

Quase um século depois de fundado, o bairro de Marsilac, no extremo-sul da capital paulista, sofre com precariedade no transporte e na saúde Karime Xavier/Folhapress

Lei orçamentária prevê mínimo de R$ 1.502 em 2025

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) projeta um salário mínimo de R$ 1.502 no ano que vem. O dado baliza as contas do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, que será enviado ao Congresso Nacional hoje. Mercado p.2

Cotidiano B1

Marsilac invisível

O distrito mais afastado de São Paulo segue esquecido aos 90 anos. Região situada a 52 km da praça da Sé tem problemas de acesso a saúde, transporte, sinal de celular e televisão.

Gabinete de Israel se divide acerca de retaliação ao Irã

EUA pedem comedimento a aliado; embaixador diz que Itamaraty decepciona

No dia seguinte à inédita ofensiva do Irã com drones e mísseis lançados contra Israel, o premiê Binyamin Netanyahu afirmou que conteve o ataque e prometeu vitória.

Seu gabinete de guerra se reuniu para discutir as próximas ações, mas não foram anunciadas novas medidas.

Teerã já alertou Tel Aviv e os Estados Unidos sobre uma "resposta muito maior" se houver qualquer reação.

Autoridades israelenses disseram que o gabinete apoia uma ação de retaliação, mas está dividido em relação à intensidade e o momento ideais para isso.

A ameaça de uma guerra aberta entre os arqui-inimigos do Oriente Médio, com possibilidade de envolvimento americano, deixou a região em alerta. Washington declarou que não busca um conflito com o Irã, mas que não hesitará em proteger suas forças e Israel.

O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, disse à **Folha** que é decepcionante que o Itamaraty não tenha condenado diretamente o Irã. Mundo A10 e A11

Ataque foi coreografado entre EUA e Irã por canais ocultos, diz analista A11

ENTREVISTA DA 2ª

Stuart Russell

Nada impede a criação de IA que nos destruirá

Professor da Universidade da Califórnia e autor do livro "Inteligência Artificial a Nosso Favor", Stuart Russell defende controle sobre sistemas antes que seja tarde. "Temos de resolver o problema do controle antes de criarmos a AGI (inteligência artificial geral)", afirma. A12

Mercado p.4

Museu ensaia futuro com energia limpa, luminária solar e fogão a hidrogênio

Eclipse solar total em Pittsburg (EUA) Li Rui -9.abr.2024/Xinhua

Ciência B5

Nos próximos quatro anos, haverá três chances de ver um eclipse solar total

Esporte B7

À frente do Bologna, Thiago Motta vai de piada a técnico cobiçado na Itália

Pedaços de um míssil iraniano recolhidos em um caminhão na região de Arad, em Israel Sergey Ponomarev/The New York Times

Ronaldo Lemos

É preciso separar crianças do celular

Pais ficam encantados ao ver filhos com menos de 2 anos mexendo no celular. Para o psicólogo Jonathan Haidt, eles deveriam ficar horrorizados. Há uma epidemia de problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes. Mercado p.12

EDITORIAIS A2

Fragilidade da regra fiscal fica mais evidente

Sobre manobra orçamentária e projeções de descumprimento das metas sem controle de despesas.

Equador sem limites

A respeito de invasão da embaixada do México.

Gestão Lula corta verba de Abin, Defesa e PF e gera insatisfações

Política A4

ISSN 1414-5723

9 771414 572025 34711

ATMOSFERA

São Paulo hoje

28º 21º

0h 6h 12h 18h 24h

Tarcísio escolhe 3º da lista tríplice para Ministério Público

O governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), escolheu Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, 63, para chefiar o Ministério Público paulista. Próximo a Gilberto Kassab (PSD), ele foi terceiro na eleição interna. Política A6

TV Cultura teme que governo de SP afete sua autonomia

Às vésperas dos 55 anos, a TV Cultura, principal emissora pública do país, enfrenta uma investida do governo Tarcísio de Freitas, do Republicanos, e de deputados aliados na Assembleia Legislativa de São Paulo, além da pressão de uma CPI.

O discurso é de redução de gastos e aumento da eficiência da Fundação Padre Anchieta, que administra a TV. Nos bastidores, há uma série de crises entre a fundação e o governo, incomodado com a independência da programação. Ilustrada C1

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Fragilidade da regra fiscal fica mais evidente

Com manobra orçamentária e projeções de descumprimento das metas nos próximos anos, escancara-se que alta do gasto é insustentável

À custa de sua própria credibilidade, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) patrocinou uma manobra para ampliar o limite de gastos do Orçamento em R$ 15,7 bilhões neste ano. A mudança —que só deveria ocorrer em maio, a depender da alta da arrecadação— foi incluída num outro projeto e aprovada pela Câmara sem alarde.

Com isso, fica menos provável o contingenciamento de gastos para atingir a já pouquíssimo crível meta de zerar o déficit das contas federais neste ano.

Também ficam preservadas as emendas parlamentares a poucos meses das eleições municipais, sem dúvida um dos motivos para a colaboração dos congressistas para a alteração casuística.

É verdade que o aumento do limite de gastos era esperado, mas a facilidade com que se mudam as regras é evidência da baixa disposição para ajustar as contas.

Integrantes do Ministério da Fazenda minimizam a importância da alteração e argumentam que a espinha dorsal da regra fiscal está preservada. Referem-se ao limite para as despesas, que só podem ser ampliadas em 70% da expansão das receitas a partir deste ano —recorde-se que, em 2023, os desembolsos subiram exorbitantes 12,5% acima da inflação.

Não será fácil para o Planalto cumprir os compromissos assumidos. Já está claro, por exemplo, que nas próprias projeções da Fazenda a perspectiva de mais arrecadação se esvazia e que sem contenção de gastos não será possível restaurar saldos positivos nas contas em 2025 e 2026.

Pior, também está à vista de todos que o novo regime fiscal é inconsistente por não conter a expansão contínua dos pagamentos obrigatórios, que perfazem cerca de 90% do Orçamento da União.

Não basta, como se faz na lei complementar que baliza o regime, fixar limites máximos para a despesa total enquanto desembolsos com Previdência e assistência social, benefícios trabalhistas, educação e saúde seguem regras próprias que garantem correção maior.

Sem alterar tais critérios, o que depende de um amplo conjunto de medidas corajosas, o resultado inevitável é o progressivo encolhimento dos recursos necessários para obras de infraestrutura e o custeio da máquina pública.

Reformas como a desvinculação entre benefícios previdenciários e o salário mínimo e mudanças nos critérios de correção das despesas em saúde e educação são necessárias, mas impensáveis para o governo petista.

Talvez ainda não esteja claro para Lula, mas a opção apenas por mais gastos não se sustenta e, se mantida, ameaça resultar em degradação da economia nos dois anos finais de seu atual mandato.

Equador sem limites

Presidente precisa pacificar o país em vez de violar direito internacional com invasão de embaixada

Desde 2019, o cenário político do Equador é marcado por protestos, dois processos de impeachment, dissolução do Parlamento, um candidato à Presidência assassinado e estado de exceção.

Esperava-se que o presidente Daniel Noboa, liberal eleito em outubro do ano passado, ao menos se esforçasse para acalmar os ânimos. Mas, em 5 de abril, resolveu mandar às favas princípios básicos da diplomacia ao permitir a invasão da embaixada do México, em Quito, por suas forças de segurança.

Agentes encapuzados invadiram o prédio e prenderam o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, que lá estava refugiado desde dezembro de 2023 após ser condenado por um caso de corrupção.

Segundo a Convenção de Viena, assinada pelo Equador em 1961, prédios de missões diplomáticas são imunes a buscas e apreensões.

A desculpa dada pelo governo Noboa para violar o direito internacional foi um mero pronunciamento do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador.

AMLO, como é conhecido, havia dito que o assassinato de Fernando Villavicencio, candidato de centro-direita no pleito presidencial de 2023, havia aberto caminho para a vitória de Noboa.

Na quinta (11), o México entrou com representação na Corte Internacional de Justiça, solicitando a suspensão do país andino da ONU até que um pedido público oficial de desculpas seja emitido.

Com exceção de Equador e El Salvador, todas as nações da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenaram a invasão da embaixada; a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe deve seguir o mesmo caminho.

Noboa chegou ao poder em meio a um caos político, por eleição decretada após a dissolução do Parlamento pelo ex-presidente Guillermo Lasso. A sociedade vive uma escalada de violência gerada pela expansão do narcotráfico.

O presidente deveria buscar, portanto, pacificar o país e proteger as instituições democráticas. Violar regras diplomáticas, a partir de motivação político-partidária rasteira, e tornar-se pária internacional em nada contribui para melhorar a vida dos equatorianos.

A esquerda que apoia censura

Lygia Maria

"Se você nunca pensou em dinamitar um porta-aviões, mandar pelos ares paióis de munição ou metralhar o palácio do governo, cuidado! Você pode vir a ser preso a qualquer instante". Assim começa o artigo da revista Pif Paf, publicada por Millôr Fernandes em 1964, sobre a prisão do cartunista Claudius pelas forças de segurança da ditadura militar.

Mas, então, qual seria o motivo da detenção? Aí o texto escancara o aspecto surrealista dos regimes autoritários: "Nem você nem eles sabem por que você foi preso".

Por isso uma das bases do Estado democrático de Direito é a transparência das decisões judiciais, que garante o direito ao contraditório exigido pelo devido processo legal.

O cidadão precisa saber por que é investigado ou punido. A razão é evidente: evitar abusos de autoridade. É vital proteger o indivíduo do poder de polícia estatal.

Esse princípio, contudo, tem sido infringido por decisões do STF, muitas delas monocráticas, em casos envolvendo liberdade de expressão —notadamente aqueles sob comando do ministro Alexandre de Moraes.

Não se sabe quantas contas das redes sociais foram bloqueadas nem a justificativa para tal censura. Sim, censura: remover conteúdo criminoso já publicado é diferente de proibir alguém de publicar. E numa democracia digna do nome, ninguém pode ser proibido de escrever ou falar.

À falta de transparência nas decisões soma-se a precariedade na caracterização dos crimes. Punir palavras que promovam "ataque à democracia", por exemplo, é de uma vaguidão descomunal.

Não é preciso gostar de Elon Musk para perceber que há algo de muito errado na forma como STF, TSE e Moraes têm lidado com a liberdade de expressão nos últimos anos.

Também não é preciso ser bolsonarista para criticar as cortes. A esquerda democrática, como a da Pif Paf, sempre apontou abusos do Poder Judiciário e defendeu a liberdade de expressão, mas parece que agora resolveu vilipendiar sua história por motivação partidária rasteira.

Educação antirracista é fundamental

Ana Cristina Rosa

A inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e privadas do país é obrigatória (Lei 10.639) há 21 anos. Uma das finalidades é desmistificar a construção social que resumiu os negros à condição de descendentes de "escravos".

Há 21 anos, a lei é desrespeitada. A maioria das instituições limita-se a promover alguma atividade sobre o Dia da Consciência Negra. Isso torna ineficaz uma iniciativa que poderia representar um enorme avanço do antirracismo num país onde o racismo é institucional e foi naturalizado. De tal maneira que há séculos pretos e pardos se encontram em permanente desvantagem.

O papel da escola é fundamental para enfrentar o racismo. Pode inibir a reprodução de crenças preconceituosas e opressivas, e evitar situações como a que ocorreu num dos colégios mais caros de Brasília, o Galois, onde alunos de uma escola franciscana foram hostilizados com gritos de "macaco", "pobrinho" e "filho de empregada".

Dependendo das circunstâncias, entendo que o conceito de pobreza pode ser relativizado. "Pobrinho" é aquele que vê demérito em quem não é rico, que menospreza "filho de empregada" e entende a humanidade como privilégio branco ao chamar uma pessoa negra de "macaco".

Fico me perguntando o que o Galois está fazendo (além de "investigar internamente" e "lamentar" o comportamento de seus alunos) para prevenir casos de discriminação. O que pratica em termos de educação antirracista?

Alguém perguntou aos estudantes a respeito das razões além da genética que levam um jovem a ser franzino? Será que disseram aos "bem-nascidos" que pobreza não é defeito, mas a miséria impede o desenvolvimento de um corpo 'sarado' à base de orientação nutricional, whey protein e personal trainer?

Assim como dinheiro não garante civilidade, o racismo não irá se desconstruir sozinho. E o convívio e o respeito às diferenças precisam ser ensinados também na escola.

O futebol fala pedantês

Ruy Castro

Há anos eu esperava por isto: uma voz autorizada protestando contra o pedantês que hoje assola técnicos, jogadores e imprensa ao falar de futebol. A voz que há pouco se levantou não podia ser mais autorizada: a de Tostão, cuja passagem do gramado para a folha de papel foi imperceptível —escreve com as mesmas sobriedade, eficiência e visão de jogo de quando era parceiro de ataque de Pelé na seleção.

Pois Tostão se incomoda com essa história de "marcação baixa", para definir a antiga retranca, e "marcação alta", a velha marcação por pressão. Também não lhe cai bem não haver mais pontas, direito e esquerdo, mas "extremos", os quais, em titês arcaico (precursor do atual pedantês), podem ser "desestruturantes". Ou seja, grandes dribladores. Garrincha, pela nova nomenclatura, seria um "extremo desestruturante" —mas não lhe perguntassem, porque ele não saberia que era isso.

A Tostão, como a mim, incomoda a nova formatação do campo. Ele não se divide mais em dois, o da defesa e o do ataque, mas em três. O mais cotado é o "último terço", o da grande área e adjacências, feudo dos ex-centro-avantes e pontas-de-lança, hoje chamados lusitanamente de "avançados". É às vezes frequentado pelos atuais "2º" ou "3º volantes", alguns dos quais "pisam na área", o que me soa como esmagarem a pobre grama com as chuteiras.

Outras preciosidades são o chute "na cara da bola", quando pega de cheio, ou "na orelha da bola", quando sai torto. A bola agora "beija a trave", quando bate nela, ou entra "na bochecha da rede". Pode ser mais cafona? E nada supera o jogador "espetado", não por um objeto doloroso e agudo, mas o que fica fixo na frente, e o que "flutua entre linhas", para mim, um viscoso ectoplasma voando baixo sobre o meio do campo.

Eu sei, as coisas mudam. Mas os garotos tenham paciência comigo e com o Tostão, que somos do tempo da bola de couro.

A 'Arte de Furtar'

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

É difícil encontrar um malfeito no monumental "A Arte de Furtar" (1744), de autoria contestada, que não possa ser encontrado na Lava Jato, que completa agora dez anos. Talvez tenha ficado fora apenas o tema da apropriação pela Igreja dos bens dos hereges —no capítulo intitulado "Dos que furtam com unhas bentas".

A nova fase da Lava Jato é de reação e revanche. Quatro desdobramentos recentes são ilustrativos: uma aliança assombrosa entre o PL e o PT, que são os proponentes da ação pela cassação de Moro; as decisões polarizadas no voto dos desembargadores —os nomeados por Lula votando a favor, os demais contra; as decisões diametralmente opostas de cortes internacionais e do STF em relação à Odebrecht: a punição pela Justiça americana de dois filhos do ex-presidente do Panamá, que a Justiça deste país colocou na cadeia, e que reconheceram o recebimento de propinas da empresa, contrastando com anulação de provas no Brasil; e no mesmo caso, a decisão de Dias Toffoli proibindo que delatores da Odebrecht testemunhem no caso do pai (e agora do filho que já cumpriu pena nos EUA).

Há um capítulo do "Arte de Furtar" intitulado "Como os maiores ladrões são os que tem por ofício livrar-nos, dos mesmos ladrões", que chama a atenção para o potencial de abuso de agentes investidos de autoridade. O caso aberrante da semana é o dos irmãos Brazão: um é conselheiro do Tribunal de Contas; outro, deputado federal. Quando os tribunais, MP etc. passam a ser percebidos como tendo uma lógica essencialmente arbitrária o problema muda de patamar. Aqui o cenário será o descrito em a "Arte de Furtar", cap. 5º. "Dos que são ladrões sem deixarem que outros o sejam".

É difícil prever qual será o impacto deste estado de coisas. O sentimento público de indignação é crescente, legitimando narrativas antissistema. A mais rigorosa pesquisa sobre o impacto da Mãos Limpas, na Itália, fornece perspectivas menos sombrias, malgrado ter havido também naquele país uma reação brutal do sistema. A probabilidade de políticos envolvidos em corrupção serem reeleitos diminuiu 50 pontos percentuais porque os líderes partidários excluem os envolvidos das listas eleitorais (fechadas) porque anteciparam o impacto negativo dos escândalos. Ao contrário dos eleitores que relutam em punir corruptos devido a laços clientelísticos, ideológicos, e identidades compartilhadas, os líderes partidários querem maximizar votos. Ganham punindo.

De forma semelhante, temendo o impacto eleitoral do seu voto muitos deputados votaram a favor da manutenção da prisão de Brazão. Outros se colocaram em seu lugar, e votaram contra, mas foram minoria. Luz no fim do túnel? Difícil ser otimista.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Preocupante, reforma do Código Civil pode trazer insegurança e litigiosidade

Grassam imprecisões e contradições na proposta, elaborada a toque de caixa

As mudanças no Código Civil de 2002, por comissão instituída pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm sido apresentadas como mera reforma, a atingir, basicamente, o direito de família e o "direito digital". Todavia, não é o que ocorre. Esse é um fato preocupante, uma vez que o Código Civil é a lei que mais afeta a sociedade: regula a vida de pessoas e empresas do início até após seu fim, englobando a regulamentação de contratos, propriedade, famílias e sucessões.

A ler-se as incontáveis páginas do anteprojeto feito em velocidade incompatível com o tempo de reflexão que obra dessa natureza exige, contam-se quase mil mudanças, mais do que ocorreu quando o Código Civil de 1916, que perdurou por 86 anos, foi substituído pelo atual. A alteração é profunda: uma verdadeira revolução nas bases técnicas de um Código que tem apenas 20 anos. Ajustes pontuais são necessários? Sim, e alguns estão sendo propostos, cabendo destacar esforços nesse sentido, o que é muito diferente de mudar quase metade do regramento em seu conteúdo e seu método. Se aprovado o anteprojeto, as modificações na estrutura jurídico-econômica das relações privadas resultarão em grave insegurança jurídica, jogando por terra o trabalho diuturno de construção e consolidação, por juristas e juízes, ao longo de anos.

Na Parte Geral do Código Civil, base para aplicação dos demais artigos, grassam a imprecisão e a contradição. São desmoronados o conceito e as consequências da ilicitude civil, com o recuo de décadas. Atividades de risco permitido, como dirigir um automóvel, podem ser consideradas atividades ilícitas, podendo gerar o dever de indenizar, ao confundir risco com ilicitude e esta com culpa. Igualmente na responsabilidade civil e nos contratos paritários, grassando, aqui, a insegurança, exemplificada —mas não esgotada— nas regras que determinam a nulidade de pleno direito dos pactos privados que "violarem a boa-fé e a função social". Se até hoje não há mínimo consenso sobre o significado da expressão "função social", como não ampliar a insegurança aos contratantes?

Sob a bandeira da proteção do contratante mais fraco, entraves burocráticos, anacronismos e importação de soluções inspiradas em legislações estrangeiras incompatíveis com a nossa surgem com frequência no anteprojeto. Exemplo é a possibilidade de concessão de recompensas a litigantes individuais caso vençam processos contra empresas que atentem contra direitos dos consumidores. Tentativa de enfrentar problema que já conta com diversas respostas efetivas do ordenamento, como agências reguladoras, Procons e ações coletivas. Tais regras, destituídas de toda técnica e positivamente irrazoáveis, levarão ao aumento da litigiosidade, na contramão do esforço de décadas do Poder Judiciário para enfrentar o abarrotamento de processos nos tribunais.

> [...]
> Em matéria de término do casamento, uma multiplicidade de problemas deverá surgir do chamado divórcio unilateral, pela vontade de um dos cônjuges, diretamente no Cartório de Registro Civil. A multiplicidade de problemas que podem surgir aqui é incalculável

Nos direitos extrapatrimoniais, as inovações são tantas, e propostas, modo geral, em linguagem tão estranha à técnica jurídica e à gramática da língua portuguesa que ainda não foi possível compreendê-las integralmente. Exemplo? Tenha-se presente a disciplina da proteção aos animais, inserida no capítulo dedicado a regrar os direitos das pessoas.

No direito de família, propagado como um dos temas em que a reforma se faz mais necessária, boa parte da alegada mudança já existe, decorrente que é da evolução dos estudos e das decisões judiciais das últimas duas décadas. Destaca-se o reconhecimento de direitos a pessoas homoafetivas e de famílias monoparentais, temas de pretensa inovação. Por outro lado, em matéria de término do casamento, uma multiplicidade de problemas deverá surgir do chamado divórcio unilateral, pela vontade de um dos cônjuges, diretamente no Cartório de Registro Civil. A multiplicidade de problemas que podem surgir aqui é incalculável.

Um Código Civil elaborado a toque de caixa, pleno de "novidades" não testadas pela experiência, recheado por conceitos indeterminados e termos estranhos à linguagem jurídica não deverá servir como garantia mínima de previsibilidade nas relações civis. Em caso de aprovação do anteprojeto como está, o aumento da insegurança e da litigiosidade parece ser a única certeza.

Débora Gozzo, professora titular de direito civil e do Doutorado em Ciências do Envelhecimento (USJT); **Fábio Floriano Melo Martins**, presidente do Instituto de Direito Privado (IDiP) e professor do FGV Law; **Judith Martins Costa**, presidente do IEC (Instituto de Estudos Culturalistas) e livre-docente (USP); e **Paulo Doron R. de Araujo**, presidente do Comitê de Responsabilidade Civil da International Bar Association (IBA) e professor da FGV Direito SP

É preciso racionalizar o debate sobre planos de saúde

Conclamamos a sociedade a um diálogo a favor do beneficiário e do sistema

Gustavo Ribeiro
Presidente da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde)

Europa, início do século 17. O regime absolutista regia a vida dos indivíduos, alicerçado na base de dogmas e de imposições. O diálogo entre os grupos sociais era silenciado. As "convicções" barravam o progresso. O Velho Continente estaria fadado ao obscurantismo, não fosse a ciência e um novo contrato social.

Foi no auge do Iluminismo, no século 18, que Jean-Jacques Rousseau trouxe para a teoria a importância da articulação política entre os homens para a fundação de um ente para proteger a coletividade. Assim, cidadãos renunciaram a parte de seus direitos individuais e consentiram em favor desse novo ente resultante de um novo pacto social: o Estado, cuja finalidade é a busca do bem comum. Passados três séculos, resgatar os princípios do Iluminismo será crucial para que o sistema de saúde suplementar continue a operar de forma sustentável no Brasil.

Fortalecer a articulação do setor com os demais agentes sociais em torno de uma agenda propositiva e baseada na ciência é um dos grandes desafios da gestão que assume a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) pelos próximos dois anos. Ao propor um novo pacto, nosso objetivo é o ampliar o acesso à saúde, desafogando e desonerando o SUS e garantindo a sustentabilidade do setor, que hoje responde por cerca de 6% do PIB.

Nos próximos dois anos, será preciso dar mais transparência a pontos nevrálgicos que regem a relação entre os operadores da saúde e a sociedade. Esclarecer que as mensalidades não são determinadas por suposta avidez de lucro, como acredita quem desconhece o negócio. A saúde suplementar não é elitista. Muito ao contrário, aumentar o acesso da população aos planos de saúde é uma das bandeiras do setor. Mas há uma série de fatores que impactam os custos e que se traduzem em reajustes que visam reequilibrar o sistema. Entre os mais significativos, as fraudes e a judicialização indevida.

> [...]
> Nos próximos dois anos, será preciso dar mais transparência a pontos nevrálgicos que regem a relação entre os operadores da saúde e a sociedade. Esclarecer que as mensalidades não são determinadas por suposta avidez de lucro, como acredita quem desconhece o negócio

Essas questões precisam ser mais bem compreendida pelos beneficiários, pelos representantes eleitos e pelos julgadores. A falta de observância de pontos fundamentais dos contratos e da regulação acabam gerando efeito inverso ao pretendido, qual seja, a exclusão de grande número de pessoas do sistema privado e a consequente sobrecarga do sistema público.

Incorporar novas tecnologias no rol de procedimentos dos planos de saúde, por exemplo, tem custos e riscos. Decisões judiciais que determinem a inclusão da cobertura, sem análise do seu impacto e sua efetividade, afeta a todos os beneficiários. Isso acontece porque os planos funcionam na base de financiamento coletivo. O usuário não paga por aquilo que usa, mas pela segurança do sistema, que administra o montante de recursos de modo a atender a quem precisa.

Para lidar com esses desafios, temos de discutir a criação de um modelo de sanções e incentivos capaz de estimular o uso consciente do sistema. O benefício será coletivo; afinal, o Brasil de hoje é inimaginável sem a atuação desse setor, que, ao desafogar o sistema público, contribui para a sustentabilidade dele também.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Sistema anti-aéreo em funcionamento em Israel durante o ataque do Irã Amir Cohen - 14.abr.24/Reuters

Oriente Médio

"Irã inicia ataque a Israel com drones após ameaçar retaliação" (Mundo, 13/4). Nesse conflito que se inicia, não pode haver torcida para o lado A ou B. A escalada do conflito é mais uma prova de que o belicismo de A e de B poderá levar ao agravamento da eterna crise de segurança na região e no mundo.
Luiz Carlos Silva da Cunha (Pouso Alegre, MG)

*

Os iranianos fazem um ataque direto e pedem que não tenha reação? Mais dirigentes políticos que se comportam como líderes de grêmios estudantis.
André Silva de Oliveira (Belém, PA)

*

A teocracia judaica declarou guerra contra a teocracia iraniana ao atacar sua embaixada e o fez porque teme perder apoio dos EUA. Mais uma vez Israel ameaça a paz global em nome de seus interesses mesquinhos e injustos.
Gustavo Souza Machado (Belo Horizonte, MG)

Passado e presente

"Comparar queda de Roma com atual 'crise do Ocidente' é maluquice" (Reinaldo José Lopes, 13/4). A história da vida privada de Roma mostra como esse império era cosmopolita, cheio dos mais variados cultos religiosos, com várias vertentes político-filosóficas, inclusive gregas.
Fabiana Menezes (Belo Horizonte, MG)

Poder Judiciário

"Moraes viola liberdade de expressão e devido processo legal" (Glenn Greenwald, 13/4). Sem provas do que o articulista está dizendo e sem sabermos as fundamentações jurídicas do STF para ter determinado o que o autor disse que determinou fica difícil. São apenas palavras de torcida e nada mais.
Valéria Murad (Campinas, SP)

*

Os que atacam Moraes são os que não percebem que as redes sociais se tornaram um metaverso onde as regras do mundo real parecem não ter validade.
Andre Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Até o Glenn dizendo que o STF (Xandão e sua turma) viola a liberdade de expressão e a Constituição! Os cegos estão diminuindo!
Fernando Martins (Uberaba, MG)

Comunicação pública

"TV Cultura teme investida de Tarcísio de Freitas contra sua independência e pluralismo" (Ilustrada, 13/4). Uma emissora como a TV Cultura é um patrimônio dos paulistas e deve ser preservada.
José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

*

Tudo o que tem o nome de "cultura" no meio causa aversão ao bolsonarismo.
Josefina A Martins (São José dos Campos, SP)

*

TV Cultura e TV Brasil deveriam ser extintas. Os recursos gastos na manutenção dessas empresas deveriam ser redirecionados para fins mais importantes. A TV Brasil serve apenas como cabide de emprego para o governo Lula e para dele fazer proselitismo.
Jorge Rodrigues (Rio de Janeiro, RJ)

Burocracia

"Governo Lula não retomou nenhuma das 3.700 obras de educação paradas" (Cotidiano, 13/4). Educação nunca teve prioridade em nenhum governo. Os políticos sabem que, se melhorarem o nível do ensino, alguns deles serão banidos nas urnas. E é por isto que o ensino brasileiro continua sendo um dos piores do mundo.
Matheus Teodoro Silva Filho (Curitiba, PR)

Justiça

"Família de motorista diz que está indignada após oferta de 1 salário mínimo por dono de Porsche" (Cotidiano, 12/4). Tal atitude confirma que este fato lamentável retrata qual o lugar e o respeito que esta elite tem da classe trabalhadora. Espero que a justiça seja feita. Não é de gorjeta que esta família necessita!
Silvia Regina B. A. Negretti (Taboão da Serra, SP)

*

Alguém que dispõe de um veículo de R$ 1 milhão usado para matar deve ter condições de pagar mais que um salário mínimo.
Fabrício Schweitzer (Florianópolis, SC)

Rebeldes e caretas

"O bom nunca fica velho" (Ruy Castro, 13/4). Tenho amigos americanos que até hoje não acreditam que o original de "A Garota de Ipanema" não é em inglês. Para eles sempre foi "The Girl from Ipanema." Vai entender.
Alexandre Assis (São Paulo, SP)

Liberado

"Corregedor suspende veto a minissaia, cropped e legging no STJ" (Política, 13/4). Tanta coisa importante para pensar e fazer neste país e a cúpula do Judiciário gastando o dinheiro do contribuinte para criar um regulamento ridículo que só serve ao seu senso de auto importância.
Priscila Lago (São Paulo, SP)

Obras públicas

"Pressionado, Nunes veta novos contratos sem licitação na Prefeitura de SP" (Painel, 13/4). A falta de licitação facilita a vida de empresas sem o perfil técnico necessário. Obras são feitas sem uma responsabilidade técnica apropriada, o que leva a projetos deficientes e sem qualidade arquitetônica. Desconsideram o ambiente e a sustentabilidade. Numa UBS na Lapa tinham projetado o acesso das ambulâncias por meio de uma rua que inunda.
Eduardo de Mello (São Paulo, SP)

Operação Fim da Linha

"Conexão do PCC com transporte de São Paulo remonta a perueiros e brigas de décadas" (Cotidiano, 13/4). Que saudades da CMTC. Parem de privatizar tudo. Chega de bancar com dinheiro público o transporte coletivo. Volte, CMTC.
Neli Faria (São Paulo, SP)

Vocabulário amoroso

"Não diga 'eu te amo', diga 'por favor'" (Mariliz Pereira Jorge, 13/4). Parabéns pelo ponto de vista exposto. Pena que a maioria (homens héteros, obviamente) não entendeu. Com essa cegueira (ou será má-fé mesmo?) quem sofre são suas companheiras com tamanha cretinice.
José Renato Simões (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Mais pressão

O governo Lula estuda a criação de um conselho de consumidores, vinculado à estrutura federal, para fiscalizar concessionárias de distribuição de energia. A ideia ganhou impulso no contexto das críticas ao serviço da Enel em São Paulo. O projeto foi discutido em reunião na quarta-feira (10) entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e deputados federais paulistas de esquerda. Um dos participantes foi Guilherme Boulos (PSOL), o que irritou o prefeito Ricardo Nunes (MDB).

ESBOÇO A ideia é criar um órgão oficial com dotação orçamentária própria e participação do Ministério da Justiça e de representantes de consumidores de energia da indústria, comércio, residências e setor rural, entre outros. Os recursos para formação e atuação do conselho poderiam vir das próprias distribuidoras na renovação das concessões.

INFLUENTE A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, diz ter um papel de articuladora e que o presidente Lula (PT) dá a ela total autonomia. "Nós [Janja e o presidente] podemos estar em espaços diferentes e falando a públicos diferentes quando necessário", afirma em entrevista à BBC.

SÉCULO 21 Janja diz que procurou ressignificar o papel de primeira-dama por não ter perfil de anfitriã de eventos de caridade que visita instituições filantrópicas. "É sobre quebrar a caixa na qual as primeiras-damas são forçadas a entrar", disse. "É sobre não ter essa caixa. Ela pode fazer o que quiser."

DIAS MELHORES A 7ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pelo Ministério das Mulheres, já teve a adesão de 64 empresas. O objetivo é estimular iniciativas de promoção da igualdade e de combate às discriminações no mundo corporativo.

PARA NÃO REPETIR A ouvidora nacional dos Direitos Humanos, Luzia Cantal, integra a comitiva que está em Florianópolis para elaborar relatório sobre denúncias de aumento de grupos neonazistas em Santa Catarina. "Os relatos levantados aqui são absolutamente estarrecedores", diz.

EXTRAPOLOU Secretário do Regime Geral da Previdência Social, Adroaldo Portal afirma que não é competência do Conselho Federal de Medicina avaliar políticas adotadas pelo ministério, em referência ao parecer crítico da entidade sobre o sistema de envio online de atestados médicos.

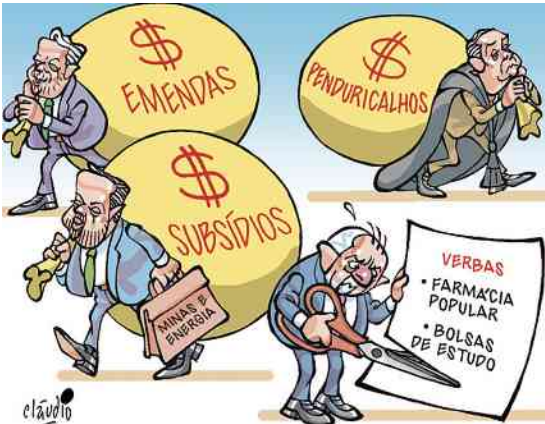
ZERO SURPRESA Para Portal, o parecer está alinhado à política adotada pela atual direção da entidade. "Lembremos dos conhecidos posicionamentos do CFM sobre as vacinas da Covid e a resolução contra aborto de mulheres vítimas de estupro. É inegável que nunca se viu um CFM tão ideologizado como o atual", afirma.

EM ALTA As operações de portabilidade do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas cresceram quase 270% em março na comparação com o mesmo mês de 2023, acompanhando a queda da taxa de juros nesse tipo de crédito no ano passado.

POP Dados da Previdência Social mostram que foram 394.086 contratos transferidos para instituições com juros mais baixos, ante 106.650 no ano passado. Entre as instituições que mais fizeram portabilidade estão Facta Financeira, Banco do Brasil, Banco Agibank e Banco Paraná.

VEM AÍ A inauguração da nova sede do sindicato dos cegonheiros (transportadores de carros) de São Bernardo, na terça-feira (16), reunirá uma plateia eclética. Estarão presentes o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-prefeito, além do atual ocupante do cargo, Orlando Morando (PSDB), e pré-candidatos em outubro.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

O presidente Lula (PT) em evento do governo no Distrito Federal Gabriela Biló - 11.abr.24/Folhapress

Governo Lula corta verba da Defesa, Polícia Federal e Abin e gera insatisfação

Ministério reclama de pior orçamento em 10 anos, com perda de R$ 280 milhões; regras do novo arcabouço fiscal motivaram redução

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Ministério da Defesa está entre as pastas mais atingidas por cortes feitos em 2024 pelo governo Lula (PT) para ajustar o Orçamento às regras do novo arcabouço fiscal.

O órgão perdeu R$ 280 milhões durante o ano e afirma que ficou com o menor volume de recursos em uma década.

"Tal restrição gera fortes impactos no cumprimento de contratos já firmados (alguns com governos e empresas estrangeiras) dos projetos estratégicos da Defesa e também na manutenção e no custeio das diversas organizações militares em todo o território nacional", afirma o ministério.

O governo retirou mais de R$ 4 bilhões em despesas discricionárias de diversos ministérios neste ano. Essa verba não está comprometida com salários e outras obrigações, servindo para custear a estrutura dos ministérios e outros investimentos.

Depois do corte de verbas, a Defesa ficou com R$ 5,7 bilhões disponíveis em verba discricionária, sem contar recursos de emendas parlamentares e do Novo PAC. Em 2014, essa mesma fatia era de R$ 11,5 bilhões, cifra que supera R$ 20 bilhões se for considerada a inflação do período.

A verba obrigatória (como salários e pensões) das Forças Armadas, porém, aumentou em uma década e alcança cerca de R$ 110 bilhões anuais.

No saldo dos cortes feitos em 2024, o Ministério da Fazenda perdeu a maior cifra entre os ministérios, R$ 485 milhões. A redução atingiu verbas de administração das unidades ligadas ao ministério, também para o setor de tecnologia da Secretaria Especial da Receita Federal, entre outras ações.

Em seguida, os ministérios dos Transportes e da Defesa sofreram cortes de cerca de R$ 280 milhões cada um.

A relação com as Forças Armadas é um tema sensível ao governo Lula. Neste ano, o presidente chegou a vetar atos em memória dos 60 anos do golpe de 1964, no momento em que militares são investigados por suposta participação em trama golpista para manter no poder o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A Polícia Federal perdeu R$ 122 milhões com os cortes. Em nota, o órgão afirma que nem sequer foi consultado sobre quais áreas seriam atingidas.

O governo cortou parte dos recursos usados para pagar agentes da PF que trabalham nos períodos de sobreaviso, controle migratório e da manutenção do sistema de passaportes.

Também perderam verba as rubricas sobre "controle e registro de estrangeiros, operações policiais de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, ações de cooperação policial internacional, entre outras atividades de grande relevância para a Polícia Federal", segundo o órgão.

O presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), Luciano Leiro, disse que causou perplexidade a inclusão da PF entre os órgãos alvos de corte "porque a corporação tem sido cada vez mais exigida, seja no combate à criminalidade organizada, aos crimes ambientais, na defesa do Estado democrático de Direito".

"A PF já está na iminência do cancelamento de contratos que abrangem a manutenção de terceirizados que fazem o serviço de imigração e emissão de passaportes", afirmou, em um comunicado.

Em nota, o Ministério do Planejamento afirmou que teve de reduzir despesas porque uma parcela de R$ 32 bilhões do Orçamento estava condicionada à apuração da inflação.

"Como o IPCA veio abaixo do previsto, o valor de fato que pôde ser liberado foi de cerca de R$ 28 bilhões. Esse ajuste é o principal fator que explica a redução, em R$ 4,5 bilhões, da estimativa para a despesa discricionária em 2024, anunciada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre", disse a pasta.

É comum que ações discricionárias sejam cortadas durante o ano para, por exemplo, reforçar gastos obrigatórios, como a folha salarial, a dívida pública ou sentenças judiciais, além de adequar o Orçamento às regras fiscais.

A recomposição desses valores sofre influência do desempenho da economia, arrecadação e queda de gastos obrigatórios, entre outros fatores. Em 2023, a verba discricionária subiu entre o começo e o fim do ano — em 2024, até agora, houve redução.

Os cortes ainda atingiram R$ 17 milhões da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), o equivalente a cerca de 20% da verba discricionária do órgão. A rubrica de "ações de inteligência", usada para bancar serviços de tecnologia da informação do órgão e diárias dos agentes, entre outras atividades, foi a que mais perdeu recursos.

Em nota, a Abin afirma que "tem se mobilizado para conseguir recomposição orçamentária".

O órgão diz ainda que mantém atividades como a instalação de centros de inteligência local para as reuniões do G20 no Brasil, consultoria de segurança para o Concurso Público Nacional Unificado e ações de inteligência para desintrusão em áreas indígenas, além da atuação na Casa de Governo na Terra Indígena Yanomami.

A PF já está na iminência do cancelamento de contratos que abrangem a manutenção de terceirizados que fazem o serviço de imigração e emissão de passaportes

Luciano Leiro
presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal

Cortes no Orçamento

Governo reduziu mais de R$ 4 bilhões em gastos discricionários por regras do novo arcabouço fiscal

Ministério da Fazenda	Pasta perdeu maior volume de recursos (R$ 485,8 milhões)
Ministério da Defesa	Teve R$ 280 milhões cortados. Em nota, diz que verba disponível é a menor em 10 anos e cita 'forte impacto'
Segurança e inteligência	PF perdeu R$ 122 milhões e diz que não foi ouvida sobre corte. Abin teve cerca de 20% da verba cortada
Ministério da Saúde	De R$ 140 milhões cortados, R$ 107 milhões são para entrega com desconto no Farmácia Popular; pasta diz que ainda não há impacto na distribuição dos produtos e lembra que verba geral do programa foi turbinada
MEC e Ciência e Tecnologia	Perderam cerca de R$ 280 milhões, somados. Bolsas em universidade e na educação básica estão entre ações atingidas
Desenvolvimento e Assistência Social	Com cortes de R$ 228 milhões, pasta diz que tem verba limitada para programa Criança Feliz e financiamento de comunidades terapêuticas

Fonte: Dados extraídos do Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), Siga Brasil e ministérios

Tarcísio escolhe, para chefia do MP-SP, 3º lugar em lista tríplice

Procurador Paulo Sérgio de Oliveira e Costa comandará o Ministério Público de São Paulo nos próximos dois anos

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), escolheu Paulo Sérgio de Oliveira e Costa para a chefia do Ministério Público paulista.

Oliveira e Costa, 63, tinha ficado em terceiro na eleição interna da categoria, promovida neste sábado (13). O governador poderia escolher livremente entre os três primeiros colocados.

Segundo o Ministério Público, a posse de Oliveira e Costa como procurador-geral de Justiça, para um mandato de dois anos, ocorrerá ainda nesta semana. Também informou que Tarcísio tomou a decisão assim que recebeu formalmente a lista tríplice no Palácio dos Bandeirantes, ainda na noite de sábado.

Na lista tríplice entregue ao governador, Oliveira e Costa foi o que teve menos votos, um total de 731. José Carlos Cosenzo recebeu 1.004 votos e Antonio Carlos da Ponte, 987.

Junto com José Carlos Cosenzo, Oliveira e Costa faz parte da situação e recebeu o apoio do grupo do último procurador-geral de Justiça, o hoje secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo.

O novo procurador-geral de Justiça tem 38 anos de atuação no Ministério Público. Em 2008, foi nomeado secretário de Desenvolvimento Social na gestão de Gilberto Kassab (hoje no PSD), na Prefeitura de São Paulo.

Kassab é secretário de Governo de Tarcísio, sendo um dos mais influentes da gestão.

Antes de ser secretário municipal, Oliveira e Costa dirigiu a Febem (atual Fundação Casa) durante a gestão Geraldo Alckmin, na época no PSDB. Ele assumiu o cargo em 2003 e pediu demissão após um ano —na época, a entidade passava por um período conturbado, com motins e denúncias de maus-tratos.

Na saída, foi elogiado por grupos de direitos humanos pela iniciativa de criar uma corregedoria.

Ele atuava anteriormente na Procuradoria de Habeas Corpus e foi duas vezes integrante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Também foi diretor da Associação Paulista do Ministério Público. Ocupou ainda o cargo de subprocurador-geral de Justiça de planejamento institucional.

"Minha gestão será inovadora, democrática, plural e de união entre todos os integrantes da instituição", disse ele neste domingo (14), em rede social.

Na campanha, Oliveira e Costa falou em buscar melhorias em relação a programas de apoio às vítimas de crimes e de violação de direitos. Também citava o bom desempenho da instituição durante a pandemia de Covid-19 e afirmava que iria aprimorar conquistas anteriores.

Suas propostas também incluíam pautas corporativas, como a criação do cargo de chefe de gabinete das Promotorias e ampliação do número de estagiários.

Diferentemente dos membros da gestão Tarcísio, ele é favorável à instalação de câmeras nas fardas dos policiais, entendendo que são instrumento probatório relevante, protegem os policiais de falsas acusações.

Um dos papéis do Ministério Público é justamente a fiscalização da atividade policial. Na gestão de Tarcísio, o programa de câmeras corporais nas fardas perdeu força, e a letalidade policial aumentou.

O secretário de Segurança, Guilherme Derrite, prepara projeto que prevê a implantação de novas regras para aposentadoria compulsória na Polícia Militar. Se aprovada, a proposta deve mandar imediatamente para a reserva cerca de 40% dos coronéis.

A medida é vista como uma nova ofensiva contra o grupo de coronéis que resiste ao avanço da politização nos principais postos da instituição militar.

O procurador-geral de Justiça ainda atua nos casos de réus e investigados com direito a foro especial. Também é responsável por chefiar administrativamente o Ministério Público e deve trabalhar em defesa dos direitos coletivos, fiscalizando a constitucionalidade de leis e atos normativos.

Para um grupo de apoiadores, o primeiro colocado na lista, José Carlos Cosenzo, criticou o desfecho do processo de escolha e disse que está decepcionado "com gente próxima" que seguiu "determinação de pessoa fora da instituição". "Retornamos à história de nomear os grandes perdedores. O Ministério Público é maior do que fatos tristes episódicos."

Também afirmou, na mensagem, que o tempo vai esclarecer tudo, "inclusive o fato de o governador fazer a nomeação tão rápida, contrariando seus próprios correligionários".

Antes da votação deste sábado, a Associação Paulista do Ministério Público enviou ofício a Tarcísio pedindo que fosse nomeado para a chefia do MP-SP o candidato mais votado na eleição interna.

O procurador Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, escolhido para o comando do Ministério Público de São Paulo Divulgação CDEMP

Tarcísio de Freitas (centro) com o secretário da Casa Civil e ex-militar das Forças Armadas, Arthur Lima, e o assessor especial e futuro chefe de gabinete André Porto, da reserva do Exército @coronelandre.porto no Instagram

Governador de São Paulo se cerca de militares em postos-chave e altera rotina no palácio

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deixou o Exército em 2008 com o posto de capitão para enveredar em uma série de cargos técnicos até chegar à chefia do Ministério da Infraestrutura.

O período de 17 anos como militar e as amizades forjadas naquele período, porém, ainda moldam o jeito de administrar do governador. O principal sinal disso é a presença de pessoas com formação semelhante em postos-chave da administração, após uma gestão em que o ex-governador João Doria (ex-PSDB) trouxe diversos quadros da iniciativa privada ao governo.

Colegas do governador ainda do tempo de Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) ocupam desde a pasta mais poderosa do governo, a Casa Civil, à organização dos detalhes do dia a dia no Palácio dos Bandeirantes.

Quem convive com os egressos das Forças Armadas no governo diz que ninguém exige ser chamado pela patente ou anda fardado, mas que há uma formalidade de maior e protocolos diferentes das liturgias habituais da política, uma língua que Tarcísio também fala.

Um coronel da reserva do Exército, amigo do governador desde o tempo de academia militar, assumirá a chefia de gabinete de Tarcísio, cargo hoje inexistente.

O nome escolhido para a vaga é o de André Porto, que foi para a reserva no ano passado para assumir com status de secretário a chefia da gerência de apoio ao litoral norte, região assolada por desabamentos.

O novo cargo ainda não foi criado, mas o militar despacha em sala próxima à de Tarcísio no Palácio dos Bandeirantes. Entre as atribuições do posto está o controle de quem tem acesso ao governador, com setores que cuidam das agendas e do cerimonial, por exemplo, se reportando diretamente a ele.

O coronel da reserva faz parte de uma geração de militares que estudaram no mesmo período na Aman, entre 1993 e 1996, que inclui o braço direito do governador, Arthur Lima, titular da Casa Civil, e o próprio Tarcísio.

O secretário resiste no cargo apesar da pressão do mundo político desde o começo da gestão, com aliados criticando falta de articulação, de verbas e de espaço no governo. A última investida partiu do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para colocar o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que chefiou a Casa Civil federal em sua gestão, no lugar de Lima, conforme mostrou o jornal O Globo.

O governo negou a saída do secretário, amigo do governador que também trabalhou com ele no governo federal, chefiando a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

Lima —que é filiado ao PP— tem toda a cadeia de comando de sua pasta formada hoje por pessoas vindas do Exército. O número dois é Fraide Sales, outro que estudou na mesma turma do governador na academia militar. Ele foi nomeado neste ano no lugar de Edilson José Costa, também com origem militar.

O chefe de gabinete da secretaria é outro que chegou à tropa paulista neste ano. Francisco Ronald Rocha Fernandes, militar que atuou nos últimos anos como chefe-adjunto da assessoria de informações de Itaipu Binacional, substituiu um funcionário que estava havia 36 anos em funções no Palácio em fevereiro.

João Germano Böttcher Filho, que se aposentou, era conhecido como "zelador" ou "prefeito". A função assumida por Fernandes inclui diversas tarefas administrativas do palácio, com o comando de equipes que vão da governança aos funcionários da cozinha.

Nos bastidores do governo, os relatos são de que a presença de oficiais vai além do quadro de funcionários. Alguns, por exemplo, buscam encontros com autoridades para fazer lobby dos mais diversos assuntos.

O governo de Tarcísio, porém, está longe da concentração de militares registrada no governo de Bolsonaro, que tinha inclusive oficiais da ativa como Eduardo Pazuello, à época na Saúde.

No primeiro escalão, o outro secretário de Tarcísio com passagem pelas Forças Armadas é Wagner Rosário, controlador-geral do estado, que está cotado para ganhar superpoderes no cargo tal qual Arthur Lima.

Rosário, que foi ministro da CGU (Controladoria-Geral da União) na gestão Bolsonaro, ganhou destaque por ter sido um dos participantes que discursaram na reunião ministerial de julho de 2022 em que foram discutidos cenários para contestar a lisura das eleições vencidas por Lula (PT).

No encontro, Rosário chamou de "uma merda" um relatório técnico do órgão que não encontrou fraude no sistema de votação.

O governador mandou à Assembleia Legislativa projetos com objetivo de empoderar a Controladoria, que passaria a tocar procedimentos administrativos disciplinares e investigações de corrupção contra servidores estaduais, hoje a cargo da Procuradoria-Geral do Estado.

A presença dos militares também se estende às estatais e autarquias, seja em conselhos ou cargos de chefia. O Ipem (Instituto de Pesos e Medidas), por exemplo, é chefiado por Marcos Guerson, coronel da reserva do Exército e ex-presidente do Inmetro.

Edilson José da Costa, ex-número dois da Casa Civil, segue em dois conselhos de administração de estatais, o que lhe rende quase R$ 20 mil.

Além de ex-oficiais das Forças Armadas, o governo de Tarcísio é o que tem mais policiais militares da reserva no secretariado. São eles Guilherme Derrite (Segurança), coronel Helena (Esportes) e Marcello Streifinger (Administração Penitenciária).

Auxiliares de Tarcísio com origem militar

Arthur Lima Secretário da Casa Civil, deixou o Exército no posto de major

Fraide Sales Secretário-executivo da Casa Civil, é coronel da reserva do Exército

Francisco Fernandes Chefe de gabinete da Casa Civil, também é coronel da reserva do Exército

André Porto Assessor especial e futuro chefe de gabinete do governador, é coronel da reserva do Exército

Wagner Rosário Chefe da Controladoria-Geral do Estado, deixou o Exército como capitão

O ex-ministro Wagner Rosário, que atua hoje no governo de Tarcísio de Freitas Roque de Sá - 21.set.21/Agência Senado

Câmara prevê cassação de Brazão, mas afasta pressa

Presidente do Conselho de Ética fala em rigor e obediência a ritos do processo

Victoria Azevedo e Matheus Teixeira

BRASÍLIA A decisão de manter Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) preso não deve acelerar a análise do pedido de cassação do deputado no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, segundo parlamentares ouvidos pela reportagem.

Na quarta-feira (10), o plenário da Casa manteve a prisão do deputado, que é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), em 2018.

O presidente do colegiado, deputado Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA), afirmou à **Folha** que o caso será analisado "com rigor", mas que não irá atropelar ritos regimentais para acelerar o processo.

Apesar disso, nos bastidores da Casa a cassação de Brazão é dada como certa. A avaliação de deputados é que ele só conseguirá reverter sua situação caso surja um fato novo muito contundente, o que, até o momento, não foi visto.

Entre os 34 integrantes do Conselho de Ética (incluindo titulares e suplentes), o placar foi dividido: 17 votaram pela manutenção da prisão, 9 pela revogação, 4 se ausentaram e 4 se abstiveram.

A forma como se posicionaram em relação à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de mandar prender o deputado, porém, não deve ser parâmetro para a votação da cassação.

Isso porque diversos parlamentares que anunciaram voto pela derrubada da prisão afirmaram que, posteriormente, serão favoráveis a retirar o mandato do colega.

O movimento contra a prisão ocorreu para dar um recado ao Supremo e preservar prerrogativas de parlamentares, que preveem poucas situações em que um deputado pode ser preso.

Integrantes do PL que votaram contra a detenção, por exemplo, já declararam publicamente que são contrários à interferência do STF em mandatos da Câmara, mas favoráveis à cassação de Brazão.

Parlamentares na sessão que manteve Chiquinho Brazão preso Pedro Ladeira - 10.abr.2024/Folhapress

Acelerar o processo, no entanto, está descartado. Deputados afirmam que, apesar de se tratar de um caso de grande dimensão, o rito não será atropelado. Para eles, é necessário seguir os procedimentos até mesmo para evitar uma eventual nulidade do processo mais adiante.

Segundo o Código de Ética, o processo não pode exceder 90 dias e há prazos a serem cumpridos no período — apresentação de parecer, defesa do deputado e votação.

O órgão tem caráter consultivo. Caso decida recomendar a cassação, ela só ocorrerá com o apoio, no plenário da Câmara, de ao menos 257 dos 513 deputados.

O deputado Leur Lomanto Júnior afirmou à **Folha** que não haverá "qualquer tipo de interferência partidária e política" na atuação do conselho.

"Não existe possibilidade de nenhum tipo de interferência partidária e política no Conselho de Ética. Os membros agem com isenção. Eles têm mandato eletivo de dois anos e não podem ser substituídos por líderes. Tenho certeza de que todos irão analisar o processo e cada um tomará a sua decisão de acordo com a sua consciência."

Ele também diz que haverá seriedade e a garantia do "direito da ampla defesa do representado, cumprindo todos os procedimentos do regimento interno da Câmara".

O colegiado instaurou o processo de cassação na última quarta-feira. O pedido foi apresentado pelo PSOL no dia 27 de março.

Na sessão, foram sorteados três nomes para ser relator do pedido: Bruno Ganem (Podemos-SP), Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Gabriel Mota (Republicanos-RR). Nesta semana, Lomanto Júnior escolherá um desses nomes para relatar o processo.

Ayres e Ganem votaram favoravelmente à manutenção da prisão de Brazão na quarta, enquanto Mota se ausentou. O colegiado é formado por 21 titulares e 21 suplentes. Até hoje, no entanto, só foram designados 34 deles.

Na comissão, o deputado acusado de ser um dos mandantes da morte de Marielle terá espaço para fazer sua defesa. O relator, por sua vez, apresentará um relatório para defender ou não a cassação de Brazão.

O parlamentar foi preso em 24 de março junto com seu irmão, o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio Domingos Brazão, e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio. Eles negam envolvimento com o crime.

"Eu, como vereador, com uma relação muito boa com a vereadora, é só entrar na Câmara Municipal e pegar, ver onde ainda tiverem imagens", disse o deputado, em sessão no Congresso no último dia 26, da qual participou da prisão, por videoconferência.

A operação para detê-los ocorreu em um domingo para surpreender os suspeitos porque havia indícios de que eles poderiam tentar fugir.

Além das prisões, a polícia também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão, todos no Rio. A detenção ocorreu por ordem do ministro Alexandre de Moraes e, depois, foi referendada pela Primeira Turma do STF.

A operação da PF foi desencadeada apenas cinco dias após o ministro homologar a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor do crime.

Greve na educação é legítima

Salários de professores e demais funcionários acumulam perdas

Camila Rocha

Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Ao menos 19 universidades e institutos federais já indicaram que devem entrar em greve a partir desta segunda-feira (15). Número que deve aumentar progressivamente enquanto o governo não atender minimamente às demandas do setor. Entre estas estão: reestruturação das carreiras, recomposição do orçamento das instituições educacionais, revogação de medidas adotadas durante os governos Temer e Bolsonaro e reajuste nos valores de auxílios e bolsas de estudantes.

Desde 2015, o orçamento da rede federal de educação sofre cortes importantes. Tal cenário impacta a principal demanda dos servidores: recomposição salarial. Sem reajustes por anos, os salários de professores e demais funcionários acumulam perdas importantes.

De acordo com Elenira Vilela, professora e coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, profissionais da educação federal acumulam perdas salariais de cerca de 20%. Ainda que tais profissionais tenham recebido um reajuste de 9% em 2023, como todos os servidores federais, o aumento nem mesmo repôs a inflação acumulada nos últimos anos.

Não é difícil compreender o motivo da indignação. Vilela aponta que, hoje, o piso salarial de um técnico da rede federal de ensino é de R$ 1.446,12, pouco acima do salário mínimo de R$ 1.412. A categoria já está em greve há um mês e demanda que o valor do piso suba para R$ 3.960, bem como a realização de concursos para contratação de mais servidores. Entre docentes universitários, a desvalorização salarial também pode ser facilmente constatada.

No edital 1.193 publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 19 de maio de 2023, foram anunciadas duas vagas para docência na área de engenharia aeroespacial. O regime de trabalho demandado era de 40 horas semanais com dedicação exclusiva. Os requisitos mínimos para concorrer às vagas eram graduação e mestrado em engenharia aeronáutica ou engenharia aeroespacial e afins. A remuneração bruta prometida para os professores assistentes com mestrado era de R$ 7.312,77, e para professores adjuntos, com doutorado completo, de R$ 10.481,64.

Contudo, de acordo com o site Engenharia 360, o salário médio de um engenheiro civil, ramo da engenharia com a maior quantidade de profissionais no mercado, é de R$ 9.765,00, em média. Não à toa, no dia 11 de abril, uma assembleia de professores da UFMG aprovou, por 228 votos a favor e 140 contra, a adesão à greve programada para este dia 15.

A despeito das condições declinantes da educação federal, no mês passado o governo anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 140 mil novas vagas. A medida, parte do Novo PAC, representa um investimento total de R$ 3,9 bilhões, dos quais R$ 2,5 bilhões serão destinados para novos campi e R$ 1,4 bilhão para melhorar unidades já existentes. Porém, considerando que o impacto inicial estimado para conceder reajustes aos servidores da educação federal será da ordem de R$ 1 bilhão, será necessário, e urgente, que o governo reavalie prioridades.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, durante evento de lançamento de condomínio residencial Aline Ribeiro Alcântara - 4.abr.24/Thenews2/Folhapress

Sob pressão do PT, Paes tenta ampliar alianças com a direita

Prefeito atraiu lideranças evangélicas e busca apoio de União Brasil e PP, que são aliados ao bolsonarismo no Rio

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), encerrou a janela partidária fazendo acenos a conservadores ao mesmo tempo que resiste à pressão do PT em ceder a vice na chapa da eleição de outubro, quando tentará a reeleição.

Paes mantém como principal meta atrair União Brasil, PP e MDB, cujos comandantes estão vinculadas ao bolsonarismo no Rio de Janeiro. Ele conta também com líderes evangélicos para ampliar a aliança.

O objetivo do prefeito é ter acordo com essas siglas e dificultar a tentativa de nacionalização da campanha por parte do deputado Alexandre Ramagem (PL), indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para a disputa. A leitura é a de que, com uma coligação alargada, o prefeito poderá se apresentar não apenas como um aliado do presidente Lula, mas também de uma frente mais ampla voltada para a cidade.

Até o momento, o único aliado de Paes do campo à direita é o Republicanos, cujo presidente regional é o prefeito de Belford Roxo, Waguinho Carneiro, forte aliado de Lula. Além dele, o prefeito fechou o apoio de siglas da centro-esquerda, como PT, PSB, PDT e outras menores.

A grande dificuldade de Paes nesse movimento é sua resistência em negociar a vice de sua chapa. O posto é concorrido porque ele é visto como potencial candidato ao governo estadual em 2026, quando teria de deixar o cargo, transformando o companheiro de chapa num postulante direto ao cargo cujo mandato vai até 2028.

O prefeito quer um nome de seu grupo político na vice. O preferido é o deputado federal Pedro Paulo (PSD).

O fechamento da janela partidária mostrou que ele não quis dividir seus aliados próximos nas siglas que tem como alvo. Havia a expectativa de que alguma das opções para a vice se filiasse à União Brasil, como Pedro Paulo e o presidente da Câmara Municipal, Carlo Caiado. Ambos permaneceram no PSD.

Outra sinalização de que a aliança com a União segue distante foi a filiação do deputado estadual Rodrigo Amorim à sigla. Ele é pré-candidato na disputa, tendo como um dos estimuladores o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Rodrigo Bacellar, comandante regional do partido.

Paes cedeu o PSD para Bacellar em Campos dos Goytacazes, base eleitoral do presidente da Alerj. O objetivo é manter alguma conexão política até o fim do prazo das convenções, no início de agosto.

Enquanto isso, conta com o apoio de líderes nacionais do partido, como Antônio Rueda e ACM Neto, para convencer Bacellar a integrar sua chapa.

O prefeito também corteja o PP, que tem como pré-candidato o deputado federal Marcelo Queiroz. Políticos do Rio de Janeiro avaliam que a sigla manterá a candidatura para que o deputado federal Doutor Luizinho, presidente do partido no estado, não crie arestas com nenhuma sigla, tendo em vista sua pretensão de disputar o comando da Câmara dos Deputados em 2025.

O MDB tem como pré-candidato o deputado federal bolsonarista Otoni de Paula. Paes tenta convencer os membros do antigo partido a aderirem à sua chapa. Assim como fez com Bacellar, o prefeito entregou o PSD de Duque de Caxias para um parente do chefe do MDB-RJ, Washington Reis.

Enquanto não firma alianças partidárias à direita, Paes conseguiu garantir o apoio de figuras evangélicas influentes. O coordenador político da Igreja Universal no estado, Deangeles Percy, se filiou e é pré-candidato a vereador pelo PSD.

O prefeito também conta com a influência do pastor Abner Ferreira, da Assembleia de Deus, para retirar a pré-candidatura de Otoni de Paula e atrair o MDB para sua aliança.

Outro movimento à direita foi a reconciliação com seu ex-secretário Rodrigo Bethlem, com quem havia rompido em 2014.

Ele atualmente trabalha como consultor político de políticos do campo conservador, como o ex-prefeito Marcelo Crivella, do Republicanos. No início do ano, o ex-aliado participava de conversas com Amorim e Otoni para articulação das opções desse campo para a disputa. Há cerca de dois meses, passou a integrar o grupo de conselheiros do atual prefeito.

As movimentações à direita de Paes ocorrem no momento em que o PT ameaça acirrar a pressão pela vice. O movimento tem sido comandado pela presidente da sigla, Gleisi Hoffmann.

O prefeito conta com a intervenção de Lula em seu favor. Ele avalia que o presidente compreenderá como a entrada do PT na vice pode contribuir com a nacionalização da campanha no Rio, o que fortaleceria Ramagem.

Lula deu o primeiro sinal ao encontro de Paes durante a filiação da ministra Anielle Franco (Igualdade Racial) ao PT, no início do mês. No evento, ele disse que a nova petista não seria candidata neste ano, esfriando apoiadores do nome dela como vice de Paes, entre eles a primeira-dama Janja.

As opções em discussão no PT são o secretário especial de Assuntos Federativos, André Ceciliano, e o secretário municipal de Assistência Social, Adilson Pires, que foi vice de Paes em seu segundo mandato (2013-2016).

Paes não descarta disputar a reeleição mesmo sem o apoio do PT, caso a pressão se torne uma exigência. O cenário depende de avaliação mais próxima do início da campanha.

+ Outros pré-candidatos a prefeito do Rio de Janeiro

- **Alexandre Ramagem** (PL)
- **Cyro Garcia** (PSTU)
- **Dani Balbi** (PC do B)
- **Pedro Duarte** (Novo)
- **Marcelo Queiroz** (PP)
- **Rodrigo Amorim** (União Brasil)
- **Tarcísio Motta** (PSOL)

Ex que acusa filho de Lula de violência se diz alvo de machismo

SÃO PAULO A médica Natália Schincariol, ex-companheira do filho mais novo do presidente Lula, fez uma postagem dizendo sofrer com machismo nas redes.

Ela acusa Luís Cláudio Lula da Silva de violência física, moral e psicológica. Uma medida protetiva foi expedida em favor dela no início deste mês na Justiça de São Paulo, e Luís Cláudio nega todas as acusações.

Natália, diante da repercussão do episódio, disse já ter sido chamada de "ex-BBB", "vulgar, cabelos longos, boca grande".

"Uma mulher que tem muito a falar e ninguém mais vai me conter. Médica, psicanalista, estudante de psiquiatria. Empresária, dona do próprio instituto de saúde mental", escreveu neste sábado (13), em seu perfil.

Ela acrescentou "que nada disso tem valor quando você é uma mulher" porque "te invalidam, te humilham, te silenciam".

"Não vou me calar diante do machismo. O machismo é violento. O machismo mata", disse.

No boletim de ocorrência sobre o caso, ao qual o UOL teve acesso, consta a informação de que Luís Claudio a teria manipulado para não prestar queixa. "Meu pai vai me proteger e [você] vai sair perdendo, eu vou acabar com sua alma. Vou falar para todos que você é uma insana, ninguém irá acreditar em você", teria dito o acusado, segundo a ex-companheira.

A vítima disse que a violência se intensificou nos últimos anos, o que colocou em risco sua integridade física e mental. Ela contou à polícia que chegou a ser afastada do trabalho por um mês devido ao trauma.

Ao UOL, na semana passada, Luís Cláudio, 39, disse que "jamais agrediria" a ex-companheira. "Desde o término do relacionamento, em janeiro deste ano, sempre fui muito atencioso com ela. Nunca chamei ela destes nomes todos que ela diz. Vou provar minha inocência", afirmou ele, que é dirigente de futebol no Amazonas.

O governo e o presidente viraram alvo de cobranças públicas da oposição após as acusações. Apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) e rivais do petista questionaram o silêncio de Lula ou de aliados a respeito.

O senador Sergio Moro, alvo de ação que pede sua cassação na Justiça Eleitoral Pedro Ladeira - 1º.abr.24/Folhapress

Caso Moro debate precedente sobre despesa com segurança

Partidos e ex-juiz defendem legalidade de gastos pagos com recursos públicos

Catarina Scortecci

CURITIBA Embora não fosse o ponto central do julgamento no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná sobre o senador Sergio Moro (União Brasil), a utilização de recursos públicos geridos por partidos para pagamento de segurança pessoal de filiados foi um ponto contestado por juízes da corte regional ao longo dos seus votos.

Moro se tornou alvo de uma ação judicial no TRE, movida pelo PT e pelo PL, por suposto abuso de poder econômico no período da pré-campanha. A tese foi rejeitada ao final do julgamento, na terça-feira (9), pelo placar de 5 a 2. Os dois partidos anunciaram que vão recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

No processo que foi concluído na semana passada, o cerne da discussão era se os gastos com segurança tinham ou não relação com a eleição de 2022 e se poderiam ou não ser incluídos no rol de despesas da pré-campanha de Moro, para análise de eventual gasto excessivo de verba partidária naquele período.

Mas, em paralelo a isso, mesmo juízes com votos divergentes anotaram durante seus argumentos que despesa com segurança pessoal não poderia ser paga com recursos públicos recebidos pelos partidos —via fundo partidário ou eleitoral—, indicando que isso poderia configurar uma ilegalidade.

O assunto poderá voltar a ser debatido no julgamento no TSE, que ainda não tem data para acontecer.

Procurados, os partidos União Brasil e Podemos, que abrigou Moro à época, defenderam que não há qualquer irregularidade nos gastos com segurança. "As contas do partido encontram-se absolutamente compatíveis com a legislação em vigor", disse a União, em nota.

O Podemos argumenta que há precedentes sobre uso de recursos públicos em casos em que o filiado é uma figura pública e alvo de ameaças. Pelo mesmo motivo, o advogado de Moro, Gustavo Guedes, já havia declarado que também considera a utilização regular.

> Para o cidadão, representou um gasto de dinheiro público na ordem de mais de meio milhão de reais
>
> **Julio Jacob Junior**
> juiz do TRE-PR, criticando os gastos de Moro com segurança

Em seu voto, o relator do caso, Luciano Carrasco Falavinha, entendeu que gasto com segurança não deveria constar na soma das despesas da pré-campanha de Moro. "Não desconheço que a lei eleitoral não prevê o pagamento de despesa com segurança particular como verba autorizada pelo fundo partidário", observou.

Falavinha ainda citou um caso analisado pelo TRE do Distrito Federal, no fim de 2022, no qual a prestação de contas de uma candidata eleita foi aprovada com ressalvas em função da utilização do fundo partidário para pagamento de segurança, entre outros motivos. A decisão foi pelo ressarcimento ao erário dos valores gastos.

Por outro lado, o relator também citou um precedente favorável ao uso dos fundos para segurança. Ele se refere a uma decisão do TSE do fim de 2023, em que gastos com segurança foram considerados regulares na prestação de contas do PSOL, sigla da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, assassinada em 2018 junto com o motorista Anderson Gomes. No julgamento no TSE, porém, foi frisada a questão da violência de gênero.

Voto contrário a Moro na corte paranaense, o juiz Julio Jacob Junior avaliou que a exceção aplicada ao PSOL não se estenderia ao caso do senador e foi mais enfático ao apontar o problema.

Jacob afirmou que gasto com segurança pessoal bancado com dinheiro público é considerado "indevido para todo o rol de candidaturas". "Julgados como este podem ser encontrados em prestações de contas em todo o país e as poucas exceções a esta regra, quando admitidas, tinham como objeto a proteção das mulheres contra a violência de gênero", disse Jacob.

O juiz também chamou atenção para o fato de a prestação de contas de campanha de Moro aparentemente trocar gasto com "segurança e transporte" por gasto com "transporte", apenas.

"Soma-se a isso a pitoresca verificação trazida pela prova dos autos, no sentido de que, de forma deliberada, os gastos com segurança e transporte foram descritos na prestação de contas de campanha como gasto eminentemente de transporte, enquanto que, na emissão das notas fiscais em todo o período de pré-campanha, o termo segurança, que de fato é o principal objeto da contratação, era destacado", disse o juiz.

"O que parece uma simples troca de expressões para o mesmo serviço tem para a Justiça Eleitoral uma relevância distinta. Isto porque dentre as despesas passíveis de serem consideradas no rol das despesas de campanha eleitoral não estão previstos gastos com segurança", continuou ele.

Procurada, a defesa de Moro disse que não comentaria "trechos isolados dos votos".

Diferentemente do relator, Jacob defendeu ainda que o gasto com segurança fosse incluído na soma da pré-campanha de Moro. Ele entende que, como a contratação de segurança foi uma exigência imposta por Moro logo no início da sua pré-candidatura, a despesa estaria diretamente relacionada ao pleito de 2022.

"O que para a defesa é tratado como um irrelevante eleitoral e para o ex-juiz uma afronta à integridade física sua e da sua família, para o cidadão representou um gasto de dinheiro público na ordem de mais de meio milhão de reais (R$ 591.181,91)", afirmou.

Para Falavinha, a necessidade da contratação de serviços de segurança pessoal e de escolta armada "é compreensível", já que Moro e sua família eram alvos de ameaças de facções.

Ele também considera "evidente que a contratação de segurança pessoal não possui aptidão a fomentar a candidatura e atrair votos". "Ao revés, pode até mesmo representar obstáculo à aproximação com o eleitorado", disse o relator, na linha do argumento apresentado pela defesa de Moro.

O advogado Waldir Franco Felix Junior, que atua com direito eleitoral, cita o precedente do PSOL e afirma que não há "óbice ao uso do fundo partidário para gastos com segurança de candidatos ou mesmo pré-candidatos".

Ele acrescenta, contudo, que o emprego do dinheiro deve ser justificado, como uma "ameaça crível", por exemplo.

Já o advogado Paulo Ferraz, membro da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), defende a regularidade dos gastos com base no artigo 44 da Lei dos Partidos Políticos, que define onde o dinheiro do fundo partidário pode ser aplicado. Ferraz cita que o uso para "pagamento de pessoal, a qualquer título" é permitido e que esse trecho da lei contemplaria os gastos com segurança.

"Há que se destacar que o fundo partidário é dinheiro público e, por isso, a fiscalização deve ser muito mais minuciosa."

Corregedor suspende veto a minissaias no STJ

BRASÍLIA O corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, suspendeu a regra criada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) que proibia em suas dependências vestimentas como legging, croppeds, minissaias ou blusas que exponham a barriga e camiseta sem manga.

A instrução tinha sido publicada em 9 de fevereiro e era assinada pela presidente da corte, a ministra Maria Thereza Moura. Também vetava o uso de shorts, bermuda, miniblusa, trajes de banho, fantasias e trajes de montaria.

Ainda barrava o uso de "chinelo com tira em formato de Y que passa entre o primeiro e segundo dedo do pé e ao redor de ambos os lados do pé ou com uma tira ao redor de todos os dedos, exceto em caso de lesão no pé ou recomendação médica", ou o uso de boné, à exceção do corpo funcional da polícia judicial no uso do uniforme operacional.

A portaria gerou um pedido de explicações de Salomão, que afirmou que havia possível inobservância de normas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Ele citou como exemplo as especificações de trajes como blusas sem manga, que podem ser utilizados como meio de abordagem e possíveis constrangimentos ligados ao gênero feminino.

Agora, o ministro determinou a suspensão imediata da norma "por necessária e adequada à urgência e relevância dos princípios constitucionais envolvidos". A decisão foi publicada primeiramente pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela **Folha**.

A restrição do STJ valia para todo o corpo funcional do tribunal, como servidores públicos, grupo de estudantes, público em geral, equipe de profissionais contratada mediante contratos administrativos e visitantes.

Determinava que os trajes usados nas salas de sessão de julgamento e em seus ambientes de acesso deveriam se pautar "segundo a formalidade e a liturgia jurídica".

Entre as roupas permitidas, estavam, para as pessoas do gênero masculino, terno (calça social e paletó ou blazer), camisa social, gravata e sapato social. Para mulheres, estava liberado o uso de vestido ou blusa com calça ou saia, todos de natureza social, além de calçado social.

Aos que não se identificam com nenhum dos gêneros, era permitido os trajes citados anteriormente, "a sua escolha".

João Gabriel e Matheus Teixeira

Sob pressão, Israel se divide sobre como responder a retaliação do Irã

Gabinete de Netanyahu não define escala ou momento de reação, desaconselhada pelos EUA

Garoto passa por bateria do Domo de Ferro, sistema antimíssil de Israel, em uma vila no deserto de Neguev Ahmad Gharabli/AFP

SÃO PAULO No dia seguinte à inédita ofensiva do Irã com centenas de drones e mísseis lançados contra o território israelense, o governo de Binyamin Netanyahu afirmou que conteve o ataque e prometeu resposta. O gabinete de guerra, porém, reuniu-se neste domingo (14) por mais de sete horas e não conseguiu chegar a um consenso sobre a escala e o momento de revidar. Era provável que o grupo voltasse a discutir o assunto nesta segunda-feira (15).

Mais cedo, um dos membros do gabinete de guerra, Benny Gantz , disse em comunicado oficial que o preço ao Irã seria cobrado "na forma e no momento certo para nós".

O impasse israelense reflete os sinais dados por aliados no Ocidente de que não concordam com uma eventual contraofensiva israelense direcionada a Teerã, sob risco de escalar a guerra Israel-Hamas para um conflito regional. O regime iraniano alertou Israel e os Estados Unidos sobre uma "resposta muito maior" se houver qualquer reação.

Segundo um funcionário da Casa Branca, o presidente Joe Biden disse a Netanyahu que seu governo não vai participar de qualquer retaliação israelense.

A ameaça de guerra aberta entre os arqui-inimigos do Oriente Médio e de envolver os EUA deixou a região em alerta. Washington afirma que não busca conflito com o Irã, mas não hesitará em proteger suas forças e os israelenses.

Em entrevista à CNN, o presidente de Israel, Isaac Herzog, também disse não querer outra guerra e que "é necessário ter equilíbrio nesta situação". Herzog declarou que as autoridades israelenses estão agindo de "cabeça fria e de forma lúcida".

Em sessão de emergência do Conselho de Segurança da ONU neste domingo, o representante permanente de Israel, Gilad Erdan, subiu o tom e comparou o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo iraniano, a Adolf Hitler. "O regime dos aiatolás tem um plano claro: seu objetivo tem sido e continua a ser dominação mundial, exportando sua revolução xiita radical pelo mundo", disse o israelense.

"O regime islâmico de hoje não é diferente do Terceiro Reich, e o aiatolá Khamenei não é diferente de Adolf Hitler. O Terceiro Reich de Hitler foi pensado para ser um império de mil anos alcançando vários continentes, assim como Khamenei vê sua hegemonia xiita radical para alcançar toda a região e além."

Em resposta, o representante do Irã, Amir Saeid Iravani, disse que a ação "foi necessária e proporcional". "Foi precisa, mirou apenas alvos militares e foi feita de forma cuidadosa para minimizar o potencial de escalada e prevenir danos a civis", afirmou.

O secretário-geral da entidade, António Guterres, instou os países a terem "o máximo de comedimento". "A população da região enfrenta um perigo real de um conflito devastador. Agora é a hora de desarmar e reduzir as tensões. Precisamos recuar do precipício."

Na mesma linha, o G7, grupo que reúne as sete economias mais industrializadas do Ocidente, condenou o ataque iraniano, pediu "moderação" e defendeu um "cessar-fogo imediato" em Gaza.

"Condenamos de forma unânime o ataque sem precedentes do Irã contra Israel", informou Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, após a reunião por videoconferência do G7. "Todas as partes devem mostrar moderação. Manteremos os nossos esforços por uma desescalada. Acabar com a crise em Gaza o mais rápido possível, especialmente por meio de um cessar-fogo imediato, pode fazer a diferença", declarou.

Depois de reunião virtual, os líderes do G7 emitiram comunicado afirmando que o Irã se arriscava a "provocar uma escalada regional incontrolável" no conflito. "Nesse espírito, exigimos que o Irã e seus aliados parem com seus ataques", dizia a nota.

Biden afirmou que usaria a reunião do G7 para coordenar uma resposta diplomática ao que chamou de ataque descarado de Teerã.

O Ministério das Relações Exteriores do Irã convocou os embaixadores do Reino Unido, França e Alemanha para questionar o que se referiu como sua "postura irresponsável" em relação aos ataques de Teerã a Israel, informou a Irna, agência de notícias oficial iraniana.

O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, afirmou que o país deu uma "lição inesquecível" a Israel. "Na noite passada, os corajosos e zelosos integrantes da Guarda Revolucionária Iraniana viraram uma página na história da autoridade do Irã e ensinaram uma lição ao inimigo sionista", disse Raisi em comunicado, de acordo com a Irna.

Também no sábado, pela manhã, a Guarda iraniana apreendeu um navio de carga ligado a Israel no estreito de Hormuz, uma das rotas de transporte de energia mais importantes do mundo, destacando os riscos para a economia mundial de um conflito mais amplo.

No entanto, em um sinal de que pretendia minimizar os danos de sua ação, o país persa disse ter notificado seus vizinhos sobre o ataque noturno com antecedência. "Cerca de 72 horas antes de nossas operações, informamos aos nossos amigos e vizinhos na região que a resposta do Irã contra Israel era certa, legítima e irrevogável", disse o ministro das Relações Exteriores, Hossein Amirabdollahian, em entrevista coletiva, sem mencionar quais nações foram alertadas.

Teerã lançou o ataque em resposta ao bombardeio à embaixada iraniana em Damasco, na Síria, que matou membros da Guarda Revolucionária do Irã, em 1º de abril. O regime comandado pelo aiatolá Ali Khamenei atribuiu a autoria a Tel Aviv, que não confirmou envolvimento, mas continuou a ser responsabilizado.

O ataque com centenas de mísseis e drones, em sua maioria lançados do interior do Irã, causou apenas danos moderados em Israel, já que a maioria foi interceptada com a ajuda de aliados, incluindo os EUA, Reino Unido e Jordânia. "Interceptamos, repelimos, juntos venceremos", disse Netanyahu nas redes sociais. As forças israelenses confirmaram que uma base aérea no sul do país foi atingida de forma leve e continuou a operar. E uma criança de 7 anos ficou gravemente ferida por causa de pedaços de um projétil abatido.

A agência iraniana de notícias Fars disse que Teerã estava observando de perto a Jordânia, que poderia se tornar o próximo alvo em caso de movimentos em apoio a Israel.

O ministro israelense da Defesa, Yoav Gallant, afirmou que, apesar de frustrar o ataque, a campanha militar não acabou. Ele ressaltou a necessidade de o país estar preparado para todos os cenários.

Com Reuters

Como foi o ataque do Irã a Israel

Um dos mísseis lançados contra Israel

Míssil de cruzeiro Paveh 351

Alcance: 1.650 km

Distância de Teerã a Jerusalém (em linha reta) - aprox. 1.550 km

13/14.abr

Na noite de sábado e madrugada de domingo, o Irã lança mais de 300 drones e mísseis contra Israel. Com ajuda de EUA, Reino Unido e Jordânia, Tel Aviv diz ter abatido 99% deles

Arsenal interceptado, segundo as forças de Israel

Cerca de 170 drones | Mais de 120 mísseis balísticos | Mais de 30 mísseis de cruzeiro

Fontes: Graphic News e The New York Times

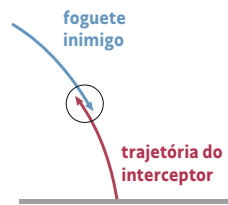
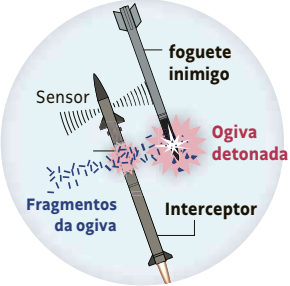
Como funciona o sistema de defesa antimíssil de Israel

País possui três sistemas

Iron Dome (redoma de ferro), **David's Sling** (funda de Davi, referência à arma usada pelo herói bíblico para derrotar o gigante Golias) e **Arrow** (flecha)

A combinação dos três sistemas permite que Israel se proteja contra foguetes inimigos de curto, médio ou longo alcance

Ângulos de ataque

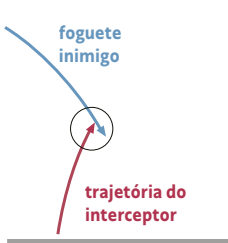
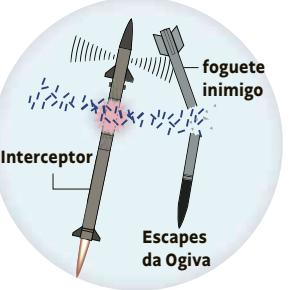
Abordagem frontal

É a tática mais efetiva. A ogiva do foguete interceptor está na posição que mais favorece o lançamento dos fragmentos sobre o míssil inimigo e sua consequente detonação

Abordagem lateral

foguete inimigo

trajetória do interceptor

foguete inimigo

Interceptor

Escapes da Ogiva

Mirar pelas laterais aumenta a chance de erro, mas a detonação do interceptor ainda pode acertar a ogiva do foguete inimigo

Abordagem traseira

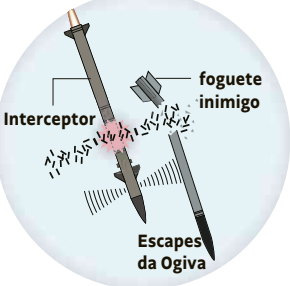
trajetória do interceptor

foguete inimigo

Interceptor

foguete inimigo

Escapes da Ogiva

Perseguir o foguete por trás diminui a efetividade, já que os fragmentos da ogiva detonada podem errar o alvo do foguete inimigo

Fontes: Theodore A. Postol para o New York Times e Graphic News

Ataque foi coreografado entre EUA e Irã, diz analista

Para Trita Parsi, intenção iraniana era revidar sem risco de expandir guerra

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Diogo Bercito

SÃO PAULO O ataque do Irã contra Israel, com centenas de drones e mísseis cruzando os céus do Oriente Médio no sábado (13), foi calculado de maneira que não detonasse uma guerra regional, diz o analista Trita Parsi. "Foi coordenado e coreografado entre EUA e Irã por canais ocultos", afirma.

Nascido no Irã, Parsi é um dos fundadores do Conselho Nacional Iraniano Americano, com base em Washington. É hoje vice-presidente do Quincy Group, instituto de pesquisa sediado na capital dos EUA.

Havia bastante expectativa quanto ao ataque iraniano, prometido havia dias. O Irã vinha acusando Israel de ter bombardeado a seção consular de sua embaixada em Damasco no início de abril. Os dois países viviam um conflito indireto havia anos, travando batalhas em outros territórios. Passaram a lutar às claras.

Os drones e mísseis de sábado, porém, foram lançados com aviso prévio, como Teerã afirmou neste domingo (14), e tempo suficiente para que Israel e seus aliados — Estados Unidos, Reino Unido e Jordânia, entre outros— os abatessem no ar. Segundo as autoridades israelenses, 99% dos projéteis foram interceptados. Os que caíram causaram pouco dano em uma base militar e feriram uma criança, que foi encaminhada a um hospital para cirurgia.

A intenção de Teerã era mostrar que estava revidando o ataque israelense na mesma moeda, mas sem expandir a guerra, diz Parsi. Segundo a imprensa estatal do país, Hossein Salami, comandante da Guarda Revolucionária do Irça, deu a entender que encerrou seu ataque. Disse ainda que o país vai reagir a qualquer retaliação israelense.

Nesse sentido, o analista afirma que os Estados Unidos desempenharam um papel crítico em evitar o conflito regional. Apesar de que, ainda na avaliação de Parsi, não fosse pelos EUA, o mundo não estaria nesta situação. O governo de Joe Biden, diz, "ajudou a levar a região à beira de um precipício, ao não impedir que Israel tentasse começar a guerra."

O sucesso do Irã em se afastar do conflito vai depender agora das próximas jogadas tanto de Biden quanto de Binyamin Netanyahu, o primeiro-ministro de Israel —que, acredita-se, tem interesse político no confronto.

"Prolongar e expandir a guerra é do benefício de Netanyahu, já que o fim do conflito vai significar também o fim de sua carreira e possivelmente o começo de sua pena na prisão", afirma. Parsi refere-se ao fato de que o líder israelense enfrenta acusações de corrupção, razão pela qual, dizem diversos analistas, faz de tudo para seguir no poder.

Há pressão interna para Netanyahu reagir ao ataque iraniano. Em especial, dos membros de ultradireita de seu gabinete, como Itamar Ben-Gvir, ministro de segurança nacional, e Bezalel Smotrich, das finanças. O premiê precisa do apoio deles para não cair.

De todo modo, Netanyahu de alguma maneira se beneficiou dos ataques iranianos de sábado. Havia crescente crítica contra os bombardeios israelenses na Faixa de Gaza, que nos últimos seis meses mataram mais de 33 mil pessoas. Ao ser alvo de Teerã, Tel Aviv recuperou alguma boa-vontade em Washington e retirou o foco de Gaza.

> "Prolongar e expandir a guerra é do benefício de Netanyahu, já que o fim do conflito vai significar também o fim de sua carreira e possivelmente o começo de sua pena na prisão
>
> **Trita Parsi**
> analista e um dos fundadores do Conselho Nacional Iraniano Americano

Até porque o território palestino segue sob ataque, com a população passando fome. É esse conflito, inclusive, que tem exacerbado a tensão na região. O estopim foi o atentado da facção terrorista Hamas em 7 de outubro no sul de Israel, deixando cerca de 1.200 mortos. Israel tem revidado desde então, de modo considerado por muitos analistas como desproporcional.

Neste domingo (14), uma série de governos e entidades condenou os ataques iranianos. O Itamaraty emitiu uma nota dizendo que o Brasil acompanha "com grave preocupação" os ataques do Irã contra Israel, mas sem condenar Teerã, o que gerou críticas de entidades judaicas (leia abaixo). No ínterim, John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, foi à TV repetir que Biden não quer guerrear com o Irã. A mensagem parecia em parte direcionada a Netanyahu. Sem apoio americano, Israel estaria vulnerável a ataques de Teerã.

Para Parsi, a estratégia das grandes potências, incluindo os EUA, é convencer Israel de que este capítulo está encerrado —com o placar zerado, por assim dizer— e impedir outro revide. Até porque, diz ele, "a região estava à beira de uma grande guerra e segue assim".

Avião da Força Aérea de Israel pousa após suposta operação para interceptar drones lançados pelo Irã, na noite de sábado (13) Forças Armadas de Israel/AFP

Atitude do Brasil de não condenar Teerã é decepcionante, afirma embaixador israelense

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, afirmou à **Folha** que é decepcionante o Itamaraty não ter condenado diretamente o Irã pelos ataques lançados no sábado (13) contra Israel.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou acompanhar com "grave preocupação" os "relatos de envio de drones e mísseis do Irã em direção a Israel".

"Nós esperávamos algo mais decisivo [do Itamaraty]. Vamos dizer, uma condenação de um ataque desse porte contra Israel. E não aconteceu. Você viu o anúncio e não é algo que condena esse ataque. Nós achamos que é decepcionante que não seja uma clara condenação da situação. Mas este foi o anúncio oficial do Itamaraty, e temos que viver com isso. Eles precisam viver com isso", afirmou Zonshine à **Folha**.

O diplomata está desde sexta (12) em Israel com familiares. A entrevista foi feita por videoconferência.

Zonshine afirma que o ataque iraniano foi "direto e óbvio". A falta de qualquer margem de dúvida sobre a autoria, prosseguiu, é a principal razão pela qual Israel contava com um posicionamento diferente do governo.

"O Brasil se define como um país que defende a paz e a resolução de conflitos de forma pacífica. Quando existe um ataque desse porte, direto, óbvio, nenhuma situação pouco clara... então a expectativa era ouvir de uma forma mais clara. O fato de o Brasil não ter feito isso você tem que perguntar ao Itamaraty. Por que não fizeram? Se tem a ver com a crise diplomática que estamos vivendo ou algo a mais, eu não sei. É algo que você deveria perguntar ao Itamaraty".

O comunicado do Itamaraty, divulgado ainda na noite de sábado, também "apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada".

Afirma ainda que o governo brasileiro sempre alertou para os riscos do alastramento das hostilidades para a Cisjordânia e outros países do Oriente Médio, "como Líbano, Síria, Iêmen e, agora, o Irã".

Por último, o Itamaraty recomendou a cidadãos brasileiros que evitem viajar para países da região. "O Itamaraty vem monitorando a situação dos brasileiros na região, em particular em Israel, Palestina e Líbano desde outubro passado".

Brasil e Israel estão imersos em uma crise diplomática desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante uma viagem à Etiópia em fevereiro, comparou a ofensiva militar israelense em Gaza à decisão de Adolf Hitler de matar os judeus —numa referência ao Holocausto.

A fala gerou reação imediata do governo Binyamin Netanyahu, que, além de criticar Lula publicamente, convocou o embaixador do Brasil em Tel Aviv, Frederico Meyer, para uma reunião de repreensão.

Lula foi ainda declarado persona non grata em Israel. O governo brasileiro, por sua vez, convocou Meyer para voltar a Brasília.

Para Zonshine, o envio de drones e mísseis do Irã contra Israel leva o conflito entre os dois países a um outro nível.

"Este ataque é um novo estágio, um novo nível no conflito entre Israel e Irã. Não é algo que começou ontem ou há uma semana. Pelo menos nos últimos seis meses nós temos essa questão com o Irã, eles estão apoiando o Hezbollah, o Hamas, o Jihad Islâmico, os houthis e todas essas organizações, mas eles atuavam por terceiros. Ontem foi um ataque direto do território de um país ao outro", afirmou.

O chefe da missão diplomática reconheceu que Brasil e Israel não atravessam o melhor momento da relação bilateral —"isso é óbvio". "Há coisas que foram ditas que talvez não deveriam ter sido ditas, dos dois lados", avaliou.

"Elas não contribuíram para colocar a relação de volta nos trilhos. Como embaixador no Brasil, minha preferência e meu objetivo é voltar a relações normais, ao menos tão boas como eram antes".

A atriz pornô Stormy Daniels, pivô de processo contra Trump 23.fev.18/Reuters

Trump começa a ser julgado em caso que pode levá-lo à prisão

BOA VISTA O primeiro ex-presidente dos Estados Unidos réu em um caso criminal começa a ser julgado nesta segunda (15), em Nova York, e pode terminar o processo na cadeia. A chance de prisão, ainda que baixa, de um antigo ocupante da Casa Branca já seria marcante, mas falamos de Donald Trump, candidato a voltar ao poder em novembro.

Trata-se de 34 acusações de falsificação de registros financeiros de sua empresa, que teria ocorrido a partir do segundo semestre de 2016, ainda durante a campanha eleitoral que levou o republicano à Presidência. Este é o primeiro dos quatro casos criminais contra o ex-presidente —e provavelmente o único a ser julgado antes da eleição.

Michael Cohen, assessor de Trump, teria pagado US$ 130 mil à atriz pornô Stormy Daniels em acordo para que ela não falasse sobre suposto caso com o empresário, segundo a Promotoria.

Depois, já durante seu mandato na Casa Branca, o republicano teria reembolsado Cohen com depósitos feitos pela empresa de Trump, dinheiro disfarçado de despesas legais da companhia, o que violaria, de acordo com os promotores, leis de Nova York.

Nesta segunda, o júri será escolhido, algo que por si só tem levantado críticas de apoiadores de Trump e do próprio ex-presidente, que acusa o promotor Alvin Bragg de caça às bruxas e diz que qualquer seleção do júri durante uma campanha eleitoral não será totalmente imparcial.

Trump também tem apelado a bravatas e críticas ao juiz do caso, Juan Merchan, e acusado possíveis testemunhas, como Cohen e Daniels, de mentir. Merchan impôs uma ordem de silêncio ao republicano, proibindo que ele se manifestasse publicamente sobre o caso.

Além disso, claro, há o próprio impacto eleitoral. Pesquisa Ipsos/Politico conduzida no começo de março mostra que mais de um terço dos eleitores independentes —nem democratas, nem republicanos— disseram que uma condenação no caso diminui sua chance de apoiar Trump.

Dada a previsão de disputa acirrada contra Joe Biden, isso pode custar caro. Por isso a defesa do republicano tentou até o último instante adiar o julgamento, recebendo três negativas da corte de apelação.

Há chances de Trump ser preso: a previsão de sentença para crimes do tipo no estado é de até 4 anos de reclusão, mas é mais comum julgamentos assim terminarem sem encarceramento ou com liberdade condicional para réus primários em casos não violentos.

entrevista da 2ª

Alex Wong - 25.jul.23/Getty Images/AFP

Stuart Russell
Uma das maiores referências em inteligência artificial, é professor de ciência da computação na Universidade da Califórnia em Berkeley e autor de "Inteligência Artificial a Nosso Favor". Foi vice-presidente do Conselho de IA e Robótica do Fórum Econômico Mundial e atuou como consultor da ONU para o controle de armas.

Stuart Russell

Nada impede a criação de inteligência artificial que destruirá o mundo

Convidado do Fronteiras do Pensamento, professor de Berkeley defende controle sobre sistemas antes que seja tarde demais

TEC

Gustavo Soares

SÃO PAULO Stuart Russell, professor de ciência da computação da Universidade da Califórnia em Berkeley e autor do livro "Inteligência Artificial a Nosso Favor", não é lá muito fã do ChatGPT.

Não porque ele vai tomar seu emprego em uma das universidades mais renomadas dos EUA ou porque vai destruir a sociedade como a conhecemos. É porque, ao contrário do que o entusiasmo em torno das IAs generativas faz parecer, ele não o considera muito inteligente.

"Ele faz coisas interessantes, mas parece que faltam grandes capacidades de raciocínio e planejamento, de refletir sobre suas próprias operações, sobre seu próprio conhecimento", disse, em entrevista por videoconferência à **Folha**.

O pesquisador está mesmo preocupado é com o controle que exercemos sobre sistemas que nem sequer existem hoje.

São as AGI (inteligência artificial geral, na sigla em inglês), as IAs que serão capazes de fazer tudo que um ser humano faz e provavelmente melhor. Para ele, garantir que essas máquinas poderosas estejam sob o nosso controle é o que vai definir se continuaremos a existir como espécie —mas sem pressão.

É por isso que Russell foi um dos signatários da carta que pediu uma interrupção nas pesquisas avançadas em inteligência artificial. Elon Musk, Steve Wozniak, cofundador da Apple, e o escritor Yuval Noah Harari também assinaram. Sam Altman, CEO da OpenAI, dona do ChatGPT, não.

Russell diz que sua publicação, em março de 2023, foi o que deixou o mundo mais atento sobre os perigos da IA.

O professor de Berkeley é um dos palestrantes do próximo ciclo de conferências Fronteiras do Pensamento. Ele dará palestras no Brasil nos dias 30 de abril, em Porto Alegre, e em 2 de maio, em São Paulo.

*

Há um ano, o sr. foi um dos signatários de uma carta que pediu uma pausa em pesquisas avançadas de IA por ao menos seis meses. O que mudou desde sua publicação? Mudou quase tudo. É interessante porque, quando a carta foi divulgada, muitas pessoas disseram que ninguém daria atenção. Mas, na verdade, nos seis meses seguintes, não foram anunciados sistemas mais poderosos do que o GPT 4 [versão mais avançada do motor que roda o ChatGPT]. E o mundo basicamente acordou.

Houve reuniões de emergência na Casa Branca e na ONU. A China anunciou uma regulação muito rígida para sistemas de IA. Geoffrey Hinton renunciou ao seu cargo no Google para expressar suas preocupações. O Reino Unido mudou completamente de posição. Se o ritmo de trabalho de pessoas da área é um sinal de progresso, então houve um enorme progresso no mundo, tanto na compreensão da questão quanto na disposição de lidar com ela.

A OpenAI pode lançar o GPT 5 ainda neste ano, então talvez eles não concordem muito com a carta. Bem, a carta mencionava seis meses, e já se passou um ano. Mas eu acho que as empresas se sentem em uma corrida. Sob a lei atual, nada as impede de construir sistemas muito grandes. Na verdade, nada as impede de construir um sistema que destruirá o mundo.

Elas sentem que é melhor construir esse sistema antes que outra empresa o faça. E elas parecem reconhecer que há mesmo um risco de ser o fim do mundo. Mas, até agora, não parece ter passado pela cabeça delas simplesmente parar. Sam Altman já disse que vai construir a AGI e só depois descobrir como torná-la segura. Isso é loucura.

A pesquisa em IA hoje parece estar concentrada nas big techs. A OpenAI é financiada pela Microsoft e concorre diretamente com o Google. Essa concentração nos estágios iniciais do setor não é prejudicial? Não sei se isso representa um mercado muito concentrado. Além das grandes empresas, existem algumas startups muito bem financiadas construindo sistemas concorrentes. O custo de entrada é significativo se você quiser que seu sistema se expanda e seja usado por milhões de pessoas, mas eu não acho que as barreiras sejam enormes. O que me preocupa é ver que a Microsoft está absorvendo uma dessas startups, a Inflection. Isso não é saudável.

O ChatGPT foi lançado no momento certo, no fim de 2022? Consigo entender o motivo econômico para terem feito isso. Eles sentiram que sairiam na frente das outras empresas. Isso teve o efeito de expor milhões de pessoas a um aperitivo do que seria se tivéssemos disponível uma IA de verdade.

Foi também um choque para o mundo. Possibilitou conversas com chefes de Estado e políticos sobre os riscos e o impacto da IA. Nesse sentido, eles fizeram um favor ao mundo.

Por outro lado, vimos muitas maneiras pelas quais o ChatGPT falha, dando respostas sem sentido, inventando coisas. Eu acho que eles viram a humanidade como milhões de cobaias de um produto.

> Ele [ChatGPT] faz coisas interessantes, mas parece que faltam grandes capacidades de raciocínio e planejamento, de refletir sobre suas próprias operações, sobre seu próprio conhecimento

> Vimos muitas maneiras pelas quais o ChatGPT falha, dando respostas sem sentido. Acho que eles viram a humanidade como milhões de cobaias

> Estamos construindo sistemas cada vez mais poderosos que não entendemos e não controlamos. Temos de resolver o problema do controle antes de criarmos a AGI (inteligência artificial geral)

Gostaria que as empresas se esforçassem para entender como seus sistemas funcionam e dissessem que são capazes de controlá-los, para garantir que não farão coisas inaceitáveis. Mas não estão fazendo isso. E acho que a única maneira de fazerem isso é regulando.

Então o ChatGPT não é uma IA de verdade? Ele faz muitas coisas interessantes, mas parece que faltam grandes capacidades de raciocínio e planejamento, de refletir sobre suas próprias operações, sobre seu próprio conhecimento.

Se você olhar o AlphaGo, que venceu o campeão mundial de Go, ele não tem nada a ver com o ChatGPT. O AlphaGo é um sistema de IA muito clássico que raciocina sobre possíveis estados futuros do jogo. É um plano básico que remonta aos anos 1950.

Mas com o ChatGPT não temos ideia do que está acontecendo. Ele finge jogar xadrez e, muitas vezes, parece fazer boas jogadas, mas, de repente, fará uma jogada que nem é permitida. E isso sugere que na verdade nunca esteve jogando xadrez. É uma miragem.

O AlphaGo seria então mais inteligente, mesmo que o ChatGPT tenha sido treinado com terabytes de dados de toda a internet? Isso só ilustra a necessidade de ter essas outras formas de computação, além dessa na qual você apenas insere um input em uma rede para obter um output. O ChatGPT não consegue sentar e pensar em algo. Funciona como um circuito onde o sinal entra, passa e sai.

Será que conseguiríamos obter melhorias no ChatGPT de forma que ele seja capaz de raciocinar e planejar de forma confiável? Ou fazemos híbridos nos quais usamos o ChatGPT como apenas um componente? Ou será que precisamos de alguma concepção nova, que não tenha a ver com nenhum desses tipos?

Como o sr. define a AGI? Em termos gerais, sistemas de IA que podem aprender rapidamente a executar, em nível humano ou super-humano, qualquer tarefa. Isso excederia as capacidades humanas em todas as dimensões.

E esses tipos de IA como o ChatGPT estão próximos de uma AGI? Temos evidências de que esses grandes modelos transformadores estão aprendendo algo de interessante. Não estão apenas procurando frases semelhantes em seus bancos de dados e depois respondendo. É um circuito complexo.

Ao treiná-lo para prever a próxima palavra, você está forçando-o a desenvolver pelo menos algumas das estruturas internas que representam o mundo e algumas formas de raciocínio que não entendemos completamente.

O grande problema é que não temos a menor ideia do que está acontecendo dentro do GPT 4. E estão produzindo o GPT 5. A solução deles é aumentar e adicionar mais dados. Não acho que vá funcionar.

Quando eles chegarem ao GPT 5, terão usado praticamente todo o texto que existe no universo. Então não haverá mais dados de treinamento. E, se o sistema não mostrar uma melhoria nas suas capacidades, pode ser um sinal de que esse tipo de pesquisa atingiu um teto.

Não sei qual impacto isso terá nos investimentos, mas suponho que algumas pessoas ficarão decepcionadas e poderão parar de investir.

Por que diz que não entendemos o que está por trás do GPT? As pessoas que o fizeram também não entendem. São trilhões de parâmetros. Entender o que está acontecendo por dentro é muito complexo para nós. Pode não ser compreensível, ele pode estar realizando processos estranhos ao pensamento humano.

A chegada da AGI nos levará imediatamente a um cenário distópico, como uma Skynet de "O Exterminador do Futuro" assumindo o controle? A história da Skynet e de muitos outros filmes envolve a máquina se tornando consciente e depois decidindo que odeia a raça humana. Mas, na verdade, ninguém que trabalha com segurança da IA está preocupado com isso, porque não tem nada a ver com isso.

O que importa é se o sistema é competente. Se ele é bom em agir de forma a alcançar seus objetivos. Se você jogar contra o melhor programa de xadrez, no nível mais alto, você não terá chance alguma. E por que isso? Não é porque ele é consciente, é porque ele é melhor.

Pegue esse conceito e estenda para o mundo inteiro, supondo que o sistema seja simplesmente mais competente do que a raça humana em alcançar seus objetivos. E, então, se esses objetivos não estiverem alinhados com o que os humanos querem que o futuro seja, teremos um problema.

Como manter para sempre o poder sobre entidades que são mais poderosas do que nós mesmos? Essa é a pergunta que precisamos fazer.

Estamos próximos de alcançá-la? Eu acho que estamos mais longe do que algumas pessoas acreditam. Alguns dos meus colegas muito renomados, como Geoffrey Hinton, que é um dos principais pioneiros nessa área, acredita que a alcançaremos em cinco anos. Eu acho que ainda precisamos de grandes descobertas.

E eu não acho que a AGI virá apenas tornando os sistemas maiores. Acho que precisamos de mais avanços conceituais, que têm acontecido rapidamente nos últimos anos. Então, não tenho certeza, mas acho que levará um pouco mais do que cinco anos.

Podemos ser otimistas sobre o futuro da IA? Bem, há dois tipos de otimismo. Há o otimismo de que a IA gerará muito dinheiro, produzirá muitos lucros e resolverá muitos problemas importantes no mundo. E, então, há o otimismo de que continuaremos a existir como espécie.

Não tenho certeza se otimismo é a palavra certa, porque temos que decidir como vamos proceder. E, no momento, estamos agindo na direção errada.

Estamos construindo sistemas cada vez mais poderosos que não entendemos e não controlamos. Temos de resolver o problema do controle antes de criarmos a AGI. Os governos deveriam exigir que as empresas garantam que seus sistemas se comportem adequadamente.

Morador pega ônibus no distrito de Marsilac; única linha vai até o terminal Varginha, na mesma região Fotos Karime Xavier/Folhapress

Distrito mais longe do centro de SP segue esquecido aos 90

Marsilac, a 52 km da Sé, tem problemas com saúde, transporte e sinal de celular

Bruno Lucca e Karime Xavier

SÃO PAULO "Aqui é o fim de mundo. Nada funciona direito e ninguém liga pra gente", gritou Mariângela Souza, 44, sentada no único ponto da única linha de ônibus no Marsilac, distrito mais distante em relação ao centro de São Paulo, no extremo sul. Partindo da praça da Sé, são 52 km de estrada. Duas horas de carro.

Era uma quinta-feira e a funcionária pública temia se atrasar para o trabalho pela terceira vez na semana por culpa do transporte público. Um coletivo do itinerário 6L01/10 —até o terminal Varginha, na mesma região— deveria partir a cada hora.

O tempo passava, a fila crescia, e Mariângela ficava mais irritada. Então, tentou arrancar do fiscal o motivo do problema e uma solução imediata. Ignorada, tentou chamar a polícia. O batalhão da área, porém, estava vazio.

Voltando de lá, ela passou por uma venda e flagrou dois motoristas de ônibus tomando cerveja. "Eles são bêbados e acham que o povo é palhaço. Se eu for demitida por causa deles, a casa vai cair."

O proprietário do estabelecimento é Mitsuhoshi Tanaka, 70, conhecido como Japonês, apesar de nascido ali mesmo, filho de pais orientais. Seu endereço, logo na entrada do Marsilac, funciona como mercado, padaria, restaurante, pet shop e bar. Este último faz mais sucesso.

Sobre os clientes motoristas, o comerciante disse evitar julgamentos. Pagando, ele vende, não importa a quem.

Entranhado em densa mata atlântica, o Marsilac é o mais bucólico dos distritos paulistanos. Repleto de fazendas, trilhas e cachoeiras, e fazendo divisa com o litoral sul paulista, ele teve seus primeiros sítios capinados e barracos erguidos em meados de 1934. Sua fundação acompanhou a construção do ramal Mairinque-Santos da Estrada de Ferro Sorocabana.

Havia três estações no percurso: a Rio de Campos, a Evangelista de Souza e a Engenheiro Marsilac —homenagem a um dos engenheiros projetistas, José Alfredo de Marsillac. Posteriormente, o nome da parada foi emprestado àquela área.

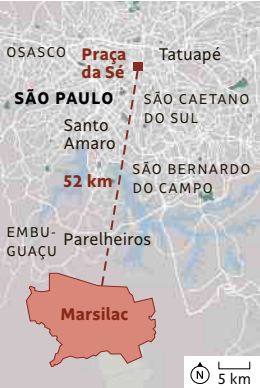
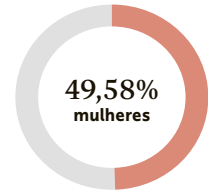
O comerciante Mitsuhoshi Tanaka, 70, no estabelecimento que é bar, pet shop e mercado

Até 1935, a região pertenceu ao então município de Santo Amaro, hoje anexado a São Paulo. Já parte mais ao sudeste do distrito, o bairro de Evangelista de Souza, abraçado pelo rio Capivari e com seu horizonte marcado pela Serra do Mar, fez parte da cidade de São Vicente até 1944, quando foi anexado à capital.

Hoje, o local de 200 km² possui 11.443 moradores, a menor população de um distrito paulistano. Apesar disso, teve crescimento populacional de 38% no período 2020 a 2022, o segundo maior da cidade, atrás apenas da Barra Funda, na zona oeste.

Mesmo com mais gente, há casas de sobra. Dos domicílios particulares, 34% estão desocupados. É a maior proporção em São Paulo.

A renda média ali é de R$ 2.359,84, sendo a do município de 3.488,96. Os dados são de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e prefeitura.

Sinal de celular é quase inexistente no distrito. Um pontinho surge na parte superior da tela dos aparelhos que são levados ao ponto mais alto da região, onde há uma casa, um campo de futebol e uma antena telefônica, instalada em 2022 pela Tim. O equipamento é motivo de controvérsia.

Moradores afirmam nunca ter sido ligado. A empresa diz funcionar normalmente.

A **Folha** conferiu. Três celulares foram levados ao Marsilac. Dois com chips da operadora italiana e outro com da Vivo. Todos ficaram fora do ar até chegarem ao topo da colina, chamado de "clube" pelos frequentadores. Eles levam até cadeiras para fazer suas ligações com mais conforto.

Outra tarefa árdua é assistir à televisão. Girar a antena para lá, empurrar ela para cá, mudar de lugar. Nada resolve. Às vezes, por interferência da sorte, um canal funciona. "Costuma ser o que a gente não quer, né?", brinca o feirante Guilherme Gomes, 23.

Apenas uma UBS (Unidade Básica de Saúde) atende o distrito. Ela está instalada numa antiga casa, repleta de pequenos cômodos e desprovida de janelas. Quando a solitária médica falta, algo recorrente segundo relatos, são os enfermeiros os responsáveis pelo atendimento a doentes, vários acometidos por dengue. O distrito vive pela primeira vez desde 2015 uma epidemia da doença, com mais de 300 casos por 100 mil habitantes.

Em meio a tantas adversidades, dois serviços são elogiados pelos habitantes. O primeiro é a internet por fibra ótica. Uma distribuidora paralela oferece o serviço por valores acessíveis. Há planos de R$ 75 a 200, e vizinhos costumam compartilhá-los para aliviar as finanças.

A educação também agrada. A escola estadual da jurisdição, Profª. Regina Miranda Brant de Carvalho, tem estrutura reformada, quadra esportiva, laboratório de informática e transporte gratuito para os estudantes vindos de áreas rurais. Em indicadores de ensino, contudo, há problemas.

"Quem quer um futuro melhor tem que sair daqui", desabafa Sebastião Silva, 78. O aposentado vive no Marsilac desde o início dos anos 2000, após sair do Jaraguá (zona norte). Ele vive com um salário mínimo, sozinho, pagando R$ 350 de aluguel e uma dívida de R$ 400 oriunda de um empréstimo. O pouco que sobra vai para a alimentação.

"Não tenho nada para fazer. Não tenho muitos amigos, não tenho expectativa de coisas melhores", relata.

Procurada, a SPTrans, gestora do transporte público municipal, disse repudiar veementemente atos e comportamentos de motoristas das empresas concessionárias a colocar em risco a vida ou desrespeitem o passageiro.

"Acionamos a fiscalização para intensificar imediatamente o acompanhamento do serviço prestado e apurar a denúncia de má conduta dos motoristas e do fiscal da linha", diz a nota. "Caso seja constatada irregularidade, a concessionária Transwolff será autuada e acionada para tomar as medidas cabíveis."

Já a Secretaria da Saúde informa que a UBS Marsilac atende no modelo estratégia saúde da família, priorizando o acompanhamento dos moradores a longo prazo. A equipe é composta por médica generalista, dois enfermeiros, três auxiliares de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde, afirma a gestão Ricardo Nunes (MDB).

Também há cirurgião dentista, auxiliar de saúde bucal, farmacêutico, psicólogo, nutricionista, agente de promoção ambiental, auxiliares técnicos administrativos, técnico de farmácia e um gerente, afirma a prefeitura.

"A médica citada na reportagem atua na unidade há nove meses e, quando necessário, a gestão providencia a cobertura imediata de profissional plantonista", diz a pasta.

Marsilac, 90 anos

O distrito em números

Área: 200 km²

População: 11.443 (0,07% da cidade de SP)

Idade média: 34,9

Renda média da população: R$ 2.359,84 (Na cidade, R$ 3.488,96)

Fontes: Prefeitura de São Paulo e IBGE

> Aqui é o fim de mundo. Nada funciona direito e ninguém liga pra gente
>
> **Mariângela Souza, 44**
> servidora pública e moradora do distrito de Marsilac, extremo sul de São Paulo

PM faz buscas por soldado desaparecido na Baixada Santista

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Equipes da Polícia Militar realizaram neste domingo (14) buscas de um soldado da corporação desaparecido na Baixada Santista. O veículo do policial foi encontrado abandonado na rodovia Cônego Domênico Rangoni, que corta a cidade de Guarujá (SP).

As informações iniciais indicam que o policial mora no litoral paulista, mas trabalha em um batalhão na cidade de São Paulo. Ele teria ingressado na corporação há dois anos.

A assessoria de imprensa da PM confirmou a ação e o desaparecimento. "A Polícia Civil investiga o desaparecimento de um policial militar, em Guarujá", diz, em nota. "O caso está sendo registrado como desaparecimento de pessoa na Delegacia de Polícia de Guarujá. Detalhes serão preservados para garantir autonomia ao trabalho policial."

A Baixada Santista tem sido destaque no noticiário policial desde o assassinato do soldado da Rota Patrick Bastos Reis, 30, na noite de 27 de julho de 2023 em Guarujá. Suspeitos do homicídio foram presos dias depois. Desde então, a PM reforçou o patrulhamento no litoral com equipes da capital, Grande São Paulo e interior do estado.

Menos de 24 horas após a morte de Reis, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) colocou em prática a Operação Escudo, intervenção policial criada como resposta a ataques a policiais militares.

Ao menos 28 pessoas morreram em supostos confrontos com policiais entre os dias 28 de julho e 5 de setembro, durante a Operação Escudo.

Uma nova investida, ainda mais letal, foi colocada em prática após uma segunda morte de um soldado da Rota na região no dia 2 de fevereiro.

O PM Samuel Wesley Cosmo foi assassinado com um tiro, gravado pela câmera presa em sua farda, disparado por um criminoso. Cosmo participava de uma ação em uma favela de palafitas na periferia de Santos, quando se separou de sua equipe e passou a patrulhar vielas sozinho.

O policial foi baleado e o bandido fugiu. Um suspeito do crime foi preso posteriormente.

Como resposta à morte, a gestão Tarcísio realizou uma investida denominada de Operação Verão. Entre os dias 3 de fevereiro e 1º de abril ao menos 56 pessoas morreram em supostos confrontos com policiais, a maioria em Santos.

A escalada de mortes no litoral paulista resultou em uma série de críticas à atuação da polícia, entre as quais está uma queixa ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) apresentada em março pela Conectas Direitos Humanos e a Comissão Arns.

Ao ser questionado sobre o tema, na ocasião, o governador afirmou que não está "nem aí" para a denúncia feita pelas entidades de supostos abusos cometidos durante a Operação Verão.

"Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí", disse Tarcísio.

Docentes de federais fazem greve a partir desta segunda

MEC diz que participa de mesas de negociações sobre reajustes salariais

Jorge Abreu

SÃO PAULO Professores de universidades, centros de educação tecnológicas e institutos federais das cinco regiões do Brasil decidiram entrar em greve a partir de segunda-feira (15). A categoria exige reajuste salarial de 22%, a ser dividido em três parcelas iguais de 7,06% — a primeira ainda para este ano e outras para 2025 e 2026.

A Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) afirma que, além da recomposição salarial, existe a necessidade de investimentos públicos nas instituições federais de educação, diante da corrosão desses investimentos no governo passado, sob Jair Bolsonaro (PL).

"Necessitamos de uma reorganização da carreira dos professores e de se ter um grande revogaço de medidas restritivas de direitos, de caráter regressivo, que foram implementados nos últimos anos, de natureza previdenciária, que tiraram direitos e afetam diretamente a aposentadoria, medidas que inibem o exercício do direito de greve, entre outras tantas", disse Gustavo Seferian, presidente da Andes e professor de direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

De acordo com o panorama do sindicato, três instituições ligadas à entidade já paralisaram as atividades. Na segunda, outras 17 entrarão em greve. Cinco anunciaram indicativos de greve (com previsão de paralisação) e oito estão em estado de greve (alerta de que podem entrar em greve).

Docentes de universidades não ligadas à Andes também podem entrar em greve — caso da UFMG, que também anunciou parar a partir de segunda.

Em nota, o MEC (Ministério da Educação) informou que as equipes da pasta vêm participando da mesa nacional de negociação, das mesas específicas de técnicos e docentes instituídas pelo MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e da mesa setorial que trata de condições de trabalho.

"O MEC vem enviando todos os esforços para buscar alternativas de valorização dos servidores da educação, atento ao diálogo franco e respeitoso com as categorias. No ano passado, o governo federal promoveu reajuste de 9% para todos os servidores", diz o texto do governo Lula (PT).

Além das 69 universidades, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é formada pelos institutos, Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica, no RJ e MG), pelas escolas técnicas vinculadas às universidades, pelo Colégio Pedro 2º e pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

Os professores aderem ao movimento iniciado por servidores técnico-administrativos em educação no dia 11 de março, com participação de trabalhadores de 50 universidades e de quatro institutos. A categoria pede a reestruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, incluindo a recomposição salarial.

A Andifes, que representa dirigentes de 69 universidades e os dois centros de educação tecnológica, afirma que a "greve é um direito constitucional garantido aos trabalhadores e as seções sindicais e os servidores têm autonomia para deliberar quanto à participação no movimento".

Onde professores decidiram pela greve*

A partir desta segunda

- Cefet-MG
- IFPI
- Unilab
- UnB
- UFJF
- UFOP
- UFPel
- UFV
- UFCA
- UFC
- UFES
- UFMA
- UFPA
- UFPR
- UFSB
- Unifesspa
- UTFPR

Já estão em greve

- FURG
- IFRS (campus Rio Grande)
- IFSULDEMINAS

Indicativo de greve após 15/4

- Cefet-RJ
- IFRS campi Alvorada, Canoas, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rolante e Viamão;
- UFS
- UFU
- UFRA

*Na lista fornecida pela Andes-SN; outras instituições não ligadas ao sindicato também podem parar

22%

é o reajuste salarial exigido pela categoria, a ser dividido em três parcelas a serem pagas neste ano, em 2025 e em 2026

Novo mapa-múndi divulgado pelo IBGE coloca o Brasil no centro da projeção @MarcioPochmann no X

Ex-presidente do IBGE vê 'ruído excessivo' sobre mapa com Brasil no centro do mundo

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O ex-presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Roberto Olinto avalia que há um "ruído excessivo" nos debates envolvendo o novo mapa-múndi do órgão.

A projeção cartográfica, lançada nesta semana com a 9ª edição do Atlas Geográfico Escolar, traz o Brasil no centro do mundo — e não mais à esquerda de quem vê os mapas, como costuma ocorrer. A ideia despertou polêmica nas redes sociais.

Para Olinto, o trabalho segue parâmetros técnicos. Nesse sentido, ele diz que outros países já produziram projeções semelhantes, com seus territórios no centro.

O ex-presidente também lembra que, em 2007, o próprio IBGE anunciou que o 4º Atlas Geográfico Escolar colocava o Brasil no centro de mapas temáticos.

"Vários países fazem isso. O Japão faz isso, a China faz, tem um mapa-múndi que bota as Américas no centro. Não tem nada de mais, o IBGE já fez isso no passado", afirma Olinto, que comandou o instituto de 2017 a 2019.

O ex-presidente, por outro lado, vê um problema no que chama de "relevância excessiva" dada pelo instituto à divulgação do trabalho.

"Claro que existe uma questão política na discussão de como você faz o mapa, se é eurocentrado ou centrado num país. Isso não deveria ser assunto do órgão de Estado chamado IBGE. O IBGE segue padrões, e esse é possível. A discussão a partir daí é que não deve ser feita", diz Olinto, que hoje é pesquisador associado do FGV Ibre.

"É um ruído excessivo, mas acho que tem problema dos dois lados. Tem de tomar muito cuidado na divulgação para não gerar isso", acrescenta.

O novo mapa foi apresentado em um evento no Rio de Janeiro na terça-feira (9). O atual presidente do IBGE, Marcio Pochmann, compartilhou informações sobre o lançamento em seu perfil no X (ex-Twitter).

Na rede social, ele também postou fotos da apresentação do mapa para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ministros e senadores.

Pochmann escreveu que "o novo IBGE mostra o Brasil no centro do mundo" e que os mapas "representam a própria face de uma nação".

O novo mapa-múndi do IBGE ainda mostra uma marcação dos países que compõem o G20. Nas redes sociais, o trabalho recebeu críticas e elogios.

Chamado de "lacração geográfica" por alguns e "ícone decolonial" por outros, o mapa polarizou internautas.

Operação de resgate encontra barco à deriva com corpos no Pará

RIO DE JANEIRO Pescadores encontraram um barco à deriva com corpos na costa da região nordeste do Pará na manhã deste sábado (13).

Até o início da noite deste domingo (14), não havia confirmação oficial do número de mortes, nem quanto à nacionalidade das vítimas.

Há suspeita de que elas sejam estrangeiras.

Conforme a Defesa Civil do município de Bragança (a 214 km de Belém), os pescadores localizaram a embarcação na região da baía do Maiaú, próxima da ilha de Canelas. O local é considerado de difícil acesso.

A Polícia Federal abriu uma investigação para apurar o caso e, neste domingo, fez uma operação para resgatar o barco com os corpos.

No início da tarde do domingo, a Polícia Federal divulgou imagens aéreas que mostram o barco com os corpos sendo rebocado por outra embarcação.

"É muito provável que se trate de um barco estrangeiro, porque, preliminarmente, não foi detectado sumiço de pescadores da região", afirmou Ubiranilson Oliveira, coordenador municipal da Defesa Civil de Bragança, em entrevista à **Folha** neste sábado.

Em um vídeo compartilhado nas redes sociais, que seria do momento no qual os pescadores localizaram a embarcação, é possível ouvir pessoas falando em "muita gente morta" e também "mais de 20" vítimas.

"O exame do barco e análise preliminar dos corpos serão feitos amanhã [segunda-feira, 15] para confirmar (ou não) a hipótese do barco ter vindo da África", disse a Polícia Federal.

A Marinha do Brasil informou que tomou conhecimento na manhã de sábado da embarcação encontrada à deriva por pescadores nas proximidades da ilha de Canelas.

Uma equipe de inspetores navais foi acionada para se deslocar até o local.

O objetivo é apurar informações para abertura de investigação do IAFN (Inquérito sobre Acidentes e Fatos da Navegação).

Ainda no sábado, agentes da Polícia Federal no Pará foram acionados para o atendimento da ocorrência. Além deles, peritos e papiloscopistas da sede da corporação, em Brasília, foram deslocados para a região.

"Um dos principais objetivos é descobrir quem eram as pessoas no barco, usando protocolos de Identificação de Vítimas de Desastres (DVI)", afirmou a Polícia Federal, em nota.

O MPF (Ministério Público Federal) do Pará, por sua vez, anunciou a abertura de duas investigações nas áreas cível e criminal.

"Uma investigação criminal foca em eventuais crimes cometidos e na responsabilização penal de autores. A investigação cível concentra-se em questões de interesse público e na proteção de direitos que não necessariamente envolvem crimes", disse o Ministério Público Federal. **LV**

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Roqueira mineira que foi trilha sonora de novelas

JUNIA LAMBERT (1959 - 2024)

Isabella Menon

SÃO PAULO Nascida em Belo Horizonte, Junia Lambert é definida como uma pessoa impulsiva, cantora excepcional e amiga extrovertida.

A mineira veio de família ligada à cultura. Sua tia era dona de uma escola de dança, e o avô foi secretário de Cultura no período em que Juscelino Kubitschek (1902-1976) foi governador de Minas Gerais.

Em casa, a mãe era exigente em relação aos estudos tradicionais, mas Junia sempre foi incentivada a conhecer e praticar arte. Por isso, a dança entrou em sua vida, mas, logo em seguida, ela se interessou pela música.

O radialista Marcos Kacovicz foi amigo da cantora desde os 15 anos. Em 2022, ele a entrevistou para uma série que chamada "Mulheres no Rock". Na ocasião, Junia contou que aprendeu a tocar guitarra com um amigo.

"A Junia sempre foi extrovertida e teve uma capacidade de impressionante de aprender, como uma autodidata", relembra Kacovicz.

"Ela tinha um potencial fabuloso e ótimas músicas."

O amigo lembra que foi depois de assistir a um show da banda Tutti Frutti, na época tocando com Rita Lee (1947-2023), que Junia decidiu seguir a carreira musical.

"Ela se enturmou com a banda e com a Rita. Na época, existia essa facilidade de conversar com todo mundo, e Rita ficou encantada com ela", diz.

Ao longo da carreira, músicas de Junia foram trilha sonora de novelas da TV Globo, como a faixa "Limousine Grana Suja", que tocava em "Cara e Coroa" (1995), e "Sem Roupa", que aparecia em "Quem É Você" (1996).

Além de Rita Lee, ela também se acercou de Cássia Eller (1962-2001), com quem chegou a cantar em um show.

Apesar de em alguns lugares Junia ser lembrada como "Rita Lee mineira", o amigo de longa data não concorda com a comparação. "As duas faziam um rock clássico, mas a Junia tinha a identidade dela."

No início da carreira, Junia era mais conhecida como a jovem de Minas que tocava guitarra. "Na época, era raro que garotas que tocassem guitarra, e ela, nos anos 1970, já tinha uma banda com formação só de mulheres", lembra.

Adriano Campagnani, que tocou com Junia durante os anos 1990, define a artista como uma mulher que estava sempre com uma guitarra na mão. "Ela era compositora, fazia as próprias músicas. Isso a diferenciava."

"Junia fazia rock com boas letras, bem tocado e bem gravado", conta. "Ela foi a mulher mais rock 'n' roll que eu já conheci."

Morreu aos 64 anos no dia 8 de março, em decorrência de uma parada cardíaca. Deixa dois irmãos, amigos e fãs.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Quem sou eu para lutar contra Zuckerberg?

Se não fossem as leis, estaríamos até hoje assistindo a propagandas de cigarro; a luta é da sociedade e do poder público

Giovana Madalosso

Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras

A penúltima coluna do Antonio Prata veio como uma mão estendida para mim. Nela, ele sustenta que a geração Z, a primeira que teve smartphone e rede social desde que se entende por gente, é mais deprimida, ansiosa, tem mais distúrbios alimentares e é mais propensa à automutilação do que qualquer outra, e sugere que deixemos nossos filhos longe das redes.

Por que me senti amparada pelo meu colega? Porque li a coluna no meio da sala, ladeada por minha filha e duas amigas dela, também crianças. Era justamente sobre o uso do smartphone que eu falava com elas, que dormiriam conosco naquela noite, os colchões arrumados ao lado do sofá. Já eram quase 22h, elas tinham aula no dia seguinte e eu pedia que, depois de um dia todo de uso, por favor, deixassem as telas de lado.

Flagrei o pânico em seus rostos. Uma pensou um pouco e disse que não podia largar o smartphone, precisaria dele para despertar. Falei que não se preocupasse, eu as despertaria. Pensou mais um pouco: mas é que eu tô acostumada com esse toque de marimba. A outra também se recusou a largar: só consigo jantar e dormir assistindo a vídeos.

Não me opus, mas talvez tenha suspirado antes de deixar o ambiente porque minha filha veio atrás de mim: que chata, mãe! Desse jeito ninguém vai querer dormir aqui em casa.

Tive vontade de chorar de cansaço. Pelo menos meu esforço não foi em vão: por não permitirmos que nossos filhos usem redes sociais até os 15 anos e tela antes de dormir, acabamos por criar três seres exóticos que leem livros quase todas as noites. Mesmo assim, não conseguimos impedir de passar pela nossa porta problemas com autoimagem, conversas precoces sobre regimes e skincare e algumas outras coisas bastante sombrias.

Não dá para demonizar a tecnologia: tudo depende do uso que fazemos dela. Chats e chamadas com amigos, por exemplo, podem fortalecer laços. Rede social é outra coisa, com assuntos impróprios para crianças, aquele perverso botão de validação (like me, please!) e mecanismos criados para reter ao máximo o usuário. Sem falar no risco sempre presente de phishing e pedofilia.

Esses dias alguém sugeriu que limitar o uso de redes é problema para as mães. Oba, mais uma função para nós, já tão sobrecarregadas. Além de machista, a sugestão é elitista: a maioria dos pais trabalha o dia todo e não têm condições de monitorar os filhos.

Sabiamente, Antonio Prata e tantos outros sugerem que essa luta deve ser abraçada pela sociedade. Vou além: pela sociedade e pelo poder público, como foi feito na Flórida, onde o governador assinou uma lei em que proíbe redes como TikTok e Instagram de concederem contas a menores de 14 anos, depois que diversas famílias e 40 estados americanos já tinham entrado na Justiça contra a Meta e outras big techs por prejudicarem a saúde física e mental dos jovens.

Exagero? Se não fossem as leis, estaríamos até hoje assistindo a propagandas de cigarro, se bobear em canais infantis.

Olhe para mim: sou apenas uma mãe exausta, de avental, no meio da sala. Como vou lutar sozinha contra as redes sociais com seus efeitos visuais e sonoros e seus superalgoritmos? Não consigo. E, honestamente, nem aguento mais fazer isso.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís F. Carvalho Filho

Indicadores da OMS e do Ministério da Saúde diferem sobre alimentação infantil

Pesquisa da UFBA mostra disparidade entre as orientações das autoridades para quatro referências relacionadas a crianças até 2 anos

SAÚDE PÚBLICA

Luana Lisboa

SÃO PAULO Os indicadores que avaliam alimentação infantil são diferentes entre a OMS (Organização Mundial da Saúde) e o Ministério da Saúde, de acordo com pesquisa da UFBA (Universidade Federal da Bahia) publicada na revista científica "Epidemiologia e Serviços de Saúde", em março.

Há disparidade entre as orientações para quatro indicadores que avaliam a alimentação complementar de crianças menores de dois anos.

A alimentação complementar inclui o grupo de alimentos oferecidos para a criança além do leite materno. A introdução dessa alimentação é o indicador com maior discordância dos órgãos de saúde.

A OMS avalia a introdução alimentar considerando a consistência dos alimentos oferecidos —se são sólidos, semissólidos ou pastosos. Já o MS (Ministério da Saúde) considera se as crianças consomem por dia duas frutas e uma refeição de sal. A população estudada atingiu em mais de 94,3% a primeira definição, enquanto a segunda tem apenas 20,7% de prevalência.

O estudo acompanhou 286 crianças nascidas nas maternidades de Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia, durante dois anos, realizando entrevistas e visitas domiciliares desde os primeiros 30 dias de vida de cada criança e retornos aos 6, 12 e 24 meses. As prevalências de alimentação complementar foram avaliadas de acordo com as definições da OMS de 2021 e do Ministério da Saúde de 2015.

Para a coleta de dados sobre a alimentação, os pesquisadores usaram um questionário contendo uma lista de 20 alimentos de diversos grupos alimentares —como cereais, grãos, raízes e tubérculos; leguminosas; carnes e ovos; legumes e verduras; frutas; leite e derivados. A partir das informações, foram construídos os indicadores para avaliação da alimentação complementar.

Os resultados do estudo mostraram que as práticas de alimentação complementar estão muito aquém do recomendado pelo Ministério da Saúde, mas não do recomendado pela OMS.

"Os critérios utilizados pelo MS para sua definição são mais minuciosos e levam em consideração as peculiaridades brasileiras. Já a OMS propõe orientações gerais para avaliação dos indicadores visando abranger maior variedade possível de países", afirma a professora associada da UFBA, Daniela Rocha.

Por isso, os autores sugerem que a avaliação das práticas alimentares seja pautada nos critérios do MS, tendo em vista a maior proximidade com o que é praticado na população do país.

O estudo verificou ainda o comportamento dos entrevistados sobre três indicadores: diversidade mínima da dieta, frequência mínima da dieta e dieta minimamente aceitável.

Segundo o estudo, as diferenças entre as definições de diversidade mínima da dieta encontram-se no fato de, para o ministério, o leite materno e outros alimentos lácteos contabilizarem um único grupo alimentar, assim como um grupo único para carnes e ovos —a OMS classifica esses alimentos em quatro grupos. Dessa forma, é mais fácil atingir o mínimo de cinco grupos de alimentos requeridos.

Já o indicador de frequência mínima de refeição leva em consideração apenas o número de refeições recebidas, segundo a OMS. Enquanto isso, a definição da pasta da Saúde considera uma rotina alimentar, e duas refeições principais para alcance do parâmetro mínimo adequado. A prevalência no primeiro caso chega a 97,2%, enquanto no segundo, a 44,8%.

A dieta minimamente aceitável trata da combinação dos indicadores de frequência mínima e diversidade mínima da dieta, e foi de 96,8% para a OMS e 26,9% para o MS.

"Na prática essa diferença levará a resultados diferentes na avaliação dos indicadores de alimentação complementar e consequentemente nas intervenções necessárias frente aos resultados encontrados", afirma a pesquisadora.

Práticas da alimentação complementar estão aquém do recomendado pelo MS

Comparação entre as prevalências dos indicadores de alimentação complementar, em %*

*As porcentagens significam a prevalência de crianças que atingiram o mínimo recomendado em relação aos indicadores

Fonte: Barbosa, Clessiane et al., 2024; Epidemiologia e Serviços de Saúde

> **Os critérios utilizados pelo MS para sua definição são mais minuciosos e levam em consideração as peculiaridades brasileiras. Já a OMS propõe orientações gerais**
>
> **Daniela Rocha**
> professora associada da UFBA

Nísia mantém discurso sem brilho, e operação para salvar ministra expõe fragilidades

ANÁLISE

Matheus Teixeira

Repórter em Brasília

BRASÍLIA A ministra da Saúde, Nísia Trindade, manteve a fala desanimada apesar dos esforços do governo para que ela mudasse seu estilo e defendesse a gestão federal com maior contundência.

O discurso de cerca de 40 minutos que fez na última segunda-feira (8) mostrou que o treino dado dias antes e as cobranças do presidente Lula (PT) não funcionaram.

A entrevista coletiva no Planalto era daquelas marcadas pelo petista para ampliar a visibilidade do trabalho do Executivo em setores-chave.

O evento fez parte da operação desencadeada pelo presidente para salvar Nísia das investidas de Arthur Lira (PP-AL) e do Centrão e mantê-la no cargo. Ela está na berlinda devido a críticas de parlamentares pela falta de traquejo político e problemas na distribuição de emendas.

Também há contestações no governo por problemas da pasta e pela timidez em defender a atuação do Executivo em um dos ministérios que mais afetam a população.

> **[...]**
>
> **A operação para fortalecer a ministra teve o efeito contrário. As entrevistas expuseram a dificuldade para vender o peixe do governo. As demissões evidenciaram que os problemas de gestão, de fato, existem**

Dias atrás, o marqueteiro do PT na eleição de 2022, Sidônio Palmeira, se reuniu com Lula no Alvorada para discutir como melhorar a comunicação do governo e, depois, seguiu para o Ministério da Saúde para dar dicas a Nísia sobre como melhorar sua imagem.

Dias antes, em meio ao esforço do presidente para o governo comunicar melhor suas entregas, o marqueteiro havia dado uma palestra ao alto escalão do Executivo e afirmou que "comunicação sem amor, vontade, tesão, sem brilho não vai a lugar nenhum".

A mesma orientação, aparentemente, não foi dada a Nísia —ou, ao menos, ela não conseguiu cumpri-la. Após a reunião com Palmeira, foi convocada a entrevista coletiva da ministra ao lado de Lula.

A ideia era explorar o conhecimento técnico de Nísia, que chefiou a Fiocruz, para mostrar seu trabalho e tentar ofuscar os problemas da pasta.

Nísia é criticada pela condução do combate à dengue —2024 já registrou, até o início de abril, 1.116 mortes, contra 1.094 no mesmo período de 2023—, pela morte de yanomamis —no primeiro ano de Lula, morreram 363 indígenas, mais que os 343 do último ano de Bolsonaro— e pela crise nos hospitais federais do Rio de Janeiro.

A ministra fez um discurso inicial de mais de 40 minutos, com uma apresentação burocrática, cheia de números e letras miúdas para a plateia ler.

A notícia, ao final, não foi a explanação de Nísia, mas as entrelinhas da fala do presidente. Lula elogiou a ministra, mas disse que ela "fala manso" —não grosso, como havia cobrado— e discursa "sem passar entusiasmo".

"Seu jeito delicado de falar sem rompante, sem tentar passar entusiasmo além do necessário, você consegue falar com alma e consciência das pessoas", disse.

Nas últimas semanas, Nísia ampliou a exposição pública, demitiu parte da equipe e fez acenos ao mundo religioso.

A operação para fortalecer a ministra, porém, teve o efeito contrário. As entrevistas expuseram sua dificuldade para vender o peixe do governo. As demissões evidenciaram que os problemas de gestão, de fato, existem. E a sua imagem, na verdade, ficou mais frágil.

O governo, por sua vez, afirma que encontrou o sistema de saúde desestruturado e enfraquecido. Sobre a dengue, destaca ter incorporado a vacina no SUS neste ano e criado, em 2023, a sala nacional monitoramento de arboviroses, além de ter feito repasse de R$ 256 milhões para estados e municípios.

Em 2024, a gestão ampliou em R$ 1,5 bilhão os repasses.

O governo aponta também aumento de 85% nos profissionais no Mais Médicos. E cita crescimento das equipes de Saúde da Família: em 2023, foram 2.198; de 2019 a 2022, diz o governo, o número anual ficou em 1.445.

Sobreposição feita pela Nasa mostra a progressão de um eclipse solar parcial sobre o Monumento a Washington, nos EUA Bill Ingalls/Divulgação Nasa

Próxima chance de ver eclipse solar total será só em 2026

Esse começará na Groenlândia e passará por Islândia e Espanha; outros dois ocorrerão em 2027 e 2028

Os caminhos dos 4 eclipses solares totais até 2030

Danielle Dowling

THE NEW YORK TIMES Ainda está um pouco eufórico com os momentos mágicos da totalidade durante o eclipse solar da última segunda-feira (8)? Ou as nuvens chegaram para bloquear sua visão? Talvez você simplesmente não conseguiu chegar ao caminho da totalidade desta vez. Não importa, a pergunta agora é: onde e quando acontecerá de novo?

"Para as pessoas que nunca viram antes, as primeiras palavras que saem de suas bocas depois que a totalidade termina são 'eu tenho que ver outro, isso é incrível, isso é inacreditável.' É aí que você se torna viciado nessas coisas e acaba viajando para não importa onde seja o próximo," disse Joseph Rao, caçador de eclipses e palestrante convidado no Planetário Hayden.

Então, se você desenvolveu um caso grave de amor por eclipses—, terá três chances nos próximos quatro anos de ver a Lua encobrir o Sol.

O primeiro, em 12 de agosto de 2026, começará acima da Groenlândia, depois passará pela costa oeste da Islândia e seguirá pelo oceano Atlântico e sobre a Espanha.

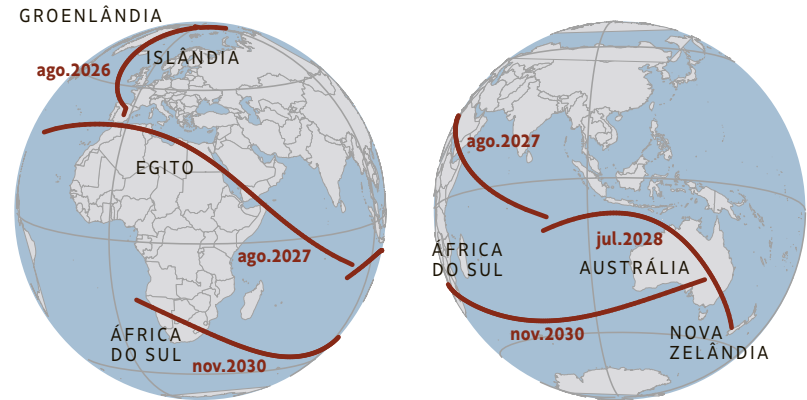
Quase um ano depois, no dia 2 de agosto de 2027, outro passará pela costa do Mediterrâneo do norte da África, cruzará o Egito e parte da Península Arábica.

O terceiro, em 22 de julho de 2028, cortará a Austrália e a ponta sul da Nova Zelândia.

Depois, será preciso esperar até novembro de 2030 para apreciar o fenômeno.

Na primeira semana deste mês, enquanto Victoria Sahami, proprietária da Sirius Travel, se preparava para guiar um grupo de turistas na cidade de Mazatlán, em Sinaloa, no México, para o grande evento do dia 8, ela também estava fazendo planos para esses outros eclipses.

Sahami se juntou às fileiras dos obcecados por eclipses quando testemunhou um na Venezuela na década de 1990. "Como muitas pessoas, fiquei viciada. Não havia volta," disse ela.

Eclipses solares totais acontecem com bastante regularidade —cerca de um a dois anos— em locais espalhados ao redor do mundo. "Isso é uma parte ótima sobre eles: você acaba em lugares que normalmente não iria," disse Sahami.

Um grande estraga-prazeres é o clima, que será uma grande variável no eclipse de 2026 —um que a Groenlândia, Islândia e Espanha verão.

"A Islândia normalmente tem muitas nuvens durante essa época do ano," disse Paul Maley, que dirige as Expedições Ring of Fire.

"Os dados mostram que a Espanha tem as melhores perspectivas de bom tempo de todos os três. No entanto, o sol está baixo no céu e o eclipse se termina quando o sol atinge o horizonte ao pôr do sol."

Devido à meteorologia volátil da Islândia, as Expedições Ring of Fire estão apostando tudo na Espanha, com uma excursão de dez dias no continente. A Sirius Travel está oferecendo não apenas uma viagem de cinco dias para Maiorca, mas também um tour de oito dias pela Islândia. Será baseado em Reykjavik, e o itinerário permanecerá flexível no dia do eclipse para que o tour possa facilmente se deslocar para o local com menos cobertura de nuvens. Sahami recomenda a viagem para aqueles que já viram alguns eclipses e ficariam felizes em apenas apreciar as paisagens da Islândia se o clima não colaborar.

Por outro lado, o eclipse de 2027 promete ser verdadeiramente estelar: Luxor, Egito, um local de inúmeros templos antigos, fica bem no meio do caminho da totalidade e será banhado pela escuridão por 6 minutos e 23 segundos. Em termos de clima, é o que Sahami chamou de certeza. "Você sabe que vai ver. Você sabe que não vai ter nuvens," disse ela.

Mas, apesar de todo o seu potencial, aqueles que consideram o Egito devem estar cientes de que o Departamento de Estado americano emitiu um aviso de "Reconsiderar Viagem" de Nível 3 para o país devido ao risco de terrorismo.

O eclipse de 2028 escurecerá os céus sobre Sydney, Austrália, por 3 minutos e 49 segundos. Será a primeira vez que a cidade experimentará um eclipse solar total desde o ano de 1857.

Sahami tem seus olhos em uma viagem baseada lá, enquanto Maley fretou um navio de cruzeiro ao largo da costa noroeste da Austrália. Será inverno lá, ele disse, mas isso não deve significar um mau tempo para ver o eclipse.

Se quiser ver qualquer (ou todos) um desses eclipses, você deve começar a planejar e reservar agora, especialmente se quiser se inscrever em uma viagem organizada por uma empresa de turismo. Uma das excursões da Sirius Travel para Luxor já está cheia.

Muitas coisas podem acontecer até lá, disse Sahami, "mas se você acha que vai, por que não?"

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

LEILÃO DE ARTE
18/04 às 20:18h, Online: iarremate.com/ Sérgio Altit, Leiloeiro J. 440, '104 LOTES: 5 Esculturas, 12 Gravuras, 1 foto e 86 Quadros de artistas (11) 3721-9676

COMUNICADOS

COMUNICADO
A Empresa Consórcio Recuperação Ambiental CNPJ 16.897.714/0001-84 estabelecida na Rua Canário Natal, 500 Pq. Santa Cecilia - Grajaú. Convoca o Sr. Adilson Pinheiro Azevedo, portador da CTPS 223.403.XXX-37 a comparecer no endereço citado acima no prazo máximo de 48 horas para justificar sua ausência ao trabalho.

COMUNICADO
Solicitamos que o senhor AMAURÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS CTPS: 014669 série 157 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

ACOMPANHANTES

AMANDA
Equipe nova tx 40 Av Jabaquara 2604 MT.S.Judas ac cartões seg/sab. F:(11)2362-8122

BONECA GIGI 11983981091
Diferenciada p/ entretenimento .

HÉRCULES 11 5575-4052
22CM Ativo.

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

CLÍNICAS E MASSAGENS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

PESTANA LEILÕES 40 ANOS | LEILÃO ONLINE | IMÓVEIS EM SÃO PAULO/SP, BRODOWSKI/SP E HORTOLÂNDIA/SP | bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A. sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **30/04/24 (1º leilão) e 02/05/24 (2º leilão)**, ambas às 09h15, o leilão dos seguintes imóveis: **LOTE 03 - São Paulo/SP.** 30º Substr. Bairro Vila Damásio. Rua Prof. Dr. José Marques da Cruz, 148. Cond. Haus Mitre Brooklin. Stúdio 607(6º pav.). Áreas: priv. 35,480m² e fração ideal de 0,0020314. Mat. 285.198 do 15º RI local. Obs: Constituição de condomínio pendente averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência do bairro de localização do imóvel que vier a ser apurado no local (Jardim das Acácias) com a averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 564.430,78. 2º Leilão R$ 414.473,44. LOTE 04 - Brodowski/SP.** Bairro Walter Possos(lançado em cadastro imobiliário). Via Expressa Jair Felipe, 690. Casa 30. Cond. Walter Possos. Áreas priv.: constr. 50,880m², terr. 148,13m² e fração ideal de 1,0224409%. Mat. 6.649 do Ri local. Obs.: Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência de bairro de localização do imóvel e área privativa do terreno apurados no local com os lançados em cadastro imobiliário e averbados no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupada. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 196.856,36. 2º Leilão R$ 158.252,34. LOTE 05 - Hortolândia/SP.** Bairro Vila Inema(in loco). Rua Manoel João da Silva, 155. Cond. Res. Hortolândia III. Bl. 06. Ap. 42(4º pav.) c/ vaga de garagem descoberta. Área priv. 48,790m², fração ideal de 0,1980%. Mat. 150.613 do RI de Sumaré/SP. Obs.: Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da de bairro de localização do imóvel apurado no local, correrão por conta do(a) comprador(a). Caberá (à)ao comprador(a) a apuração de eventual condição de imóvel foreiro/marinha, inclusive débitos e regularizações. Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 243.921,74. 2º Leilão R$ 198.460,87** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte condições de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | **51 3535.1000**

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS

CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY

RETIFICAÇÃO D.O.E DO DIA 10/04/2023 – SEÇÃO III – PÁG. 38 - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90007/2024 – PROCESSO N.º 024.00051916/2024-26 – CÓDIGO ÚNICO: 20240332361 – AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE PESSOAL (PAPEL TOALHA). NO PRE MBULO DO EDITAL ONDE SE LÊ: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/04/2024 ÀS 09:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS. LEIA-SE: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/04/2024 ÀS 09:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 04/2024

Encontra-se Aberto no Hospital Infantil Cândido Fontoura – da Secretaria de Estado da Saúde, Processo n. 024.00017872/2024-13 Pregão Eletrônico n.º: 04/2024 – **Referente** Contratação de Serviço de Impressão Corporativa por meio de outsourcing – Início de Recebimento das Propostas em 15/04/2024 - Abertura da Sessão Publica Em: 29/04/2024 – Horário: 09:00hs - endereço eletrônico : WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR.

Clube Paineiras do Morumby

CNPJ/nº 52.400.207/0001-57

Aviso de Aquisição Direta - Edital nº 001/2024

O Clube Paineiras do Morumby, localizado na Avenida Doutor Alberto Penteado, 605, no bairro do Morumbi, em São Paulo - SP, torna pública a abertura de Processo de Aquisição Direta, juntamente com o fornecedor exclusivo **"Ubian Indústria de Equipamentos Esportivos Ltda."**, de equipamento esportivo denominado Half Hack de musculação multifuncional, por inexigibilidade de licitação, para o desenvolvimento de atletas, de acordo com o Ato Convocatório nº 09, disponibilizado pelo Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, bem como pelo Termo de Execução nº 48/2021, formalizado junto àquele Comitê, e legislação e normas cabíveis. As íntegras do Edital de Aquisição Direta nº 001/2024, e dos Anexos, e dos demais documentos que instruem o processo de aquisição podem ser obtidas no portal eletrônico do Clube Paineiras do Morumby (https://clubepaineiras.org.br/).

São Paulo, 15 de abril de 2024
Clube Paineiras do Morumby
Carim Cardoso Saad - Presidente

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

Processo: 093/2023. OBJETO: Aquisição de Materiais – Lenha de Eucalipto para as Unidades Armazenadoras de Araraquara/sede, Avaré, Palmital, Presidente Prudente, São Joaquim da Barra e Tupã – para o 1º semestre de 2024, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 15/04/2024 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 15/04/2024 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 26/04/2024 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 001/2024

Objeto:"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, ATRAVÉS DE CRÉDITOS EM CONTA SALÁRIO, E CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, ESTE ÚLTIMO SEM EXCLUSIVIDADE, BEM COMO OCUPAR E EXPLORAR, ATRAVÉS DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO ONEROSO, IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO NA SEDE DA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES"

Processo Administrativo: 3.241/2024

Data do Pregão: 17/05/2024 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Local: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, sito à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP.

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de MAIOR LANCE.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através do site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 12 de abril de 2024.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA

Pregão Eletrônico nº. 018/2023 – UASG 925173

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas. Sessão de Disputa dia 30/04/2024 às 10h00m. Edital e Anexos no endereço: www.crcsp.org.br, opção: "Licitações", ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço: www.gov.br/pncp/pt-br.

WILLIAN CANDIDO DOS REIS
Chefe do Departamento de Compras e Licitações

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible]

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta a **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/DAEE/2023/DLC**, Processo 137.00004546/2023-99, objetivando a contratação dos serviços para continuidade das obras civis da Barragem Pedreira, localizada no Rio Jaguari nos Municípios de Pedreira e Campinas no Estado de São Paulo, incluindo fornecimento, fabricação e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos, continuidade das ações em apoio aos programas ambientais e implantação dos acessos no entorno do reservatório.

Prazo de execução: O prazo de vigência do presente ajuste será de 840 (oitocentos e quarenta) dias e o prazo de execução será de 660 (seiscentos e sessenta) dias, contados a partir da data da ordem de serviço.

Valor estimado: O valor total da referida obra foi estimado em R$ 584.344.505,54 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), para o exercício de 2024 e 2025.

Encerramento: Os envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues no Protocolo Geral do DAEE, sito na rua Boa Vista, 175, Sobreloja, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital, até as 17:00 horas do dia 20 de maio 2024. A abertura da sessão pública será realizada no dia 21 de maio de 2024 às 9:30 horas, à Rua Boa Vista, nº 175, 1º andar, Bloco B, Centro, São Paulo, Capital.

Consulta do Edital e Esclarecimentos: O Edital em sua versão completa encontra-se disponível nos sítios eletrônicos: www.daee.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br. Os esclarecimentos poderão ser obtidos pelo correio eletrônico: licitacoes@daee.sp.gov.br/licitacoes. O atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está disponível, em comunicado, no sítio eletrônico www.daee.sp.gov.br/licitacoes.

O Edital em sua versão completa estará disponível, também, no site do DAEE em www.daee.sp.gov.br.

O Edital completo encontrar-se-á, ainda, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, na Rua Boa Vista nº 175 – 1º andar, Centro, São Paulo, Capital.

Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC

CNPJ 60.851.961/0001-31

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

De conformidade com o disposto nos artigos 20 a 25 do Estatuto Social, ficam convocados os senhores Associados Efetivos e Associados Especiais para a **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada **no dia 24 de abril de 2024**, no Hospital SBC, sito à Rua Blumenau 320, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, às 13h30 em primeira convocação, com a presença da metade e mais um dos associados com direito a voto, ou às 14 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** aprovar as contas e atos da Diretoria relativos ao exercício de 2023 acompanhados dos pareceres dos Conselhos Superior e Fiscal e dos Auditores Independentes, e opinar sobre a previsão orçamentária para 2024; **2)** ampliar a possibilidade de alienação do bem imóvel onde está estabelecido o Hospital SBC, para além da já prevista e aprovada anteriormente na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/05/2021, conforme sugestão da Diretoria e após Parecer favorável do Conselho Superior; **3)** outros assuntos de interesse social. São Paulo, 15 de abril de 2024.

Oswaldo Massuo Akimoto - Diretor Presidente

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACUMENT BRASIL

C.N.P.J. 45.068.632/0001-25
Rodovia Dom Pedro I, Km 87 - Condomínio Empresarial Barão de Mauá - Edifício Fernando Pessoa Módulo 42 a 49 - Ponte Alta - Atibaia - SP - CEP: 12.954-260 - Fone: (11) 3402-4200 ramal 4292
e-mail: coopertextron@acument.com e cooperacument@gmail.com

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Cumulativas

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Acument Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os delegados que nesta data são em número de 27 (vinte e sete), em condições de votar, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Cumulativas, a realizar-se na Rodovia Dom Pedro I, Km 87 - Condomínio Empresarial Barão de Mauá - Edifício Fernando Pessoa - Módulo 42 a 49 - Ponte Alta - Atibaia - SP - CEP: 12.954-260 no dia 30 de abril de 2024, obedecendo os seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 1) em primeira convocação às 12:30 horas com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados; 2) em segunda convocação às 13:30 horas com a presença de metade e mais um do número total de delegados; 3) em terceira e última convocação às 14:30 horas com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Extraordinária:** Reforma ampla do Estatuto Social com vista à adequação das novas disposições da Lei Complementar 196/22, que alterou a Lei Complementar 130/09. **Ordinária:** 1. Prestação das contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2023, demonstrativo da conta de sobras e perdas, parecer do Conselho Fiscal e parecer da Auditoria; 2. Destinação das sobras; 3. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; 4. Implantação do sistema de Ouvidoria; 5. Aprovação do Regulamento da Auditoria Interna; 6. Aprovação da Política de Sucessão de Administradores; 7. Assuntos de interesse geral.

Atibaia, 15 de abril de 2024
Rafael Ferreira Patrício
Presidente

Paulista Lajeado Energia S.A.

CPFL ENERGIA

CNPJ nº 03.491.603/0001-21 - NIRE 35.300.174.399

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Paulista Lajeado Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 23 de abril de 2024, às 11h45, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos; e **(iii)** eleição de membro do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovação da fixação da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer a AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia; e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação nas AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritaS aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 15 de abril de 2024
Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

31ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
67ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 26/04/2024, às 15h00, a ser realizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Assembleia Geral Ordinária

1 – Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
3 – Eleição dos membros do Conselho de Administração;
4 – Fixação de remuneração dos membros dos órgãos estatutários.

B) Assembleia Geral Extraordinária

1 – Aumento do Capital Social autorizado;
2 - Alteração do caput do artigo 3º e do parágrafo único, do artigo 10, do inciso XXVIII do artigo 14, do caput do artigo 25, do título do capítulo IX, do artigo 29, 31 e exclusão do artigo 30, do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos;
3 – Eleição de membros do Comitê de Elegibilidade;
4 - Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 15 de abril de 2024.
ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Presidente do Conselho de Administração

Sul Geradora Participações S.A.

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.177.754

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Sul Geradora Participações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 23 de abril de 2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar das AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Outros esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 15 de abril de 2024
Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, com fundamento no Estatuto Social vigente, CONVOCA seus filiados, em pleno gozo de seus direitos, a participarem de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10h00 em primeira chamada e às 10h30 em segunda chamada, na sede social da entidade, localizada na Av. Ipiranga, 919, Conj. 1707, 17º andar, São Paulo/ SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1- Alteração Estatutária e outros assuntos de interesse da classe.

São Paulo, 15 de abril de 2024. Jacqueline Valadares Da Silva Alckmim – Presidente.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se **REABERTA** a **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 005/DAEE/2023/DLC**, Processo 137.00004772/2023-70, objetivando a contratação dos serviços para continuidade das obras civis da Barragem Duas Pontes, localizada no Rio Camanducaia no Município de Amparo no Estado de São Paulo, incluindo fornecimento, fabricação (incluso projetos) e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos, continuidade das ações em apoio aos programas ambientais e implantação dos acessos no entorno do reservatório.

Prazo de execução: O prazo de vigência do presente ajuste será de 840 (oitocentos e quarenta) dias e o prazo de execução será de 660 (seiscentos e sessenta) dias, contados a partir da data da ordem de serviço.

Valor estimado: O valor total da referida obra foi estimado em R$ 392.405.777,91 (trezentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), para o exercício de 2024 e 2025.

Encerramento: Os envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues no Protocolo Geral do DAEE, sito na rua Boa Vista, 175, Sobreloja, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital, até às 17:00 horas do dia 20 de maio 2024. A abertura da sessão pública será realizada no dia 21 de maio de 2024 às 14:00 horas, à Rua Boa Vista, nº 175, 1º andar, Bloco B, Centro, São Paulo, Capital.

Consulta do Edital e Esclarecimentos: O Edital em sua versão completa encontra-se disponível nos sítios eletrônicos: www.daee.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br. Os esclarecimentos poderão ser obtidos pelo correio eletrônico: licitacoes@daee.sp.gov.br/licitacoes. O atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está disponível, em comunicado, no sítio eletrônico www.daee.sp.gov.br/licitacoes.

O Edital completo encontrar-se-á, ainda, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, na Rua Boa Vista nº 175 – 1º andar, Centro, São Paulo, Capital.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46 - NIRE nº 35 300 317 220

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024 às 16h00min, na sede social da Companhia, Rua Iaiá, 126, 11º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária: I)** Aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31/12/2023; **II)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **III)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **IV)** Eleição dos membros do Conselho de Administração. **Assembleia Geral Extraordinária: I)** Deliberar sobre alterações do Estatuto Social da Companhia a fim de: **a)** alterar o artigo 3°, para contemplar o valor atualizado do capital social e de suas respectivas ações, considerando a ratificação da integralização de capital realizada no valor de R$ 30.000.000,00, que observou o limite do capital social autorizado (Processo SEI n° 378.00000109/2023-36); **b)** excluir das atividades do Comitê de Elegibilidade ("Comitê") a função de aconselhamento, deliberar sobre: **b.a**) a exclusão do artigo 26 e, por consequência, a renumeração dos artigos seguintes; **b.b)** a exclusão da expressão "e Aconselhamento" contida nos dispositivos pertinentes ao referido Comitê; e **b.c)** a alteração do artigo 27, suprimindo a informação de que os membros do referido Comitê "poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto." (observados os termos dos Ofícios CODEC nº 017/2024 e n° 240/2023); **c)** garantir a participação de representantes dos acionistas minoritários, tanto no Conselho de Administração quanto no Conselho Fiscal da Companhia, deliberar sobre a alteração dos artigos 10 e 24, com os devidos ajustes pertinentes à remissão legislativa (observados os termos do Ofício CODEC n° 037/2024); e **d)** atualizar o registro das alterações supramencionadas, deliberar sobre a consolidação do estatuto social. **II)** Eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade. **III)** Fixação da remuneração dos órgãos estatutários. São garantidos aos Srs. Acionistas a participação e o voto a distância na assembleia geral, nos termos da Lei n° 14.030, de 28/07/2020. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Arthur Luís Pinho de Lima -** Presidente do Conselho de Administração.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DLI0006/2024 - RC94565/2024

Objeto: Assinatura da base de dados Stahlschlussel (key to steel) online, Standalone, por 1 ano (12 meses). As propostas deverão ser enviadas para os e-mails: jorgecar@ipt.br ou licitacoes@ipt.br até o dia 17/04/2024.

Cotação - Processo IPT Nº DL00220.2024 – RC95505.2024.

Objeto: Recarga de gás propano (botijões de 45KG).

Cotação - Processo IPT Nº DL00221.2024 – RC95509.2024.

Objeto: Termopares para equipamento de análise de termogravimétrica SDT Q 600.

Cotação - Processo IPT Nº DL00222.2024 – RC95042.2024.

Objeto: Treinamento em Excel básico, Excel avançado, Power BI e Python.

Data Final para apresentação de proposta: 17/04/2024 até as 17:00h

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4056 - marcelino@ipt.br - Departamento de Compras.

SOCIEDADE ALDEIA DA SERRA RESIDENCIAL MORADA DOS LAGOS

CNPJ nº 03.426.994/0001-09

***EDITAL DE CONVOCAÇÃO* - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados associados: Pelo presente edital e nos termos do Artigo 10º, § único, inciso I, do Estatuto Social, ficam convocados todos os titulares, compromissários compradores, cessionários ou promissários cessionários de direitos sobre imóveis, localizados no empreendimento denominado **Aldeia da Serra Residencial Morada dos Lagos**, associados da Sociedade Aldeia da Serra Residencial Morada dos Lagos, para participação na **Assembleia Geral Ordinária**, a ser instalada na modalidade híbrida: presencial e virtual, com amparo da Lei nº 14.309/2022, com a votação somente por aplicativo, na forma abaixo descrita, a ser realizada no dia **25 de abril de 2024, quinta-feira, às 19h**, em primeira chamada, com a presença da metade mais um dos associados habilitados e às **19h30min em segunda chamada**, com qualquer número de associados, com a finalidade, de deliberar sobre: **1.** Aprovação das contas do exercício 2023; **2.** Eleição de 4 (quatro) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes para o Conselho Diretor – para o triênio 2024/2027 (art.21). A Assembleia iniciar-se-á, simultaneamente, pela Plataforma do MS Teams e na sede social, localizada na Av. dos Lagos, 1555 - Aldeia da Serra - Barueri - SP. A administração enviará um link-convite para que os Associados possam participar remotamente. As instruções para acesso ao aplicativo Com21 para a votação serão veiculadas nos canais oficiais da associação. Instalada a AGO serão escolhidos, dentre os associados presentes ou *on line*, o Presidente da Assembleia e o Secretário, nos termos do artigo 14º, do Estatuto Social. Além de 03 (três) associados com poderes delegados pela assembleia para conferência e assinatura da Ata a ser elaborada posteriormente, conforme permite o artigo 19º §único do Estatuto Social. Ainda no ato da instalação da AGO, o presidente convidará entre os associados presentes, escrutinadores para acompanhar a sigilosidade da votação eletrônica e após conferir o resultado da votação, mediante a extração e verificação dos dados da plataforma Com21. (art. 4, §1º e art.18, do Estatuto). **Observações:** • Para a participação remota na Assembleia: os associados deverão acessar a plataforma MSTeams, mediante o link que a administração enviará no dia 24.04.2024. • Para votar: os associados deverão acessar o aplicativo Com21, app.com21.com.br, realizar o login, registrar presença na Assembleia e votar quando for liberado pelo presidente da assembleia. **Não haverá votação por cédula impressa nem por sistema "*drive thru*"**. Para garantir que todos acessem o aplicativo e exerçam seu direito de voto, a equipe da administração estará na sede social para prestar auxílio, caso alguém, eventualmente, tenha dificuldade. Constará no campo de votação do aplicativo as opções "aprovo" ou "não aprovo" a prestação de contas 2023 e campo para escolha dos candidatos ao Conselho Diretor. Encerrado o prazo de votação fixado pelo Presidente da Assembleia, os votos serão imediatamente apurados e na sequência informado o resultado, antes do término da reunião. • As informações referentes as contas do exercício 2023, encontram-se disponíveis para conhecimento prévio no site www.moradadoslagos.com.br, bem como podem ser solicitadas diretamente à administração. • Os candidatos deverão se inscrever impreterivelmente **entre os dias 16/04 e 18/04**, por e-mail endereçado à administração (adm@moradadoslagos.com.br), fazendo constar, além de seus dados pessoais, seu endereço, quadra e lote para que a sua candidatura possa ser analisada à luz dos critérios previstos no Estatuto Social. **No dia 19/04,** será divulgada a relação dos candidatos inscritos. A campanha será realizada **entre os dias 22/04 e 24/04/2024**, e será feita por e-mail ou WhatsApp oficial da Morada, por meio de 1 (uma) postagem diária por candidato, enviada previamente à Administração, que, imediatamente, replicará a todos Associados. Para que tenhamos uma eleição organizada e respeitosa, solicito aos candidatos que evitem interpelar os associados de forma ostensiva e embaraçosa. • Lembramos que, somente poderão votar e ser votados, os associados regularmente registrados nos livros sociais, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da realização da Assembleia e que estejam em dia com suas obrigações perante a Associação. • Os votos atribuídos em função da área construída, somente serão possíveis desde que o titular entregue, no prazo de 24 horas antes da AGO, cópia autenticada do "habite-se" e a planta aprovada apta a comprovar a metragem da área construída. • É permitido o voto por procuração, desde que o procurador represente apenas 1 (um) outorgante. A procuração impressa deve constar reconhecimento da assinatura e a procuração digital acompanhada da devida validação da certificadora. Ambas deverão constar o endereço eletrônico do procurador outorgado. As procurações deverão ser entregues na sede da administração até **às 17h do dia 24/04/2024,** para a devida conferência. A administração enviará um link convite ao endereço eletrônico do procurador no dia da assembleia e o procurador acessará a área do associado outorgante via aplicativo Com21 para efetuar a votação. Encerrada a assembleia o acesso será não será mais permitido. Destaco a importância da presença de todos os associados para que as decisões venham a refletir o efetivo interesse da coletividade. Desejo a todos uma ótima Assembleia!

Barueri, 15 de abril de 2024.
Eduardo Di Lascio - Presidente do Conselho Diretor

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 26/04/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 30/04/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VCI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 16.587.536/0001-95, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 402, TIPO "3", 4º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 01 – EDIFÍCIO FOREVER FUN, INTEGRANTE DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO FOREVER RESIDENCE RESORT**, com acesso pela Rua Senhora do Porto, nº 77, Vila Barros, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 73,7300m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,8622m², já incluído o direito ao uso de 01 (uma) vaga indeterminada localizada no primeiro, segundo ou terceiro subsolos da garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional de 22,7384m², sendo 13,4104m² de área padrão de construção do condomínio e 9,3280m² de área descoberta; Total de 122,3306m²; FIT de 16,6202m² no terreno e nas demais coisas de uso comum o coeficiente de 0,3324%. Matrícula Imobiliária nº 153.343 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 084.42.99.0001.01.020. Consolidação da Propriedade em 01/04/2024. Valores: **1º Leilão: R$ 494.654,63. 2º Leilão: R$ 552.534,99. Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU vencidos antes dos leilões; **vi)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vii)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **viii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **JOSE BRAGANTI CAMILO**, CPF nº 032.171.938-73, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 26/04/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 30/04/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **INCORFAST INCORPORAÇÃO S.A.**, CNPJ nº 00.756.144/0001-72, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 2.109, localizado no 21º andar do BLOCO 03 – EDIFÍCIO ÔNIX, do empreendimento denominado "RESIDENCIAL SUPREMO"**, situado na Rua Rui Barbosa, nº 83, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa de 95,0300m²; comum de 63,2873m², já incluído o direito ao uso de 02 vagas indeterminadas, localizadas na garagem coletiva do empreendimento, situada nos subsolos; total construída de 158,3173m²; FIT de 0,3246% no terreno. Matrícula Imobiliária nº 108.307 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.63.97.0050.03.081. Consolidação da Propriedade em 27/03/2024. Valores: **1º Leilão: R$ 693.732,36. 2º Leilão: R$ 1.003.036,12. Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes dos leilões; **vi)** Consta Ação em trâmite junto a 10ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, cuja análise é de responsabilidade do interessado; **vii)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **viii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **JESSE CARDOSO NONATO NERI**, CPF nº 299.216.508-58, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

ESPORTE AO VIVO | 15h45 Fiorentina x Genoa Italiano, STAR+ | 16h Chelsea x Everton Inglês, STAR+ | 16h Osasuna x Valencia Espanhol, ESPN4 E STAR+

Thiago Motta vai de piada a técnico cobiçado na Itália

Ex-volante pode classificar o Bologna a uma Champions após 60 anos

Klaus Richmond

SANTOS Responder com lugares-comuns nunca foi algo apreciado por Thiago Motta, 41.

Em solo brasileiro para a disputa da Copa do Mundo de 2014, o então meio-campista nascido em São Bernardo do Campo respondeu com firmeza ao ser questionado sobre os motivos de jogar pela seleção italiana, não pela brasileira.

"Nunca sonhei vestir a camisa verde-amarela. Eu me sinto como um italiano nascido no Brasil", explicou, citando o fato de ter mudado de país ainda jovem.

Anos depois, já aposentado como jogador —foi bicampeão da Liga dos Campeões e teve passagens de sucesso por Barcelona, Inter de Milão e Paris Saint-Germain—, falava já sentir mais empolgação com a nova carreira de treinador, restrita naquele momento a um trabalho no sub-19 do PSG e a uma passagem de apenas dez jogos pelo Genoa.

"Eu amo este trabalho. Eu até me pergunto se não o amo mais do que ser um jogador. É mais gratificante", disse ao periódico francês L'Equipe em julho de 2020.

Motta, nesta temporada, é o rosto à frente da surpreendente campanha do Bologna na Serie A da Itália, a principal divisão de futebol do país.

A equipe está na quarta colocação e ocupa a zona de classificação para disputar novamente uma edição do principal torneio europeu, hoje chamado de Champions League, após 60 anos.

Quase no ostracismo em tempos recentes, o Bologna tem em um passado já distante o grande motivo do respeito que ainda recebe na Itália. Seis dos sete títulos nacionais foram conquistados entre as décadas de 1920 e 1940. O último deles foi obtido em 1964.

"É uma cidade apaixonada por futebol, com representatividade, mas que estava com saudade do protagonismo. A esperança ressurgiu em 2014, quando o atual presidente, Joe Saputo, comprou o time e prometeu fazer o Bologna voltar à Europa. Vale destacar que estávamos na segunda divisão", conta à **Folha** o ex-goleiro Ângelo da Costa, que atuou pelo Bologna entre 2014 e 2021.

Motta chegou em setembro de 2022 sonhando recuperar o crédito perdido. Meses antes, havia salvado o modesto Spezia do rebaixamento.

Ainda reverberava da passagem por Gênova uma declaração com enorme peso. Ele afirmou que seu esquema preferido era o "2-7-2", que, somado ao goleiro, daria 12 jogadores.

Ele justificou na ocasião que a conta era feita já com a presença do arqueiro, pelo envolvimento e pela intensidade de exigida em suas equipes.

Thiago Motta em jogo entre Bologna e Monza no estádio Renato Dall´Ara, em Bolonha Jennifer Lorenzini - 13.abr.2024/Reuters

Meses depois, tentaria provar parte da ideia em um trabalho de 28 páginas apresentado no centro de Covercia-no, base da Federação Italiana de Futebol (FIGC, na sigla em italiano): "O valor da bola, a ferramenta de trabalho no coração do jogo".

No texto, Motta explica que a relação afetiva dele com o objeto, e a de muitos jogadores, nasceu enquanto criança ao ganhar "il pallone" (a bola) de seu pai. Segundo ele, posteriormente, esse sentimento passa a ser amadurecido com o melhor entendimento tático do jogo.

"Só desta forma o jogador pode completar-se, por meio da presença constante da bola", cita em um trecho.

Ele menciona ainda no trabalho a influência de técnicos como José Mourinho e Gian Piero Gasperini, além de uma análise mais aprofundada de equipes como o Leeds de Marcelo Bielsa, que ficou no clube de 2018 a 2022, e a Alemanha de Joachim Löw, que atuou na Copa do Mundo de 2014 e na Eurocopa de 2016.

"Em um jogo da Euro de 2016, fiquei muito impressionado com o diferencial de roubos de bola no campo de ataque entre as duas equipes: 5 para a Itália, 22 para a Alemanha."

O Bologna é o reflexo de sua tese. Segundo o site de estatísticas Sofascore, é o vice-líder em desarmes e o segundo time que mais acerta passes.

"Eu sempre falo que [Thiago] foi um dos melhores jogadores com quem atuei. Um grande líder em campo, no vestiário, e com uma leitura de jogo absurda. Ele via o jogo de uma maneira diferente dos outros, então a gente sempre soube que ele teria muita vocação para ser treinador", diz à **Folha** o atacante Lucas Moura, do São Paulo, seu companheiro nos tempos de PSG.

Em uma de suas entrevistas mais recentes, Motta disse que sua ideia de jogo "é ofensiva, com uma equipe que domine a partida, com pressão alta com ou sem a bola".

Para isso, precisou se adaptar. Após a conclusão da temporada passada, com a nona colocação, perdeu para a Inter de Milão o atacante austríaco Marko Arnautovic, principal referência do time.

Apostou na evolução de jovens do elenco como o holandês Joshua Zirkzee, comprado no último ano do Bayern de Munique. O jogador marcou 11 gols em 33 jogos na atual temporada.

A base sólida dele hoje joga com o esquema 4-1-4-1 e não se cansa de surpreender. Desde o início de fevereiro, em 11 jogos, venceu oito, empatou dois e perdeu apenas um, por 1 a 0, para a Inter de Milão.

Thiago Motta foi de piada na Itália a um dos mais promissores nomes da temporada. Em março, foi eleito técnico do mês, aplaudido pelo público no estádio Renato Dall'Ara.

Um enorme símbolo para uma torcida que sofreu junto com o seu antecessor, o sérvio Sinisa Mihajlovic, que morreu em dezembro de 2022 depois de anos com leucemia.

O improvável Motta só quer completar o objetivo que parecia impossível no início da temporada. Depois, pensar para a frente. Barcelona e Liverpool já são cotados como futuras casas.

Wolfgang Rattay - 14.abr.2024/Reuters

TORCIDA INVADE O CAMPO APÓS PRIMEIRO TÍTULO DO LEVERKUSEN

Jogando com o apoio de sua torcida na BayArena, o Bayer Leverkusen goleou o Werder Bremen por 5 a 0 no domingo e venceu pela primeira vez em sua história de 120 anos a Bundesliga (Campeonato Alemão), com cinco rodadas de antecedência. A vitória interrompeu uma hegemonia do Bayern de Munique, que ficou com a taça de campeão nas últimas 11 edições do torneio. O jogo que rendeu o título ampliou para 43 partidas a série de invencibilidade do Leverkusen, com 38 vitórias e cinco empates sob o comando do técnico Xabi Alonso. O centroavante Victor Boniface e o lateral Alejandro Grimaldo são os artilheiros da equipe na Bundesliga, com dez e nove gols, respectivamente.

Campeonato começa muito mal

Entre os paulistas, coube ao Corinthians o primeiro clássico do Brasileiro

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

O São Paulo tropeçou, em casa, no Fortaleza, o Bragantino não ganhou um ponto contra o Fluminense, no Rio e o Corinthians teve o candidato ao título Atlético Mineiro pela frente, em Itaquera.

A estreia de um dos favoritos, o Palmeiras, em Salvador contra o Vitória, dado o horário tardio, ficará para depois.

Mesmo contra dez atleticanos durante todo o segundo tempo porque o assoprador de apito expulsou o argentino Battaglia nos acréscimos dos primeiros 45 minutos, o Corinthians pouco fez para ganhar o jogo e o horroroso 0 a 0 ficou no placar até o fim, em jogo de 14 cartões amarelos, um deles, é claro, para Fagner.

Se olharmos para as arbitragens em Itaquera e no Serra Dourada, em Goiânia, no jogo em que o Flamengo venceu o Atlético Goianiense por 2 a 1, motivos de preocupação não faltarão para o correr do campeonato.

Não bastasse, o gramado do Serra Dourada, que era o melhor do Brasil quando inaugurado, em 1975, está um areião, verdadeiro absurdo que a Casa Bandida do Futebol não dá jeito, porque seus dirigentes não estão nem aí para a qualidade do espetáculo.

Para quem viu a 32ª rodada da Premier League, ver a primeira do Campeonato Brasileiro dá um tremendo desânimo, porque prova escarrada de que nosso futebol é de terceira até mesmo em aspectos que poderia não ser, como na questão das arbitragens e dos gramados.

A dos gramados, registre-se, a Federação Paulista de Futebol conseguiu resolver.

A CBF, envolvida em denúncias de assédio moral e sexual, tem assuntos mais urgentes para resolver.

Mulheres corajosas

As jogadoras mostraram mais uma vez a coragem que falta aos jogadores brasileiros ao protestar contra tábula rasa feita pelo Santos que recontratou um treinador 19 vezes denunciado por assédio, como os cartolas da CBF.

A nova diretoria santista é uma vergonha.

De joelhos

Preparem suas joelheiras, rara leitora e raro leitor, para ver de joelhos o embate que já virou clássico entre Manchester City e Real Madrid, nesta quarta-feira (17), para decidir quem irá às semifinais da Champions.

Não haverá nada mais espetacular para fazer nesta semana.

O City, por sinal, assumiu a liderança da Premier League num fim de semana perfeito em que Arsenal e Liverpool perderam em casa para times menores e deixaram o caminho livre para os Cidadãos conquistarem o tetracampeonato seguido inédito na História de 135 anos do Campeonato Inglês.

Os merengues serão campeões pela 36ª vez em 95 anos de Campeonato Espanhol.

O militante discreto

"Uma Enciclopédia nos Trópicos — Memórias de um Socioambientalista" conta a história de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental, ONG que Ailton Krenak descreve como fortaleza civil contra a desinformação sobre os indígenas no Brasil, animando o debate público com mapas e dados de qualidade. Militante discreto e solidário, mas firme, Beto teve participação destacada em momentos decisivos, como a mobilização que rendeu um capítulo inteiro na Constituição de 1988 sobre a questão indígena.

Em poucas palavras, Marcelo Leite não poderia ter sido mais feliz ao descrever, na Ilustríssima, o antropólogo Beto Ricardo, brasileiro raro, o melhor e mais destacado aluno da Faculdade de Ciências Sociais da USP do início dos anos 1970. E que merece um São Paulo melhor que o atual...

Por que barras de ouro estão sendo vendidas em uma rede de supermercados americana?

MERCADO

Rebecca Carballo

THE NEW YORK TIMES Ao lado de seu combo de cachorro-quente e refrigerante por US$ 1,50 (R$ 7,68), baldes de maionese e pacotes de meias, o Costco, uma rede americana de supermercados, tem vendido barras de ouro desde outubro do ano passado.

Agora, o Costco está vendendo até US$ 200 milhões (R$ 1,024 bilhão) em ouro e prata por mês, de acordo com uma análise do Wells Fargo.

Fóruns online e tópicos no Reddit surgiram para que clientes darem conselhos uns aos outros sobre como comprar as barras antes que se esgotem.

“Recebi algumas ligações de pessoas que viram online que estávamos vendendo barras de ouro de uma onça [equivalente a 31 gramas], sim, mas quando as colocamos no site, geralmente se esgotam em algumas horas”, disse Richard Galanti, vice-presidente executivo e diretor financeiro do Costco, em uma teleconferência de resultados em setembro. O Costco começou a vender barras de ouro no mês seguinte.

Fachada da loja Costco em Auburn Hills, Michigan (EUA) Brittany Greeson - 18.nov.21/The New York Times

Agora, o Costco está vendendo barras de ouro de uma onça, feita de ouro 24 quilates. As barras só podem ser compradas por membros e o preço varia com base nas taxas de mercado. Até quinta-feira (11), as barras estavam esgotadas para os membros online, mas o The Wall Street Journal relatou que os compradores as adquiriram por cerca de US$ 2.000 (R$ 10.024) em dezembro.

O Costco também tem vendido moedas de prata, anunciadas como 99,9% de prata pura, desde janeiro, de acordo com um relatório de analistas do Wells Fargo.

O metal precioso estabeleceu uma série de recordes ao subir para US$ 2.350 (R$ 12.032) por onça troy, cerca de US$ 300 (R$ 1.536) a mais desde o início de março.

Comprar ouro se torna mais comum em tempos de turbulência econômica. Embora a perspectiva econômica dos EUA tenha melhorado e a inflação tenha desacelerado, o índice permanece mais alto do que as metas do Federal Reserve, disse Sadiq S. Adatia, diretor de investimentos da BMO Global Asset Management. E na quarta-feira (10), a inflação foi revelada como mais forte do que o esperado.

Investidores disseram estar perplexos com a alta. Preocupações geopolíticas também podem ser um fator no aumento do interesse pelo ouro, disse Adatia. Houve mais interesse em ouro desde que a moeda da Ucrânia entrou em colapso após a invasão da Rússia, disse ele.

Para aqueles que procuram comprar ouro pela primeira vez, o Costco oferece familiaridade e facilidade, disse Adatia.

“Eles tornam conveniente”, afirmou. “As pessoas podem ir fisicamente e pegar, e é isso, ao invés de abrir uma conta e comprar ações de ouro.”

Quanto o Costco está lucrando com isso? Provavelmente não muito. Dado seus custos de precificação e envio, é um “negócio de lucro muito baixo no máximo”, escreveram analistas do Wells Fargo em uma nota aos clientes na terça-feira (9).

O Costco vendeu mais de US$ 100 milhões (R$ 512 milhões) em ouro durante seu primeiro trimestre, ou seja, no período de três meses encerrado em 30 de setembro do ano passado, disse Galanti em uma chamada de ganhos em dezembro. No entanto, essas vendas provavelmente cresceram desde então e podem estar agora entre US$ 100 milhões e US$ 200 milhões por mês (algo em torno de R$ 512 milhões e R$ 1.024 bilhão), o que poderia aumentar suas vendas em 1%.

“O motivo pelo qual olhamos para isso é que está se tornando um contribuinte maior para as vendas deles”, disse Edward Kelly, diretor administrativo de pesquisa de ações do Wells Fargo. “Não é que US$ 100 ou US$ 200 milhões por mês seja muito para o Costco, mas é um novo negócio e eles não tinham isso no ano passado.”

No período de três meses encerrado em 31 de dezembro, as vendas de comércio eletrônico do Costco cresceram 18% em comparação com o mesmo período do ano anterior, impulsionadas em parte pela demanda pelos metais preciosos, disse Galanti aos investidores, em março.

A Commodity Futures Trading Commission recomendou cautela ao comprar ouro porque os metais preciosos podem ser altamente voláteis.

“Assim como outras commodities, os preços dos metais preciosos sobem à medida que a demanda aumenta, então quando a ansiedade econômica ou a instabilidade é alta, as pessoas que normalmente lucram com os metais preciosos são os vendedores”, afirmou a agência em um comunicado.

A comissão provavelmente emite esse aviso para sinalizar que não é um investimento garantido, disse Larry Tentarelli, estrategista técnico-chefe do Blue Chip Daily Trend Report. Ele recomenda que a pessoa média invista de 3% a 5% de seus ativos em ouro.

PRAÇA DE TOUROS DA ESPANHA RECEBE O TRADICIONAL ENCONTRO DE CARRUAGENS

Grupos da Espanha, Portugal e Bélgica participam da 38ª exposição de carruagens na praça de touros Real Maestranza, na Feira de Sevilha Cristina Quicler/AFP

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
15.abr.1924

Alemanha é a favor do plano de reparações

O governo alemão anunciou oficialmente que pretende aceitar o novo plano para o pagamento de reparações (pelos danos causados na Grande Guerra) que um grupo de peritos, comandados pelo norte-americano Charles G. Dawes, sugeriu à Comissão Interaliada.

Os peritos estudaram a capacidade financeira da Alemanha e elaboraram um projeto mais amplo para que o país possa se recuperar e tenha condições de pagar as reparações.

O primeiro-ministro do Reino Unido, Ramsay MacDonald, disse que aprovaria o plano apresentado à Comissão Interaliada sob a condição de que os demais governos interessados também concordem.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Rover europeu que vai procurar vida em Marte deve voar em 2028

Após dois anos de incertezas, a ESA (Agência Espacial Europeia) fechou contrato para levar a termo sua missão de astrobiologia marciana ExoMars. O rover Rosalind Franklin, destinado a procurar sinais de vida passada ou presente no planeta vermelho, deve partir no final de 2028.

Originalmente, a missão deveria ter decolado em setembro de 2022, numa parceria da ESA com a Roscosmos (agência espacial russa), que forneceria o módulo de pouso, aquecedores radioativos para o rover e o lançamento, a ser feito num foguete Proton.

Contudo, no meio do caminho havia uma guerra. Em fevereiro daquele ano, a Rússia invadiu a Ucrânia, e a ESA decidiu suspender todos os projetos de cooperação com a Roscosmos. A missão ExoMars foi para o limbo, e o rover, já pronto para voar, quase virou peça de museu. Literalmente. Eles cogitaram colocá-lo num museu.

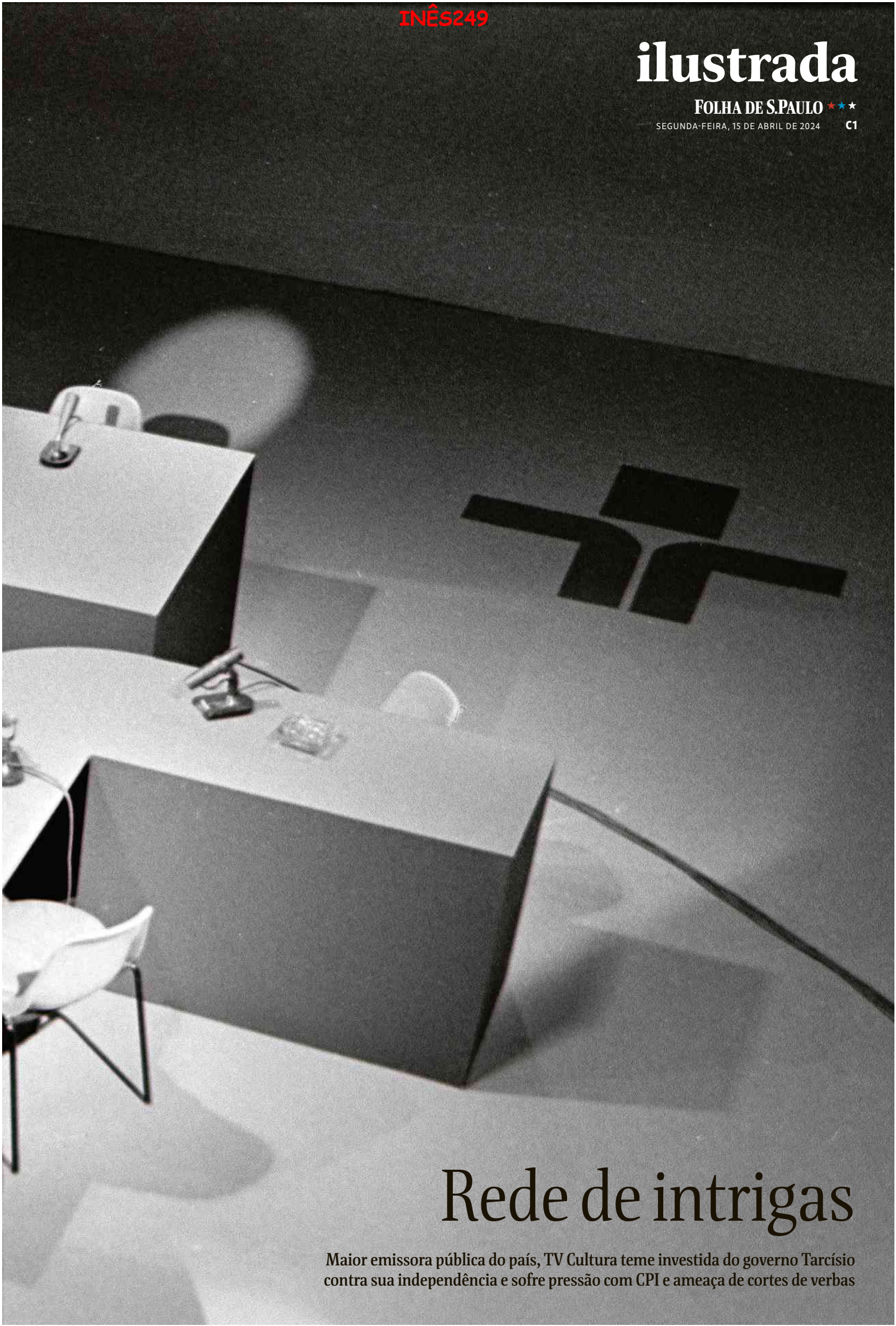
E aí a Nasa veio ao resgate do projeto, oferecendo aquecedores de plutônio e um lançador —ainda a ser definido. Mas a participação da agência espacial americana era menor do que a que a russa anteriormente estava propiciando.

> **[...]**
> Se houver alguma evidência bioquímica de que já existiu vida no planeta vermelho, é muito provável que ela seja encontrada no subsolo

A última peça do quebra-cabeça se encaixou na terça-feira passada (9), quando a ESA fechou o contrato de € 522 milhões com a companhia Thales Alenia para servir como mo contratante do novo módulo de pouso para o rover, além de processar a montagem, integração e testes da espaçonave. O rover, praticamente já montado, terá de sofrer pouquíssimas adaptações para voar na nova plataforma, que ainda contará com sistemas desenvolvidos pela Airbus e um escudo térmico desenvolvido pela Ariane. Com isso, as três principais empresas do setor aeroespacial europeu estarão envolvidas no projeto.

O custo para recolocar a missão nos trilhos é alto, mas os europeus estão apostando que valerá a pena: não só o projeto poderá ser realizado de acordo com o planejado (fazendo valer o investimento de € 1,3 bilhão anteriormente gasto com ele), como a Europa terá desenvolvido um sistema próprio para entrada, descida e pouso em Marte.

Até hoje, apenas dois países realizaram missões bem-sucedidas em solo marciano: EUA e China. A Rússia até conseguiu conduzir um pouso, com a missão Mars 3, em 1971, mas o módulo parou de funcionar apenas 20 segundos após tocar o solo, não enviando dados úteis à Terra. Já o módulo Schiaparelli, desenvolvido por europeus e russos como protótipo do que seria usado com o rover Rosalind Franklin, acabou falhando em sua tentativa de pouso, em 2016. O projeto a ser desenvolvido agora é totalmente novo.

Caso tudo corra bem, a missão ExoMars promete: entre seus vários instrumentos científicos, o rover terá uma perfuratriz capaz de escavar a até dois metros de profundidade no solo marciano. Se houver alguma evidência bioquímica de que já existiu vida no planeta vermelho, é muito provável que ela seja encontrada no subsolo, protegida dos efeitos deletérios da radiação ultravioleta solar.

Rede de intrigas

Maior emissora pública do país, TV Cultura teme investida do governo Tarcísio contra sua independência e sofre pressão com CPI e ameaça de cortes de verbas

Bastidores do programa 'História em Debate', da TV Cultura, em fotografia de 1973 Armando Borges/Acervo TV Cultura

Carolina Linhares, Laura Mattos e Guilherme Seto

SÃO PAULO Às vésperas de completar 55 anos, a TV Cultura, principal emissora pública do país, enfrenta uma investida do governo Tarcísio de Freitas, do Republicanos, e de deputados aliados na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na frente das câmeras, o discurso é o de que o governo quer reduzir gastos e aumentar a eficiência da Fundação Padre Anchieta, que administra a TV. Por trás das câmeras, está o roteiro de uma série de crises entre o conselho da fundação e o governo, que se incomoda com a independência da programação.

O barril de pólvora vem do início da gestão Tarcísio e se incendiou nesta semana, quando o deputado Guto Zacarias, do União Brasil, vice-líder do governo na Alesp, propôs uma CPI para investigar supostas irregularidades na fundação.

Embora a TV Cultura seja uma emissora pública, ela é gerida por um conselho autônomo em relação ao governo.

A autonomia agora questionada por Tarcísio é garantida por um decreto assinado na ditadura militar. Em 1967, o governador Abreu Sodré assinou o decreto de criação e aprovação do estatuto da Fundação Padre Anchieta, que teria o objetivo de operar emissoras de rádio e televisão educativas. O texto previa autonomia para a entidade de direito privado, que deveria ser gerida por um conselho curador com representantes do governo e da sociedade civil.

Em 15 de junho de 1969, a TV Cultura entrou no ar e passou a ser mantida por repasses do governo do estado e por receitas próprias da fundação.

A relação entre uma TV pública e um governo que, em boa parte, a financia, mas não a controla, nasceu para ser tensa, e colabora para garantir o pluralismo e a independência política da programação.

Essa tensão pode ser mais forte ou saudável a depender da compreensão de cada governante sobre o papel da TV pública e da capacidade de gestão da emissora e da qualidade de sua programação.

A insatisfação de Tarcísio com a TV foi exposta por ele a deputados aliados durante um jantar no início deste mês. Interlocutores do governador detalham que há uma frustração por ter de bancar a fundação sem ter o seu controle.

No jantar, Tarcísio apontou que a TV Cultura tem quase o dobro de funcionários de emissoras como a CNN e a Jovem Pan. A Fundação Padre Anchieta rebate a comparação, afirmando que produz outros canais além da Cultura, como a TV Rá-Tim-Bum e a Univesp TV. O quadro é, ao todo, de 743 funcionários em regime CLT, além de contratados como pessoa jurídica por projeto.

Números à parte, Tarcísio deixou claro a aliados um fato que o havia incomodado.

Continua na pág. C2

[...]
A insatisfação do governador com a TV foi exposta a deputados aliados num jantar no início do mês. Interlocutores de Tarcísio de Freitas detalham que bancar a emissora sem ter o seu controle total gera frustração

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

OFICINA MECÂNICA

O presidente Lula, que tem manifestado insatisfação com o desempenho político e de comunicação de diversos ministros, enfrenta dificuldades para tocar adiante as mudanças que já sinalizou que pretende fazer em seu governo.

OFICINA 2 A razão, segundo interlocutores dele: Lula enfrenta um problema de "reposição de peças", ou seja, de quadros na área política para substituir auxiliares que gostaria de tirar do governo.

OFICINA 3 A dificuldade para mudar o comando da Petrobras é um exemplo: o presidente cogitou demitir Jean Paul Prates, mas as alternativas de substituição eram poucas.

OFICINA 4 O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, foi a primeira opção pensada por Lula. Mas a saída dele do cargo que ocupa desfalcaria o banco.

XADREZ Para substituir Mercadante, Lula poderia convocar algum ministro. Mas aí teria que pensar em um substituto do substituto —e os nomes de sua confiança, com peso político, são escassos.

ELE FICA A demissão de Prates foi contornada também por causa da interferência do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em favor de sua permanência.

SOLTA A VOZ Lula se queixa, entre outras coisas, da dificuldade que alguns ministros, mesmo trabalhando muito, demonstram ter de criar fatos políticos em torno de suas realizações.

MEGAFONE A Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), que reúne comunidades indígenas Guarani, elaborou um manifesto em que volta a cobrar do governo federal a demarcação de terras que, segundo o grupo, dependem apenas de uma assinatura.

MEGAFONE 2 O pedido foi feito há um ano ao presidente Lula (PT) e à ministra Sonia Guajajara (Povos Indígenas). Como não houve avanços, a entidade decidiu lançar a campanha #DemarcaYvyrupa para pressionar o governo.

FATIA A comissão afirma que 14 terras situadas na região da Mata Atlântica já não apresentam pendências e estão prontas para serem demarcadas. Desse total, de acordo com o grupo, quatro delas necessitariam apenas de uma "canetada" do presidente decretando a sua homologação, enquanto outras dez estariam aguardando uma portaria declaratória do Ministério da Justiça.

ALERTA "Esse cenário de insegurança jurídica coloca em risco a vida do nosso povo", diz a CGY. O grupo irá ao Conselho Nacional de Política Indigenista, em Brasília, na terça (16).

PONTE AÉREA A ministra da Cultura, Margareth Menezes, vai participar da 36ª edição da Feira Internacional do Livro de Bogotá, na Colômbia. Ela viajará ao país nesta segunda (15). O Brasil é o convidado de honra do evento, que começa na quarta (17) e vai até 2 de maio. Ela fará reuniões bilaterais em Bogotá e em Medellín.

SOM

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

A cantora Duda Beat 1 recebeu convidados, na semana passada, no lançamento do seu novo álbum, "Tara e Tal". O produtor musical Marcus Preto 2 prestigiou o evento, realizado na Central Embaixada Cultural, em São Paulo. A cantora Lara e o namorado, o apresentador Julinho Casares 3, também marcaram presença na celebração

ILHA O ator Enrique Díaz vai interpretar Frei Betto em um longa-metragem sobre a trajetória do escritor e teólogo. "Betto" será o nome do filme, que terá direção do cineasta argentino Pablo Del Teso.

ILHA 2 A produção será filmada em Cuba e no Brasil. Díaz embarcou no sábado (13) para o país da América Central para gravar um teaser e iniciar a preparação para o projeto.

ILHA 3 O ator deverá voltar a Cuba em julho, quando as filmagens vão começar de fato. O país tem papel importante na vida de Frei Betto, que escreveu o livro "Fidel e a Religião", lançado em 1985, a partir de uma longa entrevista feita por ele com Fidel Castro.

AJUDA Uma camisa da seleção brasileira autografada pelo ex-jogador Ronaldo Fenômeno será um dos itens leiloados no primeiro jantar solidário promovido pelo Instituto Desvelando Oris. O objetivo é arrecadar recursos para as iniciativas da organização, que atua em prol de jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade —e, especialmente, para pessoas negras.

AJUDA 2 O evento será realizado no próximo dia 23 em São Paulo, na casa da advogada Anne Wilians, conselheira do instituto. A atriz Zezé Motta será a mestra de cerimônias da noite, que contará com pocket show de Paula Lima cantando músicas de Rita Lee.

LUSO O presidente da Associação Portugal Brasil 200 anos, José Manuel Diogo, colunista da **Folha**, vai falar sobre o sistema político português e as diferenças que existem para a democracia brasileira na sede do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), em Brasília. O evento será realizado na terça (16).

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Rede de intrigas

Continuação da pág. C1

Para Tarcísio, o problema foi o fato de a TV Cultura não ter mandado uma equipe do jornalismo para cobrir a sua presença em uma entrega de casas em São Sebastião, no litoral paulista, depois das enchentes do ano passado.

Em nota, a TV Cultura afirma que fez a cobertura de todas as entregas do governador na região, além de uma extensa cobertura da tragédia.

Auxiliares do governador passaram a defender que é preciso racionalizar os gastos e a gestão da TV, que seria "inchada e obsoleta". Argumentam que não se trata de uma medida específica voltada à fundação, mas de uma orientação geral para enxugar órgãos sustentados pelo estado.

Ainda de acordo com secretários, Tarcísio não definiu as mudanças que pretende implementar, mas estuda os caminhos diante da autonomia da fundação. Alguns falam em rever repasses de verba e até em um projeto de lei para alterar o tamanho e a composição do conselho da fundação.

O conselho tem 47 membros, e apenas quatro são fiéis a Tarcísio. Um pouco de história e matemática ajudam a entender essa disputa de poder.

O decreto que criou a fundação permitia a ingerência do governo ao determinar que o diretor-presidente e o vice-diretor do conselho deveriam ser escolhidos pelo governador. Eram apenas 20 conselheiros e quase metade das vagas era para membros do governo.

Com o fim da ditadura, em 1986, um novo decreto ampliou o número de conselheiros para 45, reduzindo o percentual de membros do governo. No novo estatuto, o governador não tinha mais poder de eleger o presidente e o vice-presidente do conselho, o que ficou a cargo dos conselheiros.

Hoje, após alterações, o conselho tem 47 membros, sendo três vitalícios —da família que fez a doação inicial para a criação da Fundação Padre Anchieta—, 20 natos —que ocupam cargos, como o secretário da Cultura ou o reitor da USP—; 23 eletivos —pessoas da sociedade civil indicadas e eleitas pelos conselheiros— e um representante dos funcionários da fundação.

É dentre os natos que o governo consegue ter representantes. Além do titular da Secretaria da Cultura, fazem parte do conselho o secretário da Educação e o da Fazenda. Outras duas vagas de natos são da Alesp, o presidente da Comissão de Educação e Cultura e um deputado indicado pela comissão. Nessas vagas estão Bebel, do PT, de oposição a Tarcísio, e Tomé Abduch, do Republicanos.

Desde 2020, o governo tem repassado cerca de R$ 100 milhões por ano à fundação. Esse valor vai quase todo para o pagamento de salários dos funcionários e não poderia ser alvo de cortes, segundo técnicos da própria gestão Tarcísio.

O decreto da fundação põe, dentre os recursos, "as dotações, subvenções e contribuições que o estado anualmente designa em seus orçamentos". Mas não há uma determinação legal sobre o valor a ser repassado e, segundo a fundação, a participação do repasse do governo vem diminuindo.

Há cinco anos, era 70%, e hoje, 40%. Os outros 60% advêm de publicidade, doações, parcerias e prestação de serviços, como a produção da TV Câmara, paga pela Câmara Municipal de São Paulo, e a TV Educação de Santos, da prefeitura.

Como não há previsão legal do montante do repasse, a tensão na TV Cultura aumenta. Ex-presidente do conselho curador da fundação e especialista em direito público, Belisário dos Santos Junior diz que, uma vez que o estado fez com que constasse no estatuto que ela receberia recursos do orçamento, "existe uma obrigação jurídica de manter a TV funcionando".

"Seria desarrazoado e passível de correção judicial o governo não repassar dinheiro suficiente para que a TV cumpra com seus objetivos", diz. "É uma TV reconhecida e premiada internacionalmente. É impossível o governo dizer que ela não cumpre o seu papel."

Na emissora, o clima é de apreensão. Os mais otimistas temem um processo de estrangulamento, com corte de repasses e pressões —a exemplo do pedido de CPI. Para os mais pessimistas, o governo busca um caminho para a venda da emissora.

A tensão no conselho vem desde o ano passado. Em maio, a secretária de Cultura Marilia Marton sugeriu a indicação do cineasta Josias Teófilo para o conselho. Teófilo é autor de um documentário sobre o escritor e guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho.

A reação dos conselheiros foi negativa, e Marton decidiu fazer a indicação de Aldo Valentim, ex-secretário nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural do governo Bolsonaro e atual secretário de Cultura de Osasco, na Grande São Paulo. Professor universitário e mestre em políticas públicas pela Fundação Getulio Vargas, Valentim tem um perfil técnico e acabou sendo eleito.

Numa reunião do conselho em junho, o clima foi pesado, e Marton se queixou do veto ao cineasta, o que considerou uma falta de abertura para a diversidade. Em setembro, a secretária intimidou conselheiros, dizendo que iria descobrir quem havia vazado a informação sobre a indicação que ela havia feito de Teófilo.

Neste ano a temperatura subiu e terminou na Justiça. Em fevereiro, numa nova eleição, Fabio Magalhães, presidente do conselho, disse que havia consultado conselheiros e chegado a uma lista de sugestões. Os nomes apresentados, diz ele, ajudariam a ampliar a diversidade de gênero, raça, perspectivas e interesses.

A colocação incomodou o governo, que se sentiu preterido nas indicações. Marton disse a pessoas próximas que não foi consultada. Em março, os seis nomes mencionados por Magalhães foram eleitos —Lilia Moritz Schwarcz, Djamila Ribeiro, Renata de Almeida, Antonia Quintão, Cristine Takuá e Gabriel Jorge Ferreira.

O bolsonarista Caíque Mafra, candidato a deputado estadual em 2022 pelo Republicanos, pediu uma liminar para que a votação não fosse realizada. A fundação disse que "jamais houve limitação de indicação de candidatos" e que o governo não propôs nomes. A Justiça indeferiu o pedido.

O conselheiro Aldo Valentim criticou o modelo de eleição. "Fiquei incomodado com a condução do processo, sem ampla consulta junto aos representantes do governo, do deputado representante do Poder Legislativo [Abduch] no colegiado e com nomes fechados em uma única reunião."

As últimas quatro reuniões do conselho, diz a fundação, não tiveram nenhum dos três membros do governo. A ausência foi vista como ruptura.

Essa ruptura se evidenciou com o pedido de CPI, ainda que o governo negue essa relação. Em nota, a Secretaria da Cultura afirmou que "a instalação de qualquer CPI na Alesp é uma prerrogativa exclusiva da atuação parlamentar".

Entre as acusações que embasam o pedido está uma de nepotismo —Pedro Martins, enteado de José Roberto Maluf, presidente da fundação, é funcionário da TV, na área de mídias digitais, com salário de R$ 18,2 mil. A fundação afirmou que não cabe o conceito de nepotismo em entidades de direito privado —a fundação não tem funcionários públicos. "Além disso, não existe grau de parentesco com o presidente, bem como subordinação do colaborador com o mesmo."

Responsável pelo pedido de criação da CPI, Guto Zacarias afirmou que "quer que o dinheiro público seja bem investido, com o menor gasto e a maior audiência e qualidade".

A fundação afirma que a TV, segundo o Kantar Ibope, está em quarto lugar em audiência na TV aberta de segunda a sexta, atrás de Globo, Record e SBT e à frente de Band, RedeTV! e Gazeta. Afirmou ainda ter mais audiência do que os canais fechados.

Independente, a TV irrita bolsonaristas. Em outubro de 2022, foram renovados até 2025 os contratos de Vera Magalhães, apresentadora do Roda Viva, e Marcelo Tas, do Provoca, críticos ao bolsonarismo.

Em janeiro de 2023, no calor da tentativa de golpe, a Cultura exibiu o documentário "O Autoritarismo Está no Ar: Três Anos Depois", sobre os riscos do avanço da extrema direita. O deputado federal Eduardo Bolsonaro postou "discurso ideológico e uso da máquina estatal em favor da política".

Nesta semana, foi a esquerda quem ficou em polvorosa com o Roda Viva com Flávio Bolsonaro. O convite para o senador, segundo a reportagem apurou, foi feito em 30 de janeiro, e foi visto pela emissora como um reforço na sua imagem de pluralismo.

O programa quer manter a lista de convidados equilibrada e avaliou que é preciso chamar mais personalidades da direita, embora já tenha tido entrevistados como os senadores Ciro Nogueira, Rogério Marinho e o deputado Marcos Pereira. Tarcísio, inclusive, vem sendo insistentemente convidado.

Colaborou Tulio Kruze

SPFW tenta equilibrar gênero e tom comercial

Com maioria dos desfiles em shoppings, semana de moda teve 13 estilistas mulheres e destacou microtops e hot pants

Nadine Nascimento

SÃO PAULO As mulheres estão pela São Paulo Fashion Week. São modelos, maquiadoras, cabeleireiras, costureiras, jornalistas. Isso pode levar a crer que o ambiente não sofre da falta de representatividade feminina, mas como diretoras criativas de marcas elas são minoria.

Essa barreira aos poucos vem sendo superada. Se na temporada passada da SPFW, dentre as 38 grifes que desfilaram, 13 eram comandadas por elas, nesta edição a discrepância diminuiu. Dos 31 estilistas, 13 eram mulheres —sendo apenas uma delas negra— e ao menos duas pessoas se declararam não binárias.

A 57ª SPFW, que se encerrou neste domingo, teve ainda sete estilistas negros e um indígena. A maior diversidade de mentes criativas por trás das marcas também se refletiu na passarela —sendo na composição do casting ou na proposição de looks que atendem públicos mais plurais.

A tendência de estilistas não brancos privilegiarem modelos também não brancos é evidente. Assim como designers mulheres que compõem castings de corpos diversos e de variadas faixas etárias.

Foi o caso da grife estreante na SPFW, a Reptilia, que levou um grupo de modelos de diferentes idades. As mulheres de 40 anos ou mais desfilaram uma coleção inspirada na arquitetura, campo de formação da estilista Heloisa Strobel.

"A nossa primeira grande musa foi Zuzu Angel. Ela quebrou essa barreira de que a mulher só podia ser costureira", disse Isa Isaac Silva, criadora da marca homônima, logo após o desfile da Reptilia.

Outro destaque foi a grife Weider Silveiro. Com um casting todo não branco, a marca fez um resgate ancestral na passarela. O designer piauiense se inspirou em seu trabalho de conclusão de curso, apresentado há cerca de 20 anos, para desfilar uma coleção que enaltece os ornamentos tradicionais africanos.

Já Cíntia Felix, única criadora negra da edição, por trás da AZ Marias, trouxe uma coleção guiada pelo ar. Antes, a etiqueta já havia passado pela terra, pelo fogo e pela água.

Inspirada no conto das borboletas de Oyá —orixá dos ventos—, a estilista apresentou 25 looks divididos entre os temas brisa, nuvem e fumaça, buscando homenagear a maternidade negra.

Quem também apresentou uma seleção de modelos etnicamente diversa foi a veterana Glória Coelho, que voltou à SPFW para celebrar os 50 anos de história. A estilista, que em 2020 se posicionou contra as cotas para modelos no evento e foi acusada de racismo, mudou o tom nesta edição.

"Nos preocupamos com o casting porque temos que representar todo tipo de pessoa, baixinhas, altas, mais cheinhas, afros, orientais." A marca, no entanto, não levou nenhuma modelo gorda à passarela.

Outras marcas comandadas por mulheres que passaram por esta edição da semana de moda foram a Aluf, Amapô, Catarina Mina, Fauve, Forca, Marina Bitu, Lilly Sarti, Patricia Vieira e Renata Buzzo.

Chamaram a atenção as locações escolhidas para os desfiles, que se concentraram nos shoppings JK Iguatemi e Iguatemi —o que pode parecer apropriado ao evento, não fossem os convidados terem de atravessar a praça de alimentação com seus looks espalhafatosos para assistir aos desfiles.

Se antes a semana de moda era conhecida por ter como cenário o elegante Pavilhão da Bienal ou até o alternativo Komplexo Templo, nesta edição o evento se concentrou em ambientes por onde passam seus consumidores. A mudança faz pensar se a SPFW perdeu um pouco do seu caráter artístico para ser mais comercial.

Salvo algumas exceções —AZ Marias se apresentou no Teatro Oficina, Glória Coelho, na galeria Nara Roesler, Amapô, no Love Cabaret, e João Pimenta, no edifício Martinelli.

Entre as principais tendências para a próxima estação apresentadas ficaram o preto, o branco e o cinza, além de verde, amarelo, laranja e marrom em seus tons mais terrosos.

A alfaiataria também foi a grande estrela na maior parte dos desfiles. Duas peças para ficar de olho são os microtops, que tampam apenas as aréolas dos seios —das coleções de André Lima, Forca, Weider Silveiro e Glória Coelho—, e as hot pants ou calcinhas, que dispensam calças, tendência capitaneada pela grife italiana Miu Miu.

Look da Fauve Fotos Roberto Casimiro/Fotoarena/Agência O Globo

Modelo em desfile da grife Fauve, na SPFW

Desfile da grife Weider Silvério, na SPFW

Críticas a 'No Rancho Fundo' são preconceito, afirma Alexandre Nero

Dez anos após estourar em 'Império', ator estrela novela das seis, que teve o retrato que faz da pobreza reprovado por fãs

O ator Alexandre Nero, protagonista de 'No Rancho Fundo', a nova novela das seis da TV Globo, que estreia hoje João Cotta/Divulgação

Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO Em 2013, Aguinaldo Silva decidiu fazer de Alexandre Nero o protagonista de "Império", trama que estrearia no ano seguinte no horário das nove da TV Globo. A emissora estranhou a decisão. Sem papéis de destaque até ali, o ator era uma escolha improvável para estrelar a atração de maior prestígio da teledramaturgia nacional.

"A Globo era contra, mas entendo perfeitamente. A empresa quer nomes em que possa confiar", diz Nero, em conversa no set. Nem ele estava confiante. "Joguei minha expectativa lá embaixo. Tinha certeza de que ia dar errado."

A previsão, porém, não se confirmou. A novela foi um sucesso, ganhou um Emmy e catapultou a carreira do curitibano. De ator secundário, passou a ser um dos medalhões da TV Globo. Agora, ele é protagonista da novela "No Rancho Fundo", que estreia nesta segunda, na faixa das seis.

A exemplo do comendador José Alfredo, de "Império", o novo personagem de Nero tem origem nordestina. Mas as semelhanças param por aí.

Enquanto o comendador era um anti-herói de moral duvidosa, Tico Leonel é um sujeito ingênuo e inocente. Ele leva uma rotina simples ao lado dos filhos e da mulher, Zefa Leonel —personagem de Andrea Beltrão.

A vida do casal muda radicalmente após a matriarca encontrar uma gruta cheia de pedras preciosas nas terras da família. O achado, porém, não traz só riqueza, mas também muita cobiça e inveja. É esse o pano de fundo da trama, ambientada em uma cidade fictícia do Nordeste.

No entanto, antes mesmo da estreia, a ambientação da obra foi alvo de críticas nas redes sociais. No começo deste mês, internautas disseram que uma imagem de divulgação com diversos personagens reproduzia a ideia de miséria e sujeira, o que poderia reforçar estereótipos contra nordestinos.

Segundo Nero, algumas das acusações beiram ao preconceito contra pessoas pobres. "Quer dizer que uma pessoa que mexe com a terra é suja? Isso para mim é assustador. Não podemos falar de pobre na televisão?", questiona.

"Existem militâncias seríssimas que estão sendo prejudicadas por essa militância de sofá e do engajamento nas redes sociais para ganhar grana com publicidade."

Autor da trama, Mário Teixeira afirma que a imagem criticada não havia sido aprovada pela direção artística do folhetim, mas acabou vazando nas redes sociais. Segundo ele, as chamadas que estão no ar são um vislumbre muito mais fiel da novela do que a fotografia posta em xeque.

"Agora, o telespectador percebe uma obra vibrante. Eu mostro um sertão absolutamente diferente do que as pessoas estão acostumadas a ver, de natureza exuberante."

As críticas não são os únicos desafios de "No Rancho Fundo". A novela estreia com a tarefa de recuperar a audiência da faixa das seis após o fracasso de "Elas por Elas", o título menos visto da história desse horário. Curiosamente, foi um sucesso comercial para a emissora, com 15 contratos publicitários fechados em sua trajetória, e 26 ações dentro de seu conteúdo.

"A gente tem que olhar para frente. A nossa novela representa os anseios do Brasil e acho que isso vai atrair a atenção das pessoas", diz Teixeira.

Se, para o autor, a audiência é o desafio, para Nero a missão é dar vida a um personagem diferente de tudo o que ele fez na TV. Seu Tico Leonel tem trejeitos espalhafatosos e grandiloquentes, num flerte com o teatro farsesco, que satiriza situações cotidianas.

É um trabalho que resgata um estilo ligado à palhaçaria e ao teatro de rua com o qual Nero se habituou no começo da carreira. Ele deu os primeiros passos no mundo das artes como músico, tocando em bares e restaurantes de Curitiba no começo dos anos 1990.

"Eu trabalhei dos 20 aos 38 anos na noite. Eu chegava em casa praticamente todos os dias às cinco da manhã. Isso acabou com a minha saúde", diz o ator. "Era um universo de drogas, bebidas e bagunça."

Nero diz que o comportamento autodestrutivo foi agravado pela perda dos pais, que morreram de câncer quando ele era adolescente. "Isso acaba com a vida emocional de qualquer um. Eu virei um selvagem. Para mim, era matar ou morrer."

Em meio à rotina noturna, ele sentiu necessidade de estudar teatro para entender como se posicionar no palco e dialogar com o público. Mas sem dinheiro para pagar cursos. "Eu estudei na escola da sobrevivência. Tudo começou de maneira instintiva."

Foi justamente o teatro que o levou para a televisão. Em 2006, quando estava em cartaz com a peça "Os Leões", um produtor de elenco da TV Globo gostou de seu desempenho e o convidou para atuar no programa "Casos e Acasos", ao lado de Ricardo Tozzi e Fúlvio Stefanini. A estreia na TV foi no fim de 2007.

No ano seguinte, interpretou o verdureiro Vanderlei na novela "A Favorita", de João Emanuel Carneiro. "Esse papel era uma ponta, mas o pessoal gostou e fui ficando."

A popularidade do personagem garantiu sua permanência na emissora, na qual recebeu papéis secundários em novelas como "Paraíso", de 2009, e "Fina Estampa", de 2011. Na trama, ele encarnou Baltazar, um homem violento que batia na mulher, interpretada por Dira Paes, mas que fazia uma espécie de dupla cômica com Crô, o mordomo gay interpretado por Marcelo Serrado.

A obra marcou o início da parceria com Aguinaldo Silva, que se repetiria em "Império". "Foi aí que tudo mudou. A Globo começou a confiar em mim para papéis maiores."

Um ano depois de "Império", mais um protagonista para o currículo. Em "A Regra do Jogo", foi Romero Rômulo, ex-vereador que usava uma ONG de fachada para lavar dinheiro do crime organizado.

"Era um texto maravilhoso do João [Emanuel Carneiro], que construiu um personagem dúbio. Ele era um mau-caráter, mas tinha doçura e carisma. Acho que isso ressoou nas pessoas". Por esse papel, ele foi indicado ao Emmy Internacional de melhor ator.

Nero conquistou a consagração aos 45 anos em uma indústria na qual atores ganham destaque bem antes, a exemplo de Chay Suede, Reynaldo Gianecchini e Cauã Reymond. Apesar disso, ele diz que a maturidade não o protegeu das armadilhas do estrelato.

"A fama é terrível e engana do mesmo jeito", diz o ator. "Me pergunto se a conquistar mais cedo não seria melhor. Você vai se acostumando e faz todas as cagadas antes e melhora depois. Mas eu fiz merda como qualquer pessoa".

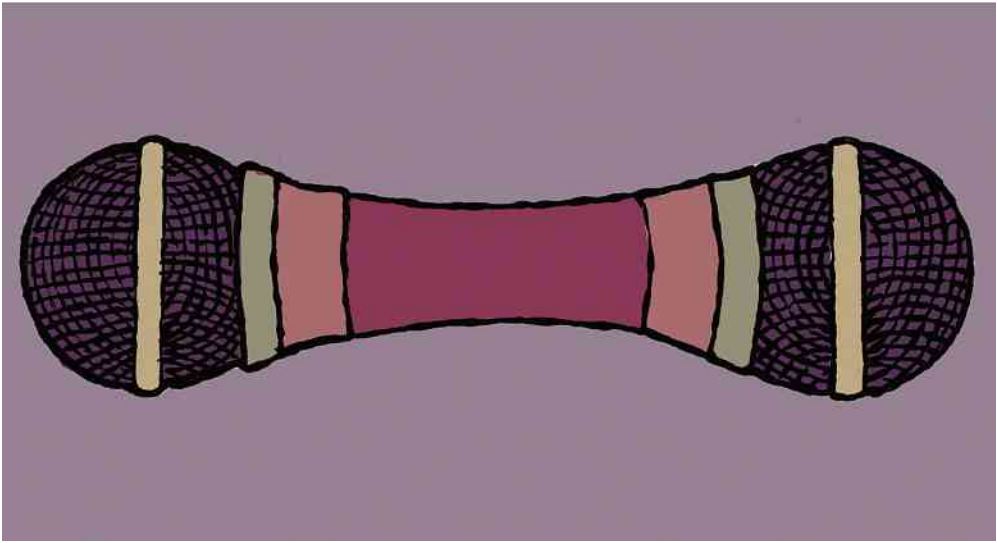
Um desses erros, diz Nero, é achar que o êxtase da fama deve ser constante. "Quando não tem, você fala 'mas cadê?'. A gente esquece que a vida não é isso. Ela é chata mesmo. Não tem êxtase."

Pai de dois filhos pequenos, ele diz que a paternidade o ajuda a lidar melhor com a notoriedade. "Às sete, tem alguém lá chorando. Nessas horas, a vida real aparece", diz o ator, acrescentando que decidiu parar de usar drogas depois que os filhos nasceram, em 2016. "Eles me deram horizonte e me salvaram. Agora eu não quero morrer. Agora eu não morro mais."

O jornalista viajou a convite da TV Globo

No Rancho Fundo

Brasil, 2024. Criação: Mário Teixeira. Com: Alexandre Nero, Andréa Beltrão, Luisa Arraes. Na TV Globo, às 18h

Ricardo Cammarota

Sem fé, mas com medo do ceticismo

Stuart Mill, em 'Sobre a Liberdade', acreditava na honestidade intelectual pública

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Uma era "destituída de fé, mas aterrorizada com o ceticismo". É assim que o grande liberal inglês John Stuart Mill descreveu sua época na sua clássica obra "Sobre a Liberdade", de 1859.

Nesse trecho em que descreve sua época, Mill defende veementemente a liberdade de expressão absoluta, mesmo em casos de conteúdo perigoso ou duvidoso. Recomendo para quem quer se informar ou se formar melhor no assunto, incluindo aqui as autoridades com poder de destruição da liberdade de expressão no Brasil, jornalistas que babam pedindo "regulação das redes" e população mal-informada em geral. Elon Musk está nessa tradição.

A propósito, recomendo também o "Relatório de 1800", de 7 de janeiro de 1800, escrito por James Madison, um dos três autores do primor de obra conhecida como "Federalist Papers", com tradução portuguesa, "O Federalista", pela Calouste Gulbenkian de Lisboa.

Nesse texto, Madison critica uma lei que teve vida curta e que visava dar ao governo americano e ao Poder Judiciário o direito de censurar conteúdos que julgassem perigosos.

Um dos argumentos de Madison é que o pior momento para o exercício da censura sobre a imprensa —"the press", como ele diz na sua época— é em ano de eleição porque inviabiliza qualquer crítica mais significativa aos candidatos. Será que os babões pela "regulação das redes" já leram gente desse quilate?

Mas voltemos à citação de Stuart Mill sobre a falta de fé e o medo do ceticismo em sua época. Vale salientar que a crítica cética da fé religiosa não é, a rigor, o "pior" efeito do ceticismo. O autor descreve essa "condição" da sua época como sendo uma espécie de estado de alma em que não temos mais nenhuma certeza acerca de nossas opiniões, mas não sabemos se conseguimos viver sem elas.

Ou seja, perdemos a fé em nossas opiniões, mas tememos ficar céticos de vez. Como viver sem crer em nossas próprias opiniões? Resumo da ópera: ninguém conseguiria.

O ceticismo sempre foi marcado pela dúvida acerca das opiniões racionais, e, portanto, o respeito pelos hábitos e costumes estabelecidos o leva a ter uma certa proximidade com a posição moral e política conservadora.

Não é o caso de Stuart Mill, um liberal crente no debate público, na liberdade absoluta de pensamento como defesa contra o caráter essencialmente autoritário de qualquer forma de poder político. Para sua época, era um claro "progressista".

Para ele, ter dúvidas acerca de suas próprias opiniões era salutar desde que estivéssemos abertos a mudar de opinião e abraçar outras que nos parecessem mais razoáveis para a questão em jogo.

Este é o otimismo liberal clássico. Não se tratava de desaguar no desespero cético —como normalmente não céticos praticantes veem a atitude cética—, mas entender que a liberdade é o meio para se avançar socialmente e politicamente.

Temo que para nós, em 2024, a coisa seja mais complexa. Primeiro que os "progressistas" de hoje são aqueles mesmos que querem censurar a liberdade pública de pensamento.

Fazendo uso de retórica adocicada, afirmam que são a favor da liberdade de expressão, contanto que ela seja abençoada por seus lobbies jurídicos, identitários, políticos e por seus "especialistas" de plantão.

Madison e Stuart Mill escreveram sobre o tema em 1800 e 1859, respectivamente. O processo de constituição da chamada democracia liberal estava em curso e ainda era incipiente.

Hoje, "progressistas" e "iliberais" compartilham, ainda que os primeiros de modo sofisticado e os segundos de modo "grosseiro", o mesmo horror contra a liberdade do pensamento público não alinhado aos seus lobbies ideológicos.

A universidade —instituição que para os ingênuos é um espaço de liberdade de pensamento— e a mídia são quase que totalmente colonizados pelos chamados "progressistas" que buscam inviabilizar qualquer posição que não lamba suas botas, buscando mesmo o apagamento absoluto de quem não os teme ou não rezam na mesma cartilha.

Stuart Mill tinha fé na honestidade intelectual pública. Bobinho ele. Essa sua fé era sua utopia.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | **TER. João Pereira Coutinho** | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Biscoitos da resignação

A única certeza da vida não é a morte, é o selfie

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

Não sei vocês, mas comecei mais tarde em algumas áreas do desenvolvimento humano. Andei de bicicleta aos dez. Tive catapora aos 38. Passei décadas sem reparar que a logo de uma famosa cerveja não é a cabeça do Homem-Aranha. E apenas recentemente descobri que selfie bom, bom mesmo, se tira de cima para baixo. Pelo menos depois dos 40.

Não que eu seja praticante eufórica daquilo que outrora já teve uma denominação na língua portuguesa: autorretrato. Caiu em desuso, tão desbotado quanto a revelação em 24 horas de um filme de 12 poses.

Selfie, hoje, é uma espécie de prova de vida. Se você não tira e posta, será tratado como indigente digital. Um Dorian Gray ao contrário. Apodrecendo do lado de cá da lente, enquanto um retrato do seu bocão com filtro da Luísa Sonza poderia muito bem ganhar likes "ad aeternum".

Fidelizada ao zeitgeist, confesso que capitulei. Mark Zuckerberg me livre de ser sepultada viva na mesma cova do Fotolog e do Orkut. Optei por selfies com um mínimo de dignidade, sim. Há que se ter autoestima no reino dos zeros e uns, não é mesmo? "Seja mais forte do que sua desculpa", pensei. O celular em punho. "Foco, guerreira!" Mas... Como é que faz?

Amparada em minha angústia analógica, recebi ensinamentos preciosos de apaixonados por essa arte. E, ao notar que todo mundo sai com a mesma cara, sempre no mesmo ângulo que favoreça—posto que não é fácil descobrir sua pose registrada, seu "signature" joinha—, tive uma epifania "fotoexistencial".

Marxistas. Bolsonaristas. Veganos. Canhotos. Ateus. O papa. Fãs do Lobão e da Karol Conká. Não existe polarização no universo dos selfies, a mais democrática expressão egoica.

Todo mundo tira. E, se não tira, aparece na alheia. Lá no fundo. Em forma de borrão, saindo de quadro. Ou fazendo chifrinho nos outros, essa iconoclastia bocó que é o "photobombing".

Há selfies rupestres em pedra. Mestres do renascimento, do barroco e do impressionismo pintaram autoregistros como quem posta recibos de #tápagoamarchands. Buscando a perspectiva ideal, foi de ladinho que até os egípcios se acharam.

Quem sou eu, então, para desprezar meus biscoitos e os alheios? São divertidos e crocantes biscoitos da resignação, sobretudo depois dos 40. E tem mais: vai que criogenia dá certo. Numa dessas, descongelam a lenda urbana do Walt Disney etc. A morte deixaria de existir. E a única certeza da vida seria o selfie.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. **Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Rede de espiões sai de best-sellers e vira realidade em filme no streaming

Argylle: O Superespião
Apple TV+, 14 anos
Elly Conway, vivida por Bryce Dallas Howard, ama gatos e escreve best-sellers de espionagem protagonizados por Argylle, um agente secreto sedutor em missão de desmantelar uma organização sinistra. Quando Aidan, um espião de verdade que odeia gatos, descobre que as histórias que Elly escreve correspondem às atividades de uma real rede de espionagem, começa a aventura em que os dois viram protagonistas de verdade.

Fallout
Prime Video, 18 anos
Série de aventura pós-apocalíptica inspirada na franquia de games. A primeira temporada é centrada em Lucy, sobrevivente que viveu por anos num abrigo radioativo; Maximus, um soldado de uma facção militar; e Ghoul, um vigilante com passado misterioso.

Mundo Esperma
Star+, 18 anos
Em motéis de beira de estrada ou casas abandonadas, há um mercado clandestino de doação de esperma sempre em ação. Movidos pela fantasia de ter uma família, doadores e receptores têm trocado mais que só material genético. Documentário produzido pelo jornal The New York Times.

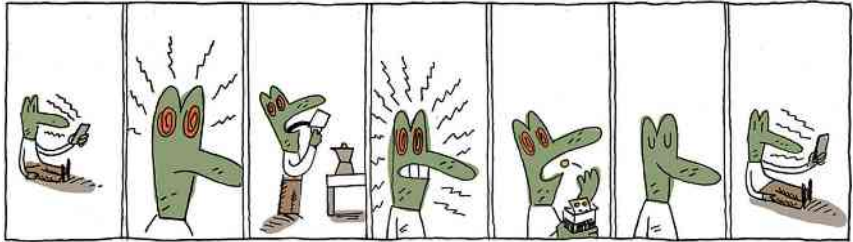
Amor Que Mata
A&E, 21h10, 14 anos
Como um casamento termina em assassinato? A série documental explora casos reais de maridos e mulheres que foram assassinados por seus cônjuges. Cada história é conduzida por investigadores dispostos a descobrir a verdade por trás de cada relacionamento.

Roda Viva
TV Cultura, 22h, livre
O líder indígena yanomami Davi Kopenawa, que foi recebido pelo papa Francisco na última quarta-feira, estará no centro da roda. Seu povo vive na maior terra indígena do Brasil e sofre com a invasão dos garimpeiros ilegais, que provocam desnutrição e malária.

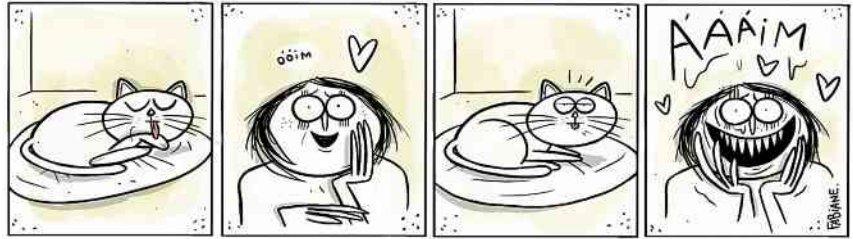
Perícia Lab
AXN, 22h55, 16 anos
A série, na segunda temporada, exibe um episódio em que os peritos Ricardo Salada e Telma Rocha usam técnicas forenses diferentes das usadas no caso de um menino de 11 anos que desapareceu numa pacata cidade gaúcha em 2020.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

		7			3	9		
				2				7
	4					3	8	5
2		5	7	3				
		4	2		5	1		
				6	4	5		2
3	8	9					5	
4				7				
		1	5			6		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	1	7	4	5	3	9	2	6
5	9	3	8	2	6	4	1	7
6	4	2	1	9	7	3	8	5
2	6	5	7	3	1	8	4	9
9	7	4	2	8	5	1	6	3
1	3	8	9	6	4	5	7	2
3	8	9	6	1	2	7	5	4
4	5	6	3	7	8	2	9	1
7	2	1	5	4	9	3	6	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Que se refere ao argentino Francisco, chefe da igreja católica / O de linha é o carro mais completo na sua categoria **2.** Ivone Lara (1921-2018), sambista carioca / Envergonhado **3.** Ter de volta **4.** Afetuoso, carinhoso **5.** Devoto que visita algum lugar sagrado **6.** A área do hospital para pacientes em situação grave / A cordilheira em que nasce o rio Amazonas **7.** Mesa para servir refeições em casamentos, coquetéis etc. / Diz-se de voo feito por instrumentos **8.** Meticulosa, cuidadosa / Rita Lee (1947-2023), cantora **9.** Disposição constante em dar prova de coragem **10.** O símbolo do cromo, elemento químico / Modificação a uma lei **11.** Podem ser ortopédicos **12.** Devoção, amor pelas coisas religiosas **13.** Excelentíssima / A parte extrema de uma superfície.

VERTICAIS
1. Cidade catarinense próxima a Concórdia / Carro de passeio ou esporte, de duas portas **2.** Acolá / Em direito, aquele que legalmente é encarregado de proteger, supervisionar alguém / A metade de XVIII, em romanos **3.** Chefe reconhecido de um movimento político ou cultural / O contrário de com **4.** Aperto, dificuldade / Pequeno reconcavo na costa de mar, lago ou rio, que serve de porto a embarcações **5.** (Med.) Aglomerado cutâneo de múltiplos focos elementares tuberculoideos / A parte da embalagem, geralmente arredondada, usada para vedá-la **6.** (Fig.) Desprovido de relação lógica **7.** A glândula do corpo humano rica de iodo / (Red.) Uma tradicional equipe gaúcha de futebol **8.** A morada dos índios / Moderado **9.** Ocaso / Doença caracterizada por dificuldades respiratórias.

HORIZONTAIS: 1. Papal, Top, **2.** IL, Pudico, **3.** Recuperar, **4.** Amoroso, **5.** Romeiro, **6.** UTI, Andes, **7.** Bufê, Cego, **8.** Atenta, RL, **9.** Ousadia, **10.** Cr, Emenda, **11.** Sapatos, **12.** Piedade, **13.** Exma, Orla. **VERTICAIS: 1.** Piratuba, Cupê, **2.** Além, Tutor, IX, **3.** Corifeu, Sem, **4.** Apuro, Enseada, **5.** Lupoma, Tampa, **6.** Desencadeado, **7.** Tiroide, Inter, **8.** Oca, Regrado, **9.** Pôr-do-sol, Asma.

Ricos devem ganhar mais sob Lula 3; classe C não terá salto

Juro alto e pouco dinamismo devem reverter saldo de Lula 1 e 2, prevê estudo

Fernando Canzian

SÃO PAULO O Brasil não repetirá nos próximos anos a forte migração de membros da classe D/E para a C dos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2010. Naquele período, a expansão da classe média, ou C, foi a principal marca deixada pelo presidente.

Desta vez, serão a classe A e em menor grau a B as maiores ganhadoras devido a uma conjuntura de taxas de juro elevadas, baixo dinamismo da economia e espaço limitado no orçamento público para aumentar transferências de renda aos mais pobres.

Segundo projeções da consultoria Tendências, a classe A terá o maior aumento da massa de renda real (acima da inflação) no período 2024-2028: 3,9% ao ano —algo que já ocorreu em 2023.

Na outra ponta, a classe D/E evoluirá bem menos, 1,5%, em média.

A massa de renda é composta pela soma do rendimento habitual de todos os trabalhos, de transferências do Bolsa Família e benefícios sociais, da Previdência e de outras fontes de renda, como juros e dividendos.

Serão justamente os ganhos de capital dos mais ricos, empresários ou pessoas que têm dinheiro aplicado, que farão a diferença. Embora haja a expectativa de alguma queda da taxa básica de juro, a Selic, hoje em 10,75% ao ano, ela deve continuar relativamente alta.

O quadro piorou na semana passada, com a perspectiva de que os EUA, por causa de inflação elevada, mantenham seus juros altos por mais tempo —forçando emergentes como o Brasil a ter taxas maiores para atrair investidores que financiem seus déficits.

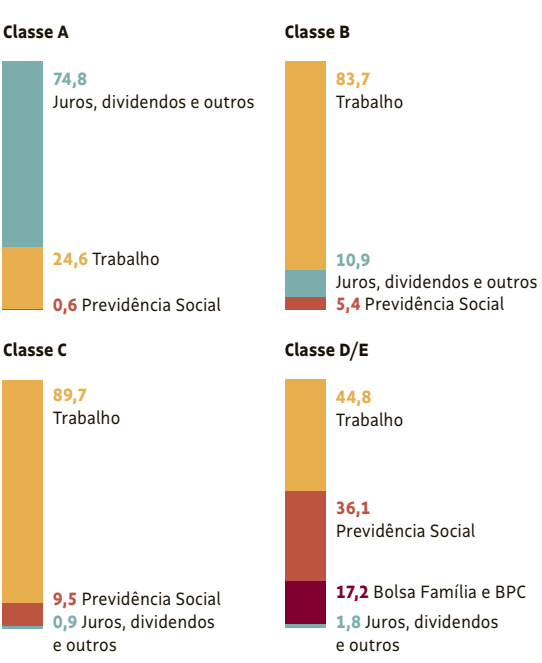
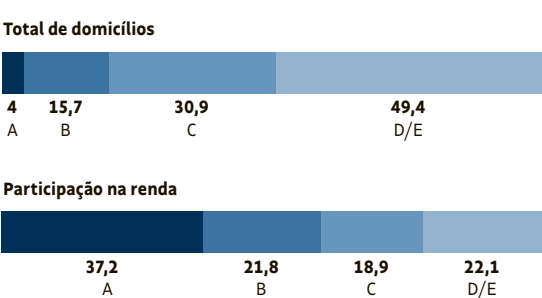
Hoje, é possível obter 6% ao ano acima da inflação com aplicações financeiras conservadoras no Brasil; e em 2023 as despesas com juros da dívida pública somaram R$ 718,3 bilhões. Como comparação, o Bolsa Família destinou R$ 170 bilhões a 21,1 milhões de domicílios.

No caso da classe D/E, a Tendências não espera, nos próximos anos, índices de correção generosos para o Bolsa Família ou o salário mínimo devido ao espaço fiscal limitado que o governo Lula 3 dispõe.

É o contrário do que ocorreu entre 2003 e 2010, quando o país se beneficiou de três fatores: reformas estruturais no governo FHC (1995-2002), um período de forte crescimento da economia global e o boom nos preços das commodities que o Brasil exporta.

A classe A, que é bastante heterogênea (pois reúne os chamados super-ricos e famílias com rendimentos mensais próximos a R$ 25 mil por mês, pelo critério da Tendências), é a menor no país. Soma apenas 4% dos domicílios —mas abocanha 37,2% da renda. No outro extremo, a classe D/E concentra quase a metade das famílias (49,4%) e se apropria de apenas 22,1% da renda.

Segundo Lucas Assis, analista de macroeconomia da Tendências, os fatores que contribuíram para a migração de milhões de pessoas da classe D/E para C nos anos 2000 levaram a um aumento da formalização do emprego e à aceleração da renda do trabalho —impulsionando a arrecadação federal e gerando um crescimento médio do PIB de 4% por alguns anos.

"Naquele período, o governo tinha espaço no Orçamento para reajustar o Bolsa Família e dar aumentos reais mais fortes para o salário mínimo, o que beneficiou a classe D/E. Desta vez, isso não parece possível. A economia e a renda devem crescer, mas mais lentamente", afirma.

Neste contexto, segundo Assis, as classe B e C, mais dependentes da renda do trabalho, também terão crescimento da massa de renda abaixo da A.

"Num cenário de crise fiscal, a expectativa é de manutenção do número de beneficiários de programas sociais. Assim, o trabalho passa a ser o principal responsável pelo rendimento. Isso vai, de certa forma, limitar a ascensão das famílias mais pobres para a classe média", afirma.

Segundo Maurício de Almeida Prado, diretor-executivo da consultoria Plano CDE, de qualquer forma as classes mais baixas foram beneficiadas no início do governo Lula 3 pelo aumento da cobertura do Bolsa Família.

Entre dezembro de 2019 (antes da pandemia) e dezembro de 2023, o total de famílias beneficiárias saltou de 13,2 milhões para 21,1 milhões (+60%). Já o pagamento mensal subiu de R$ 2,1 bilhões para R$ 14,2 bilhões, respectivamente.

"Considerávamos que o Bolsa Família antes atendia toda a classe D/E, ou cerca de 50 milhões de pessoas [nos domicílios cadastrados]. Agora pega parte da classe C, ou aproximadamente mais 30 milhões. A conclusão é que a chamada classe C2, mais vulnerável, entrou para a rede de proteção", afirma.

A questão, pondera Prado, é que embora a vida dessas pessoas tenha melhorado com a expansão do Bolsa Família, a evolução parou. "O sujeito da classe C não voltou para trás, mas não teve um próximo passo. Para os mais velhos, a vida melhorou depois que saíram da D/E lá atrás. Mas, entre os jovens, há um sentimento de estagnação", afirma.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o problema agora é que o país não tem conseguido alavancar a renda de forma orgânica. "Há muita dependência do Estado, e ele não vai ter espaço no Orçamento para fazer a renda crescer. A população mais pobre, infelizmente, vai continuar sofrendo."

Vale menciona, no entanto, que áreas mais dinâmicas e produtivas da economia, como o agronegócio, acabam "espalhando" seus ganhos para o entorno de algumas cidades e regiões, como no Centro-Oeste, beneficiando também os mais pobres.

"Isso mostra que o caminho não é o gasto do setor público, hoje em forte restrição fiscal. Para melhorar a distribuição da renda, é preciso estabilidade econômica que permita ao setor privado crescer mais", afirma.

O presidente Lula em evento sobre tarifa de luz, em Brasília Pedro Ladeira - 9.abr.2024/folhapress

Classes de renda no Brasil

Ganho dos ricos deve ser maior

Variação média da massa real*, em % (2024-2028)

Classe A tem mais ganhos de capital

De onde vem a renda, em %

Com menos pessoas, classe A detém maior fatia na renda total

Em %

Total de domicílios

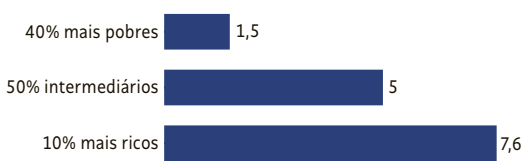
* Soma do rendimento habitual de todos os trabalhos, das transferências do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, da Previdência e outras fontes de renda

** Critério da Tendências, pois não há medida oficial

Fonte: Tendências com dados do IBGE

Renda do trabalho nas metrópoles

Variação do rendimento médio per capita no 4º tri.2023 ante o 4º tri.2022, em %

	%
40% mais pobres	1,5
50% intermediários	5
10% mais ricos	7,6

Fonte: boletim Desigualdade nas Metrópoles, a partir de dados do IBGE

Nas metrópoles, renda do trabalho cresce menos para os pobres

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A renda domiciliar per capita do trabalho bateu recorde nas regiões metropolitanas do Brasil ao chegar a R$ 1.801, em média, no quarto trimestre de 2023, o que representa uma alta de 4,6% em um ano, ante igual período de 2022 (R$ 1.721).

O ganho de rendimento, contudo, não beneficiou os extremos da população na mesma magnitude, indica o 15º boletim Desigualdade nas Metrópoles, que analisa dados divulgados desde 2012 pelo IBGE.

Enquanto a renda per capita do trabalho cresceu 7,6% em média entre os 10% mais ricos, a dos 40% mais pobres avançou somente 1,5% nas regiões metropolitanas no intervalo de um ano.

O estudo é produzido pelo laboratório de pesquisas PUCRS Data Social em parceria com o Observatório das Metrópoles e a RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

Com o avanço de 7,6% em um ano, a renda do trabalho dos 10% mais ricos das regiões metropolitanas alcançou R$ 8.821 por pessoa no quarto trimestre de 2023, outro recorde da série iniciada em 2012. Eram R$ 8.197 nos três meses finais de 2022.

Enquanto isso, o rendimento médio do trabalho dos 40% mais pobres das metrópoles foi estimado em R$ 269,54 por pessoa no quarto trimestre de 2023.

Mesmo com o leve aumento de 1,5% ante igual intervalo de 2022 (R$ 265,44), o valor ainda ficou 4,7% abaixo do nível pré-pandemia (R$ 282,85), aponta o estudo.

Para a parcela dos 50% intermediários da distribuição de renda nas regiões metropolitanas, a alta do rendimento médio per capita do trabalho foi de cerca de 5%.

Nesse grupo, o indicador saiu de R$ 1.590 no quarto trimestre de 2022 para o recorde de R$ 1.669 em igual intervalo de 2023.

O boletim abrange 22 regiões metropolitanas do país e investiga somente a renda obtida com o trabalho. As transferências do Bolsa Família e de outros programas sociais, por exemplo, não entram nos cálculos.

O Bolsa Família é uma das apostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar garantir poder de consumo a brasileiros mais pobres. Como sinaliza o boletim, é essa camada que parece ter sentido menos o impacto da melhora recente dos salários nas metrópoles.

Segundo André Salata, coordenador do PUCRS Data Social e um dos autores do estudo, o ganho menor de renda entre os mais pobres está associado ao desempenho mais fraco do rendimento em setores como construção e transportes.

Essas atividades costumam empregar trabalhadores que estão na parte inferior da pirâmide social e que muitas vezes têm níveis de escolaridade mais baixos, aponta o pesquisador.

De acordo com ele, o rendimento individual do trabalho nas metrópoles caiu 6,5% para os ocupados na construção e recuou 1,6% para aqueles do setor de transportes entre o quarto trimestre de 2022 e o de 2023.

"A gente está olhando somente para a renda do trabalho. Para quem está na parte de baixo da distribuição, há outros fatores que também importam para o bem-estar, como a expansão de programas sociais", afirma Salata.

Considerando o Brasil como um todo, que não é o foco do boletim, a renda per capita do trabalho dos 40% mais pobres até teve uma redução de 2,5% entre o quarto trimestre de 2022 e o mesmo período de 2023 – de R$ 192,97 para R$ 188,07.

Conforme Salata, para entender se benefícios como o Bolsa Família contribuíram para compensar o desempenho mais modesto dos salários dos 40% mais pobres, é necessário aguardar a divulgação dos números do IBGE sobre as diferentes fontes de rendimento em 2023.

O boletim das metrópoles é construído a partir de estatísticas do mercado de trabalho já disponíveis na Pnad Contínua, que é publicada pelo instituto. O desempenho positivo da atividade econômica em 2023 e a adoção de políticas como a valorização do salário mínimo são possíveis fatores para explicar o aumento da renda em termos gerais.

"Os grupos de maior renda tendem a ter uma situação de maior proteção no mercado de trabalho e maior capacidade de negociação", acrescenta Marcelo Ribeiro, coordenador do boletim e pesquisador do Observatório das Metrópoles.

"Eles têm mais capacidade para fazer pressão pela elevação da renda", frisa o especialista, que também é professor do Ippur-UFRJ.

A comparação entre os resultados do quarto trimestre de 2022 e de igual intervalo de 2023 abrange os últimos meses do governo Jair Bolsonaro (PL) e o primeiro ano da gestão Lula.

A média da renda domiciliar per capita, analisada pelo boletim, equivale aos recursos obtidos com o trabalho divididos pela quantidade de pessoas nas respectivas residências. Os dados anteriores da série são ajustados pela inflação.

Ainda de acordo com a publicação, considerando a média móvel de quatro trimestres, o rendimento dos 10% mais ricos correspondeu a 32,8 vezes o dos 40% mais pobres no período de outubro a dezembro de 2023 nas metrópoles.

Os grupos de maior renda tendem a ter maior proteção no mercado de trabalho e maior capacidade de negociação. Têm também maior capacidade de pressão pela elevação da renda

Marcelo Ribeiro
coordenador do boletim Desigualdade nas Metrópoles

Brasil quer dar passo final para integrar bancos multilaterais

Principal desafio é aumento de capital dos órgãos, diz representante do país no Banco Mundial, Marcos Chiliatto

Fernanda Perrin

WASHINGTON A principal contribuição do Brasil para a proposta de reforma das instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, o FMI e o Banco dos Brics, é a integração para que atuem de forma sistêmica e coordenada em resposta aos atuais desafios globais.

Segundo o representante do Brasil no Banco Mundial, Marcos Chiliatto, a ideia é que as instituições compitam menos entre si e harmonizem seus processos, como salvaguardas ambientais e sociais, até a mensuração de resultados.

Ponte do Ministério da Fazenda com as reuniões de primavera dos bancos, que acontecem nesta semana em Washington (EUA) —em paralelo a um novo encontro de ministros da economia e presidentes de bancos centrais do G20— , o economista diz que o maior problema dessa agenda é o aumento de capital.

Em entrevista à **Folha**, Chiliatto antecipa ainda um dos anúncios previstos para essa semana: uma plataforma com o objetivo de mobilizar até US$ 40 bilhões em financiamento de projetos para responder aos chamados oito desafios globais, como acesso a energia, segurança alimentar e prevenção de pandemias.

*

Reforma da arquitetura financeira internacional

Essa é uma agenda que não começa agora, ela já vem das duas últimas ou três presidências do G20. Os bancos foram empurrados a ter maior apetite ao risco, ser mais inovadores na forma de mobilizar recursos, a fazer mais sobretudo pelo clima –o que era uma novidade, porque os países, principalmente os desenvolvidos, tinham um approach mais conservador. Era uma aversão muito grande ao risco para evitar a necessidade de aportar mais recursos.

O que é novo na presidência brasileira é o empurrão que ela está dando para os bancos funcionarem de forma sistêmica e mais coordenada. O Banco Mundial é o primeiro banco da arquitetura de Bretton Woods, quando se criou também o FMI, e depois disso houve uma proliferação de instituições. O Brasil está bem posicionado nessa arquitetura toda, participa de todos esses espaços. Isso é uma coisa muito rara. Por isso, está em uma condição excelente de fazer esse empurrão que faltava.

Menos competição entre eles, que os processos sejam harmonizados também, porque cada banco tem as suas políticas de fazer salvaguardas ambientais e sociais, de medir resultados. Uma grande contribuição do Brasil é montar um roteiro de trabalho para que os bancos trabalhem de forma sistêmica.

Resistências às reformas

Não acho que existam resistências, de forma geral. Mas cada instituição tem a sua governança. Isso explica algumas diferenças. Os europeus têm uma tradição muito forte no tema das salvaguardas ambientais e sociais, e nos bancos em que eles têm maior peso esses temas avançaram muito mais. Os bancos da Ásia são novos, essa é uma agenda que está crescendo agora.

Onde vai ter mais divergência é no tema de aumento de capital. A ideia não é só ser sistêmico, a ideia é ser maior, melhor e mais efetivo –esse é o slogan. Aí obviamente os EUA, por exemplo, colocam mais resistência por questões fiscais, imagino. São grandes acionistas, no Banco Mundial eles têm 16%, no BID têm 30%, então cabe a eles colocarem mais recursos.

E aumento de capital é uma oportunidade para eles serem diluídos. A agenda principal dos chineses no Banco Mundial, por exemplo, é aumentar sua participação, porque eles estão sub-representados.

Marcos Chiliatto, 39
Diretor-executivo do Banco Mundial pelo Brasil. Tem bacharelado e doutorado em economia pela Unicamp e mestrado pela UFRJ. Antes, trabalhou no BID e na Cepal

O Brasil está bem posicionado nessa arquitetura toda, participa de todos esses espaços. Isso é uma coisa muito rara. Por isso, está em uma condição excelente de fazer esse empurrão que faltava

Aumento da contribuição brasileira

Esse é o trabalho, reformar as instituições, e aí, sempre que houver o espaço fiscal, também fazer essa contribuição. Agora, isso também seria para o futuro. O Banco Mundial não está discutindo nesse ano o aumento de capital. No ano que vem, haveria uma discussão, chamada Shareholding Review, que o banco faz a cada cinco anos, em que há uma fórmula de recálculo e isso vem empurrando essa agenda para melhorar a distribuição do poder de voto.

Atração de investimentos para o Brasil

Claro que é uma prioridade do ministro Haddad, inclusive uma parte do setor privado está reclamando disso, eles queriam mais interações com o ministro [nesta semana]. O [secretário de Política Econômica] Guilherme Mello vem para cá muito para fazer encontros com investidores, porque o ministro é o presidente da rodada do G20, esse é o foco principal dele. Há um evento também na Câmara de Comércio dos EUA para falar da agenda comercial e do sucesso da reforma tributária. Esse é um momento para promoção do Brasil.

Comunicado do G20

Estamos trabalhando para ter um comunicado nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, então não faz muito sentido ter um também do G20.

A coisa dos comunicados tem sido muito complexa por conta de temas que não têm nada a ver com a agenda em discussão. Em São Paulo chegaram a acordos superinteressantes em temas de desigualdade, tributação, a busca de um enquadramento comum para a dívida. Mas por conta de tensões geopolíticas, não se chega a um acordo para um comunicado. São temas que estão além dos acordos que a presidência brasileira ou qualquer outra presidência pode construir.

US$ 40 bi em financiamento contra desafios globais

Antecipando algo que o Banco Mundial vai anunciar, a gente conseguiu chegar a um acordo para a construção de uma plataforma para mobilizar até US$ 40 bilhões nos próximos dez anos para enfrentar o que chamamos de oito desafios globais. Falo isso porque, apesar dessas tensões geopolíticas, o multilateralismo pode entregar resultados. Isso foi muito resultado da nossa participação nas discussões do banco.

A plataforma envolve um componente de capital híbrido, no qual países desenvolvidos vão aportar recursos. Ele é híbrido porque é uma contribuição voluntária e não muda a distribuição de poder de voto. E também tem garantias. Por exemplo, o Japão colocaria US$ 1 bilhão de garantias.

O Brasil teve um papel importante nessa negociação, porque no formato inicial, quando começou a ideia, eles falavam de 'preference': o país coloca recursos e diz para onde vai seu uso. Eu coloco aqui 350 milhões de euros, mas a minha preferência é saúde, independentemente da estratégia nacional de desenvolvimento [de quem recebe], ou como o país quer usar o banco. O nosso trabalho foi construir um acordo em que, em vez de criar múltiplas janelas de contribuição, todo mundo entra em uma plataforma.

Se confirmados, esses US$ 40 bilhões são mais do que o último aumento de capital do Banco Mundial, em 2018, para se ter uma ideia.

Tributação de super-ricos

Esse tema deve ficar para junho e julho. Mas acho que o Brasil conseguiu colocar isso em pauta. Pode ser uma forma de financiar o combate aos problemas que a humanidade enfrenta de forma justa.

Há algumas resistências técnicas, aquela coisa 'ah, mas se você tributa a riqueza, ela escapa para outro espaço'. Mas nas interações a gente percebe uma boa recepção. Até mesmo nos EUA, parte do Tesouro é mais resistente, mas o Biden tem essa agenda de tributação dos super-ricos. É uma agenda muito forte na França, obviamente, mas também na Austrália, no Canadá, na África do Sul, a próxima presidência do G20. Agora é algo que toma tempo para construir os consensos, implementar.

Pedestre passa em frente a cartaz do encontro anual do FMI e do Banco Mundial, em Washington Mandl Ngan - 12.abr.2024/AFP

Brasil quer aproveitar o G20 para se projetar em encontro; ataque de Irã a Israel deve afetar debates

WASHINGTON, SÃO PAULO Aproveitando a posição de destaque conferida pela presidência do G20, uma comitiva liderada pelo ministro Fernando Haddad viaja a Washington (EUA) nesta semana para promover a agenda brasileira durante o encontro anual do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), que ocorre de segunda (15) a sexta-feira (19).

A intenção brasileira, porém, pode acabar ofuscada pelos apelos para que o ataque do Irã a Israel entre nos debates. "Mesmo que a geopolítica seja a última coisa que os ministros queiram discutir, eles podem não ter escolha. Vale lembrar que as Instituições de Bretton Woods foram criadas durante uma guerra para abordar o devastador impacto econômico do conflito", escreveu o diretor sênior do Centro GeoEconômico do Conselho do Atlântico, Josh Lipsky, em texto divulgado pelo FMI.

"Como o ataque em larga escala do Irã a Israel neste fim de semana nos lembrou, os ministros e governadores precisarão primeiro abordar algo mais —a realidade de que as tensões geopolíticas e os conflitos mudaram o roteiro das relações econômicas globais."

Já em reforço aos planos iniciais da comitiva brasileira, o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, disse a jornalistas na última quinta (11) que "o Brasil é uma parte muito ativa do diálogo que temos".

Haddad será acompanhado por secretários, como Guilherme Mello (política econômica) e Tatiana Rosito (assuntos internacionais), e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Em paralelo às chamadas reuniões de primavera dos bancos multilaterais, acontece também uma nova reunião da área de finanças do G20.

O grupo se encontra para um jantar na quarta (17), no qual a economista Esther Duflo, Nobel em 2019, fará uma palestra sobre finanças sustentáveis a convite do Brasil.

No dia seguinte, os ministros da Fazenda do bloco, acompanhados pelos chefes dos bancos centrais, se encontram para discutir a reforma da governança do sistema financeiro internacional. Torná-lo mais representativo do mundo atual, com maior peso para os emergentes, e aprimorar sua capacidade de financiamento diante de desafios como crise climática e fome, estão entre as prioridades da presidência brasileira.

No entanto, assim como no encontro anterior, realizado em São Paulo, não é esperada a divulgação de um comunicado conjunto.

Haddad participa também de um evento na terça (16) sobre finanças sustentáveis no Instituto Brasil do Wilson Center, co-organizado pela Fazenda e pelo Instituto Clima e Sociedade. A embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Luiza Viotti, faz a abertura.

Encontra o também brasileiro Ilan Goldfajn, hoje na presidência do BID.

No dia seguinte, o ministro participa de um evento patrocinado pelo G20 sobre taxação dos super-ricos.

Governo Lula prevê salário mínimo de R$ 1.502 no próximo ano

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê um salário mínimo de R$ 1.502 no ano que vem, segundo interlocutores do governo ouvidos pela **Folha**.

O valor segue a fórmula de correção da política de valorização, que inclui reajuste pela inflação de 12 meses até novembro do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2023).

O dado baliza as contas do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, que será enviado ao Congresso Nacional nesta segunda (15). Se confirmado, o valor representará uma alta de 6,37% em relação ao piso atual.

Desde 1º de janeiro de 2024, o salário mínimo é R$ 1.412. A cifra foi atualizada por meio de um decreto de Lula, que aplicou a regra prevista na nova lei de valorização do salário mínimo, aprovada no ano passado.

A previsão para 2025 ainda pode mudar ao longo do ano, conforme variações na estimativa para a inflação e eventuais revisões do IBGE no desempenho do PIB de 2023. Uma nova estimativa será encaminhada com a proposta orçamentária, em 31 de agosto.

O índice de preços usado para corrigir o salário mínimo é o INPC, que mede a inflação percebida por famílias com renda de até cinco salários mínimos. Na previsão do governo, ele deve avançar 3,25% no acumulado deste ano. Embora seja favorável aos trabalhadores, a política de valorização do mínimo pode pressionar o arcabouço fiscal desenhado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, que tem um crescimento real limitado a 2,5% ao ano.

Como os benefícios da Previdência são, em sua maioria, indexados ao piso, isso tende a gerar pressão sob o limite, achatando de outros gastos.

O PLDO também vai indicar as metas fiscais para o período de 2025 a 2028.

Ao apresentar o novo arcabouço fiscal, no ano passado, o governo indicou a intenção de perseguir um superávit de 0,5% do PIB em 2025. O alvo deve ser reduzido para um patamar entre zero e 0,25% do PIB, como revelou a **Folha**.

A flexibilização do alvo da política fiscal é uma forma de conciliar a trajetória das contas com a expectativa de desaceleração da arrecadação, que já dá sinais de perda de fôlego. Além disso, boa parte das medidas de receita aprovadas para 2024 são extraordinárias e não vão se repetir em 2025.

A manobra para mudar o arcabouço fiscal e antecipar a abertura do crédito de R$ 15,7 bilhões também torna o cenário mais desafiador para o governo.

A engenharia vai facilitar a abertura de um espaço extra no Orçamento também em 2025, uma vez que o crédito será incorporado de forma permanente à base de cálculo do limite de despesas. A autorização pressiona a meta fiscal, dado que seria necessário um volume ainda maior de receitas para buscar resultado positivo mais ambicioso.

SANTA CASA DE MISERICORDIA E BENEFICENCIA PORTUGUESA

CNPJ nº 55.990.451/0001-05

Balanço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 Valores expressos em Reais

ATIVO	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		**33.396.698**	**27.298.335**
Disponível	8	6.505.934	5.036.720
Realizável		**26.890.764**	**22.261.615**
Aplicações Financeiras		**1.034.276**	**495.629**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		714.181	195.172
Aplicações Livres		320.095	300.457
Créditos de Oper. Plano de Assistência à Saúde	9	**477.634**	**13.692**
Contraprestação Pecuniária a Receber		477.634	13.692
Cred. Oper. Ass.Saúde Ñ Relac. c/Plano de Saúde Operadora	10	**13.535.585**	**10.662.869**
Créditos Tributários e Previdenciários		**3.006.256**	**6.256**
Bens e Títulos a Receber	11	**8.715.944**	**11.056.784**
Despesas Antecipadas		**121.069**	**26.386**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**51.011.345**	**49.913.617**
Realizável a longo prazo	12	**3.991.726**	**4.653.091**
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.722.026	2.281.365
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		1.269.700	2.371.726
Investimentos		**163.822**	
Participações Societárias Pelo Método da Equivalência Patrimonial		163.822	
Imobilizado	13	**46.343.607**	**45.015.227**
Imóveis de Uso Próprio		**31.375.457**	**35.130.415**
Imóveis - Hospitalares		31.375.457	35.130.415
Imobilizado de Uso Próprio		**12.682.182**	**23.889.107**
Imobilizado Hospitalares		12.682.182	23.889.107
Imobilizações em Curso		2.285.968	2.451.834
Outras Imobilizações		-	-
Intangível		**512.190**	**245.300**
TOTAL DO ATIVO		**84.408.043**	**77.211.952**

PASSIVO	Notas	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		**28.523.839**	**33.923.817**
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	14	**1.034.385**	**225.925**
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		256.765	
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIC		139.276	96.134
Provisões de Eventos a Liquidar p/Outros Prest. Serv. Saúde		155.507	58.893
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		482.836	70.898
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**140.810**	**50**
Comercialização sobre Operações		140.810	50
Déb. C/Oper. Assist. à Saúde Não Relac. Plano Saúde da Ops.	15	**865.193**	**930.001**
Provisões	16	**503.613**	**1.148.692**
Provisões para Ações Judiciais		503.613	1.148.692
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	3.289.239	1.540.450
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	6.524.991	11.083.573
Débitos Diversos	19	**16.165.608**	**18.995.125**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**48.401.135**	**42.451.057**
Provisões	16	**1.955.503**	**96.163**
Provisões para Ações Judiciais		**1.955.503**	**96.163**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	**3.215.097**	**3.321.678**
Tributos e Contribuições		**2.787.734**	**3.321.678**
Parcelamento de Tributos e Contribuições		**427.363**	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	**43.195.146**	**37.614.737**
Débitos Diversos	19	**35.389**	**1.418.478**
PATRIMÔNIO SOCIAL		**7.483.069**	**837.079**
Patrimônio Social	20	(19.702.568)	(15.867.984)
Reservas		20.539.647	20.539.647
Reservas de Reavaliação		20.539.647	
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		**6.645.990**	**(3.834.584)**
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL		**84.408.043**	**77.211.952**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em Reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Patrimônio Social	Ajustes Avaliação Patrimonial	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial	Déficits/Superavit Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**209.053**	**19.061.151**	**1.478.496**	**(16.077.037)**	**4.671.663**
Transferência de Superávit	(16.077.037)			16.077.037	0
Realização do AAP Ajustes Aval.Patrimonial	-	(369.624)	369.624	-	0
Ajustes de Exercícios Anteriores				- --	0
Déficit do Exercício				(3.834.584)	(3.834.584)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**(15.867.984)**	**18.691.528**	**1.848.119**	**(3.834.584)**	**837.079**
Transferência de Déficit	(3.834.584,00)			3.834.584,00	0
Realização do AAP Ajustes Aval.Patrimonial	-	(369.624)	369.624	-	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		-	-	0
Superavit do Exercício				6.645.990	6.645.990
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**(19.702.568)**	**18.321.904**	**2.217.743**	**6.645.990**	**7.483.069**

Demonstração de Resultado do Exercício
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais

Demonstrativos do Resultado do Exercício - DRE	Notas	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	21	**5.637.277**	**737.965**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		5.637.277	737.965
Contraprestações Líquidas		5.680.420	834.099
Variação das Provisões Técnicas de Oper.de Assist. à Saúde		(43.143)	(96.134)
Eventos Indenizáveis Líquidos	22	**(4.077.335)**	**(527.025)**
Eventos Conhecidos ou Avisados		(3.665.398)	(456.357)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(411.937)	(70.667)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**1.559.943**	**210.941**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde		-	66
Receitas de Assistência à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	21	**107.363.384**	**98.459.120**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		34.724.193	39.733.327
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		47.360.707	36.112.643
Outras Receitas Operacionais Incluindo Subvenções		25.278.485	22.613.151
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(291.318)**	**(780.231)**
Outras Despesas de Operações de Plano de Assistência à Saúde		(622)	
Provisão Para Perdas Sobre Créditos		(290.696)	
Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	23	**(94.627.526)**	**(95.841.388)**
RESULTADO BRUTO		**14.004.483**	**2.048.507**
Despesas de Comercialização		(1.198.838)	(158.416)
Despesas Administrativas		(543.523)	(244.792)
Resultado Financeiro Líquido	24	**(5.616.131)**	**(6.612.167)**
Receitas Financeiras		1.405.723	1.783.338
Despesas Financeiras		(7.021.854)	(8.395.505)
Resultado Patrimonial		-	**1.132.284**
Receitas Patrimoniais		-	1.132.284
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**6.645.990**	**(3.834.584)**
RESULTADO LÍQUIDO		**6.645.990**	**(3.834.584)**

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em Reais

Demonstrativos do Resultado Abrangente - DRA - Em Reais	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	6.645.990	(3.834.584)
AAP-Ajuste Avaliação Patrimonial	369.624	369.624
Resultado Abrangente Total	7.015.614	(3.464.960)

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Direto
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 Valores expressos em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Descrição	**2023**	**2022**
(+) Recebimentos de Plano Saúde	5.077.170	769.835
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	88.887.805	48.029.959
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	268.643	414.356
(+) Outros Recebimentos Operacionais	104.680.430	108.296.764
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde	(28.390.253)	(23.654.764)
(-) Pagamentos de Pessoal	(37.623.050)	(26.165.976)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(5.304.760)	(8.327.193)
(-) Pagamento de Tributos e Encargos	(7.699.959)	(8.423.189)
(-) Pagamentos de Ações Judiciais (-)(Cíveis/Trabalhistas/Tributaria	(1.930.708)	(973.020)
(-) Pagamentos de Aluguel	(219.285)	(208.511)
(-) Aplicações Financeiras	(90.524.486)	(61.003.831)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(24.064.518)	(33.714.659)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**3.157.030**	**(5.262.723)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Descrição		
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros (+)	-	310
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(3.749.207)	(819.535)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(3.749.207)**	**(819.225)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Descrição	**2023**	**2022**
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	25.194.687	68.593.558
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento(+)	-	5.779
(-) Pagamentos de Juros e Enc. s/Emprést/Financiam/Leasing	(7.021.854)	(7.025.874)
(-) Pagamentos de Amortização de Empr./Financiam/Leasing	(17.636.252)	(55.462.815)
Pagamento de Participação nos Resultados (-)	-	-
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**536.581**	**6.110.648**
CAIXA LÍQUIDO	(55.596)	28.700
SALDO INICIAL	88.990	60.290
SALDO FINAL	33.394	88.990
CAIXA LÍQUIDO	**(55.596)**	**28.700**
Ativos Livres no Início do Período (*)	5.337.178	5.607.053
Ativos Livres no Final do Período (*)	7.506.816	5.337.178
Aumento(Diminuição) nas Aplic.Financ. - RECURSOS LIVRES	**2.169**	**(269.875)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

Nota 1. Contexto operacional Nossa entidade com 116 anos, tem como principal atividade a prestação do serviço de assistência médica hospitalar e de diagnósticos para a alta e média complexidade, tem como gestor a Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto, também atendendo a região da DRS 13. De acordo com a Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA), nossa produção ao convênio SUS é de aproximadamente 75% demonstrando nosso compromisso com a filantropia e paralelamente realizamos ações de crescimento ao setor privado a fim da busca do equilíbrio financeiro. Desde que a atual diretoria assumiu a gestão, julho/2017, construímos um Planejamento Estratégico (PE) pelo qual somos norteados e está pautado em três pilares : pessoas, processos e clientes/serviços, tendo como objetivos o reposicionamento no mercado e a busca pelo equilíbrio econômico/financeiro. Desde então estamos executando diversas ações no âmbito assistencial, de processos e estrutural que demonstram nossas melhorias. Cabe ressaltar que uma das principais estratégias aplicadas é a verticalização dos serviços que estamos tratando como unidades de negócios que estão trazendo a otimização dos recursos e oferecendo uma prestação de serviço eficiente aos pacientes. O ano de 2023 foi marcado com os projetos da oncologia SUS através da BENEONCO, onde a Beneficência Portuguesa assume a gestão deste serviço que temos o credenciamento há mais de 30 anos, no entanto, era dirigido por um grupo de médicos. Importante informar que fomos contemplados no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) no valor de R$ R$ 3.337.205,77 e também inauguramos nossa maternidade e centro obstétrico que atenderão o segmento privado. Nesta linha do tempo tivemos a serviço de hemodinâmica, serviço de imagem, ambulatório de consultas, laboratório de análise clinicas - BENELAB, o plano de saúde – BENEVIDA, acreditamos que estes são os alicerces para alcançarmos nossa sustentabilidade. **Perspectivas e Planos da Administração para o exercício futuro:** • Captação com emendas parlamentares em torno de R$ 8.000.000,00 • Incremento de faturamento anual com a tabela SUS Paulista, na ordem de R$ 7.200.000,00 • Consolidação do BENEVIDA – 10.000 vidas; • Aumento da produtividade cirúrgica - Terminar a 8° sala do Centro Cirúrgico • Construção de Hospital Dia (pequenos procedimentos) – 3° pavimento MEDCLIN; • Expectativa da conquista de uma novo aparelho de Ressonância Magnética • Expectativa da conquista de um novo aparelho de Acelerador Linear • Fortalecimento do Programa BEM ESTAR na Bene • Otimização do espaço do SND para ampliar produção médica; • Espaço da antiga Cardiocenter – Estudo de viabilidade ampliação do negócio; • Avanço na participação da Oncologia, inclusive passando de UANCON para CACON; • Estudo para viabilidade para criação do serviço de Pediatria; • Concretizar o estudo para viabilidade para criação do serviço de UTI Neo e Infantil; • Abertura de unidade externa do BENELAB; • Intensificar a capacitação dos colaboradores – Trilhas de Desenvolvimento. **Nota 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei n.° 6.404/76, alterada pela Lei n.º 11.638/07 e Lei 11.941/09, e com observância da Resolução CFC n°. 1409/12, que aprovou a ITG 2002 e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto n. º 11.791, de 21 de novembro de 2023, que regulamentou a Lei Complementar n.º 187, de 16 de dezembro de 2021; Decreto n.º 11.252, de 9 de novembro de 2022; Portaria n.º 1.034 de 05 de maio de 2010; e Portaria n.º 1.970, de 16 de agosto de 2011. Também foram observadas as normas e instruções da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, e foram apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano de Contas Padrão exigido pela ANS, Resolução Normativa nº. 528 de 29 de abril de 2022, e suas alterações posteriores. **Nota 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes: **Critérios de apuração das receitas e despesas** As receitas operacionais da Sociedade Portuguesa de Beneficência constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados aos usuários do SUS e Não SUS, das Contraprestações Pecuniárias geradas pelos Beneficiários de seu Plano de Saúde BENESAÚDE que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos das Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, do recebimento de Auxílios e Subvenções de Órgãos Governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único, em conformidade com a Resolução Normativa nº. 528 de 29 de abril de 2022, e alterações posteriores, que atende às necessidades da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Nota 4 - Recebimentos de Emendas e Subvenções** Em complemento as suas Receitas Operacionais, No exercício de 2023 a instituição recebeu a título de auxílios e subvenções do poder público, que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras NBC ITG 07-Subvenções Assistências Governamentais, para fazer à Programação de custeio e operacionalidade das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade no valor total de R$ 13.211.919,30 apresentados na prestação de contas. As subvenções estaduais representaram 71% dos recebimentos.

Verbas	Estadual	9.407.724,30	71%
	Federal	3.804.195,00	29%
	Total	**13.211.919,30**	

Nota 5 - Doações Os valores recebidos como de Doações durante o exercício de 2023 estão apresentados da seguinte forma.

	2023	2022
Pessoa jurídica	2.723.827	6.440
Pessoa física	8.501	17.404
Materiais e equipamentos	2.803.400	1.746.524
Totais	**5.535.728**	**1.770.368**

Nota 6 - Apresentação dos dados de atendimentos e Limites de gratuidade: No ano de 2023 a instituição reorganizou sua contratualização junto ao gestor municipal que possibilitou além de um incremento de valores financeiros a adequação de suas metas de atendimento aos paciente SUS da cidade e toda região compreendida. A instituição no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 e seus respetivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2023, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

INTERNAÇÕES HOSPITALARES		2023 Quantidade	2023 Paciente dia	%	2023 Quantidade	2023 Paciente dia	%
	SUS	6.841	41.717	64,91%	6.631	29.994	65,81%
	NÃO SUS	3.484	22.548	35,09%	3.736	15.584	34,19%
	TOTAL	10.325	64.265	100,00%	10.367	45.578	100,00%
% de Serviços prestados ao SUS				**64,91%**			**65,81%**

		Quantidade	2022 %	Quantidade	2022 %
Atendimentos Ambulatoriais	SUS	38.980	62,36%	35.580	62,00%
	NÃO SUS	23.524	37,64%	21.804	38,00%
	TOTAL	62.503	100,00%	57.384	
			62,36%		**62%**

% de Serviços prestados ao SUS		
Internações	64,91%	65,81%
Atendimentos Ambulatoriais	10,00%	10,00%
TOTAL	**74,91%**	**75,81%**

Nota 7 - Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias Patronais Devidas as INSS, caso a Entidade não gozasse da isenção, incluindo: PIS ,COFINS, IRPJ, CSSL e ISS. Ano-Base: 2023 e 2022.

	2023	2022
Quota Patronal – INSS	9.454.203	8.651.532
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	4.177.408	6.058.534
ISS	2.288.128	2.013.276
Totais	**15.919.739**	**16.723.342**

Nota 8 - Caixa e Equivalentes de Caixa As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em certificados de depósito bancário, com liquidez imediata, estando sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, como equivalentes de caixa. A rentabilidade das aplicações financeiras durante o exercício de 2023 ficou entre 75% a 100% da variação do certificado de depósito interfinanceiro (CDI).

DESCRIÇÃO	2023	2022
CAIXA	2.815	3.461
BANCOS C/MOVIMENTO - SEM RESTRIÇÕES	30.579	85.529
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA SEM RESTRIÇÕES	5.438.264	3.611.520
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA COM RESTRIÇÕES	1.034.276	1.336.211
TOTAL	**6.505.934**	**5.036.720**

Nota 9 - Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde: Relacionado as operações do Plano de Saúde Benevida, em 31/12/2023 esta constituída da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
CREDITOS DE OP COM PLANOS DE ASSIST A SAÚDE		
INDIVIDUAL	8.779	-
COLETIVO	555.235	16.467
(-) PROVISÃO PARA PERDA SOBRE CRÉDITOS	(86.380)	(2.775)
TOTAL	**477.634**	**13.692**

Nota 10 - Créditos de Operações com Prest.de Serv.de Assistência à Saúde Não relacionado ao Plano: Englobam as operações hospitalares, referente a prestação de serviços Médicos Hospitalares da instituição e esta constituída em 31/12/2023 da seguinte forma:

	2023	2022
CRÉDITOS PACIENTES DEMAIS CONVÊNIOS	16.025.787	15.286.701
CRÉDITOS PACIENTES CONVÊNIO SUS	3.969.335	1.545.696
CRÉDITOS PACIENTES PARTICULARES	204.797	287.714
(-) PPSC SERV. MEDICOS NÃO RELAC. AO PLANO (i)	**(6.664.334)**	**(6.457.242)**
TOTAL	**13.535.585**	**10.662.869**

Provisão de Perdas sobre Crédito - PPSC Seguindo as normativas ANS, a instituição tem provisionado em suas demonstrações o valor de R$ 6.664.333,62, para creditos de operações não relacionadas a planos de saúde. **Nota 11 - Outros Bens e Títulos a Receber: a) Estoque:** Relacionados a sua atividade Hospitalar, o estoque da instituição que é formado principalmente por materiais e medicamentos hospitalares se apresenta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
ESTOQUE	2.807.224	2.085.031

b) Outros Recebimentos: Se referem aos demais recebimentos, nesse grupo de recebimentos ficam os contratos de subvenções estaduais que ocorrem mensalmente, importante destacar que referente a esses recebimentos de subvenções o mesmo valor é provisionado no passivo seguindo as praticas contábeis.

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2023	2022
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	454.872	291.627
UNAERP A RECEBER	72.843	113.655
OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER	5.381.005	8.566.471
SUB TOTAL	**5.908.720**	**8.971.754**
TOTAL	**8.715.944**	**11.056.784**

Aquisição de Direitos Creditórios: No exercício de 2023 a instituição adquiriu por meio de Escritura Pública declaratória de cessão onerosa de direito creditório entre Stephany Midhori Rodrigues Kishimoto lavrada em 13/12/2023, no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) relativo a parte do crédito principal do processo 0035881-80.1987.8.05.0001 (251/87) perante a 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, BA (e federalizado para o processo federal 10695360720234013300 da 10ª Vara Federal de Salvador, BA) em que o percentual é abatido do respectivo Recurso Especial 929.598-BA. Registrado no tabelionato notas e protesto comarca de Bela Vista de Goias – GO, no livro 0301 folha 72/72 protocolo 010621 em 13 de dezembro de 2023. **Nota 12 - Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo** As realizações de longo prazo estão constituídas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
DEPÓSITOS PIS CÓDIGO 7460 - Ação Judicial	2.668.448	2.227.787
DEPOSITOS JUDICIAIS TRABALHISTA	53.578	53.578
OUTROS CREDITOS A RECEBER	1.269.700	1.306.166
CONVENIO MAIS SANTAS CASAS 100	0	1.065.559
SUB TOTAL	**3.991.726**	**4.653.091**
Investimentos em Cota Capital - Cooperativa Bancaria	**163.822**	**111.871**
SUB TOTAL	**163.822**	**111.871**
TOTAL GERAL	**4.155.548**	**4.764.762**

Nota 13 - Imobilizado O Ativo Imobilizado esta registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação. As melhorias realizadas (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados. Os materiais alocados a projetos específicos são adicionados a rubrica "Imobilizações em Andamento ". As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear com base na estimativa de vida útil-econômica dos ativos, conforme segue abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação
Edificações	4%
Edificações	2,5%
Moveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Outras Imobilizações	20%

Composição do Imobilizado O imobilizado é composto predominantemente por edificações (Prédio do Hospital), máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de informática.

Descrição	Saldo Atual	Adições	Baixas/ Transferência	Saldo Atual
Terrenos	3.940.200	-	-	3.940.200
Edificações	10.650.568	367.816	-	11.018.384
Aparelhos e equipamentos	19.286.355	2.928.186	(277.627)	21.936.913
Moveis e utensílios	3.070.914	644.779	(230.933)	3.484.760
Veículos	298.441	-	-	298.441
Equipamentos de informática	1.233.396	103.788	(6.207)	1.330.978
Terreno-CPC 27 ICPC 10 AAP	5.754.690			5.754.690
Edificações CPC 27 ICPC 10 AAP	14.784.957			14.784.957
Imobilizações em Andamento	2.451.834	199.560	(365.425)	2.285.969
DEPRECIAÇÕES	**Saldo Anterior**	**Baixa**	**Depreciaçao do Periodo**	**Saldo Final**
Edificações	(1.708.722)	0	(319.517)	(2.028.239)
Aparelhos e equipamentos	(10.418.409)	28.548	(1.147.736)	(11.537.597)
Moveis e utensílios	(1.477.591)	42.356	(199.446)	(1.634.681)
Veículos	(189.784)	0	(35.268)	(225.052)
Equipamentos de informática	(844.306)	1.549	(128.825)	(971.582)
Edificações CPC 27 ICPC 10 - AAP	(1.817.317)	0	(277.217)	(2.094.534)
Total	**45.015.227**	**4.316.581**	**(2.988.201)**	**46.343.607**
Descrição	**Saldo Atual**	**Adições**	**Baixas/Transferencia**	**Saldo Atual**
Sistema de Computação	527.795	281.408		809.203
Marcas e Patentes	4.050	2.960		7.010
Total	**531.845**	**284.368**	**0**	**816.213**

Amortização Acumulada	Saldo Atual	Amortização das Baixas	Amortização do Exercício	Saldo Atual
Amortização Sistema de Computação	(286.545)		(17.476)	(304.022)
Total	**(286.545)**	**0**	**(17.476)**	**(304.022)**
Saldo Final em 31/12/2022	**245.300**	**284.368**	**(17.476)**	**512.191**
Total do Imobilizado + Intangivel	**45.260.526**	**4.600.949**	**(3.005.678)**	**46.855.798**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em valores superiores ao de recuperação. Passivo Passivo Circulante

Nota 14 - Provisões Técnicas As Provisões Técnicas são exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo contabilizada de acordo com a regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável. Para atender a Resolução Normativa nº. 574 de 28 de fevereiro de 2023, e alterações posteriores. Essas provisões também são lastreadas por aplicações não vinculadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as Provisões Técnicas se apresentavam da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
PROVISOES TECNICAS DE OPERACOES DE ASSIST A SAÚDE		
PROVISAO DE CONTRAPRESTACÃO NÃO GANHA - PCNG	256.765	-
PROVISAO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS - PIC	139.276	96.134
PROVISAO DE EVENTOS A LIQUIDAR A OUTROS PRESTADORES	155.507	58.893
PROVP/EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVIS – PEONA	482.836	70.898
TOTAL	**1.034.385**	**225.925**

Nota 15 - Prestadores Médicos não relacionados com operadora de Saúde – Médicos PJ/PF Esses valores referem-se a fornecedores de materias/serviços para as atividades hospitalares.

	2023	2022
DEBITOS C/ OP.DE ASSIST.SAUDE NÃO REL.C/ PLANO DE SAÚDE	865.193	930.001
TOTAL	**865.193**	**930.001**

Nota 16 - Provisões As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Entidade possui montante de R$ 1.107.472,51 de contingencias civeis passivas classificadas pelo departamento jurídico como possivel.

DESCRIÇÃO - Circulante	2023	2022
PROVISAO PARA ACOES CIVEIS	426.766	1.033.492
PROVISAO PARA ACOES TRABALHISTAS	76.846	115.200
TOTAL	**503.613**	**1.148.692**
DESCRIÇÃO - Não Circulante	**2023**	**2022**
PROVISAO PARA ACOES CIVEIS	1.922.503	6.392
PROVISAO PARA ACOES TRABALHISTAS	33.000	89.771
TOTAL	**1.955.503**	**96.163**

Nota 17 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher

DESCRIÇÃO	2023	2022
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - CP		
Encargos de Pessoal	2.803.535	816.834
Tributos a Recolher - Incluindo Parcelamento Lei 11.941/09	487.516	723.616
TOTAL	**3.289.239**	**1.540.450**

DESCRIÇÃO	2023	2022
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - LP		
PIS A RECOLHER PROCESSOS JUDICIAIS 8301 (i)	2.787.734	2.420.859
PARCELAMENTO DA LEI 11941-RFB-1194 (ii)	427.363	900.819
Total	**3.215.097**	**3.321.678**

Os impostos e contribuições são decorrentes da retenção sobre a folha de pagamento (PIS e IRRF) sendo que, PIS 1% S/FOLHA – Processo Judicial nº 00318363520054013400 na 2º Vara Brasília/DF, realizando deposito integral em Juízo conforme Identificação nº 097563500206824 código da Receita 7460, aguardando resolução do processo. **Nota 18 - Empréstimos e Financiamentos a pagar** Estão atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do Balanço e os juros transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras. No ano de 2023 como estratégia financeira, a instituição alongou algumas dividas bancarias, retirando do Curto prazo e passando para longo prazo. A instituição mantem relacionamentos com os principais bancos que operam no sistema financeiro nacional como Caixa, Santander, Itaú e cooperativas Bancarias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os financiamentos, a curto e longo prazo, estavam assim constituídos:

	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - CP	6.524.991	11.083.573
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - LP	43.195.146	37.614.737
Total	**49.720.138**	**48.698.310**

Nota 19 - Outros Débitos – Passivo Circulante e Não Circulante As obrigações com pessoal são oriundas da folha de pagamento de salários de dezembro de 2023 e das provisões acumuladas de férias e encargos sobre férias. As obrigações com fornecedores são oriundas das operações da Entidade.

DESCRIÇÃO	2023	2022
DEBITOS DIVERSOS - CURTO PRAZO		
OBRIGACOES COM PESSOAL	3.682.021	3.851.356
FORNECEDORES	4.704.244	6.048.641
ADTO CONTRATO MED CLIN RP. CLÍNICA MÉDICA LTDA	1.163.547	1.165.853
CEON CENTRO ESPEC. DE ONCOLOGIA S.C	0	176.025
PROC. ADMINISTRATIVO SUS	0	137.007
-SUBVENCOES ESTADUAIS A APROPR	3.310.162	0
-SUBVENCOES FEDERAIS A APROPRI	1.761.965	0
MATERIAS EM CONSIGNACAO	561.630	135.358
OUTROS DEBITOS A PAGAR	982.039	7.480.886
TOTAL	**16.165.608**	**18.995.125**

DESCRIÇÃO	2023	2022
DEBITOS DIVERSOS - LONGO PRAZO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO - L.P.	35.389	46.278
SERVICOS MEDICOS PJ REPASSE - LONGO PRAZO	0	111.571
CEON CENTRO ESPEC. ONCOLOGIA S.C (ACORDO 2020) LP	0	117.350
CONV. SECRET. EST. SAUDE PRO-SANTA CASA (ii)	0	1.065.559
ACORDOS MEDICOS A PAGAR - LP	0	77.721
TOTAL	**35.389**	**1.418.478**

Nota 20 - Patrimônio Social O Patrimônio Social da instituição em 31 de dezembro de 2023 está composto por: Saldo do Patrimônio Social, AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial com suas realizações Superavit do Exercício

DESCRIÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social	(19.702.568)	(15.867.984)
AAP - Ajuste Avaliação Patrimônio	18.322.904	18.691.528
Realização do AAP- Ajuste Aval. Patrimonial	2.216.743	1.848.119
Déficit/Superávit do Exercício	6.645.990	(3.834.584)
TOTAL	**7.483.069**	**837.079**

Nota 21 - Receitas A operação na integra da instituição é composta pelas operações de plano de saúde no Plano Benevida, e das atividades hospitalares no complexo Nova BENE, com isso as receitas da instituição estão distribuídas das seguinte forma: Operações com Plano de Saúde – Plano Benevida *As receitas registradas sob a rubrica de "Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde são provenientes de mensalidades dos conveniados"; e, os eventos indenizáveis das operações de assistência médica à saúde são registrados com base no conhecimento das despesas da Operadora. As receitas são reconhecidas pro-rata de acordo com o período de cobertura da assistência ao usuário.* **Atividade hospitalar** Atendimentos a convênios Privados Atendimentos ao Sistema SUS Subvenções estaduais e Federais

Demonstrativos do Resultado do Exercicio - DRE	2023	2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	**5.637.277**	**737.965**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	**5.637.277**	**737.965**
Contraprestações Líquidas	5.680.420	834.099
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(43.143)	
Receitas de Assistência à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**107.363.384**	**98.459.120**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	34.724.193	39.733.327
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	47.360.707	36.112.643
Outras Receitas Operacionais Incluindo Subvenções	25.278.485	22.613.151

Nota 22 - Eventos Ocorridos Plano de Saúde São as despesas ocorridas dentro do exercício de 2023, e reconhecidas no resultado da instituição, esses eventos contam com a rede verticalizada de atendimentos no hospital da instituição, bem como prestadores externos.

Eventos Indenizáveis Líquidos	**(4.077.335)**	**(527.025)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(3.665.398)	(456.357)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(411.937)	(70.667)

Nota 23 - Despesas não relacionadas a operação de Saúde Suplementar São as Despesas incorridas e oriundas da atividade Hospitalar. As atividades na instituição são tratadas de forma separada possibilitando assim uma análise segregada das suas operações. Nesse grupo de Despesas estão inclusas as seguintes rubricas: • Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares • Material e Medicamento utilizados em pacientes • Órtese e Próteses • Gases Medicinais • Salários e Encargos Sociais referente a Folha de funcionários pertencentes ao Hospital • Despesas com Manutenção • Depreciação e Amortização do Hospital

Demonstrativos do Resultado do Exercício - DRE	2023	2022
Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**(94.627.526)**	**(95.841.388)**

Nota 24 - Resultado Financeiro No ano de 2023 a instituição teve como objetivo a melhora no impacto de despesas financeiras em seu resultado, principalmente juros sobre empréstimos e financiamentos, foi realizada a negociação de vários contratos, com taxa de juros menores e com alongamento de seu passivo bancário.

Resultado Financeiro Líquido	**(5.616.131)**	**(6.612.167)**
Receitas Financeiras	1.405.723	1.783.338
Despesas Financeiras	(7.021.854)	(8.395.505)

Nota 25 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. Em razão da entidade não distribuir parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicar integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais, manter escrituração regular de suas receitas e despesas, a mesma está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional CTN. A Entidade é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do Art. 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária. A título de demonstração, a Fundação vem calculando suas Contribuições Sociais usufruídas com base na Lei 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade). Usufruída – INSS e COFINS e estão sendo apresentados no balanço em contas de resultado e patrimoniais. **Nota 26 - TRABALHOS VOLUNTÁRIOS:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) a Sociedade Portuguesa de Beneficência, recebe trabalhos voluntários dos seus membros integrantes dos Órgãos da Administração, sem nenhuma remuneração ou qualquer outro benefício. **Nota 27 - SEGUROS**. A entidade adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Nota 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.** A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2023, a entidade não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da entidade e formada pelo endividamento líquido (empréstimos), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da entidade (que inclui patrimônio social e reservas conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). A entidade não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **Nota 29 - ESTIMATIVAS DO VALOR JUSTO** Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no mínimo 30 dias. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que é disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As aplicações financeiras, representadas por fundos de renda fixa e classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor junto por meio do resultado, foram avaliadas com base na cotação final do exercício fornecida pela respectiva instituição financeira. **Nota 30 - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS – nº 42.276-2.** Os Administradores da Sociedade Portuguesa de Beneficência buscam atender a todas as Normas emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no que diz respeito às operações de seus Planos Privados de Assistência à Saúde. **Nota 31 – Eventos Subsequentes.** A Administração da **SANTA CASA DE MISERICORDIA E BENEFICENCIA PORTUGUESA** não tem conhecimento de eventos que possam vir a alterar as demonstrações contábeis de forma relevante.

Diretoria

Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À **Diretores** Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa - CNPJ N.º 55.990.451/0001-05. **Ribeirão Preto -SP. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa.,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de Ética Profissional do Contador suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** As demonstrações contábeis da **entidade Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa**., em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outra auditoria, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 27 de março de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 19 de março de 2024.

AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC nº. 2SP013587/O-8
CVM nº. 7218

Luiz Alberto dos Santos
CRC nº. 1SP152684/O-7
CNAI nº. 1293

Futuro 'limpo' tem luminária solar e fogão a hidrogênio

Museu alemão imagina design e arquitetura sem energia fóssil para cidades

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Michele Oliveira

MILÃO Foi nos meses seguintes à invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, que, num museu de design localizado entre as fronteiras da Alemanha, Suíça e França, começou-se a imaginar uma exposição que unisse o tema principal do espaço a uma das grandes preocupações daquele momento na União Europeia –a crise energética.

A dependência do bloco do gás russo estava sofrendo um sério abalo com a guerra, o que espalhava pânico entre líderes políticos, empresários e famílias, com boletos de eletricidade e aquecimento mais caros. A busca por outras fontes de energia havia virado uma emergência.

"É claro que a transição energética estava já no ar, devido às mudanças climáticas e à ação dos combustíveis fósseis, mas o tema realmente ganhou urgência a partir daquele acontecimento político", afirma Jochen Eisenbrand, curador do Museu de Design da Vitra.

Instalado em Weil am Rhein, na Alemanha, o espaço recebe a exposição "Transform! Designing the Future of Energy" (transforme! projetando o futuro da energia), aberta à visitação até setembro. O museu faz parte do complexo de fábricas de móveis da Vitra, com arquitetura de nomes como Herzog & de Meuron e Álvaro Siza.

No edifício projetado por Frank Gehry, estão à mostra cerca de 50 peças, incluindo abordagens pioneiras com fontes alternativas (algumas dos anos 1950), objetos contemporâneos realizados com energia limpa, novas ideias para edifícios, meios de transportes e infraestruturas para energia eólica e solar, além de visões quase utópicas de cidades autossuficientes.

Alguns são projetos especulativos, outros estão em fase de protótipos, mas vários já foram executados. A intenção é mostrar que o design é uma disciplina que faz a mediação entre a experimentação, a ciência e o usuário final. "Designers e arquitetos podem visualizar alternativas e ser os primeiros a usarem novas tecnologias ou mostrarem novos usos", diz o curador.

A mostra está organizada em quatro eixos. No primeiro, o foco é o corpo humano, e é possível, por meio de pedaladas em bicicletas, observar a discrepância entre a quantidade de energia que somos capazes de produzir e aquela necessária para atividades do dia a dia, como tomar uma ducha quente.

Luminária Papilio, que integra exposição sobre objetos que usam energia limpa Tobias Trübenbacher & Nikolai Marcinowski

Na mesma seção, chamada de "Human Power", estão cartazes de protestos envolvendo questões energéticas. "A ideia de transição energética tem raízes em manifestações contra a energia nuclear. Grupos defendem, há muito tempo, as energias eólica e solar", diz Eisenbrand.

A segunda parte é dedicada a objetos ligados ao ambiente doméstico, como as luminárias e os painéis decorativos da holandesa Marjan van Aubel. Cada peça é capaz de capturar a própria energia solar de que se alimenta. Na mesma linha está o fogão de cozinha desenvolvido pelo alemão Stefan Troendle, que usa hidrogênio gerado localmente por energia solar.

Na terceira ala, o destaque vai para construção e transportes. Na área de mobilidade, a ONO é uma bicicleta elétrica de cargas, que já está no mercado europeu como alternativa aos furgões que fazem entregas em áreas urbanas.

Na arquitetura, o curador chama a atenção para o projeto do estúdio espanhol Takk, que reformou um apartamento com soluções criativas e de baixa tecnologia para melhorar sua eficiência energética. A planta foi repensada e, em vez de salas e corredores, surgiram ambientes-caixas, que facilitam a regulação das temperaturas internas e quase dispensam o aquecimento artificial.

Na parte final, a mostra aborda infraestruturas e redes em torno de fontes renováveis de energia. Um dos projetos reúne propostas para melhorar a integração de turbinas eólicas com o entorno, desenvolvidas na Ecal, prestigiada universidade de design suíça.

"É mais fácil ver a transição acontecendo no nível de produtos, simplesmente porque é mais rápido do que nas escalas maiores", diz o curador sobre o estado atual das transformações. "Na construção, tem crescido a consciência, talvez mais entre arquitetos do que entre clientes. Já a infraestrutura é o nível mais difícil e, ao mesmo tempo, aquele com o maior impacto."

Os custos estão por trás da resistência à transição energética, e legislações como a diretiva das Casas Verdes, recém-aprovada na União Europeia, são parte da solução. A medida impõe diretrizes para melhorar o desempenho energético de edifícios, como a meta de redução de consumo de energia de 16% para os residenciais até 2030. "Isso ajuda a equilibrar a competição. Sem uma legislação que force, infelizmente vai ser sempre mais barato fazer um projeto menos ecológico", afirma Eisenbrand.

Para o curador, este é um momento crucial, confirmado pela COP28, em dezembro, quando, pela primeira vez, representantes de quase 200 países concordaram oficialmente que é preciso fazer a transição dos combustíveis fósseis. "Se no nível mais alto de líderes finalmente chegou essa constatação, acho que as coisas começarão a mudar."

Com a exposição, ele espera que o visitante possa compreender melhor essa fase de transformações, não apenas do ponto de vista tecnológico ou político. "A transição também tem a ver com design e planejamento. Tudo vai moldar o cotidiano, os produtos, os ambientes construídos."

Catarina Pignato

FOLHA CARREIRAS | *Gabriela Bonin* folha.com/folhacarreiras

Como gerenciar conflitos no ambiente de trabalho

Conheça as principais causas de desentendimentos e saiba como agir de forma profissional

O trabalho muitas vezes é um ambiente propício para o surgimento de conflitos. Como, então, saber gerenciá-los?

Antes... Há dois tipos diferentes de conflito, explicam os especialistas, e apenas um deles é ruim.

1. O QUE É SAUDÁVEL: o embate de ideias. Geralmente acontece durante a execução de um projeto ou em um brainstorming, por exemplo, quando duas pessoas defendem pontos de vista diferentes, às vezes opostos.

"Discordar ou fazer outra pessoa repensar é algo positivo. Pode ajudar o negócio a crescer", pontua Ana Paula Prado, CEO do Infojobs e porta-voz do Pandapé.

2. O QUE É INADEQUADO: quando os atritos extrapolam o profissional e afetam os colaboradores em um nível pessoal. Isso costuma tornar o ambiente menos saudável, pois normalmente as discussões contam com linguagem inadequada e postura agressiva. Para evitar conflitos, é preciso saber de onde eles vêm. Entenda as principais causas:

1. MÁ GESTÃO DE EXPECTATIVAS. É a falta de alinhamento sobre o que as lideranças esperam dos colaboradores, diz Kari Silveira, cofundadora da Impulso. "É a gestão malfeita de combinados. São pequenos atritos, alguns vão se acumulando no dia a dia, outros afloram e explodem", explica.

2. COMUNICAÇÃO. Olha ela aí, sempre presente. Conflitos podem surgir quando a comunicação é uma via de mão única, sem espaço para as pessoas discutirem ou serem ouvidas, de acordo com Adriana Gattermayr, coach executiva e especialista em liderança.

Adotar linguagem inadequada no ambiente de trabalho, como palavrões ou postura agressiva, também é um problema.

"Vai desde a pessoa que sempre chega atrasada às reuniões, a que nunca entrega no prazo, aquela que fala demais na reunião e não deixa ninguém falar, ou a que sempre está com uma ideia completamente contrária à de todo o mundo, mas não explica o porquê", exemplifica Silveira.

Esses pequenos descombinados ou divergências não explicadas podem crescer até virar um conflito, conclui.

Então, o que fazer em caso de desentendimentos no trabalho?

TENTE SE DISTANCIAR. No calor do momento, tudo se potencializa, diz Gattermayr. De acordo com ela, acalmar os ânimos, refletir sobre o que aconteceu e levar sua mente para um lugar mais tranquilo pode te dar o discernimento necessário para encontrar caminhos de resolver a situação.

COMUNICAÇÃO CLARA. Se ela é a causa do problema, é também a solução. "Ao expressar suas preocupações, seja claro e objetivo, evitando linguagem acusatória. Mostre empatia ao ouvir o ponto de vista do colega e demonstre que você valoriza suas opiniões", indica Ana Paula Prado, do Infojobs.

Você não precisa omitir nada. Não é errado estar bravo ou frustrado, comenta Gattermayr. Você pode comunicar que está chateado com uma situação no trabalho, mas deve fazer isso com a postura e voz calmas.

IDENTIFIQUE A RAIZ DO PROBLEMA. Muitas vezes, os desentendimentos têm raízes mais profundas relacionadas a expectativas não atendidas, falta de comunicação ou diferenças de estilo de trabalho, diz Prado. "Ao identificar a raiz, você estará mais apto a encontrar soluções duradouras."

ENVOLVA UM TERCEIRO, SE PRECISO. O melhor é sempre tentar resolver o conflito entre as pessoas que participaram dele, argumenta a CEO. Caso não seja possível, a presença de um mediador neutro —um chefe ou o RH— pode ajudar a encontrar uma solução.

ESTABELEÇA ACORDOS E COMPROMISSOS. Superado o problema, formalize as soluções por escrito, indica Prado. "Isso ajuda a criar responsabilidade e fornece um documento de referência para futuras discussões", explica.

*

+ Em busca de emprego?

Uma dica para te ajudar a ser contratado(a)

PARA FALAR SOBRE OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO NA EMPRESA

Evite: questionar sobre o plano de carreira da empresa para o funcionário

Por quê? "O plano de carreira é responsabilidade do colaborador. A organização pode oferecer cursos ou direcionamento, mas o planejamento é do candidato", explica Jaqueline Garutti, consultora de carreira e liderança

PREFIRA PERGUNTAS COMO...

- Quais são as práticas de capacitação e desenvolvimento oferecidas aos colaboradores?
- Como a empresa apoia o crescimento profissional da equipe?
- Como as promoções são tratadas dentro da organização?
- Quais são as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento nesta função?
- Para onde costumam progredir os profissionais bem-sucedidos nesta empresa?

Conselho de CEO

Profissionais em cargos executivos dão dicas para quem está em início de carreira

Isadora Kimura, cofundadora e CEO da Nilo, healthtech que ajuda empresas de saúde a criar um relacionamento digital com seus pacientes

UM POUCO SOBRE A CEO: é formada em engenharia mecânica aeronáutica pelo ITA e fez MBA e mestrado na Universidade de Stanford. Atuou por mais de 12 anos na criação de produtos digitais em empresas de tecnologia, como a brasileira Geekie e as americanas BetterUp e Quizlet.

QUAL CONSELHO DARIA PARA UM PROFISSIONAL EM INÍCIO DE CARREIRA? Valorize a sua origem, trajetória e forma única de ver o mundo. Acredite que a inovação nasce ao vermos as coisas por outro ângulo —ainda que seja incômodo ser uma voz dissonante de todos ao redor. Nunca deixe morrer o interesse em aprender e busque conectá-lo com um desapego que te permita se reinventar quantas vezes for preciso.

F ACESSE folha.com/folhacarreiras e receba a newsletter toda segunda-feira

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração 2023 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo e, em conformidade às orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), desenvolveu neste exercício de 2023 ações centradas em três grupos de atividade:

(**a**) Apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, instituído pelo Decreto 67.443, de 11 de janeiro de 2023, no qual a CPP estrutura projetos integrantes do PPI-SP prestando consultoria e apoio técnico à Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, sua atual pasta tutelar, voltados para a avaliação e estruturação de projetos de Infraestrutura nas modelagens econômico-financeiras de processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Além de participar ativamente dos processos de estruturação, a CPP atua prestando garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado em contratos de concessão, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade.

(**b**) Participação na Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privadas, reformulada pelo Decreto nº 62.540, de 11 de abril de 2017: A Companhia integra órgão voltado ao acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado - por meio das informações prestadas pelas entidades responsáveis pelos referidos contratos - com vistas à avaliação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

(**c**) Apoio em operações financeiras de interesse da Administração.

A Companhia também está autorizada a participar em operações financeiras estruturadas de interesse da Administração. Neste contexto, importante destacar que a Lei Estadual n° 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

1. Detalhamento das atividades operacionais:

Este item atende ao inciso I do Art. 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

1.1 Apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP

1.1.1 Serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura

A CPP possui dois contratos com a SPI para prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP. O Contrato SPI nº 001/2023, assinado em 19/5/2023, com preço total estimado de R$ 70.364.907,76 e com prazo de execução estimado de 34 meses, prevê: (**i**) serviços de apoio técnico nos projetos: Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos; Novos Lotes de Rodovias Estaduais; Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE; e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; e (**ii**) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Túnel Submerso Santos-Guarujá; PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas; PPP Campos Elíseos; Conjunto Desportivo Vaz Guimarães; Estrada de Ferro Campos de Jordão-EFCJ; e Serviços Públicos de Loterias.

Já o Contrato SPI nº 009/2023, assinado em 29/11/2023, com preço total estimado de R$ 64.144.644,04 e com prazo de execução estimado de 30 meses, prevê: (**i**) serviços de apoio técnico nos projetos: Programa Universaliza SP; Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano-Área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invadidas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos-Parque CECAP, Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia; Educação - Novas Escolas; e Transporte Intermunicipal Rodoviário de Passageiros; e (**ii**) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Serviços Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE - Piscinões; Desassoreamento, e Barragens e adutoras; Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE; Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos-Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí; e PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa.

Informações sobre o desenvolvimento das Estruturações de Projetos de infraestrutura:

Túnel Imerso Santos-Guarujá: A Companhia Paulista de Parcerias enviou à SPI, em 4/9/2023, o primeiro pacote dos estudos do Túnel Imerso Santos-Guarujá, contendo Edital, Contrato, Anexos e Apêndices, Modelo Econômico-Financeiro e demais materiais de apoio. Em dezembro foi assinado o contrato da CPP com a FIPE, com o objetivo de validação, revisão e atualização nos materiais encaminhados pela CPP à SPI. Em 11/12/2023, foi encaminhado um novo pacote de documentos à SPI tendo em vista as contribuições recebidas da ARTESP, NPT-PGE e MPOR. Já foram realizadas pesquisas de origem-destino para auxiliar na atualização do estudo de demanda e estão sendo realizadas reuniões com a CETESB sobre a licença prévia do projeto.

PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas: Em julho de 2023, a CPP firmou o contrato nº 05/2023 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID para prestação de serviços de assessoria e conhecimento necessários para estruturação de projeto destinado à adequação da infraestrutura e manutenção de unidades escolares da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Em 10/10/2023, foi inaugurado o projeto, por meio da reunião de *kick-off*, na qual ficou definido o cronograma de sua implementação. Atualmente, o projeto está na Fase 1, que tem por objetivo o levantamento e avaliação inicial das informações sobre projeto, a realização dos diagnósticos, proposição de escopo e modelo de negócios inicial, assim como a seleção de até 500 primeiras unidades a serem objeto de futura parceria com a iniciativa privada. A atuação da CPP estava focada nas atividades preliminares, como entrevistas com os *stakeholder* do projeto, como forma de mapeamento dos objetivos esperados, assim como esclarecimentos e disponibilização de informações para o desenvolvimento dos estudos e participação em reuniões técnicas de andamento dos produtos.

PPP Campos Elíseos: Desde junho de 2023, por meio do Contrato CPP nº 02/2023 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, foram realizados os estudos iniciais de diagnóstico técnico-operacional, jurídico institucional e fiscal do Estado de São Paulo. Com a definição de escopo e do programa de necessidades da administração pública, foi possível realizar um desenho inicial da proposta de alocação dos edifícios administrativos na região dos Campos Elíseos, a área total do projeto, e os procedimentos necessários para declaração de utilidade pública.

Estrada de Ferro Campos de Jordão - EFCJ: Em 24/7/2023, a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, firmou o contrato nº 06/2023 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para a estruturação do projeto de concessão à iniciativa privada do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão. A ordem de início das atividades foi emitida em 4/8/2023 tendo sido realizados levantamentos documentais e de campo para subsidiar os estudos, além disso, estão em curso as atividades dos módulos de Demanda, Mercadológico e Ambiental.

Serviços Públicos de Loterias: Desde junho de 2023, por meio do Contrato CPP nº 02/2023 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, foram realizados os estudos necessários para a estruturação do projeto até a fase de Consulta Pública. Em novembro, a CPP enviou à SPI Nota Técnica com os resultados das análises jurídico-institucionais, econômico-financeiras e de mercado, demanda e modelo de negócios do projeto, oferecendo os subsídios necessários para autorização dos procedimentos de Audiência e Consulta Pública. Em dezembro, a CPP entregou versão prévia do produto Relatório de Modelagem Preliminar, contendo, além de resultados detalhados das análises técnicas, minutas dos documentos editalícios para realização de Consulta Pública, incluindo edital, contrato, anexos técnicos, caso base, modelagem financeira, regulamentos e formulários-modelo. A Audiência Pública, em formato híbrido, foi realizada no dia 21/12/2023. O processo de Consulta Pública foi aberto no dia 13 de dezembro, com prazo até o dia 31/1/2024 para que os interessados enviassem dúvidas, comentários e contribuições.

Serviços Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE - Piscinões; Desassoreamento, e Barragens e adutoras: Em 28/2/2023, na reunião conjunta do Conselho Diretor do Programa de Desestatização - CDPED e do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, foi deliberado pela qualificação do Projeto de Serviços Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas e consequente inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos, para modelagem de projetos de serviços e obras que estão sob responsabilidade do DAEE. O escopo dos projetos inclui: desassoreamento; construção e manutenção de piscinões; e construção, operação e manutenção de sistema adutor, operação e manutenção de barragens e obras complementares. Desde então foram iniciadas tratativas para contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID na prestação de apoio técnico especializado para o desenvolvimento da modelagem dos projetos.

Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE: Em 5/12/2023, foi assinado o Contrato CPP nº 08/2023 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para apoio na estruturação e implementação do projeto de concessão do Sistema de Travessias Hídricas do Estado de São Paulo. A emissão da Ordem de Serviço foi realizada em 7/12/2023. As entregas estão distribuídas nos próximos 16 meses, que trarão subsídios para a elaboração do Edital de Licitação.

Informações sobre os trabalhos de Apoio Técnico desenvolvidos:

(**i**) Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos: O projeto abarca a estruturação de um Programa de Parcerias em Mobilidade, considerando as linhas metroferroviárias atualmente operadas e/ou planejadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. Os serviços de apoio prestados pela CPP foram segmentados em três contratos específicos: Metrô; CPTM Lote 1 - Linhas 11, 12 e 13 e CPTM Lote 2 - Linhas 10 e 14 e Trem Intercidades - TIC - Eixo Oeste, a saber:

Metrô: o projeto encontra-se em sua Fase 0 - Frente estratégica. A CPP vem revisando produtos técnicos produzidos pelo IFC, coordenando reuniões e expedindo diretrizes para o andamento dos trabalhos contratados pela SPI com a IFC. Os serviços de apoio incluem comunicações e elaboração de ofícios solicitando informações ao Metrô, organização de informações para encaminhamento à SPI; elaboração de respostas para requisições do TCE e estudos específicos sobre a Câmara de Compensação - Clearing House do sistema de transportes de São Paulo para subsidiar a compreensão e divulgação das características macro-operacionais e perspectivas de movimentação financeira no setor de mobilidade.

CPTM Lote 1 - Linhas 11, 12 e 13 e CPTM Lote 2 - Linhas 10 e 14: O apoio prestado até então englobou: apoio na expedição de diretrizes para elaboração dos estudos a cargo da IFC; participação em reuniões envolvendo os representantes da CPTM e IFC; revisão e aprovação dos produtos entregues por meio da emissão de Pareceres Técnicos; e elaboração de respostas para requisições do TCE.

Trem Intercidades - TIC - Eixo Oeste: Dentre os serviços de apoio, a CPP conduziu reuniões com a IFC onde foram tratados temas como: alinhamento da metodologia de trabalho e dos principais desafios e premissas do projeto; lições aprendidas com a publicação e estruturação dos documentos editalícios do projeto do Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte; apresentação de estudos de diretrizes de traçado e análises de viabilidade técnica, previamente realizados tanto pela CPTM quanto por terceiros, no âmbito de Chamamentos Públicos e Manifestações de Interesse Privado; e estudos de pré-viabilidade de engenharia. Destaca-se, por fim, a atuação da CPP no estabelecimento de comunicação direta com a CPTM, visando obter a documentação e materiais indicados como necessários para desenvolvimento dos estudos e a elaboração dos próximos entregáveis pela consultoria.

Ainda, paralelamente ao apoio prestado no âmbito do Projeto "Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos", cabe destacar o apoio oferecido à SPI no âmbito do projeto Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte, cujos documentos licitatórios foram publicados originalmente em 31 de março de 2023 (Concorrência Internacional nº 01/2021). Nessa ocasião, a CPP proporcionou apoio à SPI, envolvendo: (i) participação ativa da CPP em uma nova rodada de diálogo com o mercado, somando quase 40 (quarenta) reuniões entre os meses de abril e agosto de 2023, (ii) revisão das minutas de documentos editalícios e apoio em sua republicação, em 29 de setembro de 2023, de modo a absorver ao máximo as sugestões e minimizar os desconfortos apresentados pelo mercado, e (iii) condução de tratativas para a obtenção de financiamento interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação do TIC Eixo Norte.

(**ii**) Novos Lotes de Rodovias Estaduais: A CPP está fornecendo apoio à SPI na estruturação de 5 lotes de rodovias. No decorrer do ano de 2023 foram realizadas diversas reuniões com a International Finance Corporation no sentido de alinhar premissas e acompanhar o andamento do projeto. Como exemplo pode-se destacar que a CPP já realizou: Validação dos pontos de pesquisa de tráfego; Verificação dos resultados de Volumes Diários Médios por ponto de cobrança futuro; Encaminhamento de propostas de posicionamento, trecho de cobertura, tarifa e reclassificações dos pórticos de pedágio dos Lotes 1 e 2; Encaminhamento de propostas de obras de ampliação, vias marginais, dispositivos e passarelas dos Lotes 1 e 2; Envio de planilhas modelo e planilhas de cálculo a serem utilizadas pelas consultorias, entre outras frentes.

(**iii**) Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE: A CPP vem oferecendo um apoio técnico abrangente que fortaleceu significativamente a execução do projeto. O apoio se deu por meio de: Revisão dos produtos entregues pelo Consórcio Nova EMAE Genial, contratado pela SPI como consultoria do Projeto; Revisão do Edital, Contrato de Compra e Venda de Ações e Prospecto aos Empregados; Elaboração de Nota Técnica de instrução do processo de abertura de Audiência Pública; e Participação em agendas de reuniões e de trabalho do Projeto.

(**iv**) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP: Em julho de 2023, a CPP celebrou com a SPI o Contrato SPI nº 001/2023, pelo qual a CPP ficou responsável por apoiar a SPI no âmbito serviços técnicos necessários à avaliação de possível desestatização da SABESP. Nesse contexto, no exercício de 2023 a CPP atuou ativamente em diversas frentes de estudo, tanto no que se refere à revisão e aprovação de relatórios elaborados pelas consultorias temáticas contratadas pelo Internacional Finance Corporation, tanto como nas várias frentes de execução.

(**v**) Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano - Área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invadidas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos - Parque CECAP, Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia: Em 1 de dezembro de 2023, foi enviada a ordem de serviço, Processo SEI nº 021.00002607/2023-26, autorizando a CPP iniciar os serviços de apoio técnico à estruturação do Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano. Assim, iniciando as atividades de apoio a modelagem do projeto de concessão, que consiste na modelagem econômico-financeira, modelagem jurídica e modelagem operacional e a elaboração do edital, contrato e respectivos anexos para a licitação.

(**vi**) Educação - Novas Escolas: Foi assinado o Contrato SPI nº 09/2023, em 29 de novembro de 2023, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e apoio no âmbito do projeto de PPP para a construção, manutenção das edificações e prestação de serviços não pedagógicos em 33 novas Unidades de Ensino de Nível Médio e Ensino Fundamental II no Estado de São Paulo. Diante da emissão de ordem de início, em 01 de dezembro de 2023 (SEI 0013610450), foram realizadas atividades pela CPP tais como: Apoio à SPI e SEDUC na realização da Audiência Pública nº 01/2023, de 08 de dezembro de 2023; Condução de aproximadamente 20 reuniões com o mercado ("*Roadshow*"), onde foram apresentados os principais aspectos econômico-financeiros e jurídicos da modelagem, além de colhidas contribuições para aumentar a atratividade do projeto; e Revisão dos documentos editalícios publicados diante de contribuições colhidas em *Roadshow*, Consulta e Audiência Pública.

1.1.2 Facilitação de projetos

Durante o ano de 2023 a CPP integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho nas modelagens de projetos de concessão regidos pela Lei nº 11.079/2004 (Parceria Público-Privada), dos quais destacam-se os seguintes: Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, da Secretaria de Logística e Transportes; e Trem Intercidades - TIC, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Prestação de garantias

Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo em contratos de concessões públicas, a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs:

Da Secretaria de Transportes Metropolitanos: Linha 6 - Laranja do Metrô; Frota da Linha 8 - Diamante da CPTM; e Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Da Secretaria da Habitação: Lote 1 - PPP Habitacional na Região Central de São Paulo.

Da Secretaria da Saúde: Lote 1 - Hospital Estadual de Sorocaba; e Lote 2 - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM.

Adicionalmente, em novembro de 2023, foi constituída a conta garantia com o valor empenhado para a PPP do Lote do Rodoanel Norte, projeto cujo contrato foi assinado em agosto pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.

A seguir detalhes dos contratos nos quais a CPP conta com garantias prestadas por meio de cotas em penhor do Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92):

Linha 8 (Diamante) da CPTM - O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 130 milhões.

Linha 6 (Laranja) do Metrô - O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A., previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia à São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, estabelecendo seu início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020, foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A., e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cotas em penhor era de R$ 462,5 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 194,7 milhões.

Habitação - O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cotas em penhor era de R$ 70,8 milhões.

SIM da Baixada Santista - O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cotas em penhor era de R$ 24,6 milhões.

Complexos Hospitalares: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cotas em penhor era de R$ 154 milhões.

Lote do Rodoanel Norte: Contrato de Concessão Patrocinada com a Via Appia Fip Infraestrutura, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote Rodoanel Norte; firmado em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transporte de São Paulo - SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem - DER. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cotas em penhor era de R$ 377,6 milhões.

1.2 Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas

Durante o exercício de 2023, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP) a qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

1.3 Projetos especiais

Dentre as operações financeiras destaca-se: (**i**) realização da operação de cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento firmados entre Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e municípios do Estado, firmado pela CPP com a Desenvolve. Embora o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças tenha sido celebrado em 25 de junho de 2021, o pagamento do saldo devedor atravessou o exercício de 2023, sem qualquer inadimplemento por parte do cedente, e tem prazo de conclusão para 15/07/2026; (**ii**) realização da operação financeira celebrada em 28 de janeiro de 2022, tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando a totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, sendo que seu saldo em 31/12/2023 corresponde a R$ 73 milhões aproximadamente.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto jurídico das empresas estatais

Conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o Art. 8º do Estatuto jurídico das empresas estatais, as informações referentes ao cumprimento de políticas públicas, sustentabilidade financeira e governança corporativa foram incluídas neste Relatório da Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras anuais, estando o Relato Integrado previsto no inciso IX, do mesmo artigo, apresentado na sequência deste relatório da Administração, com referências específicas a este.

2.1 Sustentabilidade financeira

Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas (em R$ 1,00):

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
CPP Projetos	2.011.419.307
BB CDB DI	44.811.459
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	**2.056.230.766**
Recebíveis - Desenvolve SP	20.760.528
Total	**2.076.991.294**

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2023 (em R$ 1,00):

Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)	Ativos Dados em Garantia: Segregados	Ativos Dados em Garantia: Fianças (Garantia Corporativa) (*)	Total de compromissos assumidos
PPP Linha 6	462.500.477	194.700.000	657.200.477
PPP Habitação Lote 1	70.807.235	–	70.807.235
Contrato Hospital São José dos Campos	42.217.527	–	42.217.527
Contrato Hospital Sorocaba	51.595.851	–	51.595.851
Contrato Hospital Pérola Byington	60.185.707	–	60.185.707
PPP da RMBS - ônibus + VLT	24.601.580	–	24.601.580
Contrato Rodoanel (Norte)	377.599.764	–	377.599.764
Contrato BNDES	73.102.158	–	73.102.158
Linha 8 (Diamante) da CPTM	–	130.030.000	130.030.000
Total	**1.162.610.299**	**324.730.000**	**1.487.340.299**

(*) Valores aproximados

Com base nas duas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos e fianças prestadas, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2023 foi de R$ 198,589 milhões, apresentando um crescimento de 11,5% quando comparado com o lucro líquido contábil de R$ 178,375 milhões apurado em 2022. A elevação da taxa Selic durante o exercício de 2023, quando comparado ao exercício de 2022, com a Selic acumulada média de 2023 de 13,04% (ante 12,39% em 2022), conjugado com uma política de gestão ativa das aplicações financeiras, propiciou tal crescimento de resultados.

Orçamento de Caixa previsto para 2024

Preliminarmente importante destacar que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos são representados substancialmente por aplicações financeiras que são utilizadas para garantir determinado número de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, é de fundamental importância que a gestão desta carteira de aplicações financeiras seja realizada de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenha aderência aos compromissos assumidos. Como já informado anteriormente, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, no Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), o qual aplica em títulos que buscam rentabilidades em conformidade às variações da Selic.

Neste contexto, a Companhia apresenta seu Orçamento de caixa previsto para 2024, com uma estrutura cuja planificação contábil adotada é uma adaptação das normas orçamentárias impostas pela Secretaria da Fazendo do Estado de São Paulo:

Orçamento de Caixa previsto para 2024 (em milhares de Reais)

	1° trim/24	2° trim/24	3° trim/24	4° trim/24
Saldo financeiro inicial	**893.622**	**915.954**	**627.302**	**675.134**
Fontes de recursos				
Receitas financeiras livres de restrição	22.377	18.648	14.487	15.237
Parcelas recebíveis	4.974	4.714	4.443	3.903
Liberação de garantias	5.414	–	–	6.178
Serviços prestados	2.844	2.676	45.271	35.703
Disponibilização Onerosa de Garantia	59	177	177	177
Restituição de impostos	–	–	–	15.645
Outros	1	–	–	–
Subtotal	**35.669**	**26.215**	**64.378**	**76.843**
Aplicações de recursos				
Gastos com Folha de Pagamento	2.166	3.070	2.623	3.183
Investimentos	16	–	–	–
Despesas administrativas gerais	213	210	143	160
Gastos com Estruturação de Projetos	6.340	30.078	13.676	18.679
Tributos sobre o lucro	4.547	19.070	–	21.122
Outros desembolsos	55	55	–	–
Juros sobre Capital Próprio	–	47.401	–	–
Constituição de novas garantias	–	214.983	104	–
Subtotal	**13.337**	**314.867**	**16.546**	**43.144**
Saldo financeiro	**22.332**	**(288.652)**	**47.832**	**33.699**
Saldo financeiro final	**915.954**	**627.302**	**675.134**	**708.833**

O quadro acima representa uma projeção de resultados financeiros para a Companhia durante o exercício de 2024, adotando como premissas principais: (**i**) Receitas financeiras: rendimento mensal estimado em 9,5%; (**ii**) Folha de pagamento: novas contratações em março e abril de 2024, incluindo pagamento de bônus no 2° trimestre aos diretores por resultados auferidos em 2023; (**iii**) Tributos sobre o lucro estimados com base no Lucro Real Anual, com levantamento de balancete para fins de suspensão ou redução de pagamento do imposto; Apresenta também a estimativa de retenção tributária sobre rendimentos financeiros, a título de "IR Come-Cotas" nos meses de maio e novembro; Não estão provisionados demais tributos federais incidentes sobre Receitas, vez que a Companhia liquida tais obrigações por meio de compensações com créditos tributários; (**iv**) Constituição de novas garantias, concentradas no 2° trimestre de 2024, representando expectativas de efetivação de novas concessões, em especial do TIC - Trem Intercidades, no valor de R$ 200 milhões; As garantias por serem constituídas continuarão sendo ativos de propriedade da Companhia, porém vinculadas aos contratos de concessão; (**v**) Juros sobre Capital Próprio: representa uma estimativa de pagamento ao acionista controlador por resultados auferidos projetados em 2023; e (**vi**) Execuções contratuais: estão dispostas as projeções de recebimentos e pagamentos nas rubricas: "Serviços prestados" (que inclui os contratos de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP), "Gastos com estruturação de projetos" (que inclui as contratações de prestadores de serviços de apoio técnico e consultoria para auxiliar a Companhia na estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP); "Despesas administrativas gerais" e "Outros desembolsos", os quais englobam os demais contratos da Companhia, notadamente de prestação de serviços administrativos, por exemplo: Contabilidade, Fornecimento de vale-refeição e assistência médica, Publicação de anúncios legais, etc.

2.2 Governança Corporativa

Preliminarmente, devem ser consideradas todas as peculiaridades que envolvem a Companhia, notadamente a sua estrutura enxuta, que atualmente conta com 18 (dezoito) colaboradores, com uma estrutura recém-criada para atender à demanda relacionada à estruturação de projetos de concessões (vide nota 1.1.1 deste relatório). Nesse sentido, a necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado à estrutura enxuta da CPP é corroborada por órgãos normativos e reguladores, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado SDG N° 035/2015, que assevera que "O *exercício do controle interno em cada caso também dependerá do porte e da complexidade inerentes à entidade.*" e pelo próprio Decreto estadual N° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016.

Políticas e programas implementados:

2.2.1 Programa de Integridade

Foi apresentado ao Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 28/11/2023 o Plano de Ação do Programa de Integridade, o qual será conduzido pela Unidade de Gestão de Integridade, composta por colaboradores da CPP, tendo as seguintes atribuições: I - coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade; II - desempenhar o papel de multiplicador, desenvolvendo ações de capacitação e de reciclagem periódica para os agentes públicos de todos os níveis hierárquicos; III - realizar ações contínuas de conscientização e comunicação; IV - coordenar a gestão dos riscos para a integridade; V - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nas funções de integridade; VI - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade o desenvolvimento do programa de integridade; VII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade; VIII - promover constante interlocução com a Controladoria Geral do Estado; IX - adotar as medidas necessárias para execução do plano de ação; e X - observar as recomendações emitidas pela área de auditoria interna governamental.

2.2.2 Regulamento de Pagamento de Honorários

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 o respectivo regulamento em cumprimento à solicitação do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, estabelecendo critérios para a participação dos advogados da CPP nos honorários percebidos pela Companhia.

2.2.3 Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 a política em questão, tendo como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para o fluxo de informações prestadas pela CPP ao público em geral, garantindo transparência, precisão, coordenação e profissionalismo na divulgação e na prestação de informações, afastando-se riscos de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública.

2.2.4 Distribuição de Dividendos

A política de Distribuição de Dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de n° 13.d.

2.2.5 Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais e, dos negócios firmados com o acionista controlador, Estado de São Paulo, destacam-se os seguintes:

(**i**) prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas (item 1.1.2 deste relatório);

(**ii**) Contratação da Companhia pela Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, conforme citado na nota 1.1.1 deste relatório, de prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP.

(**iii**) Compra, junto à Desenvolve SP, de carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R$ 78,8 milhões em 2021, restando na data-base de 31/12/2023 o valor de R$ 20,760 milhões a ser recebido até julho de 2026 (item 1.3 deste relatório).

(**iv**) Operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES (item 1.3 deste relatório).

2.2.6 Observações gerais

De uma forma geral, a CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo como meta o pleno cumprimento da regulamentação inicial, considerando, além das ações descritas acima, aquelas já concluídas em exercícios anteriores, quais sejam: (**1**) adequação do estatuto; (**2**) implantação de manuais de rotinas de procedimentos, regulamentos internos e código de conduta; (**3**) avaliação de administradores; entre outras. Por outro lado, as ações de regularização e atendimento à legislação de governança que ainda estão em andamento, devem ser conduzidas respeitando-se o princípio da economicidade em todas as suas soluções, não havendo superposição aos procedimentos já adotados na prestação de informações à sociedade e ao acionista controlador, veiculadas regularmente nos sítios governamentais.

3. Quadro de Pessoal

3.1 Pessoal-chave da Administração:

Em 31/12/2023 a remuneração do pessoal-chave da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) correspondia aos seguintes valores (em R$ 1,00):

Descrição	Valor mensal
Conselheiro de Administração	9.873
Conselheiro Fiscal	6.582
Diretor	32.908

Estas remunerações estão em conformidade às disposições contidas nas deliberações CODEC n° 001 de 16/03/2018 e n° 001 de 01/02/2023; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2° da Lei nº 6404/76.

3.1.1 Detalhamento da avaliação dos administradores

Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:

Itens de avaliação	Média
Avaliação dos Conselheiros de Administração	
Enquanto órgão colegiado	**3,29**
Auto-avaliação (individual de cada conselheiro)	**3,25**
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da diretoria	**3,40**
Nota final atingida	**3,31**
Avaliação dos diretores	
Auto-avaliação (individual de cada diretor)	**3,63**

Escala - Atribuição de Avaliação	Nota
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,51 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos: **(A)** Avaliação enquanto órgão colegiado: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) Funcionamento do Conselho de Administração; (v) Conhecimento técnico e da Companhia. **(B)** Auto-avaliação: (i) preparo e dedicação pessoal; (ii) postura nas reuniões do colegiado; (iii) aperfeiçoamento técnico; (iv) identificação de situações de conflito de interesses. **(C)** Avaliação dos membros da Diretoria: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e; (iv) Interação com o Conselho de Administração.

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos diretores contemplou auto-avaliações abordando os seguintes aspectos: (i) Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa; (ii) Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades; (iii) Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia; (iv) Postura nas reuniões de diretoria; (v) Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres; (vi) Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3.2 Despesas com Pessoal celetista:

Em conexão ao informado no item **1.1.1 Serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura**, que impôs à CPP a responsabilidade pela prestação destes serviços, foram necessárias as novas contratações de pessoal na Companhia, as quais deverão ser organizadas, a médio prazo, conforme apresentação ao Conselho de Administração em reunião realizada em 31/10/2023, da seguinte forma: Criação de 4 (quatro) cargos de coordenadores, divididos nas áreas: Jurídica, Administrativo-Financeira, Estruturação de Projetos e Econômico-Financeira; visto que atualmente estas atividades estão distribuídas nas três diretorias da empresa: Econômico-Financeira; de Assuntos Corporativos; e Presidência.

Evolução das despesas com pessoal:

As contratações efetivadas no decorrer do exercício de 2023 resultaram num aumento na folha de pagamento da Companhia de um percentual em torno de 94%, quando comparados os valores brutos totais da folha de celetistas para os exercícios de 2022 (R$ 1,588 milhão, encerrando com 6 empregados) e 2023 (R$ 3,079 milhões, encerrando com 18 empregados). Outro elemento que contribuiu também para o aumento de despesas com pessoal celetista foi o aumento determinado em convenção coletiva, estabelecendo reajuste salarial de 3,9% para o cargo de Assistente e de 3,3% para o cargo de Assessor de Diretoria, aplicáveis a partir da data-base, qual seja, o mês de agosto.

3.3 Transparência:

A Companhia declara que publica mensalmente, em atendimento à legislação de acesso à informação, as remunerações de todos os seus colaboradores no Portal da Transparência do Estado de São Paulo (transparência.sp.gov.br).

Relato Integrado 2023 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP (apresentado como apêndice ao Relatório da Administração)

1. Governança

2. Estratégia

3. Geração de Valor e Desempenho

4. Perspectivas

Introdução

Este Relato Integrado, em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, subscrito pelos membros da Diretoria da Companhia Paulista de Parcerias ("Companhia" ou "CPP"), é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo.

Está apresentado como um apêndice ao Relatório da Administração porque faz referências àquele relatório.

Os temas aqui incluídos são os minimamente requeridos legalmente - Orientação Técnica CPC 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e a Resolução CVM N° 14, de 09/12/2020 - ressalvando-se desde já os aspectos relacionados à governança da Companhia, considerada sua estrutura enxuta.

1. Governança

A CPP é uma sociedade por ações constituída em 2004, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento.

A CPP é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pela orientação estratégica da Companhia, e por uma Diretoria que exerce as suas funções, de modo a assegurar que o funcionamento da Companhia esteja alinhado aos objetivos traçados pelo Conselho.

Também compõem a estrutura de governança da Companhia o Conselho Fiscal e os seguintes Comitês: de Ética, e de Elegibilidade e Aconselhamento.

A atual estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo, ainda que conduzida numa estrutura enxuta, que atualmente conta com 18 (dezoito) empregados. Durante 2023 seus objetivos institucionais foram cumpridos na medida em que a Companhia desenvolveu trabalhos para os quais sua lei de criação assim determinou, quais sejam: Serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura e Prestação de garantias, ambos citados no item 1 do Relatório da Administração do ano de 2023.

Ressalta-se a observância da Companhia quanto à necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado com sua atual estrutura, na qual deve ser considerado o seu porte e complexidade inerentes à entidade (citação contida no Comunicado SDG N° 035/2015 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) corroborada pelo próprio Decreto estadual N° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016.

2. Estratégia e Modelo de Negócios

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), seu modelo de negócios pauta-se pela sua estratégia, assim definida:

(1) Prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

(2) Análise das diferentes alternativas e estruturação das garantias identificadas como necessárias aos projetos prioritários do governo, especialmente no caso das PPPs;

(3) Definição de políticas operacionais para a CPP e;

(4) Apoio às demais ações de governo, incluindo a estruturação de novas modalidades de operações financeiras de interesse da Secretaria da Fazenda, garantias para diferentes projetos e colaboração com Partes Relacionadas, entre outros;

(5) Bem como as demais atividades previstas no seu estatuto social.

3. Geração de Valor e Desempenho

Desde a sua criação em 2004, a Companhia vem atingindo seus objetivos com base nas estratégias vinculadas ao seu objeto social, agregando valor às políticas públicas do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, proporcionando ao Estado o apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas assim como o apoio em operações financeiras de interesse da Administração. Ao longo dos anos a atuação da companhia viabilizou projetos nas mais diversas áreas.

O desempenho financeiro da companhia é devidamente atestado nas suas Demonstrações Financeiras - geração de resultados (lucros auferidos) - e pela sua posição financeira, suficiente para o custeio das suas atividades operacionais, para a preservação da sua capacidade de prestação de serviços voltados à estruturação dos projetos integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, assim como prestação de garantias financeiras ao Estado de São Paulo nos contratos de concessões públicas e, também, para remunerar seu acionista.

Importante destacar também que, em função da Companhia ser uma organização pertencente ao setor público, deve-se considerar - em primeiro plano - a consecução do interesse público pela Companhia, com o pleno atendimento à política pública de apoio às Parcerias Públicas-Privadas, e - em segundo plano, mas não menos importante - a geração de resultados propriamente ditos (lucros auferidos pela Companhia).

4. Perspectivas

- Consolidar-se como permanente instrumento de garantias aos projetos de interesse do Estado de São Paulo;
- Auxiliar o Estado de São Paulo em estudos de concessão e parcerias público-privadas;
- Manter-se sempre como destaque e referência no seu mercado de atuação.

Aprovado pelo Conselho de Administração

Em 25/03/2024

continua→★

→★ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**970.735.229**	**1.365.732.706**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	893.622.112	1.294.577.516
Bancos		1.645	4.967
Aplicações Financeiras		893.620.467	1.294.572.549
Direitos Realizáveis		77.113.117	71.155.190
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	5	15.821.632	22.166.094
Adiantamento a Funcionários		6.408	7.425
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	52.544.117	42.459.259
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	14	–	6.372.380
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	18	8.630.928	–
Outros Créditos		32	32
Despesas Antecipadas		110.000	150.000
Não Circulante		**1.170.880.783**	**716.561.975**
Realizável a Longo Prazo		1.170.753.399	716.456.937
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	5	4.938.896	21.562.841
Depósitos Judiciais	7	3.204.204	2.917.298
Fundo de Investimento em Garantia	8	1.162.610.299	691.976.798
Imobilizado		22.346	–
Investimentos	9	105.038	105.038
Total do ativo		**2.141.616.012**	**2.082.294.681**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**138.593.326**	**127.922.819**
Contas a Pagar		150.826	189.925
Obrigações Tributárias	11	1.121.271	1.803.557
Obrigações Sociais e Trabalhistas		977.513	429.105
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	10	135.923.732	125.117.852
Provisões para Contingencias Fiscais	7	419.984	382.380
Patrimônio Líquido	12	**2.003.022.686**	**1.954.371.862**
Capital Social		1.539.619.815	1.509.619.815
Reserva Legal		109.142.700	99.197.021
Reserva de Lucros		354.260.171	345.555.026
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.141.616.012**	**2.082.294.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em unidades de reais R$)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos Em 01 de Janeiro de 2022		**1.439.412.180**	**90.278.238**	**301.216.008**	–	**1.830.906.426**
Capitalização mediante aproveitamento de Juros sobre Capital Próprio		70.207.635	–	–		70.207.635
Lucro líquido do período		–	–	–	178.375.653	178.375.653
Constituição de Reserva Legal		–	8.918.783	–	(8.918.783)	–
Destinações na Forma de Juros s/Capital Próprio:		–	–	–		
Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício		–	–	–	(125.117.852)	(125.117.852)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	44.339.018	(44.339.018)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**1.509.619.815**	**99.197.021**	**345.555.026**	–	**1.954.371.862**
Saldos em 01 de Janeiro de 2023		**1.509.619.815**	**99.197.021**	**345.555.026**	–	**1.954.371.862**
Integralização de capital em dinheiro	12	30.000.000	–	–	–	30.000.000
Lucro líquido do período		–	–	–	198.913.574	198.913.574
Constituição de Reserva Legal		–	9.945.679	–	(9.945.679)	–
Distribuição de Lucros de 2022	12	–	–	(44.339.018)	–	(44.339.018)
Destinações do resultado de 2023:		–	–	–		
Juros Sobre o Capital Próprio	10, 12	–	–	–	(135.923.732)	(135.923.732)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	53.044.163	(53.044.163)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**1.539.619.815**	**109.142.700**	**354.260.171**	–	**2.003.022.686**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em unidades de reais R$)

Receitas (Despesas) Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Administrativas		**(16.745.563)**	**(15.310.843)**
Honorários de administradores e salários	15	(4.500.378)	(4.291.438)
Publicação Legal	16	(132.892)	(54.512)
Serviços de terceiros	16	(500.840)	(625.881)
Despesas Gerais e Administrativas		(65.968)	(42.343)
Despesas Tributárias	17	(11.545.166)	(10.296.669)
Depreciação		(319)	–
Financeiras	13	**248.334.075**	**221.341.426**
Receitas financeiras		248.382.016	221.381.516
Despesas Financeiras		(54.526)	(42.482)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		6.585	2.392
Outras Receitas Operacionais		–	1.292
Resultado antes dos Tributos Sobre o Lucro		**231.588.512**	**206.031.875**
Apuração de Tributos		(32.674.938)	(27.656.222)
Imposto de Renda	14	(24.019.337)	(20.329.105)
Contribuição Social sobre o Lucro	14	(8.655.601)	(7.327.117)
Lucro Líquido do Exercício		**198.913.574**	**178.375.653**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		131,76	118,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em unidades de reais R$)

	2023	2022
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	198.913.574	178.375.653
Resultado Abrangente do Exercício	**198.913.574**	**178.375.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em unidades de reais R$)

Atividades Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		198.913.574	178.375.653
Ajustes por :			
(Receitas)/Perdas financeiras de longo prazo (líquidas, Investimentos em garantia)	8.1	(93.340.875)	(84.082.024)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	5	(474.498)	(4.077.061)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais		(286.906)	(314.039)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		37.604	41.180
Depreciação		319	–
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		104.849.218	89.943.709
(Aumento) Redução em Recebíveis	5	23.442.905	29.724.741
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		1.017	(2.397)
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		(3.712.478)	29.795.263
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		40.000	–
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	18	(8.630.928)	–
(Aumento) Redução em Outros Créditos		–	(5)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	8.1	(377.292.626)	70.382.740
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(39.099)	9.032
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		(682.286)	1.021.225
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		548.408	(149.257)
		(366.325.087)	130.781.342
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(261.475.869)	220.725.051
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Redução em Investimentos (Participações Societárias)	9	–	38.200
Aquisição de Imobilizado		(22.665)	–
Caixa Liquido Usado nas Atividades de Investimentos		(22.665)	38.200
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Integralização de Capital	10, 12	30.000.000	–
Pagamento de Dividendos referentes ao exercício de 2022	10, 12	(169.456.870)	(18.226.481)
Caixa Liquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(139.456.870)	(18.226.481)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(400.955.404)	202.536.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.294.577.516	1.092.040.746
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		893.622.112	1.294.577.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A **Companhia Paulista de Parcerias** - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2024, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcados a valor de mercado. d) Demonstração do Resultado Abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. b) Instrumentos Financeiros: Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (iii) custo amortizado, no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	893.622.112	1.294.577.516
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	20.760.528	43.728.935
Fundo de Investimento em Garantia	VJR	1.162.610.299	691.976.798
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	8.630.928	–
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	105.038	105.038
		2.085.728.905	**2.030.388.287**
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	150.826	189.925
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	135.923.732	125.117.852
		136.074.558	**125.307.777**

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado. b.1) Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Os direitos decorrentes da aquisição dos recebíveis estão registrados pelo valor do principal, incorporando rendimentos auferidos até a data do balanço. O nível de risco desta operação - revisado anualmente - foi determinado fundamentalmente em face das garantias prestadas, caracterizando baixíssimo risco de inadimplência. c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): Ativos financeiros: Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48. A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos. Porém, eventuais mudanças abruptas na política monetária, de modo que os títulos públicos ou a Selic incorra em variações muito acima das previsões realizadas, podem trazer marcação a mercado negativa para determinados períodos. Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. e) Apuração do Resultado: As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do período em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. f) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos: A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social. Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores. Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação. g) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio: Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio. h) Receita de contrato com cliente: A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a Companhia espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente. i) Estruturação de projetos: A prestação de serviços de apoio técnico e consultoria relacionados com avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos "produtos" previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.645	4.967
Aplicações Financeiras (*)	893.620.467	1.294.572.549
Total	**893.622.112**	**1.294.577.516**

(*) Relação das aplicações financeiras em Fundos de Investimento e Depósitos a Prazo (CDB) junto ao Banco de Brasil em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
CPP Projetos	848.809.008	326.716.416
BB REF DI TP FI LP	–	12.845.723
BB TESOURO SP II FI	–	125.504.000
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	44.811.459	36.752.932
FI CPP Linha 4	–	792.753.478
(*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo	**893.620.467**	**1.294.572.549**

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

5. Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Em 25 de junho de 2021, foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo. Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira entre 1° de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023:

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2022	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 31/12/2023
Curto Prazo	22.166.094	(24.086.068)	643.163	17.098.443	15.821.632
Longo Prazo	21.562.841	–	474.498	(17.098.443)	4.938.896
Total da Carteira	**43.728.935**	**(24.086.068)**	**1.117.661**	**–**	**20.760.528**

Neste exercício não estão descontados os encargos financeiros pró-rata incidentes sobre as parcelas vincendas no mês seguinte ao do fechamento do balanço, devido à imaterialidade destes valores.

6. Impostos e Contribuições a Recuperar: Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2023, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a restituir	14.146.377	–
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	–	2.025.458
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	19.877.313	22.457.621
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	17.865.551	17.662.443
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	653.171	–
Outros Valores a Recuperar	1.705	313.737
Total	**52.544.117**	**42.459.259**

7. Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências: A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal n° 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

Descrição	Valor - R$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	**2.512.313**
Atualização monetária	691.891
Saldo Atualizado em 31/12/2023	**3.204.204**

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados. Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual foi constituída a referida provisão à conta de Provisão para Contingências Fiscais no valor total atualizado de R$ 419.984.

8. Garantias Prestadas: Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas: **8.1 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já constituídas:** No período compreendido entre 1° de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, dois fundos de investimento apresentaram movimentação financeira relacionada a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo. A demonstração desta movimentação está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações (R$ Unidade)

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Ref.	Saldo inicial em 01/01/2023	Garantias empenhadas/ (liberadas)	Rendimento	IR fonte	Saldo final em 31/12/2023
Fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	8.1.1	417.008.147	–	53.610.958	(8.118.628)	462.500.477
PPP Habitação Lote 1	8.1.2	50.910.967	13.728.419	7.286.160	(1.118.311)	70.807.235
Contrato Hospital S. José dos Campos	8.1.3	39.673.912	(1.690.209)	4.974.901	(741.077)	42.217.527
Contrato Hospital Sorocaba	8.1.4	48.487.192	(2.065.679)	6.080.040	(905.702)	51.595.851
Contrato Hospital Pérola Byington	8.1.5	48.181.518	6.339.228	6.721.447	(1.056.486)	60.185.707
PPP da RMBS - ônibus + VLT	8.1.6	21.813.269	374.625	2.845.537	(431.851)	24.601.580
Contrato Rodoanel (Norte)	8.1.7	–	374.257.769	3.341.995	–	377.599.764
		626.075.005	**390.944.153**	**84.861.038**	**(12.372.005)**	**1.089.508.141**
Fundo BB RF CPP LP FIC						
Contrato BNDES	8.1.8	65.901.793	–	8.479.837	(1.279.472)	73.102.158
Total de recursos vinculados		**691.976.798**	**390.944.153**	**93.340.875**	**(13.651.527)**	**1.162.610.299**
			Garantias		**IR fonte**	**Soma**
Efeitos financeiros diretos nas contas da Companhia			(390.944.153)		**13.651.527**	(377.292.626)

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, já segregado e contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R$ 1.089.508.141 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 626.075.005 na data de 31 de dezembro de 2022), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: (**8.1.1**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo, do Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 de dezembro de 2013 da secretaria dos Transportes Metropolitanos. (**8.1.2**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo (PPP da **Habitação**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH nº 001/2015 de março de 2015. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação. (**8.1.3, 8.1.4** e **8.1.5**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos **Complexos Hospitalares** (Lote 01: Hospital Estadual de Sorocaba e Lote 02: Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014 da Secretaria de Estado da Saúde, datados de setembro de 2014. (**8.1.6**) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista)**, estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM nº 02/2015, de março de 2015. (**8.1.7**) Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo - SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem - DER, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Via Appia Fip Infraestrutura, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente - Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente no valor de R$ 374.257.769, apresentando saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R$ 377.599.764. O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo: (**8.1.8**) A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, aditivos esses assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

8.2 Garantias Constituídas sob Outras Modalidades: PPP dos Trens da CPTM: Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R$ 130,03 milhões (valor corrigido pela inflação de acordo com o índice IPC-FIPE, na data-base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 - Coral da CPTM. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 8.1 supra**: A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 8.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações pecuniárias mensais, totalizadas em, aproximadamente, R$ 194,7 milhões.

9. Investimentos - Participação Societária: Em 31 de dezembro 2023 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Quant. de ações	31/12/2023
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	835	83.500
Total de Investimentos	**20.835**	**105.038**

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas. Em relação à Companhia Paulista de Securitização - CPSEC destaca-se que a participação da CPP diminuiu durante 2022, face à redução de capital ocorrida em 22 de março de 2022 conforme assembleia geral, com a devolução de R$ 38.200, equivalente a 382 ações.

10. Juros sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 135.923.732 resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**125.117.852**
Obrigações constituídas no período	135.923.732
Pagamentos efetuados no período	(125.117.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**135.923.732**

11. Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre folha de pagamento	262.228	127.262
PIS a recolher	119.710	147.011
COFINS a recolher	736.677	904.685
CSLL a recolher	–	624.444
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	2.656	155
Total	**1.121.271**	**1.803.557**

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, incidentes sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1° de abril de 2015 (com redação repristinada pelo Decreto n° 11.374, de 1° de janeiro de 2023). Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

12. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.539.619.815,19, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.539.619.815 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de cem por cento dessas ações ordinárias nominativas. Ocorreu aumento de capital em dinheiro na data de 13 de dezembro de 2023, integralizado pelo seu único acionista, o Estado de São Paulo, no valor de R$ 30.000.000,00, com aumento de 30.000.000 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. b) Reserva Legal: Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76. c) Reserva de Lucros: São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4° do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias. d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM N° 683/2012, sempre mantendo a disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado. Todavia, foi decidido em assembleia realizada em 26 de abril de 2023, a distribuição total de R$ 169.456.870,60, de competência do exercício de 2022, equivalente a Juros sobre Capital Próprio de R$ 125.117.851,88 e dividendos adicionais de R$ 44.339.018,72. O valor de obrigação gerada para pagamento a título de Juros sobre Capital Próprio em 31 de dezembro de 2023, conforme citado na Nota Explicativa n° 10, é de R$ 135.923.732.

13. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	242.652.655	209.913.255
Outras receitas financeiras	5.729.361	11.468.261
Total de receitas financeiras	**248.382.016**	**221.381.516**
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	6.585	2.392
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	**6.585**	**2.392**
Outras despesas financeiras	(54.526)	(42.482)
Total de despesas financeiras	**(54.526)**	**(42.482)**
Resultado financeiro líquido	**248.334.075**	**221.341.426**

14. Imposto de Renda e Contribuição Social: A seguir, demonstrativo de IRPJ e CSLL para os exercícios relativos a 2023 e 2022:

Demonstração fatos geradores	Resultados em 31/12/2023: Saldos	IRPJ	CSLL	Resultados em 31/12/2022: Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	231.588.513	–		206.031.875	–	–
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	795.473	–		812.434		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	795.473	–		812.434		
Exclusões	(136.210.638)	–		(125.431.891)	–	
(–) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(136.210.638)	–		(125.431.891)		
Subtotal	96.173.348	–		81.412.418		
(–) Compensação de Prejuízo Fiscal	(18.742.293)	(4.685.573)	(1.686.807)	(24.423.726)	(6.105.931)	(2.198.136)
Base de cálculo - resultado fiscal	77.431.055	(19.333.764)	(6.968.794)	56.988.692	(14.223.174)	(5.128.981)
Totais de apuração tributária	**77.431.055**	**(24.019.337)**	**(8.655.601)**	**56.988.692**	**(20.329.105)**	**(7.327.117)**

Quanto ao Resultado de Tributos Correntes sobre Lucro: Em 31 de dezembro de 2023 os totais de tributos correntes incidentes sobre o lucro tributável da Companhia foram de, respectivamente, R$ 19.333.764 (IRPJ) e R$ 6.968.794 (CSLL). Tais valores são superiores aos contabilizados em 31/12/2022, os quais foram de, respectivamente, R$ 14.223.174 (IRPJ) e R$ 5.128.981 (CSLL). O acréscimo em relação ao exercício anterior ocorreu devido ao aumento do resultado tributável em 2023, face ao aumento da taxa Selic (CDI incidente sobre as aplicações financeiras) no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2023, quando comparado ao mesmo período de 2022. **Quanto ao Ativo Fiscal Diferido/ Tributos Diferidos:** Em 31 de dezembro de 2022 o total do ativo diferido fiscal era de R$ 6.372.380 (motivado por Prejuízo Fiscal) e, em função das compensações ocorridas durante 2023, foi realizado integralmente o saldo originário de 31 de dezembro de 2022. **Apuração total de tributos em 2023:** Os valores de R$ 24.019.337 (IRPJ) e de 8.655.601 (CSLL), apresentados em 31 de dezembro de 2023, representam a despesa total dos tributos incidentes sobre o lucro tributável auferido em 2023, cuja somatória encontra-se já explicada nos parágrafos e demonstrada no quadro acima.

15. Honorários de Administradores e Salários: As despesas relacionadas a pessoal estão assim distribuídas em 31 de dezembro de 2023, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal-Chave da Administração		
Honorários de diretoria	1.337.078	837.365
Bônus prêmio eventual - diretoria	394.908	394.908
Honorários de conselho de administração	608.871	406.426
Encargos sociais proporcionais	606.730	426.322
Honorários do Pessoal-Chave da Administração	**2.947.587**	**2.065.021**
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	416.253	270.073
Empregados celetistas e encargos sociais	3.079.694	1.588.966
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	420.088	367.378
Totais	**6.863.622**	**4.291.438**
Alocações para Custos de Contratos em andamento	**(2.363.244)**	**–**
Total de Honorários de administradores e salários	**4.500.378**	**4.291.438**

Pessoal-chave da administração: As remunerações do pessoal-chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados no quadro acima, e corresponderam aos valores acima totalizados de R$ 2.947.587 em 2023 (R$ 2.065.021 em 2022). Os créditos e/ou pagamentos efetuados observaram as disposições contidas nas deliberações CODEC n° 001 de 16/03/2018 e n° 001 de 01/02/2023; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2° da Lei nº 6.404/76. Empregados celetistas e encargos sociais: O aumento no saldo desta rubrica, equivalente a R$ 3.079.694 em 31 de dezembro de 2023, decorreu da contratação de pessoal técnico para a execução dos projetos de estruturação, descritos na nota explicativa n° 18. Na data-base de 31/12/2023 a Companhia conta com 18 empregados, enquanto que em 31/12/2022, apresentando saldo equivalente a R$ 1.588.966, havia 6 empregados. Despesas com prestadores de serviços (benefícios): Além dos gastos com remunerações e respectivos encargos, integram o total deste grupo de despesas aquelas incorridas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 30/09/2023	Correspondente ao: Trimestre atual Out-23	Nov-23	Dez-23	Saldo em 31/12/2023
Segurança e medicina do trabalho	3.820	1.267	180	–	136	1.583
Assistência médica	293.325	202.700	29.758	31.226	34.500	298.184
Vale-refeição	70.233	58.209	33.364	14.149	14.599	120.321
Totais	**367.378**	**262.176**	**63.302**	**45.375**	**49.235**	**420.088**

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e, no caso de fornecimento de vale refeição, as empresas fornecedoras foram: Ticket Serviços S.A. e Valloo Benefícios. Alocações para Custos de Contratos em andamento: O valor de R$ 2.363.244 representa parcela de custos de pessoal próprio da CPP alocado nas contratações de serviços de estruturação de projetos. Este valor foi registrado em conta de ativo circulante, denominada "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento", cujos detalhes encontram-se descritos na Nota Explicativa n° 18.

16. Serviços de Terceiros e Publicação Legal: Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados à Publicação Legal:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 30/09/2023	Correspondente ao: trimestre atual Out-23	Nov-23	Dez-23	Saldo em 31/12/2023
Publicação de matérias legais (DOESP)	34.944	83.384	11.610	2.966	7.028	104.988
preparação e publicação de matérias legais (outros)	21.568	22.752	4.224	480	448	27.904
Total de Publicação legal	**56.512**	**106.136**	**15.834**	**3.446**	**7.476**	**132.892**

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda. Relacionados aos Serviços de Terceiros:

Execuções contratuais	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 30/09/2023	Correspondente ao: trimestre atual Out-23	Nov-23	Dez-23	Saldo em 31/12/2023
Escrituração contábil e fiscal	248.584	199.314	22.146	24.578	22.146	268.184
Processo eletrônico(arquivos digitais)	–	9	3	3	3	18
Informática (Plataforma Gerenciamento)	–	4.399	–	–	8.799	13.198
Auditoria independente	35.910	26.240	–	–	–	26.240
Consultoria jurídica	50.000	–	–	–	43.200	43.200
Cobrança da carteira de recebíveis	9.999	–	–	–	–	–
Agente de garantias	131.388	–	–	–	–	–
Seguro de responsabilidade civil D&O	150.000	112.500	12.500	12.500	12.500	150.000
Total de Serviços de terceiros	**625.881**	**342.462**	**34.649**	**37.081**	**86.648**	**500.840**

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante o período de 2023 foram respectivamente: Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Processo eletrônico - arquivos digitais e Informática - Plataforma gerenciamento (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP); Auditoria Independente (Taticca Auditores Independentes S.S); Consultoria jurídica (Vella Pugliesi Buosi Guidoni Advogados); Seguro de responsabilidade civil D&O (Berkley International do Brasil Seguros S.A.).

continua→★

→★ continuação

China dá sinais de recuperação, mas cenário pede cautela

Bancos como Goldman Sachs e UBS estimam que país deve crescer 5% neste ano; PIB do trimestre sai na terça

Nelson de Sá

PEQUIM Sinais de recuperação da economia chinesa neste início de ano levaram alguns dos principais bancos ocidentais, como Citi, Goldman Sachs e Morgan Stanley, a elevar suas previsões para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2024, nas duas últimas semanas.

Na sexta (12), o UBS se juntou ao movimento.

Citi, Goldman e UBS chegaram aos 5% ou "cerca de 5%" projetados pelo próprio regime chinês como meta para o ano. Morgan Stanley, que estava em 4,2%, fala agora em 4,8%. Dois dados em especial são citados pelas instituições para as novas apostas.

O índice de atividade industrial da Caixin, a principal publicação financeira na China, chegou em março ao quinto mês seguido de expansão. Segundo nota do Goldman Sachs, "sugere que a economia chinesa bateu no fundo no final de 2023 e está subindo".

O outro dado foi o fim de semana prolongado de três dias, na semana passada, o chamado festival Qingming, que registrou gastos maiores dos consumidores chineses do que os realizados antes da pandemia, no mesmo evento.

Visitantes de feira internacional de consumo em Haikou, na província chinesa de Hainan Yang Guanyu - 13.abr.2024/Xinhua

A AMRO, organização internacional de apoio macroeconômico aos governos do Sudeste Asiático e aliados, foi mais longe e cravou 5,3%, projetando a estabilização do setor imobiliário chinês, com efeitos expansivos sobre toda a economia regional.

Uma indicação mais firme sobre o que esperar da economia da China neste ano deve vir na próxima terça (16), quando Pequim anuncia o PIB do primeiro trimestre.

Um banco que vem evitando entrar na revisão das últimas duas semanas é o brasileiro Bradesco.

Fabiana D'Atri, economista do Bradesco Asset Management, estava em Pequim até duas semanas atrás e sugere cautela.

"Há sinais de retomada do lado da oferta, mas o lado da demanda ainda tem espaço para melhorar", diz. "Temos uma projeção de crescimento do PIB de 4,7%, o que embute a expectativa de leve aceleração ao longo deste ano, assumindo que essa divergência entre oferta e demanda continuará presente."

Sobre os números do feriado, diz que "o consumo vem se recuperando lentamente, mas há ainda muita cautela por parte das famílias".

Cita as taxas de confiança "em patamares muito baixos, em grande medida refletindo o ajuste ainda em curso do setor imobiliário".

Ela não acompanha o otimismo da AMRO para o setor. "Nosso cenário é de que ele se estabilizará neste ano e voltará a crescer gradualmente em 2025, considerando tanto vendas como lançamento de imóveis residenciais. O ajuste do setor imobiliário levará muito tempo."

Questionada sobre eventuais efeitos da campanha eleitoral americana e de ameaças militares no Mar do Sul da China, D'Atri avalia que o ambiente geopolítico pode trazer ruído e incertezas.

"O risco de aumento de tarifas, bem como o aumento de medidas protecionistas, não deve ser descartado", afirma ela.

A AMRO também vê a "fragmentação geoeconômica" como risco crescente. Questionado, Michael Pettis, professor de finanças da Universidade de Pequim, avalia que, "se houver conflitos comerciais, será particularmente difícil para a China alcançar a meta de crescimento" de cerca de 5%.

"Mas ainda é muito cedo para dizer", acrescenta Pettis. "As coisas no início do ano estão melhores do que o esperado, mas ainda não muito. E o primeiro trimestre é sempre complicado por causa [da semana de férias] do ano novo chinês, que distorce a informação."

Ele sugere esperar mais um mês, até os dados de abril, para se ter uma ideia mais clara do que será 2024 na economia chinesa.

Sinais de recuperação elevam projeções para crescimento da China

Pela primeira vez, gastos dos chineses em feriado de abril supera nível pré-pandemia

453 yuans por viagem → 1,1% acima de 2019

Fonte: Ministério da Cultura e Turismo da China

Pelo quinto mês consecutivo, setor industrial chinês cresce em março

Fontes: Caixin, S&P Global

Bancos aumentam previsão de crescimento chinês em 2024

	De	Para
Goldman Sachs	4,8%	5%
Citi	4,6%	5%
Morgan Stanley	4,2%	4,8%

E **AMRO**, de Singapura, projeta crescimento superior ao do ano passado: 5,3%

folhainvest

Bitcoin pode valorizar mais com o próximo 'halving'

Processo de cortar mineração pela metade, que acontece a cada quatro anos, está previsto para 19 de abril

Júlia Moura

SÃO PAULO Na noite do próximo 19 de abril, a mineração de bitcoin está prevista para cair pela metade. O fenômeno, conhecido como "halving" (dividir em duas partes iguais, em inglês), acontece a cada quatro anos, aproximadamente. Isso significa que a oferta da criptomoeda tende a diminuir, o que pode elevar o seu valor. Na última sexta-feira (12), ela estava cotada a US$ 67,7 mil (R$ 347,25 mil).

Tal mecanismo foi desenhado na concepção da moeda digital, que surgiu em 2009. Para preservar o valor do bitcoin, a cada quatro anos, ou a cada 210 mil blocos minerados, a remuneração para a validação de transações com bitcoin na rede blockchain cai pela metade.

"Isso acontece porque o algoritmo [do bitcoin] foi construído para funcionar dessa forma, como moeda finita, em 21 milhões [de bitcoins]", afirma Fabrício Tota, diretor da Mercado Bitcoin.

Hoje, validar um bloco (cerca de 2,2 mil transações) gera uma recompensa de 6,25 bitcoins. Após o halving, esse pagamento cairá para 3,125 bitcoins. Assim, menos criptomoedas serão geradas a cada mineração. No início, esse ganho era de 50 bitcoins por bloco minerado.

Minerar bitcoins, porém, não é simples. É necessário ter uma rede de computadores muito potente, pela demanda computacional exigida. Em média, são minerados um bloco, no mundo todo, a cada dez minutos.

"Esse processo é muito intensivo no consumo de energia e de dados, e ele precisa ser feito em um ambiente com temperatura controlada porque os computadores geram muito calor. Então, por essas condições, não é tão fácil tornar a mineração das criptos algo rentável", diz Julián Colombo, diretor de políticas públicas da Bitso para a América Latina.

Para manter o ritmo de mineração constante, o algoritmo do bitcoin promove automaticamente, a cada duas semanas, um ajuste na dificuldade de validação das operações, para mais ou para menos. Há dez anos, porém, a complexidade da mineração era tão baixa que era possível fazê-la por meio de smartphones.

Segundo Tota, do Mercado Bitcoin, por conta da expansão do mercado, que já conta com 19,7 milhões de bitcoins em circulação, cada halving tende a ter um impacto menor no preço da moeda.

"Vamos ter uma valorização substancial, mas dificilmente a gente deve chegar aos 500% [como no último halving]", diz Tota.

O terceiro e último halving aconteceu em 11 de maio de 2020. Um ano após essa redução na oferta, o bitcoin se valorizou 500%, muito em função do cenário macroeconômico global, diz o especialista. À época, as taxas básicas de juros estavam sendo reduzidas e os bancos centrais injetavam dinheiro no sistema financeiro para reduzir os efeitos negativos do lockdown na economia. Essas medidas deram fôlego a instrumentos de renda variável, como as criptomoedas.

Emissões de bitcoin devem cair pela metade neste mês

Preço de 1 bitcoin*
Em US$

Volume mensal transacionado*
Em US$ bilhões

*Até 11 de abril
Fonte: Mercado Bitcoin e CoinMarketCap

> Vamos ter uma valorização substancial, mas dificilmente a gente deve chegar aos 500% [como no último halving]
>
> **Fabrício Tota**
> diretor da Mercado Bitcoin

No halving anterior, em 2016, a variação do bitcoin no ano que se seguiu foi de 280% e, em 2012, no primeiro, de 7.300%. De acordo com Tota, o que impulsionou a forte valorização de 2012 foi a criação das primeiras exchanges, que são as Bolsas de Valores de criptoativos, e não necessariamente o halving. "Ficou mais simples conseguir novos bitcoins, foi mais uma barreira que se quebrou", diz.

Segundo ele, agora também há outros fatores que tendem a beneficiar mais o bitcoin do que a queda na emissão. Eles são a expectativa pela queda na taxa básica de juros dos Estados Unidos a partir de junho, o que tende a beneficiar ativos de renda variável como um todo, e a criação de ETFs (fundos de índice) nos EUA, após uma aguardada aprovação da SEC (órgão regulador do mercado americano), em janeiro.

"Foi uma barreira que caiu para a entrada das grandes fortunas e dos grandes gestores. Os fatores que impactam a demanda são mais relevantes que o halving, que impacta na oferta", diz Tota.

Para Colombo, da Bitso, todas as criptomoedas devem se beneficiar deste cenário, inclusive do halving de bitcoin. "Por ser a primeira e mais valiosa moeda digital, o bitcoin é como um termômetro da saúde do sistema cripto em geral. A correlação não é perfeita, mas existe", afirma.

A maioria das criptomoedas, porém, não tem um limite de emissão, como o bitcoin. Negociado na plataforma ethereum, o ether, segunda principal moeda digital, é uma delas. Outra diferença é que seu custo por transação gira em torno de US$ 1, enquanto a do bitcoin está em US$ 30.

Por serem distintas, os seus usos também são diferentes, diz Colombo. Enquanto o bitcoin é um investimento especulativo, o ether é efetivamente usado para transações comerciais.

"Muitas pessoas têm bitcoin para investir e pagar a universidade dos seus filhos, comprar uma casa, e os ethereum são usados diariamente, seja para comprar NFTs ou para fazer pagamentos transfronteiriços."

B3 terá contrato futuro de bitcoin; veja como investir

É possível comprar bitcoins e outras criptomoedas, via ether, via exchanges (Bolsas de criptomoedas) ou indiretamente via fundos, como os ETFs (fundos de índice), que são listados na Bolsa de Valores da mesma forma que ações.

No próximo dia 17, passa a haver mais uma maneira de se investir em bitcoin. Nesta data, estreia o contrato futuro de bitcoin (BIT) da B3, a Bolsa de Valores brasileira.

A B3 já possui 14 ETFs e BDRs de ETFs relacionados ao mercado de criptomoedas disponíveis para negociação dos investidores, e o Futuro de Bitcoin é mais uma alternativa de produto que permite aos investidores, via instrumento derivativo, a proteção da oscilação de preços.

Ele funcionará da mesma maneira que os contratos futuros de dólar e de Ibovespa. Na prática é um compromisso de compra futura por um determinado preço. Se na data acordada o ativo estiver mais caro que o combinado no contrato, o investidor lucra. Caso contrário, ele tem prejuízo.

"Contratos futuros existem por uma questão de proteção ou por especulação. Hoje, as criptos não são regulamentadas no Brasil, então esse é um mercado mais seguro que as exchanges, haja vista o caso FTX, pois a B3 oferece um ambiente regulado e transparente", diz André Schierz, diretor da Nova Futura Investimentos.

O contrato futuro de bitcoin da B3 utilizará o índice Nasdaq Bitcoin Reference Price (NQBTC) como referência, e cada contrato será o equivalente a 0,1 bitcoin, ou seja, 10% do valor da criptomoeda em reais. O vencimento dos contratos será sempre na última sexta-feira do mês.

Nesse tipo de contrato, a liquidação será exclusivamente financeira, ou seja, não há compra e venda de criptomoedas —os resultados financeiros das negociações ocorrem sobre a variação de preço da Bitcoin.

Para adquirir o futuro de bitcoin, será necessário ter na conta da corretora no mínimo de R$ 100 por contrato, como caução.

Outro ponto de atenção é a necessidade de liquidar os contratos no seu vencimento. Os investidores que não zerarem suas posições até o final do pregão, deverão depositar o equivalente a 50% do valor do contrato.

Importação de criptoativos no Brasil segue em alta e dobra no primeiro bimestre de 2024

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A importação de criptoativos —ativos virtuais que incluem criptomoedas como o bitcoin, que voltou a disparar em 2024— segue em forte alta no Brasil e mais do que dobrou no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo dados do Banco Central, houve um salto de US$ 1,396 bilhão no acumulado de janeiro e fevereiro de 2023 para US$ 2,938 bilhões na soma dos dois primeiros meses deste ano —crescimento de 110,31% nesse intervalo.

A importação dos criptoativos reflete o fluxo desses ativos digitais entre um não residente (vendedor) para um residente (comprador) no Brasil, e as transações comerciais são medidas pela autoridade monetária por meio de contratos de câmbio.

Conforme metodologia do BC, essa classificação do balanço de pagamentos não engloba stablecoins —ativos digitais com paridade em outro ativo, commodity ou moeda, por exemplo, para os quais há um emissor— e moedas digitais emitidas por bancos centrais.

Em 2023, os brasileiros importaram o recorde de US$ 12,3 bilhões em ativos virtuais, ultrapassando com folga a marca de US$ 7,5 bilhões do ano anterior, um avanço anual de 64,2%.

Enquanto os valores de importação registrados no fluxo de criptoativos no balanço de pagamentos são significativos, os de exportações são baixos (US$ 146 milhões no primeiro bimestre do ano).

A relativa ausência de exportação deve-se ao alto custo de eletricidade no país, o que inibe a mineração de criptomoedas. Dados do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicam que 80% da mineração mundial de bitcoin ocorre em apenas quatro países — China, Geórgia, Suécia e EUA.

Segundo o chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, um estudo com base nas informações que estão no campo livre do contrato de câmbio verificou haver uma predominância de bitcoins nas operações, embora não haja uma definição precisa do tipo de moeda encontrada.

"Como bitcoin não tem peg [mecanismo de atrelamento] com nenhum outro ativo, as razões [de crescimento] podem ser ou especulativas ou para investimentos. Quando a gente olha preços do bitcoin, está tendo uma recuperação recente, isso pode ser uma razão para esses investimentos", diz.

Bancos gringos dão munição para Lula na Vale

Analistas rebaixaram recomendações sobre ações da empresa, e governo ganha argumento para intervir

Marcos de Vasconcellos
Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

O governo petista acaba de ganhar mais munição para brigar por mudanças na direção da Vale. Dois gigantes internacionais decidiram, na última semana, rebaixar suas recomendações em relação às ações da empresa: Bank of America (BofA) e UBS.

Ambos os bancos recomendavam a compra dos papéis VALE3, mas, nos últimos dias, ajustaram os ponteiros para "neutro", o que significa que não veem mais boas chances de crescimento.

Esses relatórios são o tipo de coisa que chega nas mãos de quem realmente muda o preço de ações de gigantes como a mineradora —e a pontuação do Ibovespa—: grandes fundos de investimento internacionais.

Não à toa, os papéis, que haviam subido 5,45% na segunda-feira (8), seguindo a alta dos preços do minério de ferro, desabaram nos dias seguintes, com a divulgação das novas recomendações.

Na sexta-feira (12), eram novamente negociadas na casa dos R$ 62, justamente o preço-alvo definido pelo último relatório do BofA. Ou seja, para o banco, daí não passa.

Os analistas que assinam o documento apontam que o minério de ferro parece longe de recuperar bons preços; que a Vale deverá aumentar suas provisões para pagar a conta do desastre da Samarco, reduzindo o pagamento de dividendos; e há muitas incertezas sobre quem será seu próximo CEO.

Ter os gringos apontando que o trem da Vale estacionou pode virar um prato cheio para o governo federal, que enfrentou forte resistência ao tentar colocar o ex-ministro da Fazenda petista Guido Mantega no comando da gigante.

Em meio à queda de braço com os conselheiros da empresa, o presidente Lula resolveu escancarar problemas da Vale em rede nacional. Acusou a empresa de ter minas não exploradas há mais de 30 anos e arrematou que "a Vale não pode ter o monopólio", dando a entender que o governo cogita incentivar concorrentes. Entre outras coisas, que já abordamos aqui.

A briga escalou e fez a mudança na chefia ser adiada para o fim do ano. Agora, o PT tem documentos produzidos pelo próprio mercado financeiro para argumentar que a receita seguida até hoje não fará a Vale voltar a andar. Não pode ignorar, entretanto, que ninguém tem essa fórmula milagrosa em mãos.

Uma simples espiada nos gráficos de cotações deixam claro que, independentemente de rompimentos de barragens (como as tragédias de Brumadinho e Mariana), trocas de presidente ou entrevistas inflamadas, o preço das ações da Vale dança a música do preço do minério de ferro. E ele acumula uma queda de 23% neste ano e um tombo de quase 40% nos últimos três anos. Commodities vivem de ciclos, como é sabido.

A mudança na chefia esperada para o fim do ano pode ser uma oportunidade de ouro para apresentar um plano claro para a Vale se desvencilhar dos fantasmas do passado e se descolar da simples variação do preço do minério. Até lá, dificilmente alguém vai achar uma boa ideia investir na velha mineradora.

Compass Um Participações S.A.

CNPJ: 43.824.335/0001-37

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

Relatório da Administração

São Paulo, 11 de abril de 2024, a Compass Um Participações S.A., divulga seus resultados referentes ao ano de 2023. **Sobre a Compass UM:** Compass Um Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. Encerramos o ano de 2023 com sólidos resultados advindos de nossa subsidiária Sulgás, totalizando um lucro líquido de R$ 40,8 milhões. Também através da Sulgás, nossos investimentos em infraestrutura de concessão totalizaram R$ 68,1 milhões, resultado do nosso compromisso com o desenvolvimento do mercado de gás.

Balanços Patrimoniais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	108.777	38.242
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.118	613
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8.1b	19.608	22.293
Ativo circulante		**130.503**	**61.148**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.295	2.949
Investimento em subsidiária	8.1a	899.078	934.404
Ativo não circulante		**901.373**	**937.353**
Total do ativo		**1.031.876**	**998.501**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.713	859
Outros tributos a pagar		347	317
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	877	362
Pagáveis a partes relacionadas	9	–	8.664
Outras contas a pagar		263	–
Passivo circulante		**3.200**	**10.202**
Total do passivo		**3.200**	**10.202**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		957.000	957.000
Reservas de lucros		71.676	31.299
Total do patrimônio líquido		**1.028.676**	**988.299**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.031.876**	**998.501**

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	12	(551)	(63)
Resultado Operacional		**(551)**	**(63)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**(551)**	**(63)**
Equivalência patrimonial em subsidiárias	8.1	39.727	39.013
Resultado de equivalência patrimonial		**39.727**	**39.013**
Despesas financeiras		(544)	(349)
Receitas financeiras		4.627	758
Resultado financeiro líquido	13	**4.083**	**409**
Resultado antes do IR e CS		**43.259**	**39.359**
Imposto de renda e contribuição social	10		
Corrente		(1.713)	(859)
Diferido		(654)	(379)
		(2.367)	**(1.238)**
Resultado líquido do exercício		**40.892**	**38.121**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**40.892**	**38.121**
Resultado abrangente do exercício	**40.892**	**38.121**

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Veja a nota 6 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **8. Investimento em subsidiária: Política contábil: Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. **8.1. Investimento em subsidiária:** A subsidiária da Companhia está listada abaixo:

Participações diretas em subsidiárias	31/12/2023	31/12/2022
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	51,00%

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do IR e CS		43.259	39.359
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial em subsidiária	8.1	(39.727)	(39.013)
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		543	348
		4.075	**694**
Variação em:			
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(2.354)	(137)
Partes relacionadas, líquidas		(8.664)	(1.123)
Outros ativos e passivos, líquidos		265	(3)
		(10.753)	**(1.263)**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(6.678)**	**(569)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	8.2	–	(955.244)
Dividendos recebidos de subsidiárias	8.1b	77.213	37.055
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**77.213**	**(918.189)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		**70.535**	**(918.758)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**38.242**	**957.000**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**108.777**	**38.242**
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.019)	(108)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**957.000**	**1.906**	**29.393**	–	**988.299**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	40.892	40.892
Total de outros resultados abrangentes		–	–	–	**40.892**	**40.892**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Dividendos mínimos obrigatórios	11.b	–	–	–	(515)	(515)
Constituição de reserva legal		–	2.045	–	(2.045)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	38.332	(38.332)	–
Total de contribuições e distribuições		–	**2.045**	**38.332**	**(40.892)**	**(515)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**957.000**	**3.951**	**67.725**	–	**1.028.676**

	Nota	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**957.000**	–	–	**(6.460)**	**950.540**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	38.121	38.121
Total de outros resultados abrangentes		–	–	–	**38.121**	**38.121**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Dividendos mínimos obrigatórios	11.b	–	–	–	(362)	(362)
Constituição reserva legal		–	1.906	–	(1.906)	–
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	29.393	(29.393)	–
Total de contribuições e distribuições		–	**1.906**	**29.393**	**(31.661)**	**(362)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**957.000**	**1.906**	**29.393**	–	**988.299**

A seguir está o investimento em subsidiária em 31 de dezembro de 2023, que é relevante para a Companhia: **a) Controladora:** Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	934.404	39.727	(75.053)	899.078	19.608
Total	**934.404**	**39.727**	**(75.053)**	**899.078**	**19.608**

	Saldo em 31/12/2021	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos declarados	Combinação de negócios (i)	Saldo em 31/12/2022	Dividendos a receber
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	–	39.013	(59.853)	955.244	934.404	22.293
Total	–	**39.013**	**(59.853)**	**955.244**	**934.404**	**22.293**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Compass Um Participações S.A. ("Compass Um" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de outubro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. A Companhia tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. **1.1 Impactos dos conflitos internacionais:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia , assim como os recentes acontecimentos no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais. **2. Declaração de conformidade:** Estas informações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das demonstrações consolidadas é facultativa, pois a Companhia está em conformidade com CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, assim como, IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, parágrafo 4(A) e seus desdobramentos. Dessa forma, a Companhia apresentou somente as demonstrações financeiras individuais. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 11 de abril de 2024. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 8.2** - Aquisição de subsidiárias; • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social. **4. Normas contábeis - 4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia: Norma aplicável** - **Principais requisitos ou mudanças na política contábil - Impacto:** Alterações à IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente) - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121 - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 12/CPC 32 -Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras; Alterações à CPC 50/IFRS 17, Contratos de Seguro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros. - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras; Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4. A referente a nova regra tributária Pilar Dois Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição -A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras. **4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil:** Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback;* Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024; "Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "*covenants*"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda *decision* por parte do IFRIC; Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - "As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor." Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui caixa e equivalentes de caixa e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

Ativos	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	108.777	38.242
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8.1b	19.608	22.293
Total		**128.385**	**60.535**
Passivos			
Custo amortizado			
Pagáveis a partes relacionadas	9	–	(8.664)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	(877)	(362)
Total		**(877)**	**(9.026)**

6. Gestão de risco financeiro: **Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. **(i) Risco da taxa de juros:** A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas as suas aplicações de caixa e equivalentes de caixa. Abaixo apresentamos uma análise de sensibilidade sobre o impacto das taxas de juros na rubrica de caixa e equivalentes de caixa:

		Cenários			
Exposição taxa de juros	**Provável**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	10.852	13.565	16.278	8.139	5.426

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

		Cenários			
	Provável	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%

b) Risco de crédito: A Companhia realiza suas transações com grau mínimo de risco. No entanto, continua sujeitas a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam comprometer suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	108.777	38.242
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	19.608	22.293
Total	**128.385**	**60.535**

A Companhia está expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	108.777	38.242

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023 Até 1 ano	31/12/2022 Total
Pagáveis a partes relacionadas	–	(8.664)
Dividendos a pagar	(877)	(362)
Total	**(877)**	**(9.026)**

7. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	73	111
Aplicações financeiras	108.704	38.131
	108.777	**38.242**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	34.163	–
Certificado de depósitos bancários - CDB	74.541	38.131
	108.704	**38.131**
	108.704	**38.131**

(i) Para maiores informações, vide nota 8.2. A seguir, um resumo das informações financeiras da controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Saldo em 31/12/2023			
	Ativos	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	708.072	(488.316)	219.756	153.788
	Saldo em 31/12/2022			
	Ativos	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	693.088	(479.958)	213.130	152.389

b) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

Saldo em 31/12/2021	–
Dividendos propostos	56.484
Juros sobre capital próprio proposto	3.369
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(505)
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(37.055)
Saldo em 31/12/2022	**22.293**
Dividendos propostos	74.921
Juros sobre capital próprio proposto	132
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(525)
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(77.213)
Saldo em 31/12/2023	**19.608**

8.2. Aquisição de subsidiária: Política contábil: Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; ou ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. **Mensuração dos valores justos:** Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. **a) Sulgás:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição da subsidiária Sulgás. Na tabela abaixo demonstramos, a contraprestação paga e a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das aquisições.

	31/12/2022 Sulgás
Contraprestação transferida	955.244
(-) Dividendos a receber	(9.265)
	945.979
Valores reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	73.298
Contas a receber de clientes (i)	90.828
Estoques	7.274
Direito de uso	3.786
Ativo de contrato	25.958
Intangível	2.749.893
Outros créditos	142.180
Fornecedores	(107.833)
Arrendamentos	(3.940)
Impostos a pagar	(14.647)
IR e CS diferido	(871.183)
Provisão para contingências (ii)	(10.551)
Passivo setorial	(117.881)
Dividendos a pagar	(104.048)
Outros obrigações	(8.272)
Participação de acionistas não controladores	(908.883)
Ativos líquidos e adquiridos	**945.979**

(i) O valor líquido de contas a receber de clientes é de R$ 90.828 (R$ 23.249 de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber). O valor bruto das contas a receber de clientes é de R$ 114.077, os quais se espera que sejam recebidos integralmente. (ii) A Companhia realizou uma avaliação dos processos passivos da adquirida junto ao jurídico interno, onde, foram identificados processos com probabilidade de perda possível de natureza cível, trabalhista, tributário e administrativo no montante de R$ 9.245 a subsidiária Sulgás, os quais foram reconhecidos como passivos contingentes, conforme requerido no CPC 15. Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás") de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul pelo montante de R$ 945.979, pago em caixa, que incluiu a antecipação de dividendos de R$9.264. A Sulgás está localizada na cidade de Porto Alegre, e tem como principal atividade a distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio Grande do Sul e opera com exclusividade esse serviço por meio do modelo de concessão com vigência até abril de 2044. Sua rede de distribuição totaliza aproximadamente 1,4 mil km, atendendo a mais de 78 mil clientes em 41 munícipios, com volume distribuído de 1,5 milhão m^3/dia. Na avaliação realizada pela Companhia, foram avaliados a valor justo os ativos e passivos adquiridos, e a diferença entre o valor justo desses ativos e passivos e o valor pago foi alocado como direito de concessão para distribuição de gás. O valor justo do intangível de R$ 2.749.893 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R$ 2.582.077, apurado com base no contrato de concessão existente entre a Sulgás e poder concedente. O período de concessão é de 50 anos a partir da data contratada (19 de abril de 1994 a 18 de abril de 2044). A participação de não controladores na Sulgás foi mensurada de acordo com a parcela proporcional de participação nos ativos líquidos identificáveis. Os custos de aquisição da subsidiária Sulgás foram de R$ 9.839. Os gastos referem-se principalmente a consultorias jurídicas, contábeis e tributárias. A Administração para fins de procedimentos anuais reavaliou os fatores da combinação de negócios e fez alterações em estimativas inicialmente utilizadas. **9. Partes relacionadas: Política contábil:** As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas, adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovadas em comitê de partes relacionadas.

a) Contas a pagar com partes relacionadas:	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Compass Gás e Energia S.A.	–	8.664
Total	–	**8.664**
b) Transações com partes relacionadas:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas (despesas) compartilhadas		
Compass Gás e Energia S.A.	–	1.124
Total	–	**1.124**

10. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	43.259	39.359
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(14.708)**	**(13.382)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	13.507	13.265
Juros sobre capital próprio	(1.190)	(1.145)
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**(2.367)**	**(1.238)**
Taxa efetiva - %	**-5,47%**	**-3,15%**

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	1.621	2.169
Base negativa de contribuição social	584	780
Diferenças temporárias:		
Provisões diversas	90	–
Total	**2.295**	**2.949**

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Dentro de 1 ano	2.295	–
1 a 2 anos	–	2.949
Total	**2.295**	**2.949**

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Total
Saldo em 31/12/2021	**3.328**	–	**3.328**
Impacto no resultado do exercício	(379)	–	(379)
Saldo em 31/12/2022	**2.949**	–	**2.949**
Impacto no resultado do exercício	(744)	90	(654)
Saldo em 31/12/2023	**2.205**	**90**	**2.295**

11. Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 10 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei nº 6.404. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **a) Capital social:** O capital subscrito da Companhia é de R$ 957.000, inteiramente integralizado, representando por 957.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	Quantidade de ações em 31/12/2023 e 31/12/2022			
Acionistas	**ON**	**%**	**Total**	**%**
Compass Gás e Energia S.A.	957.000	100,00	957.000	100,00
Total	**957.000**	**100,00**	**957.000**	**100,00**

b) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31/12/2021	–
Dividendos propostos do exercício	362
Saldo em 31/12/2022	**362**
Dividendos propostos do exercício	515
Saldo em 31/12/2023	**877**

12. Despesas por natureza: Política contábil: As despesas compreendem gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	(542)	(43)
Outras despesas	(9)	(20)
	(551)	**(63)**
Gerais e administrativas	(551)	(63)
	(551)	**(63)**

13. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e impostos incidentes sobre as receitas financeiras). Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	4.627	758
	4.627	**758**
Custo da dívida, líquida	**4.627**	**758**
Outros encargos e variações monetárias		
Impostos sobre aplicação financeira	(539)	(347)
Juros sobre outras obrigações	(4)	(2)
Despesas bancárias e outros	(1)	—
	(544)	**(349)**
Resultado financeiro, líquido	**4.083**	**409**
Reconciliação		
Despesas financeiras	(544)	(349)
Receitas financeiras	4.627	758
Resultado financeiro, líquido	**4.083**	**409**

Diretoria Executiva

Antônio Simões Rodrigues Júnior - Diretor Presidente
Frederico Suano Pacheco de Araujo - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Antônio Simões Rodrigues Junior - Presidente do Conselho de Administração
Ricardo Nogueira Dias - Conselheiro
Renato Aparecido Fontalva - Conselheiro

Contadora

Renata Pavanelli Chaves
Contadora - CRC 1SP283861/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Compass Um Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da Compass Um Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Compass Um Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** Os valores correspondentes relacionados às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, em 06 de abril de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2024

BDO
BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Rafael Schmidt da Silva
Contador - CRC 1 SP 258652/O-3

SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA-SIMDE

CNPJ 73.873.002/0001-69

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos as Associadas do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa - SIMDE, a participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às 9h, em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação, a ser realizada em formato híbrido, presencialmente na FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sito à Avenida Paulista, 1313, Bela Vista, São Paulo/SP e via vídeo conferência pela plataforma zoom (Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020) com a seguinte pauta: 1. Deliberar sobre relatório anual de contas da Entidade e respectivo parecer do Conselho Fiscal; 2. Outros assuntos.

Carlos Erane de Aguiar, Diretor-Presidente. São Paulo, 15 de abril de 2024.

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE — megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12,** promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Salto-SP. Jardim Nair Maria. Rua Luiz Castelari, nº 103 - Lt. 40 da Qd. 22. CASA. Áreas totais: terr. 180,00m² e constr. 64,18m². Matr. 32.190 do RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 374.429,17. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 112.200,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

SINTHORESP - Edital - Código Sindical: 915.020.818.86238-5 - Aviso às Empresas: Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares (Estabelecimentos de hospedagem em geral, inclusive pensões, alimentação preparada, bebidas a varejo, buffets e assemelhados). As empresas da categoria econômica acima, localizadas nos municípios de: São Paulo, Osasco, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Atibaia, Barueri, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Arujá, Caieiras, Cabreúva, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Salesópolis, Santana do Parnaíba, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, deverão descontar dos salários de seus empregados relativos ao mês de março, a favor deste sindicato, na forma do artigo 578 e seguintes da CLT, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL equivalente a um dia do salário, acrescido das gorjetas (art. 457 §3º). As empresas que exerçam dupla atividade, como é o caso das PANIFICADORAS, ETC, deverão proceder o desconto a favor do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, da contribuição dos empregados da parte comercial do estabelecimento, na forma do art. 581 § 1º, da CLT. São Paulo, 13 de abril de 2024. **Francisco Calasans Lacerda -** Presidente.

CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação da prestação de serviços médicos para a especialidade de CIRURGIA GERAL, direcionados ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br

Telefone: (27) 3016-4031

Data limite para recebimento das propostas: às 09:00h do dia 20/04/2024

Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

RESIDENCIAL GÊNESIS I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Associados Fundadores e Titulares da **Associação Gênesis I** a reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária,** no dia **23 de abril de 2024,** às 19h30 em primeira convocação com metade mais um eem segunda convocação às 20h, com qualquer número de Associados, no **Centro de Convivência da Associação,** localizado na Avenida Gemini, 1.670-Alphaville - Santana de Parnaíba/SP, a qual obedecerá à seguinte **Ordem do Dia:**

1. Apresentação do Parecer da Auditoria Independente - Exercicio 2023;

II. Aprovação das Contas - Exercício 2023.

As regras sobre votação encontram-se reguladas no Artigo 15 do Estatuto Social Associação Gênesis I.

Santana de Parnaíba, 08 de abril 2024,

Ricardo dos Santos Mattos

Presidente do Conselho de A ministração

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10168374800, firmado em 21/10/2021, no qual figuram como Fiduciantes **ERIS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, porteiro noturno, RG nº 32.207.673-0-SSP/SP, CPF/MF nº 294.027.098-86, e sua companheira **CIBELE AUGUSTA ALEXANDRE**, brasileira, solteira, maior, atendente, RG nº 43.790.525-1-SSP/SP, CPF nº 050.045.984-36 conviventes em união estável, residentes e domiciliados em Guarujá/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de Abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.011,75 (Duzentos e cinquenta e oito mil, onze reais e setenta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **APARTAMENTO 33, localizado no 3º andar ou 4º pavimento do EDIFÍCIO ANA MARIA, situado à Rua Coronel Montenegro nº 450, na cidade e comarca do Guarujá, com a área construída de 88,960 m², área comum de 37,494 m², no total de 126,454 m², e uma fração ideal de 8,927867% do todo do terreno, confrontando na frente com a Rua Coronel Montenegro, confrontando à direita de quem da rua olha para o imóvel com recuo lateral direito do edifício, à esquerda com a unidade de nº 32, e nos fundos com a área de circulação do andar, encerrando a área construída já citada. Edifício esse construído no lote 05, da quadra 31. Matrícula nº 2.717 do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 183.334,24 (Cento e oitenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE — RODOBENS CONSÓRCIO

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição dos Imóveis: APARTAMENTO nº 605**, localizado no sexto pavimento tipo do **EDIFÍCIO CÓRDOBA – BLOCO A**, integrante do **RESIDENCIAL CÓRDOBA E SEVILHA**, situado na Rua Michel Alca, nº 61, esquina com a Avenida Presidente Castelo Branco, no loteamento Parque Acapulco, nesta cidade, com uma área útil de 70,740 m², área comum de 31,0143 m², área total de 101,7543 m², e a fração ideal no terreno e nas demais coisas de uso comum equivalente a 0,61509% do todo, confrontando pela frente, por onde tem sua entrada, em linhas quebradas, com o hall de circulação do pavimento, dutos e com o apartamento número 604, do lado direito com o apartamento número 606, do lado esquerdo com a área de recuo lateral do edifício, fronteiriça a Avenida Presidente Castelo Branco, e nos fundos com a área de recuo dos fundos do edifício, cabendo-lhe o direito ao uso de **uma vaga na garagem**, pela ordem de chegada. Matrícula nº 145.756 do Registro de Imóveis de Praia Grande/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 273.533,33. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 304.001,71.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

VEGAS LEILÕES — SICOOB Credimogiana — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS

Leilão online - WWW.VEGASLEILOES.COM.BR

1º Leilão – 26/04/2024 às 15h / 2º Leilão – 29/04/2024 às 15h (DF)

Hugo Alexandre Pedro Alem, Leiloeiro Oficial, Jucesp 935, autorizado por **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA – SICOOB CREDIMOGIANA** – CNPJ 69.346.856/0001-10, venderá em 1º ou 2º Público Leilões na modalidade online, na forma da Lei 9.514/97, o(s) seguinte(s) bem(ns): **1) Matrícula 39.249 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 31 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.151. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 2) Matrícula 39.250 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 32 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.152. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 3) Matrícula 39.251 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 33 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.153. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 4) Matrícula 39.252 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 37 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.157. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 5) Matrícula 39.253 do RI de Monte Alto/SP: UM TERRENO na cidade de Monte Alto,** no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 38 da quadra "I", com frente para a Rua Cristiano Carlos Ehmke, com 300,00m². Cadastro municipal 9.158. **1º LEILÃO lance inicial R$202.593,25; 2º LEILÃO lance inicial R$76.061,08. 6) Matrícula 39.322 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 08 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.888. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 7) Matrícula 33.802 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 09 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.889. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 8) Matrícula 39.323 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 10 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.890. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 9) Matrícula 39.324 do RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 11 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.891. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. 10) Matrícula do 39.325 RI de Monte Alto/SP**: UM TERRENO na cidade de Monte Alto, no "JARDIM BELA VISTA - PLANO B", consistente do lote 12 da quadra I' (línea), com frente para a Rua José Oliver Filho, com 360,00m². Cadastro municipal 9.892. **1º LEILÃO lance inicial R$243.111,91; 2º LEILÃO lance inicial R$90.448,54. PAGAMENTO**: Totalidade do valor do lance em até 24 horas da arrematação mais a comissão de 5% sobre o lance total ofertado em favor do Leiloeiro, no mesmo prazo. O arrematante fica responsável pelos débitos de IPTU e/ou ITR e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação, bem como ITBI e custas cartoriais para lavratura e registro da escritura e/ou outro documento/taxa/imposto necessário a transferência. Venda em caráter ad corpus. **E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital, sendo que os interessados deverão tomar ciência do Edital completo e regras para participação no site www.vegasleiloes.com.br. Ficam os devedores/fiduciantes/garantidores intimados por meio deste edital das datas, horários e local dos leilões. Cadastre-se no site para dar seu lance. Informações (16) 3877-9797.**

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE — megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12,** promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Registro-SP. Bairro Arapongal. Rodovia Régis Bittencourt - BR-116 – KM 439 (margem esquerda, sentido São Paulo/Curitiba), Zona Rural - Gleba de terras identificada por Área-B, Sítio Ranchão, desmembrada do imóvel de maior área, denominado Boa Vista. INDUSTRIAL. Áreas totais: terr. 3,40ha e constr. lançada no Cadastro Municipal 2.549,61m². Matr. 17.491 do RI local. Obs.: (i) Construção pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada no Cadastro Municipal, bem como, a eventual necessidade de fazer a demarcação física do imóvel e georreferenciamento, correrão por conta do Comprador; (ii) O Vendedor não responde por eventual contaminação do solo e/ou subsolo ou passivos de caráter ambiental; (iii) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 5.221.000,00. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 3.695.722,13. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setúbal, 7º Andar, Parte A, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com Recursos Advindos do Sistema de Consórcio, com Garantia de Alienação Fiduciária do Imóvel e Outras Avenças de nº 00086/174-00, firmado em 21/01/2014, no qual figura como Fiduciante **ANA GORETE VASCONCELOS SANTANA**, brasileira, solteira, corretora, CPF 088.450.888-98, residente e domiciliada em Santos-SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 564.142,37 (Quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **CONJUNTO nº 32, sito no 3º pavimento do Edifício Patriarca, com os nºs 36, 38 e 40 da Rua Amador Bueno e 98 e 100 da Rua Frei Gasper, tendo a sua entrada principal pela Rua Amador Bueno nº 38, perímetro urbano da comarca de Santos/SP, contendo o referido conjunto sala de espera, 2 salas, lavabo, e W.C, confronta pela frente com o hall de circulação de um lado com o poço de ventilação; de outro com parte do conjunto nº 33, e nos fundos com área livre; compreende a área de 48,23 m² e a quota ideal de 1,416% do terreno.. Matrícula nº 7.181 do 1º Registro de Imóveis de Santos/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 282.071,19 (Duzentos e oitenta e dois mil, setenta e um reais e dezenove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Coop Ticket/GR — Conte com a gente

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA TICKET SERVIÇOS COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ticket Serviços Comércio e Administração**, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os 20 delegados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará **no salão de Eventos do The Universe Paulista By Intercity - Sala Phoenix, na Rua Pamplona, 83 - Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, no dia 26 de abril de 2024,** obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social; 01) em primeira convocação às 16:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados. 02) em segunda convocação às 17:00 horas, com a presença da metade e mais um do número de delegados; 03) em terceira convocação às 18:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Prestação de contas dos semestres encerrados em 30/06 e 31/12/2023, compreendendo o Relatório de Gestão, Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; b) Destinação das Sobras líquidas apuradas no exercício de 2023; c) Aprovação do Plano de Aplicação do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social; d) Eleição dos membros do Conselho de Administração; e) Assuntos de interesse geral. São Paulo, 15 de abril de 2024.

SILVIO DA SILVA BORGES

Presidente

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

MENOR PREÇO – UASG: 926.507

Proc. Adm. nº 00179.000679/2024-81. Pregão Eletrônico nº 90003/2024. Tipo: menor preço. Objeto: Contratação de serviços de fornecimento e gerenciamento de cartões alimentação e refeição na modalidade eletrônico e respectivas recargas de créditos mensais, para utilização em estabelecimentos especializados de rede credenciada, para o quadro funcional do CAU/SP, na Capital Paulista e nas cidades de Bauru, Campinas, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. Edital disponível a partir de 15/04/2024 no endereço eletrônico https://transparencia.causp.gov.br/editais-e-resultados/ ou pelo sítio www.compras.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 15/04/2024 às 09h00 no site www.compras.gov.br. Sessão Pública: 30/04/2024 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

Nelson Andrade

Pregoeiro

BIASI leilões — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE — RODOBENS CONSÓRCIO

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição dos Imóveis: UM TERRENO**, formado pela unificação sub- lotes 4,5 e 6 desdobrados da área 01, sem benfeitorias, com a **área total de 1.009,00 m²**, situado no perímetro urbano desta cidade e comarca de Atibaia, medindo linearmente, 38,87m de frente para a Rua Bartolomeu Peranovich; 17,40m nos fundos onde confronta com o sub -lote 7, matriculado sob nº 77.931; 38,18m do lado esquerdo onde também faz frente para a Alameda Professor Lucas Nogueira Garcez, e mais um trecho de 3,24m na confluência da Rua Bartolomeu Peranovich com a Alameda Professor Lucas Nogueira Garcez. Matrícula nº 99.121 do Registro de Imóveis de Atibaia/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 1.753.400,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 889.879,56.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

NIRE 35.300.361.130 – CVM 24112 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 15 de maio de 2024

Ficam convocadas V.Sas., Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas, conjuntamente, em primeira convocação, no dia **15 de maio de 2024, às 11:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (1)** Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; **(2)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (1)** Alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o capital social da Companhia, tendo em vista os aumentos de capital aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2023 e 9 de fevereiro de 2024; e **(2)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada. Adicionalmente, ressalte-se que, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com exceção do item "3" da Ordem do Dia da AGO, cujas matérias os Acionistas titulares de ações preferenciais possuem direito a voto, os demais itens da Ordem do Dia não fazem parte do rol das matérias a serem deliberadas por tais Acionistas, cabendo apenas aos Acionistas titulares de ações ordinárias votarem nas demais matérias da Ordem do Dia da AGOE. Não obstante, os Acionistas titulares de ações preferenciais poderão comparecer à AGOE e discutir as referidas matérias, conforme artigo 125, § único, da LSA. **Instruções Gerais**: Na forma do artigo 126 da LSA, poderão participar da AGOE os Acionistas detentores de ações escrituradas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"): (i) por si ou por seus representantes legais; ou (ii) por procuradores devidamente constituídos, em cada caso, seja presencialmente ou mediante a entrega do boletim de voto a distância. As procurações deverão ser outorgadas observando-se o artigo 126 da LSA. Orientações acerca da documentação exigida em cada caso encontram-se resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGOE. **Participação Presencial: (i)** se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, caso aplicável; **(ii)** se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos representantes legais; e **(iii)** se Fundo de Investimento: cópia autenticada o último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto dos representantes legais. Além disso, o Acionista deve apresentar comprovante atualizado da titularidade das ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, expedido pelo Itaú e/ou por instituição de custódia. **Boletim de Voto a Distância ("BVD"):** A Companhia disponibilizará para a AGOE o sistema de votação a distância, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da LSA e da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81"), permitindo que seus Acionistas titulares de ações listadas **(i)** enviem o BVD diretamente à Companhia; **(ii)** caso tenham ações de emissão da Companhia depositadas em depositário central, transmitam as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou **(iii)** caso tenham ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú"), transmitam as instruções de voto para o Itaú, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos por ele exigidos. Orientações detalhadas para o exercício do direito de voto através do BVD encontra-se na Proposta da Administração para a AGOE. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se ao Acionista que envie à Companhia, tão logo possível e a seu exclusivo critério, as vias digitalizadas da documentação aplicável via e-mail: invest@voeazul.com.br (assunto: AGOE – 15 de maio de 2024), sem prejuízo dos prazos e procedimentos previstos na Proposta da Administração. A Proposta da Administração contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGOE, dos procedimentos para participação presencial na AGOE e dos procedimentos para utilização do sistema de votação a distância (BVD) encontram-se disponíveis na sede social da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (ri.voeazul.com.br), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da *U.S. Securities and Exchange Commission – SEC* (www.sec.gov), nos termos do § 6º do artigo 124, do artigo 133 e do § 3º do artigo 135 da LSA, e do artigo 7º da RCVM 81.

Barueri/SP, 15 de abril de 2024.

***David Gary Neeleman** – Presidente do Conselho de Administração*

(15, 16 e 17/04/2024)

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE — megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12,** promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Casa Verde. Rua Jaguaretê nº 202. Apto. 31 do tipo III, no 3º pavimento do Condomínio Praça Braz Leme, com direito a uma vaga na garagem coletiva, para estacionamento de um veículo de passeio de pequeno porte, de forma indeterminada. APARTAMENTO. Área privativa 53,44m². Matr. 192.993 do 8º RI Local. Obs.: (i) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 30/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 715.132,44. **2º Leilão:** 03/05/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 378.051,78. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação da prestação de serviço médico na especialidade de Ortopedia e Traumatologia e Cirurgia de Mão, direcionados ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br

Telefone: (27) 3016-4031

Data limite para recebimento das propostas: às 09:00h do dia 18/04/2024

Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10159159608, firmado em 12/07/2000, no qual figura como Fiduciante **MARCOS NAIME PONTES**, brasileiro, solteiro, médico psiquiatra, RG nº 14723439-SSP/SP, CPF/MF nº 150.958.658-07, residente e domiciliado em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 689.600,90 (Seiscentos e oitenta e nove mil, seiscentos reais e noventa centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 42, localizado no 4º andar do EDIFÍCIO RENATA, situado à Rua Gomes de Carvalho, nº 62, no 28º Subdistrito – Jardim Paulista, com a área privativa de 63,83 m², a área comum de 51,83 m², sendo 14,06 m², referente a 01 vaga na garagem que corresponde a área de 37,77 m² da unidade, e área total de 115,66 m², e uma fração ideal no solo de 2,7727%. Matrícula 55.447 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 344.800,45 (Trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos reais e quarenta e cinco centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A,** doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10158896200, firmado em 25/05/2021, no qual figura como Fiduciante **LUANA DE SOUZA DIAS**, brasileira, solteira, maior, supervisora de repasse, CNH nº 05650402551-DETRAN/SP, CPF/MF nº 293.584.538-26, residente e domiciliada em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 246.208,22 (Duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e oito reais e vinte e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 24, localizado no 2º andar do Bloco 26 – Uirapuru, integrante do "CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO CRISTOVÃO", situado na Rua Juan Vicente, nº 482, Vila Quitaúna, nesta cidade de Osasco/SP, com as seguintes áreas: privativa de 54,870 m², comum de divisão não proporcional de 10,00 m², comum de divisão proporcional de 73,9714 m², área total de 138,8414 m², e uma fração ideal no terreno correspondente a 0,035562% equivalente a 76,883 m², com direito a 01 vaga de garagem indeterminada e descoberta, localizada no térreo do condomínio, em local próximo ao prédio. Matrícula nº 133.130 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 240.041,88 (Duzentos e quarenta mil, quarenta e um reais e oitenta e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: A UNIDADE AUTÔNOMA**, térrea, designada **nº 12**, do setor "B", do **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DAS VIOLETAS II"**, com entrada pela Rua Ceará, nº 120, no bairro do Meinho, no Município de Ferraz de Vasconcelos/SP, contendo uma área privativa construída de 53,60 m², uma área comum construída de 0,484 m², totalizando a área construída de 54,084 m², uma área privativa de 107,978 m², uma área comum de 53,916 m², totalizando uma área de 161,894 m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno de 1,58730%, com direito a 01 vaga para estacionar um veículo de grande porte ou até 02 veículos de médio ou pequeno porte, localizada no recuo de frente da respectiva unidade, a ela vinculada. Matrícula nº 78.728 do Oficial de Registro de Imóveis de Poá/SP. **Obs: Consta Processo Judicial nº 1004732-16.2023.8.26.0191. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 248.600,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 158.106,80**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10147526900, firmado em 14/01/2020, no qual figuram como Fiduciantes **ANGÉLICA VAZ DUARTE**, brasileira, contadora, RG nº 44.709.614-SSP-SP, CPF nº 356.316.245-42, casada sobre o regime da comunhão parcial de bens, na forma dos artigos 1658 e seguintes do código civil com **MATEUS BARBOSA DUARTE**, brasileiro, professor de música, RG nº 44.220.314-SSP-SP, CPF nº 350.222.758-64, residentes e domiciliados em Tatuí/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 440.186,82 (Quatrocentos e quarenta mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO, correspondente à parte do lote 09, com frente para a Rua Batista Reali, no bairro Valinhos, nesta cidade de Tatuí, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a Rua Batista Reali; por 5,00m os fundos com parte do lote 24; por 28,00m, do lado esquerdo da frente nos fundos com a área remanescente (parte do lote 09), fechando-se o perímetro. Foi construído um prédio de 176,50 m², sendo o pavimento inferior de 91,62 m², com uma garagem, uma copa, uma dispensa, um banheiro e uma área de serviço, e o pavimento térreo de 84,88 m², com uma sacada, uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois dormitórios, uma área de circulação, e uma área de serviço, o qual recebeu o nº 2.186 da Rua Batista Reali. Matrícula nº 45.088 do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Tatuí/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 312.771,79 (Trezentos e doze mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO Nº 0709/2024

REFERÊNCIA: *"Aquisição de gêneros alimentícios, de acordo com os requisitos e especificações elencados no Termo de Referência".* **DESPACHO:** Processada a sessão do **PREGÃO ELETRÔNICO,** dentro das normas da legislação em vigor, em obediência ao artigo 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, e após o devido credenciamento, etapa de lances e negociação direta com o fornecedor, conforme ata da sessão pública apensada aos autos **ADJUDICO o objeto** licitado às seguintes empresas: **TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ LOLI LTDA. -** CNPJ: 02.508.127/0001-41, **para o item 02; R. PARISE TOMAZELLA DA SILVA -** CNPJ: 30.031.782/0001-97**, para o item 04; NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. -** CNPJ: 08.528.442/0001-17**, para os itens 03 e 07 e FLAVIA DE BARROS ARNOLDI RODRIGUES -** CNPJ: 34.168.174/0001-80, **para os itens 01, 05, 06 e 08 e HOMOLOGO o feito**, para que produza seus efeitos jurídicos e legais nos termos da legislação vigente. Cumpra-se com observância das demais formalidades. PUBLIQUE-SE.

Santa Fé do Sul - SP, 05 de abril de 2024

JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO - Superintendente

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SANTA FÉ DO SUL. **OBJETO:** *"Aquisição de gêneros alimentícios de acordo com os requisitos e especificações descritos no Termo de Referência".* **CONTRATADAS:** TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ LOLI LTDA.. - CNPJ: 02.508.127/0001-41, valor R$ 11,37 (onze reais e trinta e sete centavos) unitário para o item 02; R. PARISE TOMAZELLA DA SILVA - CNPJ: 30.031.782/0001-97, valor: R$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) unitário para o item 04; NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - CNPJ: 08.528.442/0001-17, valores: R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) unitário para o item 03 e R$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) unitário para o item 07; FLAVIA DE BARROS ARNOLDI RODRIGUES - CNPJ: 34.168.174/0001-80, valores: R$20,05 (vinte reais e cinco centavos) unitário para o item 01, R$19,33 (dezenove reais e trinta e três centavos) unitário para o item 05, R$ 8,07 (oito reais e sete centavos) unitário para o item 06 e R$ 26,49 (vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) unitário para o item 08. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses contados da assinatura dos contratos (até 07 de abril de 2025). **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 04/2024 - Processo nº 709/2024. **ASSINATURA:** 08 de abril de 2024.

Santa Fé do Sul - SP, 08 de abril de 2024

JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO - Superintendente

Resultados operacionais melhoram; endividamento piora

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO Embora as companhias abertas tenham entregado números operacionais melhores no ano passado, o endividamento piorou na comparação com 2022, mostram resultados de 2023 divulgados pelas companhias não financeiras listadas na Bolsa.

Segundo levantamento da Elos Ayta Consultoria, a dívida bruta cresceu 7,94% ante o ano anterior, enquanto a dívida líquida avançou 7,68%, ambos acima da inflação, que fechou 2023 a 4,62%.

O estudo, que excluiu os resultados de Petrobras, Vale, JBS, Suzano e Oi para evitar distorções, mostra ainda que o ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) em 2023 foi de 11,40%, uma queda de 0,75 ponto percentual em relação a 2022. O resultado reflete os desafios enfrentados pelas empresas no ambiente macroeconômico.

No lado operacional, por outro lado, as companhias listadas entregaram resultados melhores. O lucro bruto, por exemplo, cresceu 6,78% ante o ano anterior. Segundo o estudo, o dado é fruto do baixo crescimento do custo dos produtos vendidos.

"Esse resultado indica um aumento da eficiência na produção e um esforço bem-sucedido para a redução de custos", diz em relatório Einar Rivero, sócio da Elos Ayta e responsável pelo levantamento.

Além disso, o lucro antes de despesas financeiras, o Ebit (sigla em inglês para "lucros antes de juros e impostos"), cresceu 7,94% em 2023, mesmo com o aumento de 5,6% nas despesas operacionais. O dado "foi impulsionado pelo crescimento significativo do resultado financeiro, que teve um aumento de 18,71% no ano", diz o relatório.

Ainda assim, o lucro líquido das companhias, que deduz todas as despesas e custos, teve um baixo crescimento de 1,98% em 2023, abaixo da inflação, o que significa que houve uma diminuição nesse quesito em termos reais.

"De maneira geral, as empresas conseguiram ter um ano operacional melhor, mas o cenário de juros ainda em nível elevado e a alavancagem alta [uso de mais dinheiro do que a empresa tem disponível] comprometeram o fluxo de caixa", diz o professor Joelson Sampaio, EESP-FGV.

Além dos juros altos, o gestor Fernando Siqueira, da Guide Investimentos, diz que alguns setores fortes da Bolsa foram afetados por eventos específicos no ano passado.

Ele cita exportadoras de commodities, como petroleiras, mineradoras e siderúrgicas e companhias de papel e celulose, que tiveram seus resultados afetados pela queda nos preços dos insumos.

Siqueira também observa que a forte depreciação cambial na Argentina ante o dólar prejudicou companhias com forte exposição ao país vizinho e que são grandes na Bolsa, como é o caso da Ambev. O gestor acredita que, neste ano, esses fatores não devem se repetir.

O professor Joelson Sampaio acrescenta que 2024 tende a ser melhor que o ano passado por causa da expansão do crédito para consumo, que é benéfico para setores que sofreram forte pressão nos últimos dois anos, como o varejo e a indústria.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.
O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à análise de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 2022. São Paulo, 01 de abril de 2024.

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**330.147**	241.081	**571.559**	395.586
Contas a receber de clientes	**397.319**	482.219	**343.470**	483.622
Estoques	**267.632**	323.141	**303.801**	382.471
Impostos a recuperar	**59.787**	56.512	**73.526**	64.276
Dividendos a receber	**115.481**	36.747		-
Instrumentos financeiros derivativos	**24.493**	3.176	**24.493**	3.176
Outros ativos	**57.771**	50.632	**62.359**	69.532
Total do ativo circulante	**1.252.630**	1.193.508	**1.379.208**	1.398.663
Não circulante				
Depósitos judiciais	**565**	387	**565**	387
Impostos a recuperar	**5.379**	1.595	**5.379**	1.595
IRPJ e CSLL diferidos		1.899	**1.059**	3.041
Instrumento financeiros derivativos	**44.335**	8.449	**44.335**	8.449
Outros ativos	**64.934**	1.092	**65.148**	1.315
Investimentos	**146.896**	179.818	**11.655**	29.770
Imobilizado e direito de uso	**631.680**	523.241	**684.488**	555.822
Intangível	**96.641**	102.685	**106.287**	110.599
Total do ativo não circulante	**990.430**	819.166	**918.916**	710.978
Total do ativo	**2.243.060**	2.012.673	**2.298.124**	2.109.640

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	**202.106**	235.057	**186.460**	286.872
Empréstimos e financiamentos	**388.653**	266.753	**388.653**	266.753
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Salários, encargos sociais e participações nos lucros e resultados	**45.314**	66.756	**47.596**	68.625
Impostos e contribuições a recolher	**11.860**	4.362	**26.646**	15.267
Dividendos e juros sobre capital próprio	**6.866**	42.092	**6.869**	42.092
Passivos de arrendamento	**4.749**	3.111	**4.749**	3.111
Obrigação na aquisição de investimentos	**3.118**	47.900	**3.118**	47.900
Outros passivos	**108.927**	81.785	**120.603**	87.972
Total do passivo circulante	**771.593**	747.816	**784.694**	818.592
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	**850.939**	795.157	**889.132**	820.375
Provisões para demandas judiciais	**21.170**	11.737	**21.170**	11.737
IRPJ diferido passivo	**16.026**	-	**16.026**	-
Participações nos lucros e resultados	**6.463**	14.518	**6.838**	15.492
Passivos de arrendamento	**14.667**	8.954	**14.667**	8.954
Obrigação na aquisição de investimentos	**88.732**	87.973	**88.732**	87.973
Outros passivos	**1.161**	2.756	**610**	2.756
Total do passivo não circulante	**999.158**	921.095	**1.037.175**	947.287
Patrimônio líquido				
Capital social	**183.897**	105.390	**183.897**	105.390
Ações em tesouraria	**(866)**	(37)	**(866)**	(37)
Reservas de capital	**(49.609)**	(46.085)	**(49.609)**	(46.085)
Reservas de lucros	**304.982**	253.773	**304.982**	253.773
Ajustes de avaliação patrimonial	**33.906**	30.721	**33.906**	30.721
Total atribuído aos acionistas da Companhia	**472.310**	343.762	**472.310**	343.762
Participação não controladores em controladas	**-**	-	**3.945**	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.243.060**	2.012.673	**2.298.124**	2.109.640

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31/12/2022	103.245	-	(44.030)	20.648	103.245	-	12.969	30.590	-	226.667	-	226.667
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	329.724	329.724	-	329.724
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	224	-	224	-	224
Total dos resultados abrangentes, líquidos de impostos	-		-	-	-	-	-	224	329.724	329.948	-	329.948
Contribuições dos acionistas:												
Adição de não controladores em função de aquisição de participação	-		-	-	-		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.145		-	-	-		-		-	2.145	-	2.145
Plano de opção de ações	-	-	(5.564)	-	-	-	-	-	-	(5.564)	-	(5.564)
Ágio na emissão de ações	-	-	3.456	-	-	-	-	-	-	3.456	-	3.456
Recompra de ações em tesouraria	-	(37)	-	-	-	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)	-	(93)
Outros	-	-	52	-	-	-	-	-	-	52	-	52
Constituição da reserva legal	-	-	-	430	-	-	-	-	(430)	-	-	-
Distribuição de dividendos referentes ao ano anterior	-	-	-	-	(103.173)	-	(12.969)	-	-	(116.142)	-	(116.142)
Distribuição de dividendos referente ao exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.671)	(96.671)	-	(96.671)
Retenção de lucros	-	-	-	-	105.318	-	127.305	-	(232.623)	-	-	-
Em 31/12/2022	105.390	(37)	(46.086)	21.078	105.390	-	127.305	30.721	-	343.761	-	343.761
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**162.547**	**162.547**	**(122)**	**162.425**
Ajuste acumulado de conversão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.276**	**-**	**3.276**	**-**	**3.276**
Total dos resultados abrangentes, líquidos de impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.276**	**162.547**	**165.823**	**(122)**	**165.701**
Contribuições dos acionistas:												
Adição de não controladores em função de combinação de negócios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.067**	**4.067**
Aumento de capital	**78.507**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(74.156)**	**-**	**-**	**4.351**	**-**	**4.351**
Plano de opção de ações	**-**	**-**	**(3.523)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.523)**	**-**	**(3.523)**
Ágio na emissão de ações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recompra de ações em tesouraria	**-**	**(828)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(828)**	**-**	**(828)**
Realização de reserva de reavaliação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(92)**	**-**	**(92)**	**-**	**(92)**
Destinações dos lucros:												
Distribuição de dividendos referentes ao ano anterior	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.000)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.000)**	**-**	**(9.000)**
Constituição de reservas	**-**	**-**	**-**	**8.127**	**-**	**52.383**	**(52.383)**	**-**	**(8.127)**	**-**	**-**	**-**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(28.182)**	**(28.182)**	**-**	**(28.182)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**-**	**87.507**	**-**	**38.731**	**-**	**(126.238)**	**-**	**-**	**-**
Em 31/12/2023	**183.897**	**(866)**	**(49.609)**	**29.205**	**183.897**	**52.383**	**39.497**	**33.905**	**-**	**472.310**	**3.945**	**476.255**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia" ou "Nitro"), empresa com mais de 85 anos de existência e sediada na Avenida Doutor José Artur Nova, nº 951 - São Miguel Paulista na cidade de São Paulo, Brasil; empresa multinacional brasileira, de capital fechado, com presença tanto no Brasil como no exterior, atua em atividades preponderantes como a produção e comercialização de produtos químicos em dois principais segmentos - Químicos e Agronegócios. Com mais de oito décadas de atuação, a Companhia Nitro Química Brasileira ("Nitro" ou "Companhia") se orgulha em ser pioneira na criação da indústria química moderna no Brasil e referência em seu setor de atuação, sendo uma das principais produtoras de nitrocelulose no mundo. Atualmente a Companhia é formada por 2 principais segmentos: Químicos (majoritariamente representado por Especialidades Químicas, e também composto por Químicos Industriais) e Agronegócio. Estes dois segmentos têm atuação em diversos setores de mercado como embalagens flexíveis, cosméticos, madeira, repintura automotiva, couro, papel e celulose, sucroalcooleiro, farmacêutico, fertilizantes, nutrição e fisiologia vegetal e nutrição animal. Atende com excelência clientes em mais de 70 países, a partir de seis unidades produtivas no Brasil, Uruguai e Estados Unidos, com centros de distribuição na França, Itália e Holanda. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "controladas", descritas na Nota Explicativa nº 3.1.

2 Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Administração em 01/04/2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota Explicativa nº4. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é o Real. No caso das demonstrações financeiras de um grupo, deve ser enfatizado que não existe uma moeda funcional do grupo, e sim uma moeda de apresentação. Cada entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas tem sua própria moeda funcional, que deve ser convertida para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações são apresentadas em milhares de reais (R$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31/12/2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 5 - Gestão de Risco Financeiro (5.4. Política de *Hedge*). • Nota Explicativa nº 07 - Provisão para perdas de crédito esperada; • Nota Explicativa nº 08 - Provisão para valor realizável dos estoques; • Notas Explicativas nº 12 e 14 - Vida útil dos bens do ativo imobilizado e do intangível; • Nota Explicativa nº 17 - Provisão para contingências; • Nota Explicativa nº 19 - IRPJ e CSLL diferidos.

Diretoria

Maurício Gabriel Guimarães Siqueira de Vasconcelos Galvão – Diretor

Contador

Marcio Luis Lima – CRC 1SP195163/O-8

Relatório resumido do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Nitro Química Brasileira**, São Paulo - SP.

Base para opinião: As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço eletrônico do jornal da publicação: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de abril de 2024, sem modificações.

São Paulo, 01/04/2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Fernanda Guimarães Scandura - Contadora
CRC SP-289782/O

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 *(Em milhares de reais, exceto lucro por ação básico, apresentado em reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de vendas	**1.723.089**	1.786.468	**1.925.884**	2.099.138
Custo das vendas	**(1.207.479)**	(1.182.673)	**(1.279.532)**	(1.311.558)
Lucro bruto	**515.610**	603.795	**646.352**	787.580
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	**(161.114)**	(129.432)	**(169.129)**	(139.972)
Despesas gerais e administrativas	**(213.636)**	(142.344)	**(238.127)**	(185.841)
Resultado de equivalência patrimonial	**49.096**	98.636	**(1.826)**	1.154
Outras despesas	**7.710**	(63.219)	**(13.197)**	(71.118)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	**197.666**	367.436	**224.073**	391.803
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	**29.433**	21.428	**34.053**	22.795
Despesas financeiras	**(179.244)**	(88.804)	**(183.136)**	(90.391)
Variações cambiais, líquidas	**137.492**	105.355	**116.532**	97.369
Resultado financeiro	**(12.319)**	37.979	**(32.551)**	29.773
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**185.347**	405.415	**191.522**	421.576
IRPJ e CSLL - corrente e diferido	**(22.800)**	(75.691)	**(29.097)**	(91.853)
Lucro líquido do exercício	**162.547**	329.723	**162.425**	329.723
Atribuíveis a:				
Atribuível aos controladores	**162.547**	329.723	**162.547**	329.723
Atribuível aos não controladores	-	-	**(122)**	-
Lucro básico por ação - em R$	**5,59**	11,47	**5,59**	11,47

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**162.547**	329.722	**162.425**	329.722
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste acumulado de conversão	**3.276**	224	**3.276**	224
Resultado abrangente total	**165.823**	329.946	**165.701**	329.946
Atribuíveis a:				
Atribuível aos controladores	**165.823**	329.946	**165.823**	329.946
Atribuível aos não controladores	**-**	-	**(122)**	-
	165.823	329.946	**165.701**	329.946

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**185.348**	405.415	**191.522**	421.575
Ajustes para reconciliar o lucro acima ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	**61.509**	55.313	**65.049**	59.859
Amortização de direito de uso em arrendamento	**11.261**	6.327	**11.261**	6.442
Ajuste a valor presente de arrendamento	**1.541**	887	**1.541**	897
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	**1.097**	215	**998**	1.948
Constituição (reversão) para perda esperada de crédito	**610**	1.938	**1.534**	1.913
Constituição (reversão) de provisão para contingências	**9.523**	5.303	**9.523**	5.303
Provisão para perda de estoques	**(741)**	2.539	**(741)**	2.539
Provisão de participação nos lucros e resultados	**9.269**	43.966	**9.912**	47.534
Opção de ações outorgadas	**393**	-	**393**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**(49.096)**	(98.636)	**1.826**	(1.154)
Juros, atualização monetária e variação cambial	**48.346**	14.513	**47.193**	10.333
Variação cambial de dividendos recebidos de controladas no exterior	**(1.854)**	-	**-**	-
Outros	**-**	(6.382)	**-**	(6.382)
	277.205	431.398	**340.011**	550.807
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	**84.289**	(114.486)	**138.618**	(107.069)
Estoques	**56.250**	(75.111)	**79.411**	(114.650)
Impostos a recuperar	**(7.059)**	(3.196)	**(13.034)**	(9.191)
Outros ativos e depósitos judiciais	**(71.159)**	(16.523)	**(56.838)**	(16.722)
Fornecedores	**(32.951)**	70.817	**(100.412)**	85.106
Impostos e contribuições a recolher	**7.234**	(2.585)	**11.116**	5.228
Salários e encargos sociais e participação nos lucros e resultados	**(38.766)**	(53.822)	**(39.595)**	(58.825)
Dividendos a pagar	**(44.023)**	-	**(44.023)**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**(57.203)**	(57.260)	**(57.203)**	(57.260)
Outros passivos	**20.597**	(19.096)	**30.144**	(13.667)
Caixa proveniente das operações	**194.414**	160.136	**288.195**	263.757
Juros pagos	**(73.401)**	(38.886)	**(73.401)**	(38.886)
IRPJ e CSLL pagos	**(4.564)**	(48.349)	**(10.861)**	(64.889)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**116.449**	72.901	**203.933**	159.982
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições/aquisição de imobilizado e de intangível	**(157.288)**	(158.661)	**(183.110)**	(167.433)
Pagamento por aquisição de controladas	**(20.300)**	(67.448)	**(12.000)**	(67.448)
Recebimento pela venda de investimento	**28.260**	-	**28.260**	-
Caixa empresas incorporadoras/adquirida	**1**	3.587	**-**	-
Aumento de capital nas investidas	**-**	(7.615)	**-**	(3.615)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(149.327)**	(230.137)	**(166.850)**	(238.496)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação/amortização de empréstimos, líquida	**202.739**	92.566	**219.685**	92.454
Direito de uso - contraprestação paga	**(12.738)**	(6.652)	**(12.738)**	(6.772)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(72.408)**	(174.245)	**(72.408)**	(174.245)
Aumento de capital	**4.351**	2.145	**4.351**	2.145
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de financiamentos	**121.944**	(86.186)	**138.890**	(86.419)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**89.066**	(243.422)	**175.973**	(164.932)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**241.081**	484.503	**395.586**	560.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**330.147**	241.081	**571.559**	395.585

Demonstrações do valor adicionado em 31/12/2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
1. Receitas	**2.017.007**	2.058.471	**2.209.973**	2.372.591
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.999.376**	2.108.321	**2.202.943**	2.438.571
Outras receitas	**19.583**	(47.065)	**11.868**	(62.829)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão / (constituição)	**(1.952)**	(2.785)	**(4.838)**	(3.151)
2. Insumos adquiridos de terceiros	**(1.350.815)**	(1.307.273)	**(1.449.498)**	(1.455.744)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(988.674)**	(999.698)	**(1.045.266)**	(1.103.899)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(329.183)**	(279.232)	**(370.543)**	(320.981)
Perda / recuperação de valores ativos	**(32.954)**	(28.270)	**(33.685)**	(30.791)
Outras devoluções	**(4)**	(73)	**(4)**	(73)
3. Valor adicionado bruto (1-2)	**666.192**	751.198	**760.475**	916.847
4. Depreciação, amortização e exaustão	**(72.148)**	(60.865)	**(75.121)**	(65.238)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**594.044**	690.333	**685.354**	851.609
6. Valor adicionado recebido em transferência	**78.529**	120.064	**32.227**	23.949
Resultado de equivalência patrimonial	**49.096**	98.636	**(1.826)**	1.154
Receitas financeiras	**29.433**	21.428	**34.053**	22.795
7. Valor adicionado total a distribuir	**672.573**	810.397	**717.581**	875.558
8. Distribuição do valor adicionado	**(672.573)**	(810.397)	**(717.573)**	(875.558)
Pessoal	**(191.589)**	(176.154)	**(209.977)**	(211.902)
Remuneração direta	**(158.664)**	(153.461)	**(176.554)**	(186.411)
Benefícios	**(22.317)**	(14.826)	**(22.805)**	(16.892)
F.G.T.S	**(10.608)**	(7.867)	**(10.618)**	(8.599)
Impostos, taxas e contribuições	**(276.683)**	(321.070)	**(278.567)**	(340.910)
Federais	**(123.004)**	(137.241)	**(123.893)**	(146.627)
Estaduais	**(153.632)**	(183.817)	**(154.627)**	(194.225)
Municipais	**(47)**	(12)	**(47)**	(58)
Remuneração de capitais de terceiros	**(41.754)**	16.551	**(66.604)**	6.978
Juros e despesas bancárias	**(179.246)**	(88.804)	**(183.136)**	(90.391)
Variação cambial	**137.492**	105.355	**116.532**	97.369
Remuneração de capitais próprios	**(162.547)**	(329.724)	**(162.425)**	(329.724)
Resultado do período	**(162.547)**	(329.724)	**(162.425)**	(329.724)

É preciso acabar com a infância na frente do celular

Epidemia de problemas de saúde mental entre adolescentes é cruel

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Muitos pais ficam encantados ao ver os filhos com menos de 2 anos mexendo no celular. Na visão do psicólogo Jonathan Haidt, professor da NYU e autor do livro "Geração Ansiosa", esses pais deveriam ficar na verdade horrorizados.

Haidt aponta que há uma epidemia de problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes. Os números são cruéis. Depressão e ansiedade cresceram 50% entre 2010 e 2019 nos EUA. Suicídios entre jovens de 10 a 19 anos subiram 48% nesse período. O padrão se repete na Austrália, Canadá, Inglaterra, Suécia e outros.

Aparece também no Brasil. O suicídio de adolescentes de 10 a 19 cresceu 47% entre 2016 e 2021 nos dados da Sociedade Brasileira de Pediatria. Não é fácil ser jovem hoje. Solidão é um problema para 46% das garotas e 30% dos garotos nos EUA.

O que deu errado? Haidt diz que a questão é a infância e a adolescência passada na frente do celular. Foi a partir de 2010 que os smartphones se popularizaram entre jovens e que os números pioraram. Antes disso as taxas eram estáveis. O aprendizado escolar também sofreu. Notas de matemática, leitura e ciências despencaram globalmente desde 2010, conforme o Pisa.

Afinal, são sete horas por dia de uso do celular nos EUA entre os adolescentes. Nas famílias de baixa renda o número é ainda maior. Eles recebem cerca de 237 notificações diárias (15 por hora acordada). Haidt diz que é impossível ter presença desse jeito, incluindo para construção de relações com outras pessoas. Não é por acaso que serviços de streaming têm hoje a opção de assistir a vídeos em velocidade aumentada, duas ou até quatro vezes mais rápido. Para muitos jovens, é insuportável assistir a um filme em velocidade normal.

Ele analisou também outras causas para o problema, como mudanças no comportamento dos pais, pressão social e falta de oportunidades de convívio. Sua conclusão, no entanto, é que o fator determinante de fato é o uso do smartphone e similares.

Mas esse uso intensivo não poderia trazer também benefícios? Certamente eles existem. Mas a quantidade avassaladora de tempo investido é benéfica muito mais às plataformas do que aos usuários. Nas palavras de Haidt, "crianças e adolescentes estão crescendo em um lugar sem história, sem conexão com onde vivem, onde o conteúdo consiste em vídeos de 30 segundos, sem procedência ou autoria, escolhidos pelo algoritmo para hipnotizar quem está assistindo".

Nesse cenário, o que fazer? Haidt propõe quatro ações. A primeira é não permitir o uso de smartphones e tablets até os 14 anos. A segunda é não permitir o uso de mídias sociais até os 16 anos. A terceira é banir completamente o uso de smartphones nas escolas: exigir que os alunos depositem os celulares na entrada e só retirem na saída.

Vários estudos mostram que a qualidade do aprendizado e convívio melhora com essa medida. Por fim, a última sugestão dele é promover mais independência, liberdade para brincar e responsabilidade para crianças e adolescentes. De nada adianta suprimir a tecnologia sem aumentar as atividades offline. O que demanda um novo pacto social entre as famílias, escolas e comunidades. O que inclui perceber que não há nada de encantador em ver um bebê com celular na mão.

READER

Já era *rosto normal*

Já é *o chamado "rosto de Instagram"*

Já vem *busca por mais modificações faciais e corporais por causa das redes sociais*

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | **TER. Michael França**, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Brasileiros gastam 3,5 horas por dia com o smartphone

SÃO PAULO Os brasileiros passaram 265 bilhões de horas no celular em 2023, ou o equivalente a cerca de 3,5 horas por dia, segundo a startup do mercado mobile Rocket Lab.

No mesmo período, também foram baixados 10 bilhões de aplicativos, o que coloca o Brasil em quarto lugar no mundo tanto em número de downloads quanto em tempo de tela.

Os dados de tempo consideram apenas smartphones Android (mais de 80% dos celulares nacionais), sistema operacional do Google, já que a Apple não compila essa informação. Já o número de downloads engloba iPhones, aparelhos Android e outros sistemas chineses.

No entanto, quando se trata de gastos dentro dos aplicativos, seja com compras, seja com publicidade, o Brasil fica na 11ª posição mundial. Segundo a empresa que encomendou o levantamento, os dados indicam o potencial de crescimento de ganhos com o mercado digital.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 16/2024 – aquisição de gás de cozinha e água mineral, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 15/04 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 26/04/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h15min

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto neste Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia, situado a Rod. Jornalista Francisco Aguirre Proença – Km. 5 – CEP: 13.185-900, PREGÃO ELETRÔNICO número 90003/2024,destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios HORTIFRUTIGRANJEIROS para o período de maio a julho de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 26/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e-mail: fabiomatias@sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 024/2024 – MEMORANDO 1869/2024

Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, para manutenção e uso do Departamento de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e em apoio e incentivos aos produtos rurais do município de Nazaré Paulista, com recursos provenientes do Convênio nº 944368/2023, conforme Termo de Referência – Anexo I. Inicia sessão será no dia 26 de abril de 2024, às 09h. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 12 de abril de 2.024 – Candido Murilo Pinheiro Ramos – Prefeito.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº **90.005/2024**
Processo Administrativo: **006.00125538/2024-42**
Data abertura: **26/04/2024 às 09h**
Endereço eletrônico: **www.comprasnet.gov.br**
Objeto: **Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros**
Unidade Compradora: **380235 – Penitenciária I de Balbinos**
Modalidade de Contratação: **Pregão Eletrônico.**
Amparo Legal: **Lei 14.133/2021, Art. 28, I**

Sindicato da Categoria Profissional Diferenciada, dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Santos e Região - Sintragenlitoral. CNPJ: 54.351.127/0001-84. Rua Dr. Antônio Bento, 158, Vila Matias, Santos/SP. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO** - Ficam convocados por este edital, os associados em dia com suas obrigações sindicais, para se reunirem em AGO na sede em Santos/SP, no dia 26/04/2024, às 16:30h em 1ª convocação com quórum qualificado ou, 17h em 2ª convocação com qualquer número presente, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: **01)** ata anterior, leitura e votação; **02)** prestação de contas da diretoria do exercício 2023, balanço financeiro patrimonial / suplementação de verbas e relatório das atividades do exercício, sob parecer do Conselho Fiscal. Santos, 15/04/2024. **Nivaldo Bispo do Nascimento** - Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA

AVISO DE LICITAÇÃO – **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº01/2024** Carlos Nunes Pereira, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA-SP, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público aos interessados a realização da Concorrência Presencial nº 01/2024, objeto do Processo nº01/2024, Edital nº 01/2024 Tipo Menor Preço Global, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA, que se realizará no dia 23 de maio de 2024, às 10h:00h. Data do encerramento: 23/05/2024 às 09:50 h. Abertura dos envelopes: 23/05/2024 às 10h00. Edital e anexos encontram-se a disposição na Secretária da Câmara Municipal, no horário das 8:00 às 12:00 h e das 13:00h às 16:00 horas ou no site www.camaraluiziania.sp.gov.br. Luiziânia, 11 de abril de 2024. Carlos Nunes Pereira Presidente da Câmara

Assembleia Geral Extraordinária - Edital - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Acabamentos, Recauchutadoras, Pneumáticos, Beneficiamento de Borracha Natural e Latex de Campinas e Região. Ficam convocados todos os trabalhadores dos ramos de indústrias de artefatos de borracha, artefatos de látex, pneumáticos e câmaras de ar, inclusive borracheiros, beneficiamento e estocagem de borracha, montagem de pneus e recauchutagem e regeneração de Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Jundiaí, Louveira, Paulínia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo e Região, independentemente de filiação sindical para reunir-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **26 de abril de 2024 às 15:00 hs**, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Acabamentos, Recauchutadoras, Pneumáticos, Beneficiamento de Borracha Natural e Látex de Campinas e Região, inscrito no CNPJ: 46.073.680/0001-74, à Rua Dr. Quirino, 659, Centro, CEP: 13015-081, Campinas/SP, em primeira convocação, para o fim de discutirem e votarem a seguinte pauta: **Primeiro**: Redação da ata da Assembleia anterior; **Segundo**: Reivindicações da categoria para efeito de renovação das normas coletivas vigentes; **Terceiro**: Concessão de poderes ao sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenção coletiva de trabalho, bem assim para instaurar dissídios coletivos; **Quarto**: Fixação de contribuição para custeio da organização sindical, fiscalização do cumprimento das coletivas, representação das individuais; **Quinto**: Amplitude e abrangência do novo instrumento normativo; **Sexto**: Multa contra o empregador pelo cometimento de práticas desleais. Não atingido o quórum necessário a Assembleia será realizada no mesmo dia e local, **às 16:00 hs**. **Notificação**: Fica desde já assegurado o direito de oposição ao desconto da contribuição, no prazo de 10 dias a partir da deliberação desta Assembleia, contados a forma do artigo 219 do novo CPC, que deverá ser manifestado junto à secretaria do sindicato ou com os diretores de base dentro da fábrica pelo interessado. Campinas, 15 de abril de 2024. **José Gilberto Alves - Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024

O Município de Tubarão, por meio da Fundação Municipal de Esporte, torna público o presente CHAMAMENTO PÚBLICO para a seleção de Organizações da Sociedade Civil - OSC1, filantrópicas, sem fins lucrativos, registradas no Conselho Municipal de Saúde, localizadas neste Município, que se destinam a contribuir, de forma complementar, para o custeio das despesas de manutenção, no atendimento da área da Saúde, na execução de Serviço de Atendimento e Prevenção de Câncer de Mama e de Colo de Útero para as mulheres jovens e adultas, portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e idosas que residem no Município de Tubarão e iniciaram atividade sexual. As propostas deverão ser apresentadas em sessão pública, a realizar-se no dia 13/05/2024 –, às 14h, na sala de atos, junto à Secretaria de Gestão Municipal, sito à Rua Felipe Schmidt, 108 – Centro, Município de Tubarão. O edital em inteiro teor está à disposição no endereço eletrônico **www.tubarao.sc.gov.br**.

Tubarão, 12 de abril de 2024.
Marcelo Cesar Ribeiro
Secretário Municipal de Saúde

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90016/2024

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de extratos de edital de licitação em jornal diário de grande circulação. Envio das propostas: até 13 horas de 29/04/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 15/04/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

CONVOCAÇÃO

"THIAGO GOMES URSO", portador do RG. 41868974X, Carteira Profissional nº 061974 - série: 00268 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 434530, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
AVISO DE REUNIÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n.º 01/2024 (PGEA n.º 01236.000.063/2024) – A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, atendendo ao disposto na legislação e no Edital, TORNA PÚBLICA a inexistência de recursos em face da etapa de habilitação no Chamamento Público n.º 01/2024 – seleção de pessoas jurídicas para celebração de cooperação técnica visando encomenda tecnológica (ETEC) para pesquisa, desenvolvimento, criação e aplicação de soluções tecnológicas inovadoras, baseadas em modelos de inteligência artificial (IA), entre PGJ/MPRS e iniciativa privada, tendo como contrapartida emissão de atestado de capacidade técnica às pessoas jurídicas que tiverem suas soluções homologadas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Outrossim, CONVIDA as empresas habilitadas a participarem da Reunião Técnica a ser realizada em 17 de abril de 2024, 14 horas, pelo endereço Edital IA MPRS - Reunião Técnica - Etapall Informações: **editaliamprs@mprs.mp.br**. Edital disponível na página: **http://www.mprs.mp.br/licitacao/chamamento**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de abril de 2024.
João Cláudio Pizzato Sidou,
Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS

Aviso de Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico n.º 02/2024. Processo n.º 111/2024. Objeto: Registro de preços para possível aquisição de recarga de cilindro de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindros em regime de comodato (com cota reservada de 25% para ME e EPP). Edital disponível nos sites: www.bll.org.br e www.areiopolis.sp.gov.br. Recebimento das propostas: a partir das 12hs00 do dia 15.04.2024 no site www.bll.org.br, abertura das propostas: dia 26/04/2024 às 09hs10m e início da disputa de preços: dia 26/04/2024 às 10:00hs, (horário de Brasília no site: www.bll.org.br). Areiópolis, 09 de abril de 2024. Antonio Marcos dos Santos, Prefeito Municipal. **Aviso de Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico n.º 03/2024. Processo n.º 112/2024.** Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva dos veículos leves, médios e pesados, máquinas e equipamentos de terraplanagem e agrícola, pertencentes à Frota Municipal do Município, sem fornecimento de peças, conforme especificações constantes do anexo I, que é parte integrante do presente edital. Edital disponível nos sites: www.bll.org.br e www.areiopolis.sp.gov.br. Recebimento das propostas: a partir das 12hs00 do dia 15.04.2024 no site www.bll.org.br, abertura das propostas: dia 29/04/2024 às 09hs10m e início da disputa de preços: dia 29/04/2024 às 10:00hs, (horário de Brasília no site: www.bll.org.br). Areiópolis, 09 de abril de 2024. Antonio Marcos dos Santos, Prefeito Municipal. **Aviso de Licitação. Modalidade Concorrência Eletrônica n.º 06/2024. Processo n.º 113/2024.** Objeto: Contratação de empresa para a execução de obra para construção de Centro de Esportes e Lazer, Conjunto Habitacional Nosso Teto, Areiópolis-SP, tudo em conformidade com o Convênio Nº 09032023-038058, por meio do Ministério da Fazenda. Edital disponível nos sites: www.bll.org.br e www.areiopolis.sp.gov.br. Recebimento das propostas: a partir das 12hs00 do dia 15.04.2024 no site www.bll.org.br, abertura das propostas: dia 30/04/2024 às 09hs10m e início da disputa de preços: dia 30/04/2024 às 10:00hs, (horário de Brasília no site: www.bll.org.br). Areiópolis, 09 de abril de 2024. Antonio Marcos dos Santos, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240184

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240184 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901842024, até o dia 02/05/2024, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Abril de 2024. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE RESTABELECIMENTO DE SESSÃO

LICITAÇÃO PRESENCIAL (MODO DE DISPUTA ABERTO) Nº 001/2024 - Alienação dos imóveis que compõem o complexo denominado "Imóvel Mooca", localizado à Rua da Mooca, nº 1921, São Paulo - SP, conforme descrito no Anexo I do Edital. A Prodesp comunica o restabelecimento da sessão da Licitação Presencial (Modo de Disputa Aberto) nº 001/2024. A sessão pública de processamento da licitação será realizada no Auditório da Sede da Prodesp - Rua Agueda Gonçalves, 240, Jardim Pedro Gonçalves, Taboão da Serra - SP, no dia 19/04/2024 às 10h00. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2024 – MEMORANDO 1868/2024

Aquisição de Retroescavadeira com recursos provenientes do Convênio nº 944362/2023, conforme Termo de Referência – Anexo I. Inicia sessão será no dia 25 de abril de 2024, às 09h. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 12 de abril de 2.024 – Candido Murilo Pinheiro Ramos – Prefeito.

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

AVISO DE LICITAÇÃO - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024** - PROCESSO SEI 154.00001025/2024-71 Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. Constitui objeto do pregão, a contratação de serviço de copeiragem com 2 postos, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como no Termo de Referência. Data da Sessão Pública: 30/04/2024. Horário: 9h00min - Oficial de Brasília (DF). Local/Ambiente: Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico www.compras.gov.br. Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos bem como o Termo de Referência, gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de download (via internet), nos sítios eletrônicos oficiais (www.compras.gov.br).

Hospital e Maternidade Santo Antônio S.A.

CNPJ/MF nº 45.987.070/0001-13 - NIRE nº 35.300.046.374

Assembléia Geral Ordinária - Convocação

Ficam os Senhores Acionistas do **Hospital e Maternidade Santo Antônio S.A.** convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 16/05/2024, às 10 hs, na sede social na Av. Br. de Itapura, 1.444, Campinas - SP por meio de **VIDEOCONFERÊNCIA**, através de "link" a ser disponibilizado com antecedência, por meio de e-mail informado aos acionistas, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023; b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) outros assuntos de interesse da sociedade. Campinas, 9 de abril de 2024. **A Diretoria.** **(12, 13 e 15.04.2024)**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2024**, referente ao Processo DETRAN/SP - SEI Nº **14000075199/2024-10, visando a CONSTITUIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE JAQUETAS, COLETES, CAMISAS E BONÉS, CLASSIFICADOS COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs).**

A abertura da sessão pública de processamento do certame se dará no dia **02/05/2024** às **10:00 horas,** nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br".

O Edital na íntegra estará disponível para consulta através do site https://www.gov.br/pncp/pt-br e www.imprensaoficial.com.br link e-negociospublicos.

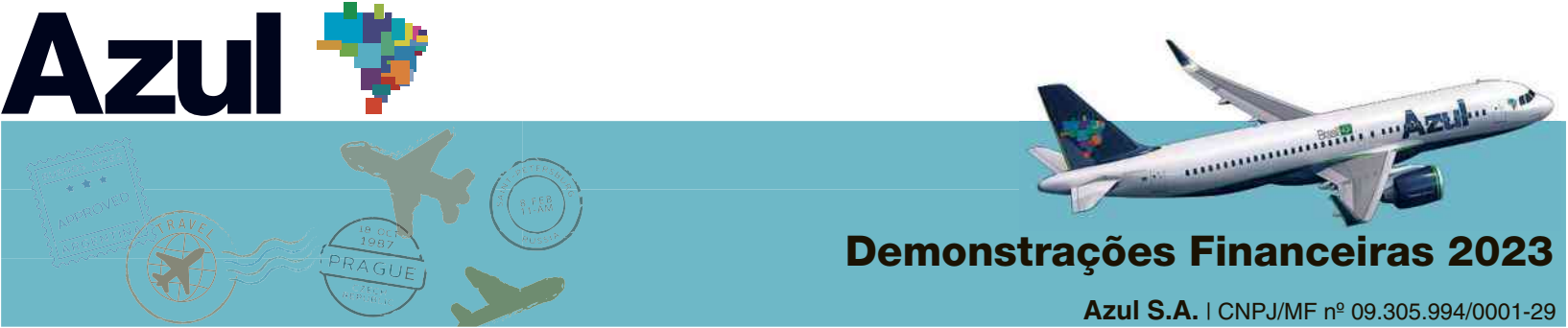
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240098

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240098 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 900982024, até o dia 02/05/2024, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Abril de 2024. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO COM DATA PREVISTA - CONCORRÊNCIA No ELETRÔNICA INTERNACIONAL 20230001 IG No 1294771000

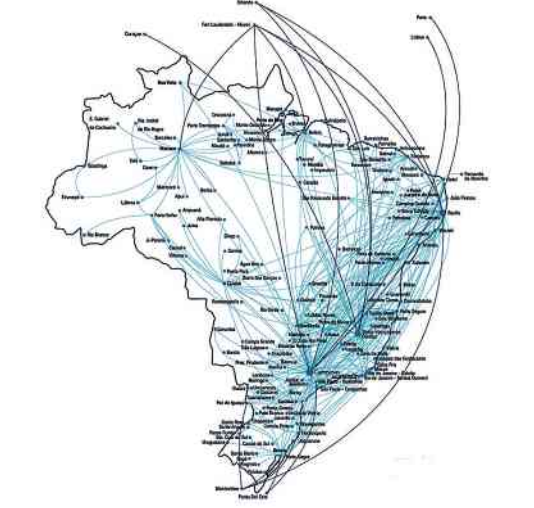
A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTERNACIONAL No 20230001 de interesse da Secretaria do Turismo - SETUR, cujo OBJETO é: contratação de empresa para a execução de serviços de implantação do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem da localidade de Preá no município de Cruz, com fornecimento de materiais e equipamentos, devidamente especificados no Anexo A - Termo de Referência, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. MOTIVO: Falhas nas Publicações do Aviso de Licitação no DOE / DOU e nos JORNAIS DE CIRCULAÇÃO LOCAL / NACIONAL e INTERNACIONAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 90002/2024, até o dia 22/7/2024, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão Central de Contratações - CCC, em Fortaleza, 10 de abril de 2024. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2024. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

Demonstrações Financeiras 2023

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

Mensagem da Administração

2023 foi um ano de muitos recordes para a Azul: R$19 bilhões em receita, RASK de R$42,48 centavos, um aumento de 5% em relação ao ano de 2022, mesmo com um aumento da capacidade de 11%, e um EBITDA de R$ 5,2 bilhões, um aumento de R$ 2,0 bilhões em relação ao ano anterior. Além desse excelente desempenho financeiro, fomos a segunda companhia aérea mais pontual em 2023, depois de alcançar o primeiro lugar em 2022. Esse é um verdadeiro reconhecimento de nossos incríveis tripulantes, que proporcionaram a melhor experiência aos nossos 30 milhões de clientes este ano, todos os dias. Quero agradecer a eles por sua paixão e dedicação. A Azul continua a ser única. A força da nossa malha: servimos 160 destinos, 100 a mais do que qualquer outra companhia, permitido pela frota flexível que nos permitem acessar e estimular demanda que nunca foi explorada antes. Essas vantagens competitivas estruturais só aumentaram com o tempo, pois nos mantivemos fiéis ao nosso modelo de negócios. Essas vantagens são fortalecidas pelos nossos negócios não relacionados a compra de passagens: fidelidade, turismo, cargas, serviços auxiliares e fretamentos, todos de rápido crescimento, margens elevadas. Com o Brasil muito presente em nosso DNA, temos extremo orgulho de fazer parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro para apoiar a equipe do Brasil nos jogos de verão de Paris 2024. No quarto trimestre, entregamos uma receita recorde de R$ 5,0 bilhões, RASK recorde de R$45,30 centavos, uma margem EBIT recorde de 17,6% no quarto trimestre e uma margem EBITDA de 29,2%, uma das mais altas do mundo. A margem EBITDA melhorou 7,6 pontos percentuais no ano e 4,5 pontos percentuais para o trimestre, demonstrando claramente nossa capacidade de continuar aumentando as margens, apesar do aumento do combustível e do câmbio. Isso demonstra claramente a força de nosso modelo de negócios e nossas vantagens competitivas sustentáveis. A liquidez imediata permanece sólida em R$ 3,0 bilhões, representando 16,2% de nossa receita anual. Incluindo investimentos e recebíveis de longo prazo, depósitos de segurança e reservas, nossa liquidez total foi de R$ 6,1 bilhões, mesmo após o pagamento da dívida e a realização de investimentos para preparar nossas operações para o crescimento em 2024, já que continuamos a ver um ambiente de demanda muito positivo no Brasil. Com um crescimento geral da receita de 17,2% de 2022 a 2023, é justo dizer que a demanda por produtos e serviços da Azul nunca foi tão forte. Nosso programa Azul Fidelidade está maior do que nunca, agora com 17 milhões de membros com recorde de usuários ativos mensais, resgates de pontos, receita recorrente e receita de cartão de crédito. Nossa operadora de turismo, a Azul Viagens, continua sua impressionante trajetória de crescimento e agora é a segundo maior operadora de turismo no Brasil. O faturamento bruto está aumentando 50% em relação ao ano anterior, à medida que aproveitamos a forte demanda de lazer e as oportunidades de aumentar a utilização de aeronaves com voos exclusivos sem escalas. Nosso negócio de logística cresceu no quarto trimestre, na direção oposta às tendências globais, expandindo nossa base diversificada de clientes com ainda mais varejistas, fabricantes e operadores de comércio eletrônico no Brasil, que valorizam nossas soluções logísticas confiáveis e de longo alcance. Em 2023, demos continuidade ao nosso processo de desalavancagem, atingindo uma alavancagem de 3,7x, uma redução de 2 pontos percentuais em um ano, e em linha com nossas perspectivas. Essa conquista foi alcançada após um plano de otimização de capital bem-sucedido e amigável, desenvolvido e negociado rapidamente de forma a proteger e maximizar o valor para todos os nossos acionistas. Estamos confiantes de que continuaremos a reduzir nossa alavancagem organicamente e estimamos terminar 2024 com uma alavancagem de aproximadamente 3x, abaixo dos níveis pré-pandêmicos. Com o sucesso desse plano, agora temos uma posição de liquidez e uma estrutura de capital que correspondem à nossa estratégia exclusiva e ao nosso desempenho operacional. Com o nosso crescimento este ano, fizemos investimentos essenciais em nossa operação, em nossos recursos de manutenção e em nossa equipe. Além disso, asseguramos parcerias estratégicas com nossos parceiros fabricantes para garantir a confiabilidade e a disponibilidade de nossa frota. Estamos cientes de que o ambiente operacional global é desafiador e queremos ter certeza de que estamos à frente da curva. Estamos mais confiantes do que nunca em nossa capacidade de tornar a Azul uma companhia aérea ainda mais eficiente e lucrativa no futuro e, com o forte impulso e o ambiente de demanda encorajador que estamos testemunhando, atualizamos nossa perspectiva de EBITDA para 2024 para R$ 6,5 bilhões. Estamos focados no fortalecimento de nossos negócios, impulsionando o crescimento e as margens em todas as nossas unidades de negócios e gerando continuadamente mais valor para todos os nossos acionistas. Agradecemos a todos os nossos tripulantes, parceiros e acionistas pela confiança e apoio no ano passado e esperamos que 2024 seja ainda mais bem-sucedido e gratificante.

John Rodgerson, CEO da Azul S.A.

A Azul em 2023: • Maior companhia aérea do Brasil em cidades atendidas e decolagens, com um pico de 1.000 voos diários para mais de 160 destinos; • Frota operacional com 183 aeronaves com uma idade média de 7,4 anos (excluindo aeronaves Cessna); • Market share doméstico: 39% em decolagens e 28% de demanda (RPK); • Segunda companhia aérea mais pontual do mundo.

Mercado de aviação: 2023 foi, mais uma vez, um ano de forte demanda, com melhorias significativas em capacidade, receitas e resultados em comparação com o ano anterior. Em 2023, a demanda internacional recuperou totalmente para os níveis de 2019, já no ambiente doméstico, as viagens de negócios também se recuperaram e o número de viagens a lazer continuou crescendo. Como resultado, as receitas operacionais atingiram mais uma vez um recorde histórico, uma vez que a procura por viagens permaneceu forte. A receita operacional total atingiu R$18,7 bilhões, aumento de 17,2% acima de 2023. O RASK também atingiu patamares recordes, R$ 42,48 centavos, um aumento de 5,4% em relação a 2022. Ao longo do ano, a Azul reconstruiu gradativamente a malha, encerrando o ano com aumento de capacidade de 11,2% em comparação com o ano anterior na comparação anual e aumento de 12,2% em RPKs, resultando em uma taxa de ocupação de 80,4%.

Participação da Azul no Mercado[1] (RPK Doméstico, 2023)

[1]Fonte: Anac

Participação da Azul no mercado doméstico[1] (RPK %)

[1]Fonte: Anac

Resultados Consolidados

Demonstrações de Resultados (R$ milhões)[1]	2023	2022	% ∆
Receita Líquida			
Transporte de passageiros	17.362,9	14.595,6	19,0%
Cargas e outras receitas	1.331,7	1.352,5	-1,5%
Receita líquida total	**18.694,6**	**15.948,1**	**17,2%**
Custos e despesas operacionais			
Combustível de aviação	5.890,5	6.561,3	-10,2%
Salários e benefícios	2.397,3	1.954,6	22,6%
Depreciação e amortização	2.314,3	2.094,4	10,5%
Tarifas aeroportuárias	1.056,9	911,2	16,0%
Gastos com passageiros	807,6	641,9	25,8%
Comerciais e publicidade	779,3	699,0	11,5%
Manutenção e reparos	686,2	592,1	15,9%
Outros	1.862,7	1.357,8	37,2%
Total custos e despesas operacionais	**15.794,7**	**14.812,4**	**6,6%**
Resultado Operacional	**2.899,9**	**1.135,7**	**155,3%**
Margem operacional	15,5%	7,1%	+8,4 p.p.
EBITDA	**5.214,2**	**3.230,1**	**61,4%**
Margem EBITDA	27,9%	20,3%	+7,6 p.p.
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	220,1	277,3	-20,6%
Despesas financeiras[2]	(5.363,5)	(4.558,1)	17,7%
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos[2]	19,9	438,2	-95,5%
Variações cambiais, líquidas	1.562,8	1.327,4	17,7%
Resultado antes do IR e contribuição social	**(660,8)**	**(1.379,6)**	**-52,1%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	–	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	(39,5)	–	n.a.
Resultado líquido do período[2]	**(700,3)**	**(1.379,6)**	**-49,2%**
Margem líquida	-3,7%	-8,7%	+4,9 p.p.
Resultado líquido ajustado[2 3]	**(2.421,0)**	**(2.667,6)**	**-9,2%**
Margem líquida ajustada[2 3]	-13,0%	-16,7%	+3,8 p.p.
Ações em circulação[4]	347,5	347,7	0,0%
Lucro (prejuízo) por ação PN	(2,02)	(3,97)	-49,2%
Lucro (prejuízo) por ação PN (US$)	(0,40)	(0,77)	-47,5%
Lucro (prejuízo) por ADR (US$)	(1,21)	(2,31)	-47,5%
Lucro (prejuízo) ajustado por ação PN[3]	(6,97)	(7,67)	-9,2%
Lucro (prejuízo) ajustado por ação PN[3] (US$)	(1,39)	(1,49)	-6,1%
Lucro (prejuízo) ajustado por ADR[3] (US$)	(4,18)	(4,46)	-6,1%

[1] Resultados operacionais ajustados para itens não recorrentes. [2] Resultados financeiros ajustados para despesas com debêntures conversíveis. [3] Lucro líquido (prejuízo) e EPS/EPADR ajustado para resultados de derivativos não realizados e taxa de câmbio de moeda estrangeira. Um ADR equivale a três ações preferenciais (PNs). [4] As ações em circulação não incluem a diluição relacionada aos instrumentos conversíveis e acionários.

Dados Operacionais[1]	2023	2022	% ∆
ASK (milhões)	44.006	39.579	11,2%
Doméstico	34.367	33.605	2,3%
Internacional	9.639	5.974	61,3%
RPK (milhões)	35.399	31.561	12,2%
Doméstico	27.180	26.517	2,5%
Internacional	8.219	5.044	62,9%
Taxa de ocupação (%)	80,4%	79,7%	+0,7 p.p.
Doméstico	79,1%	78,9%	+0,2 p.p.
Internacional	85,3%	84,4%	+0,8 p.p.
Tarifa média (R$)	593,0	531,0	11,7%
Passageiros (milhares)	29.278	27.485	6,5%
Horas-bloco	550.843	518.813	6,2%
Utilização de aeronaves (horas/dia)[2]	10,0	9,2	8,6%
Número de decolagens	316.896	304.429	4,1%
Etapa média (Km)	1.159	1.105	4,8%
Aeronaves de passageiros operacionais final do período	183	177	3,4%
Combustível de aviação (milhares de litros)	1.291.297	1.206.925	7,0%
Combustível de aviação por ASK	29,3	30,5	-3,8%
Funcionários equivalentes em tempo integral (FTE)	15.248	13.543	12,6%
FTE no final do período por aeronave	83	77	8,9%
Yield (R$ centavos)	49,05	46,25	6,1%
RASK (R$ centavos)	42,48	40,29	5,4%
PRASK (R$ centavos)	39,46	36,88	7,0%
CASK (R$ centavos)	35,89	37,42	-4,1%
CASK excluindo combustível (R$ centavos)	22,51	20,85	8,0%
Custo de combustível por litro (R$)	4,56	5,44	-16,1%
Break-even da taxa de ocupação (%)	68,0%	74,1%	-6,1 p.p.
Taxa de câmbio média (R$ por US$)	5,00	5,16	-3,3%
Taxa de câmbio no fim do período	4,90	5,22	-6,1%
Inflação (IPCA/últimos 12 meses)	4,46%	5,79%	-1,3 p.p.
WTI (média por barril, US$)	77,66	93,72	-17,1%
Heating oil (US$ por galão)	2,81	3,55	-20,7%

[1] Resultados operacionais ajustados para itens não-recorrentes [2]Exclui aeronaves Cessna

Receita Líquida: Em 2023, a receita operacional total da Azul aumentou R$2,7 bilhões ou 17,2%, atingindo o recorde de R$18,7 bilhões. A receita de passageiros aumentou 19,0% e 11,2% a mais de capacidade em comparação ao mesmo período do ano passado, impulsionada pela recuperação total da demanda de passageiros corporativos e internacionais e pelo excelente desempenho de nossos demais negócios. A receita de carga e outras atingiu R$1,3 bilhão em 2023, 1,5% menor do que 2022, principalmente devido a redução de 40,4% da operação internacional de cargas. O RASK e o PRASK atingiram recordes históricos de R$42,48 centavos e R$39,46 centavos, respectivamente, suportado pela nossa capacidade racional e pelas vantagens competitivas e sustentáveis do nosso modelo de negócios. Em relação a 2022, o RASK e o PRASK aumentaram 5,4% e 7,0%, respectivamente. A tabela abaixo apresenta a composição de nossas receitas e despesas operacionais em uma base por ASK nos períodos indicados:

R$ centavos[1]	2023	2022	% ∆
Receita líquida por ASK			
Transporte de passageiros	39,46	36,88	7,0%
Cargas e outras receitas	3,03	3,42	-11,4%
Receita líquida (RASK)	**42,48**	**40,29**	**5,4%**
Custos e despesas operacionais por ASK			
Combustível de aviação	13,39	16,58	-19,3%
Salários e benefícios	5,45	4,94	10,3%
Depreciação e amortização	5,26	5,29	-0,6%
Tarifas aeroportuárias	2,40	2,30	4,3%
Gastos com passageiros	1,84	1,62	13,2%
Comerciais e publicidade	1,77	1,77	0,3%
Manutenção e reparos	1,56	1,50	4,2%
Outras despesas operacionais, líquidas	4,23	3,43	23,4%
Total custos e despesas operacionais (CASK)	**35,89**	**37,42**	**-4,1%**
Resultado operacional por ASK (RASK-CASK)	**6,59**	**2,87**	**129,7%**

[1]Os resultados operacionais foram ajustados para itens não-recorrentes.

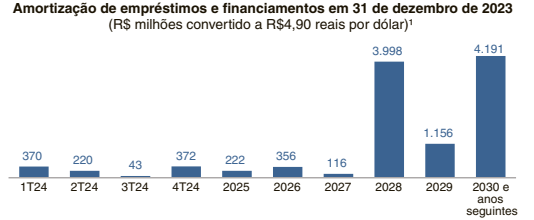
Custos e Despesas Operacionais: Em 2023, a Azul registrou despesas operacionais de R$15,8 bilhões, ante uma despesa de R$14,8 bilhões em 2022, representando um aumento de 6,6%, principalmente devido ao aumento de capacidade e receita de 11,2% e 17,2%, respectivamente, além dos investimentos realizados no quarto trimestre para apoiar o crescimento esperado para 2024 e maximizar a disponibilidade da frota para nos beneficiarmos do ambiente de forte demanda, compensado por uma redução de 16,1% no preço do combustível por litro e pela desvalorização média do real em relação ao dólar de 3,3%. A composição de nossas principais despesas operacionais em relação a 2022 é a seguinte: • **Combustível de aviação** reduziu 10,2%, para R$5.890,5 milhões, mesmo com um aumento de 11,2% na capacidade total, principalmente devido a uma redução de 16,1% no preço do combustível por litro (excluindo hedges) e uma redução na queima de combustível por ASK como resultado de nossa frota de nova geração mais eficiente. • **Salários e benefícios** aumentaram 22,6%, impulsionados principalmente pelo nosso aumento de capacidade de 11,2% em 2023, um aumento salarial de 5,5% resultante de acordos coletivos pagos a todos os funcionários de companhias aéreas no Brasil, internalização de certas atividades para redução de custos totais e contratações realizadas no trimestre para suportar o crescimento de 2024. • **Depreciação e amortização** aumentaram 10,5% ou R$219,8 milhões, impulsionados pelo aumento no tamanho de nossa frota em relação a 2022. • **Tarifas aeroportuárias** aumentaram 16,0% ou R$145,7 milhões, impulsionadas principalmente pelo aumento de 11,2% na capacidade total, em particular pelo nosso crescimento de 61,3% na capacidade internacional, que possui tarifas mais elevadas. • **Serviços de passageiros e de tráfego** aumentaram R$165,7 milhões, principalmente devido ao aumento de 6,5% no número de passageiros, aumento de 4,1% nas decolagens, além da inflação de 4,5% no período. • **Comerciais e marketing** aumentaram 11,5%, ou R$80,3 milhões, impulsionado principalmente por um aumento de 19,0% na receita de passageiros, compensado pela economia proveniente da internalização de atividades de marketing. • **Materiais de manutenção e reparo** aumentaram R$94,1 milhões em comparação com 2022, principalmente impulsionados por um maior número de eventos de manutenção para maximizar a disponibilidade das aeronaves e apoiar o crescimento de 2024, parcialmente compensados por uma maior quantidade de eventos de manutenção internalizados, desvalorização do real de 3,3% em relação dólares e redução de custos com a renegociação de nossos contratos de manutenção de motores. • **Outras** aumentaram R$504,9 milhões, impulsionados principalmente pelo aumento de ações judiciais, pelo aumento de 11,2% na capacidade de passageiros e maiores despesas com treinamento enquanto nos preparamos para o crescimento de 2024, além de um aumento nas despesas de TI relacionadas com receita, maiores acomodações de tripulantes, operações de carga e contingências de voo.

Disponibilidades e Endividamento: A Azul encerrou o ano com R$3,0 bilhões em liquidez imediata, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e aplicações financeiras, um crescimento de R$478,8 milhões em comparação com o ano anterior, mesmo após pagar mais de R$ 8,1 bilhões em arrendamentos, empréstimos, diferimentos, reservas de manutenção, juros e despesas de capital. Essa liquidez imediata representa 16,2% de nossas receitas dos últimos doze meses. A liquidez total, incluindo depósitos, reservas de manutenção, investimentos de longo prazo e recebíveis, foi de R$6,1 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Isso não inclui peças de reposição ou outros ativos não onerados, como nossa unidade de negócios Azul Cargo.

Liquidez (R$ milhões)	2023	2022	% ∆
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo	1.897,3	668,3	183,9%
Contas a receber	1.124,0	1.874,2	-40,0%
Liquidez imediata	**3.021,3**	**2.542,5**	**18,8%**
Caixa como % da receita líquida	16,2%	15,9%	+0,2 p.p.
Recebíveis de longo prazo	796,5	838,9	-5,1%
Depósitos em garantia e reservas para manutenção	2.293,5	2.539,6	-9,7%
Liquidez total	**6.111,4**	**5.921,0**	**3,2%**

A amortização da dívida da Azul em 31 de dezembro de 2023, está reportada abaixo e ainda não considera os acordos comerciais para extensão dos prazos de pagamentos das dívidas com nossos parceiros. O gráfico abaixo converte nossa dívida em dólares para reais utilizando a taxa de câmbio do final do ano de R$4,90.

Amortização de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 (R$ milhões convertido a R$4,90 reais por dólar)[1]

Amortização de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023
(R$ milhões convertido a R$4,90 reais por dólar)[1]

[1] Exclui as debêntures conversíveis.

A dívida bruta aumentou 6,3% ou R$1.370,1 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2022, principalmente devido a oferta bem sucedida de R$3.831,0 milhões no terceiro trimestre, ao aumento no valor presente de nossos passivos de arrendamento devido à redução na taxa de desconto de 21,3% para 16,5%, e a desvalorização do real no final do período de 6,1%, parcialmente compensada pelo nosso contínuo processo de desalavancagem com mais de R$5,0 bilhões em pagamentos de empréstimos e arrendamentos durante o ano.

Empréstimos e Financiamentos (R$ milhões)[1]	2023	2022	% ∆
Passivo de arrendamento	11.805,1	13.771,3	-14,3%
Dívidas de arrendamento	1.030,8	–	n.a.
Arrendamento financeiro	650,7	811,5	-19,8%
Outros empréstimos e financiamentos de aeronaves	399,4	792,2	-49,6%
Outros empréstimos, financiamentos e debêntures	9.299,5	6.440,5	44,4%
% da dívida não relacionada à aeronave em moeda local	10%	19%	-9,2 p.p.
% da dívida total em moeda local	4%	6%	-0,3 p.p.
Dívida bruta	**23.185,6**	**21.815,5**	**6,3%**

[1]Considera a dívida ajustada pelo efeito do hedge, líquido dos subarrendamentos de aeronave a receber; exclui debentures conversíveis.

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento da dívida da Azul, excluindo as obrigações de leasing e debêntures conversíveis, era de 4,7 anos, com uma taxa média de juros de 11.0%. A taxa média de juros das obrigações locais e denominadas em dólares foram equivalentes a CDI + 5% e 10,5%, respectivamente. O índice de alavancagem da Azul, medido como dívida líquida/EBITDA dos últimos doze meses, diminuiu 2 pontos completos no ano, de 5,7x para 3,7x, em linha com nossa orientação. Estamos confiantes em nossa capacidade de continuar reduzindo a alavancagem organicamente e prevemos encerrar 2024 com alavancagem de aproximadamente 3x.

Principais Indicadores de Dívida (R$ milhões)	2023	2022	% ∆
Caixa[1]	3.817,9	3.381,4	12,9%
Dívida bruta[2]	23.185,6	21.815,5	6,3%
Dívida líquida	19.367,7	18.434,1	5,1%
Dívida líquida / EBITDA (UDM)	3,7x	5,7x	-2,0x

[1]Inclui caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira circulante e não circulante. [2] Exclui debentures conversíveis.

Frota: Em 31 de dezembro de 2023, a Azul tinha uma frota operacional de 183 aeronaves e uma frota contratual de 189 aeronaves, com uma idade média de 7,4 anos, excluindo aeronaves Cessna. No final de 2023, as 6 aeronaves não incluídas em nossa frota operacional consistiam em 3 Embraer E1s sublocados à Breeze, 1 ATR e 2 Embraer E1s no processo de saída da frota. A Azul terminou o ano com aproximadamente 82% de sua capacidade proveniente de aeronaves de nova geração, muito superior a qualquer competidor na região.

Frota Contratual de Passageiros[1]	2023	2022	% ∆
Airbus widebody	11	14	-21,4%
Airbus narrowbody	55	52	5,8%
Embraer E2	20	14	42,9%
Embraer E1	42	49	-14,3%
ATR	37	41	-9,8%
Cessna	24	24	–
Total[1]	**189**	**194**	**-2,6%**
Aeronave em arrendamento operacional	*164*	*168*	*-2,4%*

[1] Inclui 7 aeronaves subarrendadas.

Frota Operacional de Passageiros	2023	2022	% ∆
Airbus widebody	11	11	–
Airbus narrowbody	55	51	7,8%
Embraer E2	20	13	53,8%
Embraer E1	37	43	-14,0%
ATR	36	37	-2,7%
Cessna	24	22	9,1%
Total	**183**	**177**	**3,4%**

Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança: A tabela abaixo apresenta as principais métricas ESG da Azul, de acordo com o padrão SASB (Sustainability Accounting Standards Board) para o setor aéreo.

Indicadores Ambientais, Sociais e de Governança	2023	2022	% ∆
Meio Ambiente			
Combustível			
Combustível consumido por ASK (GJ / ASK)	1.102	1.146	-3,8%
Combustível consumido (GJ x 1000)	48.508	45.338	7,0%
Frota			
Idade média da frota operacional[1] (anos)	7,4	7,1	4,2%
Social			
Relações Trabalhistas			
Gênero dos funcionários: masculino (%)	59,4%	59,8%	-0,4 p.p.
Gênero dos funcionários: feminino (%)	40,6%	40,2%	0,4 p.p.
Rotatividade mensal de funcionários (%)	0,7%	0,9%	-0,2 p.p.
Funcionários cobertos por acordos de negociação coletiva (%)	100%	100%	–
Voluntários (#)	6.012	4.324	39%
Governança			
Administração			
Conselheiros Independentes (%)	92%	91%	0,7 p.p.
Participação de mulheres no Conselho de Administração (%)	25%	18%	7,0 p.p.
Idade média dos membros do Conselho de Administração (anos)	58	58	0,2%
Frequência da diretoria em reuniões (%)	99%	96%	3 p.p.
Tamanho do Conselho de Administração (#)	12	11	9,1%
Participação de mulheres em cargo de gestão (%)	38%	40%	-2 p.p.

[1] Excluindo as aeronaves Cessna

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.809	8.117	1.897.336	668.348
Contas a receber	8	–	–	1.109.408	1.803.998
Subarrendamento de aeronaves	9	–	–	14.592	70.193
Estoques	10	–	–	799.208	721.738
Depósitos	11	7.802	8.409	515.692	1.025.168
Tributos a recuperar	12	4.984	11.572	219.433	234.891
Instrumentos financeiros derivativos	24	–	–	21.909	36.054
Partes relacionadas	30	216.388	–	–	–
Adiantamento a fornecedores	13	–	–	221.051	121.697
Outros ativos		2.079	2.089	245.518	189.849
Total do ativo circulante		234.062	30.187	5.044.147	4.871.936
Não circulante					
Aplicações financeiras	7	–	–	780.312	733.043
Subarrendamento de aeronaves	9	–	–	16.210	105.860
Depósitos	11	70	77	1.777.803	1.514.393
Instrumentos financeiros derivativos	24	–	–	–	235.896
Partes relacionadas	30	1.578.332	–	–	–
Outros ativos		–	–	143.781	328.005
Investimentos	15	760.782	761.125	–	–
Imobilizado	16	–	–	2.295.851	1.953.089
Direito de uso	17	–	–	9.011.558	7.552.548
Intangível	18	–	–	1.463.247	1.426.523
Total do ativo não circulante		2.339.184	761.202	15.488.762	13.849.357
Total do ativo		2.573.246	791.389	20.532.909	18.721.293

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	1.100.051	1.112.940
Acordos de financiamento de fornecedores	23	–	–	290.847	753.352
Arrendamentos	20	216.388	–	3.687.392	4.025.948
Instrumentos de dívida conversíveis	21	25.807	14.789	25.807	14.789
Fornecedores	22	10.651	24	2.277.841	2.517.828
Taxas e tarifas aeroportuárias	25	–	–	588.404	831.897
Transportes a executar e programa de fidelidade	26	–	–	5.205.876	4.140.025
Salários e encargos sociais	27	2.344	2.485	474.797	479.412
Tributos a recolher	28	506	633	142.168	193.588
Instrumentos financeiros derivativos	24	–	–	68.905	69.365
Provisões	29	–	–	736.430	834.288
Partes relacionadas	30	52.129	–	–	–
Outros passivos		–	–	150.362	82.673
Total do passivo circulante		307.825	17.931	14.748.880	15.056.105
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	8.598.861	6.119.759
Arrendamentos	20	1.443.351	–	11.459.019	10.556.885
Instrumentos de dívida conversíveis	21	1.175.803	1.388.930	1.175.803	1.388.930
Fornecedores	22	119.841	–	1.320.927	516.971
Taxas e tarifas aeroportuárias	25	–	–	1.171.679	502.872
Tributos a recolher	28	–	–	112.287	71.595
Instrumentos financeiros derivativos	24	–	–	840	175.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	39.526	–	39.526	–
Provisões	29	30	–	2.404.423	2.408.706
Partes relacionadas	30	683.763	–	–	–
Provisão para perda com investimento	15	20.130.955	18.392.028	–	–
Outros passivos		–	–	828.512	931.760
Total do passivo não circulante		23.593.269	19.780.958	27.111.877	22.672.688
Patrimônio líquido	31				
Capital social		2.314.821	2.313.941	2.314.821	2.313.941
Adiantamento para futuro aumento de capital		789	61	789	61
Reserva de capital		2.029.610	1.970.098	2.029.610	1.970.098
Ações em tesouraria		(9.041)	(10.204)	(9.041)	(10.204)
Outros resultados abrangentes		3.106	5.281	3.106	5.281
Prejuízos acumulados		(25.667.133)	(23.286.677)	(25.667.133)	(23.286.677)
		(21.327.848)	(19.007.500)	(21.327.848)	(19.007.500)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.573.246	791.389	20.532.909	18.721.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Descrição	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		2.290.876	120	(11.959)	1.946.471	5.799	(22.564.310)	(18.333.003)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(722.367)	(722.367)
Benefício pós-emprego	29	–	–	–	–	(518)	–	(518)
Total dos resultados abrangentes		–	–	–	–	(518)	(722.367)	(722.885)
Recompra de ações	31	–	–	(3.923)	–	–	–	(3.923)
Remuneração baseada em ações (*)	31/33	23.065	(59)	5.678	23.627	–	–	52.311
Em 31 de dezembro de 2022		2.313.941	61	(10.204)	1.970.098	5.281	(23.286.677)	(19.007.500)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(2.380.456)	(2.380.456)
Benefício pós-emprego	29	–	–	–	–	(2.175)	–	(2.175)
Total dos resultados abrangentes		–	–	–	–	(2.175)	(2.380.456)	(2.382.631)
Recompra de ações	31	–	–	(6.826)	–	–	–	(6.826)
Remuneração baseada em ações (*)	31/33	880	728	7.989	59.512	–	–	69.109
Em 31 de dezembro de 2023		2.314.821	789	(9.041)	2.029.610	3.106	(25.667.133)	(21.327.848)

(*) Refere-se ao recebimento do exercício de opção de ações, transferências de ações em tesouraria para o pagamento de RSU líquido de imposto de renda e ao vesting dos planos de remuneração baseada em ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita bruta de vendas					
Transporte de passageiros	34	–	–	17.229.732	15.020.757
Outras receitas	34	–	–	1.487.286	1.513.582
Perdas esperadas	8	–	–	(3.150)	(6.267)
		–	–	18.713.868	16.528.072
Insumos adquiridos de terceiros					
Combustível de aviação		–	–	(5.890.485)	(6.561.288)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.092)	(5.633)	(6.195.152)	(4.759.308)
Seguros		(12.245)	(13.514)	(89.492)	(103.216)
	35	(31.337)	(19.147)	(12.175.129)	(11.423.812)
Valor adicionado bruto		(31.337)	(19.147)	6.538.739	5.104.260
Retenções	35				
Depreciação e amortização		–	–	(2.404.223)	(2.094.448)
Impairment de ativos e passivo oneroso		–	–	245.636	1.102.791
Valor adicionado líquido		(31.337)	(19.147)	4.380.152	4.112.603
Valor adicionado recebido em transferências					
Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.805.476)	(1.052.381)	–	–
Receitas financeiras	36	3.824	21.683	220.141	277.289
Outras receitas		71.703	–	–	–
Valor adicionado a distribuir		(1.729.949)	(1.030.698)	220.141	277.289

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Valor adicionado a distribuir		(1.761.286)	(1.049.845)	4.600.293	4.389.892
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal (a)					
Remuneração direta		23.838	10.163	1.611.215	1.349.322
Benefícios		6.261	13.398	331.550	197.943
F.G.T.S.		580	519	140.134	121.973
	35	30.679	24.080	2.082.899	1.669.238
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		40.017	2.066	388.760	756.841
Estaduais		–	–	53.141	48.228
Municipais		–	–	8.733	5.343
		40.017	2.066	450.634	810.412
Capital de terceiros					
Despesas financeiras	36	603.046	240.250	5.608.771	4.793.782
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	36	25.249	(519.815)	238.458	(958.005)
Variações cambiais, líquidas	36	(79.821)	(74.059)	(1.625.064)	(1.406.566)
Aluguéis	36	–	–	225.051	203.398
		548.474	(353.624)	4.447.216	2.632.609
Capital próprio					
Prejuízo líquido do exercício		(2.380.456)	(722.367)	(2.380.456)	(722.367)

(a) Não contempla INSS no montante de R$192 na controladora e R$325.465 no consolidado, pois está na linha de impostos federais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul S.A. ("Azul"), em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade por ações, regida pelo seu estatuto social, pela Lei 6.404/76 e pelo regulamento de listagem nível 2 de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo primordialmente como objeto social a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, fretamento de passageiros, prestação de serviços de manutenção e hangaragem de aeronaves, motores, partes e peças, aquisição e arrendamentos de aeronaves, desenvolvimento de programas de fidelidade, desenvolvimento de atividades conexas e participação em outras sociedades desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. A Azul desenvolve suas atividades por meio de suas controladas, principalmente a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB") e a Azul Conecta Ltda. ("Conecta"), que detêm autorização das autoridades governamentais para operarem como companhias aéreas, e a ATS Viagens e Turismo Ltda. ("Azul Viagens"). As ações da Az ul são negociadas na B3 e na *New York Stock Exchange* ("NYSE") sob os códigos AZUL4 e AZUL, respectivamente. A Azul está sediada na avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 8º andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. **1.1. Estrutura organizacional:** A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Apresentam-se abaixo as atividades operacionais em que as controladas da Azul estão engajadas, bem como as alterações nas participações societárias ocorridas no período, quando aplicável.

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	Estado	País	% Participação 31/12/2023	% Participação 31/12/2022
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Direto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	24,8%	–
Azul IP Cayman Ltd. (Azul Cayman)	Indireto	Detentora de propriedade intelectual	George Town	Ilhas Cayman	100,0%	–
IntelAzul S.A. (IntelAzul)	Direto	Programa de fidelidade	São Paulo	Brasil	100,0%	100,0%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25,0%	–
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Direto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100,0%	100,0%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25,0%	–
Azul Conecta Ltda. (Conecta)	Indireto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100,0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (Azul Viagens)	Indireto	Serviço de turismo	São Paulo	Brasil	99,9%	99,9%
ATSVP Viagens Portugal, Unipessoal LDA (Azul Viagens Portugal)	Indireto	Serviço de turismo	Lisboa	Portugal	100,0%	–
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25,0%	–
Cruzeiro Participações S.A. (Cruzeiro)	Indireto	Participação em outras sociedades	São Paulo	Brasil	99,9%	99,9%
Azul Investments LLP (Azul Investments)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul SOL LLC (Azul SOL)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC (Azul Finance)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (Azul Finance 2)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC (Blue Sabiá)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC (Canela Turbo)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Saira LLC (Azul Saira)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Secured Finance LLP (Azul Secured)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100,0%	–

A Azul Viagens Portugal foi constituída em março de 2023, a Azul *Secured* em maio de 2023 e as empresas Azul *Cayman Holdco e* Azul *Cayman* em junho de 2023. **1.2. Sazonalidade:** As receitas operacionais da Companhia dependem substancialmente do volume geral de tráfego de passageiros e cargas, que está sujeito a mudanças sazonais. Nossas receitas de passageiros são geralmente mais altas durante o período de férias de verão e inverno, em janeiro e julho respectivamente, e nas duas últimas semanas de dezembro, que corresponde à temporada de festividades de final de ano. Considerando a distribuição dos custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os períodos do exercício social. Cabe ressaltar que a pandemia de COVID-19 impactou o comportamento relacionado à regularidade de viagens dos clientes da Companhia no primeiro trimestre de 2022, impactando assim o resultado acumulado do exercício apresentado para fins comparativos.

2 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO E ESTRUTURA DE CAPITAL

2.1. Contextualização

Durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concentrou esforços para executar o plano de reestruturação de dívidas. As discussões com credores iniciaram-se no final do exercício de 2022, sendo que as assinaturas dos acordos se concentraram no terceiro e quarto trimestre de 2023. As principais ações tomadas nesse processo são apresentadas detalhadamente a seguir, entretanto, se faz necessário esclarecer os fatos e condições que levaram a Companhia a promover tal reestruturação: Desde a fundação da Companhia até a deflagração da pandemia de COVID-19, a Azul demonstrava por meio de seus resultados as fortalezas de seus fundamentos econômicos. Por ser uma companhia aérea com uma estratégia de negócio diferenciada, apoiada nas suas rotas regionais, onde havia baixíssima ou até mesmo nenhuma concorrência, até aquele momento a Companhia apresentava um crescimento exponencial. Como é de conhecimento geral, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS"), classificou a COVID-19 como "emergência de saúde pública de interesse internacional", elevando-a à categoria de pandemia. A partir desse momento, observou-se uma forte ruptura na atividade econômica global, deflagrando uma crise econômica mundial sem precedentes. Cabe lembrar que a velocidade de disseminação e contágio da doença fez com que os países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, adotassem medidas de recomendação de distanciamento social, restrições a viagens e fechamento de fronteiras. Como consequência, a indústria aérea foi uma das primeiras e mais atingidas em suas operações e resultados. De forma a enfrentar esse cenário absolutamente desafiador, a Companhia por meio de seu Comitê Executivo passou a monitorar e estabelecer estratégias operacionais e financeiras para atravessar esse período de crise até a retomada das operações. Dentre as principais ações para atingir as estratégias estabelecidas destacam-se: **2.1.1. Redimensionamento da malha área:** Uma das primeiras e mais importantes ações tomadas pela Administração em resposta à crise econômica deflagrada pela pandemia de COVID-19 foi o redimensionamento de sua malha aérea, com reduções na capacidade que atingiram seu pico em abril de 2020. Neste momento, o volume de *ASKs* (assentos-quilômetro oferecidos) ofertados no mercado doméstico chegou a representar apenas 13% do volume do mesmo período do ano de 2019, representado por aproximadamente 70 voos diários, e por sua vez, a demanda reduziu a 11% do total do ano anterior. Até então a Companhia operava uma média de quase 1.000 voos diários. Tal situação impactou severamente a capacidade da Companhia de gerar caixa e estar apta a honrar compromissos financeiros assumidos no período pré-pandêmico. **2.1.2. Reduções de custos:** Diante das dificuldades impostas pelo cenário pandêmico, a Companhia adotou diversas medidas para reduzir seus custos fixos e variáveis, entre eles: (i) suspensão de contratações; (ii) lançamento dos programas de licença não remunerada e de desligamento voluntário; (iii) redução dos salários dos membros do comitê executivo e diretores; (iv) redução de despesas gerais de salário na ordem de 65% no período compreendido entre março e agosto de 2020 por meio da adesão a MP nº 936/20; e (v) acordo coletivo para redução da jornada de trabalho de pilotos e comissários por 18 meses. **2.1.3 Fortalecimento do caixa:** Ao longo do período, com a evolução da pandemia, a Administração envidou esforços para manter os níveis de caixa em patamares necessários para o enfrentamento da crise, sendo necessário estabelecer novos acordos com fornecedores, credores bancários e arrendadores. Dentro desse escopo, as principais ações tomadas foram as seguintes: • acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de debêntures; • postergação do pagamento de participação nos lucros e resultados de 2019; • negociação de novas condições de pagamento com fornecedores para preservação de caixa; • suspensão de viagens a trabalho e despesas discricionárias; • negociação para redução de tarifas aeroportuárias; • acordo para postergação de entrega de aeronaves modelo E2; • acordo com arrendadores com redução de aproximadamente 77% da saída de caixa para o período compreendido entre abril e dezembro de 2020; • renegociação das condições e vencimentos de debêntures e obrigações de FINAME; e • emissão de debêntures conversíveis em ações no montante de R$1.745.900 (equivalente a US$323.195) com vencimento em 5 anos e juros de 7,5% a.a. no primeiro ano e 6,0% a.a. a partir do segundo ano, com liquidações semestrais. **2.1.4 Cenário pós pandemia de COVID-19:** Passados os momentos mais críticos em decorrência da pandemia de COVID-19, tanto a economia global quanto a brasileira passam a se deparar com problemas adicionais tais como: • aumentos abruptos nos preços do petróleo que impactam diretamente os custos do combustível de aviação; • desvalorização significativa do real frente ao dólar; • crescimento das taxas de inflação nos mercados mais desenvolvidos como Estados Unidos e Europa; • escassez de crédito, causando um incremento significativo nas taxas de juros para captação de recursos; e • crise na cadeia de suprimentos de materiais de manutenção que pressionam os custos de forma adversa para a Companhia. Diante dessa conjuntura, a Administração em dezembro de 2022 estabeleceu uma estratégia de renegociação de todas as suas dívidas, cuja execução se estendeu ao longo de 2023, devido ao grande número de *stakeholders* envolvidos e a complexidade dos temas em discussão, conforme segue: **2.1.4.1. Emissão de debêntures simples:** Em junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da ALAB, no valor total de R$600.000, com valor nominal unitário de R$1, taxa equivalente a CDI+6,0% a.a., pagamento de juros mensais e vencimento em junho de 2024. Os recursos foram integralmente e exclusivamente utilizados para o pagamento de combustível de aviação. **2.1.4.2. Emissão de títulos de dívidas *2028 – "Senior notes 2028"*** Em julho de 2023, a subsidiária *Azul Secured* emitiu e precificou uma emissão de títulos de dívidas de R$3.831.040 (equivalente a US$800.000) de valor principal, com custos de captação de R$187.658. Os juros nominais correspondem a 11,9% a.a., e serão pagos trimestralmente, em fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, a partir de novembro de 2023. O valor principal das *Senior Notes 2028* vencerá em agosto de 2028, a menos que sejam resgatadas ou recompradas antecipadamente e canceladas de acordo com os termos de emissão, pela Companhia. Em outubro de 2023, a subsidiária *Azul Secured* emitiu notas adicionais no valor principal de R$186.005 (equivalente a US$36.778). Tais notas foram emitidas em troca do valor principal agregado de R$190.819 (equivalente a US$37.730) das *Senior Notes 2024*. Em fevereiro de 2024, a subsidiária *Azul Secured* emitiu notas adicionais no valor principal de R$740.585 (equivalente a US$148.700). Tais notas foram emitidas para investidores institucionais qualificados. **2.1.4.3. Ofertas de troca dos títulos de dívidas (*"exchange offer"*)** Em junho de 2023, a Companhia anunciou que a subsidiária Azul *Investments* lançou: • uma oferta para trocar títulos de dívidas com juros de 5,9% a.a. com vencimento em 2024 ("Senior Notes 2024") por títulos de dívidas com juros de 11,5% a.a. com vencimento em 2029; e • uma oferta para trocar títulos de dívidas com juros de 7,3% a.a. com vencimento em 2026 ("Senior Notes 2026)" por títulos de dívidas com juros de 10,9% a.a. com vencimento em 2030. Em julho e outubro de 2023, a subsidiária Azul *Investments* concluiu suas ofertas de troca e, como consequência, a subsidiária Azul *Secured* emitiu: • R$1.410.967 (equivalente a US$294.215) de valor principal, com juros de 11,5% a.a. e vencimento em 2029 (que foram emitidas em troca de R$1.410.967 (equivalente a US$294.215) de valor principal agregado das "*Senior Note*s 2024"); • R$2.725.010 (equivalente a US$568.219) de valor principal, com juros de 10,9% a.a. e vencimento em 2030 (que foram emitidas em troca de R$2.725.166 (equivalente a US$568.252) de valor principal agregado das "*Senior Notes* 2026"); e • R$186.005 (equivalente a US$36.778) de valor principal, com juros de 11,5% a.a. e vencimento em 2028 (que foram emitidas em troca de R$190.819 (equivalente a US$37.730) de valor principal agregado das "*Senior Notes* 2024"). No total, 90,0% do valor principal dos *Senior Notes* 2024 e 2026 foi trocado por títulos de dívidas de 2028, 2029 e 2030, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	US$	% trocado
5,9% *Senior notes 2024*	331.945	83,0%
7,3% *Senior notes 2026*	568.252	94,7%
Total	900.197	90,0%

2.1.4.4 Repactuação de debêntures conversíveis: Em julho e agosto de 2023, a Companhia e os debenturistas celebraram alterações nas condições originais das dívidas de debêntures conversíveis. Em resumo: • Preço de conversão: de R$32,26 para R$22,78 por ação preferencial; • Taxa de juros nominal: de 6,0% a.a. para 12,3% a.a.; e • Prazo e data de vencimento: de outubro de 2025 para outubro de 2028. O resgate antecipado obrigatório corresponde a R$542.496 (equivalente a US$108.900) e foi determinado da seguinte forma: • o valor de resgate de cada debênture passível foi de 120% do valor nominal unitário atualizado das debêntures, ou seja, o valor nominal unitário atualizado das debêntures acrescido de prêmio de 20% sobre o valor acima mencionado; e • todos e quaisquer juros e atualizações monetárias incorridos e não pagos. ***2.1*.4.5. Repactuação de obrigações de arrendamentos:** Em março de 2023, foram celebrados acordos ("*forbearance agreements*") entre a Companhia e seus principais arrendadores. Tais contratos visavam a suspensão temporária dos pagamentos relacionados aos aluguéis de aeronaves, enquanto estavam sendo negociados novos prazos e formas para pagamento de obrigações principalmente de diferimentos negociados durante a pandemia de COVID-19, bem como a diferença entre as taxas de arrendamento contratuais da Azul e as taxas de mercado atuais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia definiu as condições de repactuações e passou a firmar acordos definitivos com os arrendadores, que concordaram em receber títulos de dívida negociáveis com vencimento em 2030 ("*Notes*") e dívida com possibilidade de liquidação em ações preferencias da Azul ou caixa, a critério da Companhia ("*Equity*") de forma a refletir a nova geração de caixa da Companhia, sua melhor estrutura de capital e a redução em seu risco de crédito. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia repactuou nessas novas condições 119 contratos de arrendamento. No geral, as condições repactuadas entre Companhia e arrendadores são as seguintes: • *Notes:* R$1.385.115 (equivalente a US$286.104), com juros a serem pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2023, com juros de 7,5% a.a., e vencimento do principal em junho de 2030; e • *Equity:* R$2.178.740 (equivalente a US$450.032) com pagamentos trimestrais consecutivos, iniciando em julho de 2024. Os custos incorridos nessas repactuações correspondem a R$84.421 e foram contabilizados na demonstração do resultado, conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9. **2.1.4.6. Repactuação de obrigações com fornecedores de serviços e peças para aeronaves:** As negociações com fornecedores de serviços e peças para aeronaves seguiram em sua maioria o mesmo modelo da repactuação das obrigações de arrendamento, ou seja, a Companhia emitiu: • *Notes*: R$408.541 (equivalente a US$84.386), com juros a serem pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2023, com juros de 7,5% a.a. e vencimento do principal em junho de 2030; e • *Equity*: R$159.775 (equivalente a US$33.002), com pagamentos trimestrais consecutivos, iniciando em janeiro de 2025. **2.2. Capital circulante líquido e estrutura de capital:** Em 31 de dezembro de 2023, após as renegociações, o capital circulante da Companhia e sua posição de patrimônio são conforme demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação
Capital circulante líquido	(9.704.733)	(10.184.169)	479.436
Patrimônio líquido	(21.327.848)	(19.007.500)	(2.320.348)

A variação do saldo do capital circulante líquido, que representa uma redução do déficit de aproximadamente 4,7%, é especificamente uma consequência das ações de reestruturação das dívidas apresentadas na nota 2.1.4. O aumento na posição negativa do patrimônio líquido é decorrente, principalmente, do resultado financeiro negativo da Companhia que supera em R$2.380.456 o lucro operacional. Diante do acima exposto, apesar do aumento da posição do patrimônio líquido negativo, a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados. Tal avaliação baseia-se no plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2023 e todo o processo de reestruturação de passivos descritos nessas demonstrações financeiras. Os planos de negócios da Companhia incluem ações futuras planejadas, premissas macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo, nível da demanda por transporte aéreo com correspondente aumento de tráfego e tarifas, estimativa de taxas de câmbio e preço de combustível. A Administração da Companhia monitora e informa o Conselho de Administração sobre o desempenho realizado em relação ao plano aprovado. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional. **2.3. Aceleração da transformação da frota:** Em 2019, a Administração da Companhia aprovou o plano de substituição das aeronaves modelo Embraer E195 ("E1"). Nessa mesma data, a Companhia assinou cartas de intenção de subarrendar um total de 54 aeronaves e 4 motores a outros operadores aéreos ("operadores"). A alteração no uso pretendido da aeronave desencadeou uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (*impairment)* que resultou no reconhecimento de uma perda de R$2.075.582 e a constituição de um passivo oneroso de R$821.751 naquela ocasião. Até 31 de dezembro 2022, houve reversões parciais das provisões para *impairment* e passivo oneroso no montante de R$1.102.791 correspondente a 46 aeronaves e 4 motores, decorrente das mudanças em função das consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Até 31 de dezembro de 2023, houve reversão das provisões para *impairment* no montante de R$245.636, decorrente da decisão em não seguir com os planos de subarrendar as aeronaves. Cabe lembrar que essas aeronaves nunca deixaram de ser operadas pela Companhia e ficarão em uso pela mesma até o término dos contratos de arrendamento. **2.3.1 Composição dos saldos de provisão para perda *(impairment)* e passivo oneroso**

Descrição	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para perda (*impairment)* sobre direito de uso	–	(110.349)
Provisão para perda (*impairment)* sobre imobilizado	(143.790)	(279.077)
Total provisão para perda (*impairment*) sobre ativos da Companhia	(143.790)	(389.426)
Total	(143.790)	(389.426)

continua …

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Transporte de passageiros		–	–	17.227.728	14.594.945
Outras receitas		–	–	1.326.697	1.353.122
Receita total	34	–	–	18.554.425	15.948.067
Custos dos serviços prestados	35	–	–	(15.178.018)	(13.161.965)
Lucro bruto		–	–	3.376.407	2.786.102
Despesas comerciais		–	–	(820.029)	(721.008)
Despesas administrativas		(62.428)	(58.797)	(502.190)	(353.874)
Outras receitas e (despesas)		71.624	13.504	(393.094)	(281.665)
	35	9.196	(45.293)	(1.715.313)	(1.356.547)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.805.476)	(1.052.381)	–	–
(Prejuízo)/lucro operacional		(1.796.280)	(1.097.674)	1.661.094	1.429.555
Receitas financeiras		3.824	21.683	220.141	277.289
Despesas financeiras		(603.046)	(240.250)	(5.608.771)	(4.793.782)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(25.249)	519.815	(238.458)	958.005
Variações cambiais, líquidas		79.821	74.059	1.625.064	1.406.566
Resultado financeiro	36	(544.650)	375.307	(4.002.024)	(2.151.922)
Prejuízo antes do IR e CSLL		(2.340.930)	(722.367)	(2.340.930)	(722.367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(39.526)	–	(39.526)	–
Prejuízo líquido do exercício		(2.380.456)	(722.367)	(2.380.456)	(722.367)
Prejuízo básico por ação ordinária – R$	32	(0,09)	(0,03)	(0,09)	(0,03)
Prejuízo diluído por ação ordinária – R$	32	(0,09)	(0,03)	(0,09)	(0,03)
Prejuízo básico por ação preferencial – R$	32	(6,85)	(2,08)	(6,85)	(2,08)
Prejuízo diluído por ação preferencial – R$	32	(6,85)	(2,08)	(6,85)	(2,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora e Consolidado 31/12/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício		(2.380.456)	(722.367)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
Benefício pós-emprego	29	(2.175)	(518)
Total dos resultados abrangentes		(2.382.631)	(722.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(2.380.456)	(722.367)	(2.380.456)	(722.367)
Itens de conciliação do resultado				
Depreciação e amortização	–	–	2.404.223	2.094.448
Resultado com *impairment* de ativos e passivo oneroso	–	–	(245.636)	(1.102.791)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	25.249	(519.815)	238.458	(958.005)
Remuneração baseada em ações	–	–	71.643	(18.250)
Variações cambiais, líquidas	(79.073)	(73.236)	(1.616.363)	(1.464.235)
Receitas e despesas financeiras, líquidas	601.009	235.636	5.313.867	3.968.455
Provisões	3.221	10.702	(160.957)	438.375
Baixas de outros ativos	–	–	269.486	208.923
Resultado das modificações de arrendamento e provisões	–	–	(204.017)	(93.113)
Resultado na baixa ou na venda de imobilizado, direito de uso, intangível e estoques	–	(14.212)	297.349	147.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.526		39.526	–
Retroarrendamento	–	–	6.356	(33.155)
Resultado de equivalência patrimonial	1.805.476	1.052.381	–	–
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	14.952	(30.911)	4.033.479	2.465.596
Variação de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	876.955	(1.107.114)
Subarrendamento de aeronaves	–	–	19.485	68.393
Estoques	–	–	(153.502)	(159.486)
Depósitos	7	(8.519)	(453.090)	(606.219)
Tributos a recuperar	6.588	2.996	16.312	(122.338)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	–	–	(137.998)	477.581
Adiantamento a fornecedores	–	97	(2.888.463)	(629.450)
Outros ativos	98	(4.458)	(128.116)	(186.128)
Fornecedores	10.629	(3.047)	2.795.585	2.274.014
Taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	227.996	356.067
Transportes a executar e programa de fidelidade	–	–	1.134.387	963.680
Salários e encargos sociais	(3.333)	(10.530)	13.151	113.828
Tributos a recolher	(1.008)	(1.100)	(26.793)	7.131
Provisões	–	–	(237.456)	(179.391)
Outros passivos	–	–	72.589	(129.019)
Total da variação de ativos e passivos operacionais	12.981	(24.561)	1.131.042	1.141.549
Juros pagos	(100.928)	(105.891)	(1.724.830)	(1.169.830)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(72.995)	(161.363)	3.439.691	2.437.315
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras				
Aplicação	–	–	–	(10.422)
Resgate	–	–	–	11.939
Caixa restrito	–	–	6.145	–
Pagamento de aquisição de controlada	–	–	–	(30.317)
Investimento	–	(152.000)	–	–
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	–	419.110	–	518.739
Caixa recebido na operação de retroarrendamentos	–	–	91.688	321.266
Aquisição de bens do ativo intangível	–	–	(168.971)	(198.525)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	–	(404.898)	(464.354)	(624.239)
Aquisição de manutenção capitalizada	–	–	(338.990)	(628.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	–	(137.788)	(874.482)	(639.852)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	–	–	4.733.292	200.000
Pagamentos	–	–	(1.907.123)	(819.182)
Acordos de financiamento de fornecedores	–	–	(831.477)	(818.274)
Pagamento de arrendamentos	–	–	(2.353.262)	(2.772.581)
Pagamento de instrumentos conversíveis	(542.496)	–	(542.496)	–
Pagamento de custos com captações	(119.362)	–	(486.658)	(12.633)
Partes relacionadas	734.901	(4.776)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	789	61	789	61
Aumento de capital	819	22.945	819	22.945
Ações em tesouraria	(6.826)	(3.923)	(6.826)	(3.923)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	67.825	14.307	(1.392.942)	(4.203.587)
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(138)	(596)	56.721	673
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.308)	(285.440)	1.228.988	(2.405.451)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.117	293.557	668.348	3.073.799
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.809	8.117	1.897.336	668.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

2.3.2 Movimentação da provisão para perda (*impairment*) e passivo oneroso

			Consolidado
Descrição	***Impairment* de ativos**	**Passivo oneroso**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	(912.154)	(693.407)	(1.605.561)
Reversões	516.157	586.634	1.102.791
Consumo	–	178.126	178.126
Juros incorridos	–	(100.975)	(100.975)
Variação cambial	–	29.622	29.622
Transferências	6.571	–	6.571
Em 31 de dezembro de 2022	(389.426)	–	(389.426)
Reversões	245.636	–	245.636
Em 31 de dezembro de 2023	(143.790)	–	(143.790)

3 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("R$") como moeda funcional e de apresentação. Todas as moedas apresentadas estão expressas em milhares, exceto quando indicado de outra maneira. A Companhia opera principalmente através de suas aeronaves e demais ativos que suportam a operação de voo, compondo a sua unidade geradora de caixa (UGC) e seu único segmento reportável: o transporte aéreo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros. A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação para compreensão das mudanças observadas na posição patrimonial e no seu desempenho, desde o término do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 6 de março de 2023: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade das informações das operações; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) informações provenientes de outras entidades participantes do mercado de transporte aéreo de passageiros e cargas. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios. Como consequência das melhorias efetuadas na apresentação de algumas rubricas dos balanços patrimoniais e das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício anterior, foram realizadas as seguintes reclassificações para garantir a comparabilidade dos saldos do exercício anterior:

			Controladora 31/12/2022
Balanço patrimonial	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Ativo			
Circulante			
Despesas antecipadas	2.089	(2.089)	–
Outros ativos	–	2.089	2.089
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14.789	(14.789)	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	14.789	14.789
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.388.930	(1.388.930)	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.388.930	1.388.930
Total	1.405.808	–	1.405.808

			Consolidado 31/12/2022
Balanço patrimonial	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Ativo			
Circulante			
Despesas antecipadas	182.891	(182.891)	–
Outros ativos	6.958	182.891	189.849
Não circulante			
Despesas antecipadas	319.000	(319.000)	–
Outros ativos	9.005	319.000	328.005
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.127.729	(14.789)	1.112.940
Instrumentos de dívida conversíveis	–	14.789	14.789
Seguros a pagar	84.985	(84.985)	–
Fornecedores	2.432.843	84.985	2.517.828
Reembolso a clientes	13.822	(13.822)	–
Outros passivos	68.851	13.822	82.673
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7.508.689	(1.388.930)	6.119.759
Instrumentos de dívida conversíveis	–	1.388.930	1.388.930
Total	11.754.773	–	11.754.773

			Controladora 31/12/2022
Demonstração dos fluxos de caixa	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Variação de ativos e passivos operacionais			
Despesas antecipadas	1.008	(1.008)	–
Outros ativos	(5.466)	1.008	(4.458)
Seguros a pagar	393	(393)	–
Fornecedores	(3.440)	393	(3.047)
Total	(7.505)	–	(7.505)

			Consolidado 31/12/2022
Demonstração dos fluxos de caixa	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Variação de ativos e passivos operacionais			
Despesas antecipadas	(274.563)	274.563	–
Outros ativos	88.435	(274.563)	(186.128)
Seguros a pagar	(1.404)	1.404	–
Fornecedores	2.275.418	(1.404)	2.274.014
Reembolso a clientes	(169.967)	169.967	–
Outros passivos	40.948	(169.967)	(129.019)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.252.532)	628.293	(624.239)
Aquisição de manutenção capitalizada	–	(628.293)	(628.293)
Total	706.335	–	706.335

			Controladora 31/12/2022
Demonstrações dos valores adicionados	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.147)	13.514	(5.633)
Seguros	–	(13.514)	(13.514)
	(19.147)	–	(19.147)

			Consolidado 31/12/2022
Demonstrações dos valores adicionados	**Publicado**	**Reclassificações**	**Reclassificado**
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.780.859)	21.551	(4.759.308)
Seguros	(81.665)	(21.551)	(103.216)
	(4.862.524)	–	(4.862.524)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens significativos: Valor justo: • Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa; • Aplicações financeiras; • Instrumentos financeiros derivativos; e • Direito de conversão de debêntures. Outros: • Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.1. Aprovação e autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 12 de abril de 2024.

4 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios comparativamente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **4.1. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Companhia e de suas controladas nas quais detém o controle de forma direta ou indireta. O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detém os direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em decisões operacionais e financeiras da investida. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas adotando-se as mesmas práticas contábeis da Companhia. Todos os ativos, passivos, patrimônio, receitas e despesas referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. **4.2. Perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*")** Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ("*impairment*"). A perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. **4.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA")** A DVA, tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte integrante de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme normas do IFRS, sendo preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. **4.4. Principais estimativas contábeis:** Conforme divulgado na nota explicativa 3, a Administração faz julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a saber:

Descrição	Nota explicativa
Provisão para impairment de aeronaves e motores e passivo oneroso	2.3
Provisão para perdas com reservas para manutenção	11
Análise do valor recuperável de ágio e slots	18
Receita de breakage de passagens e programas de fidelidade	26
Provisão para devolução de aeronaves e motores	29.1.1
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros	29.1.2

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no exercício em que tais revisões são efetuadas. **4.5. Novas normas e princípios contábeis ou alterados com vigência para 2023:** As seguintes normas contábeis passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2023.

Norma	Alteração	Aplicabilidade
CPC 23 – equivalente ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	Sim, contudo sem alterações
CPC 26 – equivalente ao IAS 1 e IFRS Practice statement 2	Divulgação de políticas contábeis	Sim, contudo sem alterações
CPC 32 – equivalente ao IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação	Sim
CPC 32 – equivalente ao IAS 12	Regras do modelo do Pilar Dois	Não
CPC 50 – equivalente ao IFRS 17	Contratos de seguros	Não

4.6. Novas normas e princípios contábeis ou alterados, com vigência para 2024 em diante: As seguintes normas contábeis passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024 e na opinião da Administração, não impactarão significativamente o balanço patrimonial ou demonstração do resultado da Companhia.

Norma	Alteração
CPC 26 (R1) – equivalente ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante e não circulante
CPC 06 (R2) – equivalente ao IFRS 16	Passivos de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento
CPC 03 (R2) – equivalente ao IAS 7 e CPC 40 – equivalente ao IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
CPC 02 – equivalente aos IAS 21	Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio
CPC 12 (R1)	Ajuste a valor presente

4.7. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente na data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variações cambiais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício. As taxas de câmbio em reais são as seguintes:

						Taxas de câmbio – Exercício findo em
			Taxa Final			Taxa média
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Variação %**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Variação %**
Dólar americano	4,8413	5,2177	-7,2%	4,9553	5,1655	-4,1%
Euro	5,3516	5,5694	-3,9%	5,3325	5,4420	-2,0%

5 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia considera que possui um único segmento reportável: transporte aéreo. Este segmento corresponde a 99,0% das receitas da Companhia e combina o transporte de passageiros e cargas. Possui uma relação funcional, tornando-os indissociáveis somado às demais receitas e reflete a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras para tomada de decisão. Os principais tomadores de decisão são os diretores executivos. A Companhia segrega as receitas conforme demonstrado abaixo:

Receita	**31/12/2023**	**%**
Transporte aéreo	18.374.696	99,0%
Outras receitas	179.729	1,0%
Total	18.554.425	100,0%

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Prática contábil: São contabilizados neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curtíssimo prazo e liquidez imediata, consideradas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa classificadas nesse grupo são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	Taxa média	Controladora		Consolidado	
Descrição	**ponderada a.a.**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa	–	1.709	5.784	271.857	101.737
Equivalentes de caixa:					
Certificado de depósito bancário – CDB	100,9% do CDI	–	2.333	1.354.020	352.971
Operações compromissadas	94,7% do CDI	1.100	–	268.432	210.443
Time Deposit [(a)]	3,4%	–	–	2.985	2.616
Outros	–	–	–	42	581
		2.809	8.117	1.897.336	668.348

(a) Aplicação em dólar americano.

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Prática contábil: Na apresentação e mensuração das aplicações financeiras, a Companhia considera as disposições do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias: **7.1.1. Custo amortizado:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas: • A Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; • Os fluxos de caixa contratuais representam somente o pagamento de juros e principal ("SPPI"); e • A Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas "descasamento contábil". **7.1.2. Valor justo** • Por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI. • Por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são utilizados para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor justo. **7.2. *Bond* TAP:** Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("*Bond* TAP") no montante de €90 milhões. O *Bond* TAP tem vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro. O *Bond* TAP está sendo mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **7.3. Composição de aplicações financeiras**

			Consolidado	
Descrição	**Taxa média ponderada a.a.**	**Vencimento**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Bond TAP	7,5%	set/26	780.312	733.043
			780.312	733.043

8 CONTAS A RECEBER

8.1. Prática contábil: Os valores a receber estão mensurados com base no valor faturado, líquido das perdas esperadas, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Observando os requerimentos do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando a perda ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuam o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento e constitui provisão, se necessário.

8.2. Composição do contas a receber

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	498.609	1.109.197
Agências de cargas e viagens	282.654	282.438
Financiadores de pacotes de viagens	29.203	135.168
Parceiros programa de fidelidade	114.932	69.035
Outras	40.121	41.973
Total moeda nacional	965.519	1.637.811
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	18.556	15.913
Reembolsos a receber de reservas para manutenção	57.528	78.801
Companhias aéreas parceiras	8.612	39.612
Câmara de compensação – agências e cargas	30.533	26.363
Outras	55.894	29.582
Total moeda estrangeira	171.123	190.271
Total	1.136.642	1.828.082
Provisão para perdas esperadas	(27.234)	(24.084)
Total líquido	1.109.408	1.803.998

No Brasil, recebíveis de cartões de crédito não estão expostos ao risco de crédito do portador. Os saldos podem ser facilmente convertidos em caixa, quando necessário, por meio da antecipação junto às administradoras de cartões de crédito. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o recebimento de R$10.359.302 de contas a receber de administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso, com taxa média de 1,0% sobre o montante antecipado. Nessa mesma data, o saldo de contas a receber encontra-se líquido de R$3.349.391 em virtude de tais antecipações (R$1.735.432 em 31 de dezembro de 2022). Apresenta-se a composição de contas a receber por vencimento, líquida de provisões para perdas esperadas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
A vencer		
Até 30 dias	645.669	583.523
De 31 a 60 dias	111.142	177.992
De 61 a 90 dias	45.650	140.758
De 91 a 180 dias	73.458	397.205
De 181 a 360 dias	94.227	344.541
	970.146	1.644.019
Vencidas		
Até 30 dias	69.913	55.941
De 31 a 60 dias	6.043	9.377
De 61 a 90 dias	46.085	3.313
De 91 a 180 dias	15.769	2.441
De 181 a 360 dias	568	11.334
Acima de 360 dias	884	77.573
	139.262	159.979
Total	1.109.408	1.803.998

Até 22 de março de 2024, do montante total vencido até 90 dias, R$51.409 foi recebido. Apresenta-se a seguir a movimentação das perdas esperadas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldos no início do exercício	(24.084)	(17.817)
Adições	(34.183)	(17.333)
Reversões	29.098	10.750
Baixa de montantes incobráveis	1.935	316
Saldos no final do exercício	(27.234)	(24.084)

9 SUBARRENDAMENTO DE AERONAVES

9.1. Prática contábil: O subarrendamento de aeronaves é uma transação pela qual o arrendatário, neste caso a Companhia, subarrenda a terceiros o ativo objeto de um contrato de arrendamento, se tornando assim um arrendador intermediário. O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, exige que um arrendador intermediário classifique o subarrendamento como financeiro ou operacional. Considerando que os contratos celebrados pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 abrangem a maior parte do prazo do arrendamento principal, os subarrendamentos foram contabilizados da seguinte forma: • Desreconhecimento do ativo de direito de uso relacionado ao arrendamento principal e reconhecimento dos direitos oriundos dos contratos de subarrendamento a valor presente; • Reconhecimento de qualquer diferença entre o direito de uso baixado e os direitos oriundos do contrato de subarrendamento a valor presente no resultado do exercício; • Manutenção no balanço patrimonial das obrigações de arrendamento do contrato principal; • Reconhecimento de receitas financeiras durante a vigência do subarrendamento; e • Reconhecimento de despesas financeiras relacionadas as obrigações do contrato de arrendamento principal. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 3 aeronaves em subarrendamento (8 aeronaves em 31 de dezembro de 2022).

9.2. Composição do subarrendamento de aeronaves

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
2023	–	89.293
2024	15.386	70.396
2025	15.386	50.127
2026	4.001	7.951
Subarrendamento, bruto	34.773	217.767
Juros a apropriar	(3.971)	(25.838)
Provisão para perda	–	(15.876)
Subarrendamento, líquido	30.802	176.053
Circulante	14.592	70.193
Não circulante	16.210	105.860

10 ESTOQUES

10.1. Prática contábil: Os saldos de estoques compreendem principalmente peças e materiais para manutenção. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis, despesas aduaneiras e gastos com transportes. Não são capitalizados gastos com fretes de transferências entre bases operacionais. As provisões para perdas nos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

10.2. Composição dos estoques

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Peças e materiais para manutenção	825.499	741.101
Comissaria, uniformes e outros	21.367	21.922
Provisão para perdas	(47.658)	(41.285)
Total líquido	799.208	721.738

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas nos estoques:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldos no início do exercício	(41.285)	(38.935)
Inclusões	(23.151)	(5.652)
Reversões	16.778	3.302
Saldos no final do exercício	(47.658)	(41.285)

11 DEPÓSITOS

11.1. Prática contábil: 11.1.1. Depósitos em garantia: Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia, em sua maioria, para os arrendadores das aeronaves e motores como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos. Também estão classificados nesse grupo os depósitos judiciais. **11.1.2. Reservas para manutenção:** Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas para manutenção de aeronaves e motores para os arrendadores. Tais valores são mantidos como garantia da realização de atividades de manutenção relevantes, e, portanto, são denominados depósitos, os quais são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que: • O valor do depósito de reservas para manutenção detida pelo arrendador, associado ao evento de manutenção específico; ou • Os custos relacionados ao evento de manutenção específico. Substancialmente, todos esses pagamentos efetuados a título de reservas para manutenção são calculados com base em uma medida de utilização das aeronaves, tais como horas ou ciclos de voo. Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, avaliamos se as reservas para manutenção exigidas pelos contratos de arrendamento serão recuperadas por meio de reembolso dos gastos futuros com a realização de manutenção nos ativos arrendados. As reservas para manutenção consideradas recuperáveis são mantidas no ativo e os valores identificados como não recuperáveis são prontamente transferidos para o resultado do exercício. As reservas para manutenção de aeronaves e motores são classificadas como circulante ou não circulante, dependendo das datas em que se espera que os valores sejam recuperados.

11.2. Composição dos depósitos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Depósitos em garantia	7.872	8.486	418.537	374.960
Reservas para manutenção	–	–	2.153.310	2.610.943
Total	7.872	8.486	2.571.847	2.985.903
Provisão para perda	–	–	(278.352)	(446.342)
Total líquido	7.872	8.486	2.293.495	2.539.561
Circulante	7.802	8.409	515.692	1.025.168
Não circulante	70	77	1.777.803	1.514.393

Apresenta-se a movimentação dos depósitos em garantia e reservas para manutenção:

	Controladora	Consolidado		
Descrição	**Depósitos em garantia**	**Depósitos em garantia**	**Reservas para manutenção**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	–	319.530	1.644.889	1.964.419
Adições	8.549	123.796	714.079	837.875
Transferências	(30)	(48.688)	(14.847)	(63.535)
Inclusões e (reversões) de provisão, líquidas	–	–	(15.110)	(15.110)
Utilização pelo arrendador	–	–	(59.721)	(59.721)
Variações cambiais	(33)	(19.678)	(104.689)	(124.367)
Em 31 de dezembro de 2022	8.486	374.960	2.164.601	2.539.561
Adições	212	234.972	357.759	592.731
Transferências	(220)	(169.432)	(417.725)	(587.157)
Inclusões e (reversões) de provisão, líquidas	–	–	135.284	135.284
Utilização pelo arrendador	–	–	(221.054)	(221.054)
Variações cambiais	(606)	(21.963)	(143.907)	(165.870)
Em 31 de dezembro de 2023	7.872	418.537	1.874.958	2.293.495
Em 31 de dezembro de 2023				
Circulante	7.802	64.788	450.904	515.692
Não circulante	70	353.749	1.424.054	1.777.803
Em 31 de dezembro de 2022				
Circulante	8.409	77.241	947.927	1.025.168
Não circulante	77	297.719	1.216.674	1.514.393

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas de reservas para manutenção:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldos no início do exercício	(446.342)	(459.643)
Adições	(44.789)	(74.691)
Reversões	180.073	59.581
Variações cambiais	32.706	28.411
Saldos no final do exercício	(278.352)	(446.342)

12 TRIBUTOS A RECUPERAR

12.1. Prática contábil

Os tributos a recuperar representam direitos que serão realizados por meio de compensações com tributos a recolher decorrentes das atividades operacionais da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos. Quando necessário, provisões são constituídas para garantir que esses ativos estejam contabilizados pelo seu valor de realização. Tais valores são apresentados líquidos de provisão para perdas, sendo esta imaterial para divulgações adicionais.

12.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PIS e COFINS	–	–	73.029	135.176
Impostos retidos	67	8.064	121.216	39.528
IRPJ e CSLL	4.917	3.508	8.315	29.359
ICMS	–	–	19.940	21.661
Outros	–	–	(3.067)	9.167
	4.984	11.572	219.433	234.891

13 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

13.1. Prática contábil: Adiantamento a fornecedores representa o pagamento adiantado de bens ou serviços que serão entregues futuramente. Tais valores são apresentados líquidos de provisões para perdas no montante de R$28.676 (R$23.057 em 31 de dezembro de 2022).

13.2. Composição de adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Moeda nacional	118.442	90.810
Moeda estrangeira	102.609	30.887
	221.051	121.697

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO

14.1. Prática contábil: 14.1.1. Impostos correntes: No Brasil, os impostos correntes compreendem o imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estes limitados a 30% do lucro real. Aplica-se a essa base uma alíquota de 15% acrescida de um adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os resultados das controladas estrangeiras estão sujeitos à tributação de acordo com as legislações vigentes. No Brasil esses resultados são tributados de acordo com a Lei nº 12.973/14, na qual prevê que a controladora, direta ou indiretamente, de empresa no exterior adicione os resultados das controladas na apuração do lucro real do período. **14.1.2. Impostos diferidos:** Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização são divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração. **14.1.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 1 de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, equivalente ao IFRIC 23, que trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia analisa decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia, quando necessário, constitui uma provisão com base nas opiniões legais emitidas por seus assessores jurídicos. A Companhia reavalia continuamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado. **14.1.4. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois:** As alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro, equivalente ao IAS 12, foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico da ("OCDE") sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros ("BEPS"). As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

14.2. Composição dos impostos diferidos

	Controladora			Consolidado		
Descrição	**31/12/2022**	**Resultado**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Resultado**	**31/12/2023**
Ativo fiscal diferido						
Breakage	–	–	–	(176.884)	(19.039)	(195.923)
Variação cambial	–	(191.219)	(191.219)	–	(191.219)	(191.219)
Arrendamentos	–	–	–	(5.067.497)	868.127	(4.199.370)
Outros	–	–	–	(516)	(541)	(1.057)
	–	(191.219)	(191.219)	(5.244.897)	657.328	(4.587.569)
Passivo fiscal diferido	–	151.693	151.693	5.244.897	(696.854)	4.548.043
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(39.526)	(39.526)	–	(39.526)	(39.526)
Provisão para impostos diferidos	–	(39.526)	(39.526)	–	(39.526)	(39.526)

14.3. Conciliação da alíquota efetiva de impostos

	Controladora		Consolidado – Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(2.340.930)	(722.367)	(2.340.930)	(722.367)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	795.916	245.605	795.916	245.605
Ajustes para determinação da alíquota efetiva				
Resultado de investimentos não tributados no exterior	–	–	298.972	100.586
Equivalência patrimonial	(613.862)	(357.810)	–	–
Benefício não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(171.934)	(21.381)	(1.189.039)	(700.826)
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis	(8.584)	176.737	(8.584)	176.737
Diferenças permanentes	(41.062)	(43.151)	43.764	154.669
Diferencial de alíquota	–	–	24.377	29.189
Outros	–	–	(4.932)	(5.960)
	(39.526)	–	(39.526)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39.526)	–	(39.526)	–
Taxa efetiva	-1,7%	0,0%	-1,7%	0,0%

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com 30% dos lucros tributáveis futuros sobre qual não foram constituídos ativos de imposto diferido, pois não é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízos fiscais e bases negativas	924.637	437.395	18.325.916	12.863.038
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%)	231.159	109.349	4.581.479	3.215.760
Bases negativas de contribuição social (9%)	83.217	39.366	1.649.332	1.157.673

15 INVESTIMENTOS

15.1. Prática contábil: Nas demonstrações financeiras individuais, investimentos representam a participação societária da Companhia em controladas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia não possui participação societária em sociedades das quais não detém o controle.

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

15.2. Investimentos diretos

Descrição	Participação da Companhia – No capital social integralizado	Participação da Companhia – No capital votante	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022			
ALAB	100,0%	100,0%	(18.392.028)
IntelAzul	100,0%	100,0%	(19.866)
Ágio – IntelAzul	100,0%	100,0%	780.991
Total			(17.630.903)
Em 31 de dezembro de 2023			
ALAB	100,0%	100,0%	(20.130.955)
IntelAzul	100,0%	100,0%	(20.209)
Ágio – IntelAzul	100,0%	100,0%	780.991
Azul Cayman Holdco (a)	24,8%	24,8%	–
Total			(19.370.173)

(a) Considerando os investimentos indiretos, a participação da Companhia totaliza 99,8%.

15.3. Movimentação dos investimentos

Descrição	ALAB	IntelAzul	Total
Em 31 de dezembro de 2021	(17.522.749)	763.059	(16.759.690)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.050.447)	(1.934)	(1.052.381)
Aumento de capital	152.000	–	152.000
Remuneração baseada em ações	29.686	–	29.686
Benefício pós-emprego	(518)	–	(518)
Em 31 de dezembro de 2022	(18.392.028)	761.125	(17.630.903)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.805.133)	(343)	(1.805.476)
Remuneração baseada em ações	68.381	–	68.381
Benefício pós-emprego	(2.175)	–	(2.175)
Em 31 de dezembro de 2023	(20.130.955)	760.782	(19.370.173)
Investimentos			760.782
Provisão para perda com investimento			(20.130.955)

16 IMOBILIZADO

16.1. Prática contábil: Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil econômica estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Quando houver indicativos de ativos registrados com valores que excedam seus valores de recuperação a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. Um item do ativo imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contratou especialistas para a revisão da vida útil dos ativos. Tal revisão não gerou impactos nessas demonstrações financeiras. **16.1.1. Transações de retroarrendamento (*sale and leaseback*):** Primeiramente, as transações de retroarrendamento são analisadas dentro do escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem. Caso esse requerimento não seja atendido, trata-se de um financiamento com o ativo dado em garantia. Atendidos os requerimentos relacionados à obrigação de desempenho, a Companhia mensura o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os valores de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou transações de "*sale and leaseback*" de um motor, onde a receita, líquida dos custos de venda, corresponde a uma perda de R$6.356 (ganho de R$33.155 em 31 de dezembro de 2022) e é reconhecido na rubrica "Outros custos dos serviços prestados". **16.1.2. Adiantamentos para aquisição de aeronaves:** No imobilizado são registrados os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves durante a fase de fabricação.

16.2. Composição do Imobilizado

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências (b)	31/12/2023
Custo						
Aeronaves (a)		2.656.771	388.247	(392.148)	21.243	2.674.113
Benfeitorias		524.075	104.167	(97.188)	24.358	555.412
Equipamentos e instalações		222.482	30.296	(56.968)	–	195.810
Outros		32.205	2.340	(5.314)	–	29.231
Imobilizado em andamento		44.243	88.991	(13.984)	(23.155)	96.095
Antecipações para aquisição de aeronaves		109.487	192.399	–	(3.846)	298.040
		3.589.263	806.440	(565.602)	18.600	3.848.701
Depreciação						
Aeronaves (a)	9%	(965.066)	(230.143)	119.285	–	(1.075.924)
Benfeitorias	14%	(214.411)	(71.643)	97.067	–	(188.987)
Equipamentos e instalações	11%	(151.732)	(25.139)	56.011	–	(120.860)
Outros	8%	(25.888)	(2.715)	5.314	–	(23.289)
		(1.357.097)	(329.640)	277.677	–	(1.409.060)
Imobilizado		2.232.166	476.800	(287.925)	18.600	2.439.641
Impairment		(279.077)	–	135.287	–	(143.790)
Total imobilizado, líquido		1.953.089	476.800	(152.638)	18.600	2.295.851

(a) Inclui aeronaves, motores, simuladores e equipamentos de voo. (b) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Imobilizado", "Direito de uso" e "Intangível"

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências (b)	31/12/2022
Custo						
Aeronaves (a)		2.519.231	815.578	(903.072)	225.034	2.656.771
Benfeitorias		506.678	7.869	(9.213)	18.741	524.075
Equipamentos e instalações		199.119	18.767	(407)	5.003	222.482
Outros		29.905	2.073	(20)	247	32.205
Imobilizado em andamento		52.174	47.427	(5.009)	(50.349)	44.243
Antecipações para aquisição de aeronaves		85.607	23.880	–	–	109.487
		3.392.714	915.594	(917.721)	198.676	3.589.263
Depreciação						
Aeronaves (a)	9%	(811.322)	(223.828)	108.911	(38.827)	(965.066)
Benfeitorias	10%	(174.092)	(48.399)	8.080	–	(214.411)
Equipamentos e instalações	11%	(129.236)	(22.721)	225	–	(151.732)
Outros	12%	(22.400)	(3.492)	4	–	(25.888)
		(1.137.050)	(298.440)	117.220	(38.827)	(1.357.097)
Imobilizado		2.255.664	617.154	(800.501)	159.849	2.232.166
Impairment		(294.490)	–	15.413	–	(279.077)
Total imobilizado, líquido		1.961.174	617.154	(785.088)	159.849	1.953.089

(a) Inclui aeronaves, motores, simuladores e equipamentos de voo. (b) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Subarrendamento de aeronaves", "Imobilizado", "Direito de uso" e "Outros ativos".

17 DIREITO DE USO

17.1. Prática contábil: O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários na data de início do contrato reconheçam um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento ("ROU"). Os arrendatários devem reconhecer separadamente na demonstração do resultado as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Considerando o ambiente dolarizado do qual a Companhia capta recursos, na determinação da taxa de desconto a Azul utilizou como base as taxas das captações nas datas de início e/ou modificação dos contratos de arrendamento de empréstimos em moeda estrangeira. **17.1.1. Componentização de aeronaves:** No momento do recebimento e reconhecimento inicial do direito de uso, a Companhia aloca o custo total da aeronave no geral em cinco componentes principais: casco, unidade auxiliar de energia ("APU") ou hélice, trem de pouso e dois motores. A vida útil de cada componente é limitada ao prazo final do contrato e/ou vida útil estimada do componente, dos dois o menor. **17.1.2. Capitalização de eventos de manutenção pesada (*heavy maintenance*):** Os eventos de *heavy maintenance* que incrementam a vida útil dos ativos são capitalizados. Tais contratos podem ser do tipo "*power-by-the-hour*", no qual os valores devidos aos prestadores de manutenção são calculados com base nas horas e ciclos voados. Subsequentemente, são depreciados durante o período de uso respectivo considerando o menor prazo entre a previsão da próxima manutenção ou até ao término do arrendamento dos dois o menor. Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. **17.1.3. Reconhecimento de obrigações contratuais relacionadas a devolução de aeronaves:** Os custos relacionados aos eventos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução das aeronaves aos arrendadores são registrados a valor presente aumentando o valor do ativo em contrapartida a uma obrigação, desde que possam ser estimados de forma razoável. Os ativos são depreciados linearmente ao longo do contrato de arrendamento e os passivos atualizados por taxas de juros e efeitos cambiais.

17.2. Composição do Direito de Uso

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2022	Adições	Baixas	Modificações	Transferências (b)	31/12/2023
Custo							
Aeronaves (a)		12.753.324	1.063.167	(833.855)	1.281.755	15.548	14.279.939
Manutenção de aeronaves e motores		1.938.788	568.874	(892.072)	(30.128)	(33.426)	1.552.036
Restauração de aeronave e motores		1.819.438	501.864	(455.967)	(165.725)	–	1.699.610
Outros		226.621	21.763	–	76.266	–	324.650
		16.738.171	2.155.668	(2.181.894)	1.162.168	(17.878)	17.856.235
Depreciação							
Aeronaves (a)	8%	(7.228.226)	(958.351)	769.937	–	(914)	(7.417.554)
Manutenção de aeronaves e motores	17%	(1.159.612)	(327.401)	870.634	–	–	(616.379)
Restauração de aeronave e motores	31%	(628.522)	(557.984)	455.967	29.038	–	(701.501)
Outros	22%	(58.914)	(50.329)	–	–	–	(109.243)
		(9.075.274)	(1.894.065)	2.096.538	29.038	(914)	(8.844.677)
Direito de uso		7.662.897	261.603	(85.356)	1.191.206	(18.792)	9.011.558
Impairment		(110.349)	–	110.349	–	–	–
Total direito de uso, líquido		7.552.548	261.603	24.993	1.191.206	(18.792)	9.011.558

(a) Inclui aeronaves, motores e simuladores. (b) Os saldos das transferências são entre os grupos de" Imobilizado", "Direito de uso" e "Intangível".

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2021	Adições	Baixas	Modificações	Transferências (b)	31/12/2022
Custo							
Aeronaves (a)		11.476.271	1.436.969	(66.458)	49.271	(142.729)	12.753.324
Manutenção de aeronaves e motores		1.542.856	628.293	(209.458)	(15.242)	(7.661)	1.938.788
Restauração de aeronave e motores		1.387.738	678.685	(246.985)	–	–	1.819.438
Outros		89.226	193.359	(67.416)	11.452	–	226.621
		14.496.091	2.937.306	(590.317)	45.481	(150.390)	16.738.171
Depreciação							
Aeronaves (a)	7%	(6.438.766)	(847.541)	19.254	–	38.827	(7.228.226)
Manutenção de aeronaves e motores	20%	(1.052.190)	(313.613)	206.191	–	–	(1.159.612)
Restauração de aeronave e motores	34%	(380.649)	(468.050)	220.177	–	–	(628.522)
Outros	44%	(19.240)	(39.674)	–	–	–	(58.914)
		(7.890.845)	(1.668.878)	445.622	–	38.827	(9.075.274)
Direito de uso		6.605.246	1.268.428	(144.695)	45.481	(111.563)	7.662.897
Impairment		(605.651)	–	488.731	–	6.571	(110.349)
Total direito de uso, líquido		5.999.595	1.268.428	344.036	45.481	(104.992)	7.552.548

(a) Inclui aeronaves, motores e simuladores. (b) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Subarrendamento de aeronaves"," Imobilizado", "Direito de uso", "Intangível" e "Outros ativos".

18 INTANGÍVEL

18.1. Prática contábil: 18.1.1. Vida útil definida: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício quando incorrido. **18.1.2. Vida útil indefinida: 18.1.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios da IntelAzul e Conecta. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil da UGC com o valor em uso. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. **18.1.2.2. Direitos de operações em aeroportos (*slots*):** Na combinação de negócios da IntelAzul e Conecta foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de operações nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor dos slots é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor em uso.

18.2. Composição do intangível

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências (c)	31/12/2023
Custo						
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	–	901.417	–	–	–	901.417
Slots (b)	–	126.547	–	–	–	126.547
Software	–	946.516	251.683	(422.080)	192	776.311
		1.974.480	251.683	(422.080)	192	1.804.275
Amortização						
Software	19%	(547.957)	(182.264)	389.193	–	(341.028)
		(547.957)	(182.264)	389.193	–	(341.028)
Total intangível, líquido		1.426.523	69.419	(32.887)	192	1.463.247

(a) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado no montante de R$753.502 e R$147.915 é originado da aquisição da IntelAzul (antiga Trip Linhas Aéreas S.A.) em 2012 e da Conecta (antiga Two Táxi Aéreo Ltda.) em 2020, respectivamente, e representa a contraprestação transferida menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos. (b) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da IntelAzul (antiga Trip Linhas Aéreas S.A.) e da Conecta (antiga Two Táxi Aéreo Ltda.), a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos ("*slots*"), ativo com vida útil indefinida. (c) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Imobilizado", "Direito de uso" e "Intangível".

Consolidado

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	–	901.417	–	–	901.417
Slots (b)	–	126.547	–	–	126.547
Software	–	748.049	198.525	(58)	946.516
		1.776.013	198.525	(58)	1.974.480
Amortização					
Software	17%	(417.975)	(129.982)	–	(547.957)
		(417.975)	(129.982)	–	(547.957)
Total intangível, líquido		1.358.038	68.543	(58)	1.426.523

(a) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado no montante de R$753.502 e R$147.915 é originado da aquisição da IntelAzul (antiga Trip Linhas Aéreas S.A.) em 2012 e da Conecta (antiga Two Táxi Aéreo Ltda.) em 2020, respectivamente, e representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos. (b) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da IntelAzul (antiga Trip Linhas Aéreas S.A.) e da Conecta (antiga Two Táxi Aéreo Ltda.) a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos ("*slots)*", ativo com vida útil indefinida. **18.3. Teste de *impairment* dos ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou testes anuais de recuperabilidade do valor contábil por meio do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. As premissas utilizadas nos testes de impairment do ágio e slots são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2023. As seguintes premissas foram consideradas: • Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho; • Receita de passageiros: receita histórica por assento quilômetro voado com crescimento alinhado ao plano de negócios da Companhia; • Custos operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, alinhados ao plano de negócios da Companhia, assim como premissas macroeconômicas; e • Necessidades de investimento: alinhadas ao plano de negócios da Companhia. As premissas macroeconômicas comumente adotadas incluem o Produto Interno Bruto ("PIB"), e projeções do dólar norte-americano, ambos obtidos do Relatório Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, além dos preços futuros do barril de querosene e taxas de juros, obtidos de divulgações específicas da *Bloomberg*. O resultado do teste de *impairment* do ágio e slots demonstrou que o valor recuperável estimado é significativamente maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste ao valor recuperável a ser registrado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o cálculo do valor recuperável foi considerado uma taxa de desconto antes dos impostos de 11,4% (11,5% em 31 de dezembro de 2022) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,0% (3,0% em 31 de dezembro de 2022).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor contábil – Ágio e slots	1.027.964	1.027.964

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Prática contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

19.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa média nominal a.a.	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/2022	Captações (–) custos	Transferências (a)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Efeitos da reestruturação (b)	Custos amortizados	31/12/2023 (Consolidado)	Principal a pagar	Juros acumulados	Custos amortizados	31/12/2023 (Consolidado)
Em moeda estrangeira – US$																	
Sênior notes – 2024	5,9%	6,3%	out/24	2.097.402	–	(1.596.972)	–	(92.985)	76.569	(157.024)	1.212	3.897	332.099	329.472	3.441	(814)	332.099
Sênior notes – 2026	7,3%	7,8%	jun/26	3.095.665	–	(2.725.010)	–	(126.950)	121.218	(253.595)	34.278	6.966	152.572	153.701	464	(1.593)	152.572
Sênior notes – 2028	11,9%	13,5%	ago/28	–	3.643.382	186.005	–	(173.450)	218.885	31.138	–	16.771	3.922.731	4.051.093	42.960	(171.322)	3.922.731
Sênior notes – 2029	11,5%	11,5%	mai/29	–	–	1.410.967	(277.961)	(52.893)	65.165	20.267	–	–	1.165.545	1.153.751	11.794	–	1.165.545
Sênior notes – 2030	10,9%	10,9%	mai/30	–	–	2.725.010	–	(112.453)	140.308	24.648	–	–	2.777.513	2.750.921	26.592	–	2.777.513
Aeronaves, motores e outros	6,5%	9,3%	mar/29	731.224	–	(1.067)	(402.994)	(42.727)	47.720	(53.401)	–	5.524	284.279	283.965	1.808	(1.494)	284.279
	Sofr 1M +4,6%	10,0%	mai/26	–	79.222	–	–	–	196	(332)	–	–	79.086	78.890	196	–	79.086
				5.924.291	3.722.604	(1.067)	(680.955)	(601.458)	670.061	(388.299)	35.490	33.158	8.713.825	8.801.793	87.255	(175.223)	8.713.825
Em moeda nacional – R$																	
Capital de giro	CDI + 3,1%	CDI +3,1%	fev/24	496.997	301.098	–	(770.795)	(59.807)	58.454	–	–	1.544	27.491	27.190	301	–	27.491
			set/25	2.675	–	–	(546)	(155)	183	–	–	–	2.157	2.157	–	–	2.157
Debêntures	CDI + 5,4%	16,3%	dez/28	747.170	585.661	–	(431.530)	(123.907)	131.629	–	–	10.049	919.072	913.521	28.409	(22.858)	919.072
Aeronaves e motores e outros	Selic + 5,5%	17,4%	mai/25	19.284	–	–	(4.697)	(4.714)	2.868	–	–	30	12.771	12.851	–	(80)	12.771
	6,3%	6,3%	mar/27	42.282	–	–	(18.600)	(2.111)	1.912	–	–	113	23.596	23.596	–	–	23.596
				1.308.408	886.759	–	(1.226.168)	(190.694)	195.046	–	–	11.736	985.087	979.315	28.710	(22.938)	985.087
Total em R$				7.232.699	4.609.363	(1.067)	(1.907.123)	(792.152)	865.107	(388.299)	35.490	44.894	9.698.912	9.781.108	115.965	(198.161)	9.698.912
Circulante				1.112.940									1.100.051				1.100.051
Não circulante				6.119.759									8.598.861				8.598.861

(a) Os saldos das transferências são entre as rubricas "Empréstimos e financiamentos" e "Arrendamentos". (b) Refere-se, principalmente, a baixa dos custos de captações consideradas extintas de acordo com os requerimentos do parágrafo 33.6 do CPC 48 – Instrumentos financeiros equivalente ao IFRS 9, o qual determina que uma modificação substancial dos termos de um passivo financeiro existente, ou de uma parte dele, será contabilizada com uma extinção de tal obrigação.

Descrição	Taxa média nominal a.a.	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/2021	Captações (–) custos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Custos amortizados	31/12/2022 (Consolidado)	Principal a pagar	Juros acumulados	Custos amortizados	31/12/2022 (Consolidado)
Em moeda estrangeira – US$															
Senior notes – 2024	5,9%	6,3%	out/24	2.236.910	–	–	(120.924)	120.487	(146.308)	7.237	2.097.402	2.087.079	21.798	(11.475)	2.097.402
Senior notes – 2026	7,3%	7,8%	jun/26	3.298.018	–	–	(227.525)	222.675	(208.927)	11.424	3.095.665	3.130.620	9.457	(44.412)	3.095.665
Aeronaves e motores	6,0%	9,3%	mar/29	1.096.955	–	(306.668)	(43.061)	52.940	(74.467)	5.525	731.224	733.697	4.669	(7.142)	731.224
	Libor 3M + 2,6%	Libor 3M + 2,6%	mar/22	1.561	–	(1.428)	–	6	(139)	–	–	–	–	–	–
				6.633.444	–	(308.096)	(391.510)	396.108	(429.841)	24.186	5.924.291	5.951.396	35.924	(63.029)	5.924.291
Em moeda nacional – R$															
Capital de giro	CDI + 3,9%	18,6%	fev/24	643.699	227.467	(369.623)	(108.887)	104.030	–	311	496.997	495.631	1.798	(432)	496.997
	2,9%	2,9%	set/25	23.202	–	(20.728)	(1.031)	1.232	–	–	2.675	2.648	27	–	2.675
Debêntures (a)	CDI + 5,0%	16,3%	dez/27	733.017	(12.308)	(74.056)	(50.908)	147.029	–	4.396	747.170	694.921	70.820	(18.571)	747.170
Aeronaves e motores	Selic + 5,5%	17,4%	mai/25	28.038	–	(8.350)	(4.374)	3.910	–	60	19.284	19.386	18	(120)	19.284
	CDI + 6,2%	CDI + 6,2%	mar/27	84.330	–	(42.324)	(3.863)	4.017	–	122	42.282	42.397	7	(122)	42.282
				1.512.286	215.159	(515.081)	(169.063)	260.218	–	4.889	1.308.408	1.254.983	72.670	(19.245)	1.308.408
Total em R$				8.145.730	215.159	(823.177)	(560.573)	656.326	(429.841)	29.075	7.232.699	7.206.379	108.594	(82.274)	7.232.699
Circulante				984.266							1.112.940				1.112.940
Não circulante				7.161.464							6.119.759				6.119.759

(a) O valor de R$12.308 refere-se a custos a amortizar em razão da renegociação das debêntures.

19.3. Cronograma de amortização da dívida

Consolidado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
2023	–	1.112.940
2024	1.100.051	2.397.036
2025	222.201	234.919
2026	355.930	3.306.081
2027	116.146	172.205
Após 2027	7.904.584	9.518
	9.698.912	7.232.699
Circulante	1.100.051	1.112.940
Não circulante	8.598.861	6.119.759

19.4. Principais operações de empréstimos e financiamentos: 19.4.1. Captações ocorridas em 2023: 19.4.1.1. Capital de giro: Durante o primeiro trimestre, a subsidiária ALAB realizou a captação de R$302.252 com custos de R$1.154, taxa equivalente a CDI+6,4% a.a. e pagamento único de juros e principal em junho de 2023. Durante o segundo trimestre, houve postergação do prazo de pagamento para setembro 2023 e da taxa de juros para CDI+6,5% a.a. Em julho de 2023 o saldo foi liquidado antecipadamente. **19.4.1.2. Debêntures:** Durante o segundo trimestre, a subsidiária ALAB outorgou a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor principal R$600.000, com valor nominal unitário de R$1, custos de R$11.872, taxa equivalente a CDI+6,0% a.a. e vencimento em junho de 2024. Os juros incidentes serão amortizados mensalmente. Os recursos foram integral e exclusivamente utilizados para o pagamento de fornecimento de combustíveis de aviação. **19.4.1.3. *Senior notes 2028:*** Em julho de 2023, a subsidiária Azul *Secured* finalizou uma oferta privada de títulos de dívida seniores no valor principal de R$3.831.040 (equivalente a US$800.000), os custos de captações foram de R$187.658, com juros de 11,9% a.a. pagos trimestralmente a partir de novembro de 2023 e vencimento do principal em agosto 2028. Os recursos líquidos serão utilizados para o pagamento de certas dívidas, obrigações e outros fins corporativos. Em outubro de 2023, a subsidiária *Azul Secured* emitiu notas adicionais no valor principal de R$186.005 (equivalente a US$36.778). Tais notas foram emitidas em troca do valor principal agregado de R$190.819 (equivalente a US$37.730) das *Senior Notes 2024*. **19.4.1.4. *Aeronaves e motores:*** Em novembro de 2023, a subsidiária *Azul Finance* realizou o financiamento de R$79.222, com juros de 4,6% a.a. acrescidos da variação da *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR") e vencimento em maio de 2026. **19.4.2. Renegociações ocorridas em 2023: 19.4.2.1. Debêntures:** Durante o primeiro trimestre, a subsidiária ALAB renegociou os termos das debêntures, com valor principal de R$700.000, custos de R$2.467 de modo a estender o prazo de vencimento de dezembro de 2027 para dezembro de 2028. Não houve alteração nas taxas de juros. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação não se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Por este motivo, quaisquer custos ou taxas incorridas foram deduzidos do saldo da dívida. **19.4.2.2. Aeronaves e motores:** Durante o primeiro trimestre, a subsidiária ALAB renegociou a postergação do prazo de pagamento de empréstimos e financiamentos de março de 2023 para dezembro de 2023 no montante de R$194.330, alterando a taxa média ponderada de 6,5% a.a. para 7,4% a.a. No segundo trimestre, a taxa média do contrato foi renegociada, passando de 7,4% a.a. para 8,6% a.a. Em dezembro de 2023 o saldo foi liquidado. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação não se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Por este motivo, quaisquer custos ou taxas incorridas foram deduzidos do saldo da dívida. **19.4.2.3. Senior notes:** Em junho de 2023, a Companhia anunciou que a subsidiária *Azul Investments* lançou: • uma oferta para trocar títulos de dívidas com juros de 5,9% a.a. com vencimento em 2024 ("Senior Notes 2024") por títulos de dívidas com juros de 11,5% a.a. com vencimento em 2029; e • uma oferta para trocar títulos de dívidas com juros de 7,3% a.a. com vencimento em 2026 ("Senior Notes 2026)" por títulos de dívidas com juros de 10,9% a.a. com vencimento em 2030. Em julho e outubro de 2023, a subsidiária Azul *Investments* concluiu suas ofertas de troca e como consequência a subsidiária Azul *Secured* emitiu: • R$1.410.967 (equivalente a US$294.215) de valor principal, com juros de 11,5% a.a. e vencimento em 2029 (que foram emitidas em troca de R$1.410.967 (equivalente a US$294.215) no valor principal agregado das "*Senior Notes* 2024"); • R$2.725.010 (equivalente a US$568.219) de valor principal, com juros de 10,9% a.a. e vencimento em 2030 (que foram emitidas em troca de R$2.725.166 (equivalente a US$568.252) de valor principal agregado das "*Senior Notes* 2026"); e • R$186.005 (equivalente a US$36.778) de valor principal, com juros de 11,5% a.a. e vencimento em 2028 (que foram emitidas em troca de R$190.819 (equivalente a US$37.730) de valor principal agregado das "*Senior Notes* 2024"). No total, 90,0% do valor principal dos *Senior Notes* 2024 e 2026 foi trocado por títulos de dívidas de 2028, 2029 e 2030, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	US$	% trocado
5,9% *Senior notes 2024*	331.945	83,0%
7,3% *Senior notes 2026*	568.252	94,7%
Total	900.197	90,0%

Devido as repactuações das dívidas, o montante de R$199.635 foi contabilizado na demonstração de resultado, na rubrica "Reestruturação da dívida". O montante refere-se a R$35.490 de efeitos da extinção da dívida e R$164.145 de novos custos incorridos, não capitalizadas por se tratar de extinção das dívidas originais. **19.5. Cláusulas restritivas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas ("*covenants*") relacionadas ao nível de endividamento e à cobertura dos pagamentos de dívidas.

Cláusula restritiva relativa a:	Frequência de mensuração	Indicadores para a mensuração	Requerido	Atingido
9ª e 10ª emissão de debêntures	Anual	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD); e (ii) alavancagem financeira.	(i) igual ou superior a 1.2; e (ii) menor ou igual a 6.5 em 2023; 5.0 em 2024 e 2025; e 4.5 em 2026 e 2027.	Waiver
11ª emissão de debêntures	Anual	(i) índice obtido por dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado.	(i) alavancagem igual ou menor a 3,75x, a partir de 31 de dezembro de 2023.	Atingido
Financiamento para compra de aeronaves	Anual	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD); e (ii) alavancagem financeira.	(i) igual ou superior a 1.2; e (ii) menor ou igual a 6.5	Waiver
Financiamento para manutenção de motores	Trimestral/ Anual	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD); e (ii) alavancagem financeira.	(i) igual ou superior a 1.2; e (ii) menor ou igual a 5.5.	Waiver

Conforme tabela acima, a Companhia solicitou *waiver* à contraparte, e assim os obteve para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Portanto, a dívida relacionada segue classificada nestas demonstrações financeiras de acordo com o fluxo contratual originalmente estabelecido. **19.6. Garantias:** O pacote de garantias das renegociações de dívidas e da emissão de títulos de dívidas *Senior notes* 2028 ocorridas ao longo do ano de 2023, consiste na cessão fiduciária do fluxo dos recebíveis da Azul Viagens e do programa de fidelidade, e da alienação fiduciária da propriedade intelectual do programa de fidelidade, sendo garantia em primeiro grau para os *Senior Notes 2028* e para as Debentures Conversíveis, e garantia em segundo grau para os *Senior Notes 2029 e 2030*.

20 ARRENDAMENTOS

20.1. Prática contábil: Os passivos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, em contrapartida ao direito de uso. As práticas contábeis adotadas pela Companhia referente as operações de arrendamento estão apresentadas na nota explicativa 17. **20.2. Renegociações:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia definiu as condições de repactuações e passou a

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

firmar acordos definitivos com os arrendadores, que concordaram em receber títulos de dívida negociáveis com vencimento em 2030 e ações precificadas de forma a refletir a nova geração de caixa da Companhia, sua melhor estrutura de capital e a redução em seu risco de crédito. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia repactuou nessas novas condições 119 contratos de arrendamento. No geral, as condições repactuadas entre Companhia e arrendadores são as seguintes: • *Notes:* R$1.385.115 (equivalente a US$286.104), com juros a serem pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2023, com juros de 7,5% a.a., e vencimento do principal em junho de 2030; e • *Equity:* R$2.178.740 (equivalente a US$450.032) com pagamentos trimestrais consecutivos, iniciando em julho de 2024. Os custos incorridos nessas repactuações correspondem a R$84.421 e foram contabilizados na demonstração do resultado, conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Arrendamentos	–	–	12.455.827	14.582.833
Arrendamentos – Notes	–	–	1.030.845	–
Arrendamentos – Equity	1.659.739	–	1.659.739	–
	1.659.739	–	15.146.411	14.582.833
Circulante	216.388	–	3.687.392	4.025.948
Não circulante	1.443.351	–	11.459.019	10.556.885

20.3. Arrendamentos

										Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada**	**31/12/2022**	**Adições**	**Modificações**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**Transferencias (b)**	**Baixas**	**Variação cambial**	**31/12/2023**
Arrendamentos sem opção de compra:											
Aeronaves (a)	8,1	16,3%	13.585.810	1.086.943	1.090.251	(2.834.794)	2.209.708	(2.544.154)	(103.107)	(922.775)	11.567.882
Outros	4,6	10,3%	185.527	21.763	76.266	(55.934)	19.194	–	–	(9.562)	237.254
Arrendamentos com opção de compra:											
Aeronaves (a)	5,0	13,8%	811.496	–	70.806	(192.819)	99.766	(90.815)	–	(47.743)	650.691
Total			14.582.833	1.108.706	1.237.323	(3.083.547)	2.328.668	(2.634.969)	(103.107)	(980.080)	12.455.827
Circulante			4.025.948								3.349.056
Não circulante			10.556.885								9.106.771

(a) Inclui aeronaves, motores e simuladores. (b) Os saldos das transferências são entre as rubricas "Empréstimos e financiamentos", "Arrendamentos"; "Arrendamentos: Notes e Equity"; "Fornecedores" e "Outros passivos".

									Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada**	**31/12/2021**	**Adições**	**Modificações**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**Baixas**	**Variação cambial**	**31/12/2022**
Arrendamentos sem opção de compra:										
Aeronaves (a)	7,6	21,3%	13.724.647	1.507.577	55.342	(3.220.152)	2.400.049	(1.123)	(880.530)	13.585.810
Outros	4,9	9,8%	71.869	193.360	11.452	(38.031)	15.798	(67.416)	(1.505)	185.527
Arrendamentos com opção de compra:										
Aeronaves (a)	5,8	18,5%	1.094.059	113.231	(113.993)	(345.503)	117.281	–	(53.579)	811.496
Total			14.890.575	1.814.168	(47.199)	(3.603.686)	2.533.128	(68.539)	(935.614)	14.582.833
Circulante			3.497.665							4.025.948
Não circulante			11.392.910							10.556.885

(a) Inclui aeronaves, motores e simuladores.

20.4. Arrendamentos – *Notes*

								Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada**	**31.122022**	**Adições**	**Juros incorridos**	**Transferencias (a)**	**Variação cambial**	**31/12/2023**
Financiamento com lessores – Notes	6,5	14,8%	–	11.097	36.292	1.018.404	(34.948)	1.030.845
Total			–	11.097	36.292	1.018.404	(34.948)	1.030.845
Circulante			–					121.948
Não circulante			–					908.897

(a) Os saldos das transferências são entre as rubricas "Arrendamentos" e "Arrendamentos: *Notes e Equity*".

20.5. Arrendamentos – *Equity*

								Controladora e Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada**	**31/12/2022**	**Adições**	**Juros incorridos**	**Transferencias (a)**	**Variação cambial**	**31/12/2023**
Financiamento com lessores – Equity	3,6	14,6%	–	17.270	55.597	1.640.771	(53.899)	1.659.739
Total			–	17.270	55.597	1.640.771	(53.899)	1.659.739
Circulante			–					216.388
Não circulante			–					1.443.351

(a) Os saldos das transferências são entre as rubricas "Arrendamentos" e "Arrendamentos: *Notes e Equity*".

20.6. Cronograma de amortização dos arrendamentos

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
2023	–	4.387.911
2024	3.570.147	4.162.958
2025	2.851.258	3.579.587
2026	2.615.718	3.237.509
2027	2.226.313	2.909.201
Após 2027	9.594.071	8.512.031
Pagamentos mínimos de arrendamentos	20.857.507	26.789.197
Encargos financeiros	(8.401.680)	(12.206.364)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	12.455.827	14.582.833
Circulante	3.349.056	4.025.948
Não circulante	9.106.771	10.556.885

20.7. Cronograma de amortização dos arrendamentos – *Notes*

	Consolidado
Descrição	**31/12/2023**
2024	130.432
2025	103.883
2026	103.883
2027	103.883
Após 2027	1.644.823
Pagamentos mínimos de arrendamentos	2.086.904
Encargos financeiros	(1.056.059)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	1.030.845
Circulante	121.948
Não circulante	908.897

Não havia saldos comparativos em 31 de dezembro de 2022.

20.8. Cronograma de amortização dos arrendamentos – *Equity*

	Controladora e Consolidado
Descrição	**31/12/2023**
2024	235.897
2025	726.247
2026	726.247
2027	490.348
Pagamentos mínimos de arrendamentos	2.178.739
Encargos financeiros	(519.000)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	1.659.739
Circulante	216.388
Não circulante	1.443.351

Não havia saldos comparativos em 31 de dezembro de 2022. **20.9. Cláusulas restritivas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía arrendamentos sujeitos a cláusulas restritivas ("*covenants*") relacionadas ao nível de endividamento e à cobertura dos pagamentos de dívidas.

Cláusula restritiva relativa a:	Frequência de mensuração	Indicadores para a mensuração	Requerido	Atingido
Arrendamento de aeronaves	Anual	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD); e (ii) alavancagem financeira.	(i) igual ou superior a 1.2; e (ii) menor ou igual a 5.5.	Waiver

Conforme tabela acima, a Companhia solicitou *waiver* à contraparte, e assim o obteve para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Portanto, a dívida relacionada segue classificada nestas demonstrações financeiras de acordo com o fluxo contratual originalmente estabelecido.

21 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA CONVERSÍVEIS

21.1. Prática contábil: Conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, o direito de conversão em ações das debêntures conversíveis foi mensurado pelo valor justo por meio do resultado pois trata-se de um derivativo embutido. **21.2. Renegociações:** Em julho de 2023, a Companhia concluiu a renegociação das debêntures conversíveis, com valor principal de R$1.745.900, alterando o prazo de vencimento de outubro de 2025 para outubro de 2028, a taxa nominal de 6,0% a.a. para 12,3% a.a. e o preço de conversão de R$32,26 para R$22,78. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Sendo assim, os valores anteriormente registrados foram extintos e uma nova dívida foi contabilizada. Por este motivo, quaisquer custos ou taxas incorridas foram reconhecidos no resultado. Devido à modificação da dívida, o montante de R$352.430, composto pelo efeito da reestruturação de R$233.068 (despesa de R$346.555 referente à extinção e reconstituição do direito de conversão e receita de R$113.487 referente à extinção e reconstituição da dívida) e R$119.362 de novos custos incorridos, foi contabilizado na demonstração do resultado, na rubrica "Reestruturação das debêntures". O saldo apresentado abaixo de debêntures contempla o direito de conversão da dívida em ações da Companhia no montante de R$488.775 (R$116.971 em 31 de dezembro de 2022).

21.3. Composição de Instrumentos de dívida conversíveis

												Controladora e consolidado
Descrição	**Taxa média nominal a.a.**	**Taxa efetiva (a)**	**Vencimento**	**31/12/2022**	**Variação do direito de conversão**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**Efeito da reestruturação**	**Custos amortizados**	**31/12/2023**
Em moeda estrangeira – US$												
Debêntures	12,3%	12,3%	out/28	1.403.719	25.249	(542.496)	(100.928)	242.608	(62.232)	233.068	2.622	1.201.610
Total em R$				1.403.719	25.249	(542.496)	(100.928)	242.608	(62.232)	233.068	2.622	1.201.610
Circulante				14.789								25.807
Não circulante				1.388.930								1.175.803

(a) Não considera o direito de conversão.

Controladora e consolidado

Descrição	**Taxa média nominal a.a.**	**Taxa efetiva (a)**	**Vencimento**	**31/12/2021**	**Variação do direito de conversão**	**Pagamento de juros**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**Custos amortizados**	**31/12/2022**
Em moeda estrangeira – US$										
Debêntures	6,0% a 7,5%	6,6%	out/25	1.873.001	(519.815)	(105.891)	231.103	(79.212)	4.533	1.403.719
Total em R$				1.873.001	(519.815)	(105.891)	231.103	(79.212)	4.533	1.403.719
Circulante				39.124						14.789
Não circulante				1.833.877						1.388.930

(a) Não considera o direito de conversão.

21.4. Cronograma de amortização

	Controladora e Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
2023	–	14.789
2024	25.807	–
2025	–	1.388.930
Após 2026	1.175.803	–
	1.201.610	1.403.719
Circulante	25.807	14.789
Não circulante	1.175.803	1.388.930

22 FORNECEDORES

22.1. Prática contábil: Os valores a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais. **22.2. Composição de fornecedores:** Conforme descrito na nota 2.1.4.6, as negociações com fornecedores de serviços e peças de aeronaves seguiram em sua maioria o mesmo modelo da repactuação das obrigações de arrendamento, ou seja, a Companhia emitiu *Notes* no montante equivalente de R$408.541 (equivalente a US$84.386), com juros de 7,5% a.a a serem pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2023, e vencimento do principal em junho de 2030, bem como *Equity* no montante total de R$159.775 (equivalente a US$33.002), com pagamentos trimestrais consecutivos, iniciando em janeiro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores	10.651	24	3.077.225	3.034.799
Fornecedores – *Notes*	–	–	401.702	–
Fornecedores – *Equity*	119.841	–	119.841	–
	130.492	24	3.598.768	3.034.799
Circulante	10.651	24	2.277.841	2.517.828
Não circulante	119.841	–	1.320.927	516.971

22.3. Movimentação de fornecedores: 22.3.1 Fornecedores – *Notes*

					Consolidado
Descrição	**31/12/2022**	**Adições**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**31/12/2023**
Financiamento com fornecedores – Notes	–	401.824	8.357	(8.479)	401.702
Total	–	401.824	8.357	(8.479)	401.702
Circulante	–				11.624
Não circulante	–				390.078

22.3.2 Fornecedores – *Equity*

					Controladora e consolidado
Descrição	**31/12/2022**	**Adições**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**31/12/2023**
Financiamento com fornecedores – Equity	–	118.809	3.347	(2.315)	119.841
Total	–	118.809	3.347	(2.315)	119.841
Não circulante	–				119.841

23 ACORDOS DE FINANCIAMENTO DE FORNECEDORES

23.1. Prática contábil: A Companhia promove negociações junto aos fornecedores com o objetivo de alongar seus prazos de pagamentos. Dessa forma, foram assinados convênios junto a instituições financeiras que permitem a antecipação dos títulos por parte de seus fornecedores, principalmente de combustível, com taxa de juros que variam entre 1,19% e 1,27% a.m. No momento da antecipação do título junto a instituição financeira, tal montante é transferido da rubrica "Fornecedores" para "Acordos de financiamento de fornecedores".

23.2. Movimentação dos acordos de financiamento de fornecedores

Descrição	**Consolidado**
Em 31 de dezembro de 2021	3.694
Adições	1.541.948
Juros incorridos	79.460
Juros pagos	(53.476)
Pagamentos	(818.274)
Em 31 de dezembro de 2022	753.352
Adições	391.676
Juros incorridos	17.010
Juros pagos	(39.714)
Pagamentos	(831.477)
Em 31 de dezembro de 2023	290.847

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

24.1. Prática contábil: As variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos. As operações apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

24.2. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

						Consolidado
Variações no valor justo	**Swap taxa de juros**	**Termo combustível**	**Opção combustível**	**Termo moeda estrangeira**	**Debêntures direitos de conversão (a)**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	(213.257)	9.383	–	270.640	(636.786)	(570.020)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	33.519	440.065	–	(35.394)	519.815	958.005
Pagamentos (recebimentos)	568	(478.149)	–	–	–	(477.581)
Em 31 de dezembro de 2022	(179.170)	(28.701)	–	235.246	(116.971)	(89.596)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(34.075)	(168.378)	13.796	(24.552)	(25.249)	(238.458)
Pagamentos (recebimentos)	213.245	136.977	(1.530)	(210.694)	–	137.998
Reestruturação [b]	–	–	–	–	(346.555)	(346.555)
Em 31 de dezembro de 2023	–	(60.102)	12.266	–	(488.775)	(536.611)
Direitos com instrumentos financeiros derivativos circulante	–	757	21.152	–	–	21.909
Obrigações com instrumentos financeiros derivativos circulante	–	(60.019)	(8.886)	–	–	(68.905)
Obrigações com instrumentos financeiros derivativos não circulante					–	(840)
Instrumentos conversíveis não circulante	–	–	–	–	(488.775)	(488.775)
	–	(60.102)	12.266	–	(488.775)	(536.611)

(a) Saldo contabilizado na controladora. (b) Refere-se a efeitos da extinção e reconstituição do direito de conversão.

25 TAXAS E TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

25.1. Prática contábil: Os valores a pagar referente a taxas e tarifas aeroportuárias são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais. **25.2. Composição de taxas e tarifas aeroportuárias**

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tarifas aeroportuárias	1.490.514	1.087.232
Taxa de embarque	248.689	213.093
Outras	20.880	34.444
	1.760.083	1.334.769
Circulante	588.404	831.897
Não circulante	1.171.679	502.872

26 TRANSPORTES A EXECUTAR E PROGRAMA DE FIDELIDADE

26.1. Prática contábil: A rubrica de transportes a executar e programa de fidelidade compreende as obrigações da Companhia pelo recebimento antecipado para prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares relacionados à obrigação principal junto a seus clientes. São contabilizados pelo valor da transação e por se tratar de itens não monetários, não estão sujeitos a variação cambial ou correção monetária de qualquer natureza. Tais obrigações são extintas pela prestação dos serviços de transporte em contrapartida à receita operacional na demonstração do resultado do exercício.

26.2. Composição de transportes a executar e programa de fidelidade

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transportes a executar e programa de fidelidade	5.782.121	4.660.271
Breakage	(576.245)	(520.246)
	5.205.876	4.140.025
Prazo médio de utilização [a]	56 dias	48 dias

(a) Não considera o programa de fidelidade

27 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

27.1. Prática contábil: As obrigações de salários e encargos sociais são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, respeitando o regime de competência contábil.

27.2. Composição de salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Benefícios de curto prazo	2.344	2.485	473.060	478.568
Remuneração baseada em ações	–	–	1.737	844
	2.344	2.485	474.797	479.412

28 TRIBUTOS A RECOLHER

28.1. Prática contábil: Os tributos a recolher representam obrigações tributárias decorrentes das atividades operacionais da Companhia oriundos principalmente do transporte de passageiros e cargas.

28.2. Composição de tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Programa de parcelamento federal	–	–	157.970	96.547
PIS e COFINS	2	2	4.231	55.385
Impostos retidos na fonte	421	535	76.520	49.906
Impostos sobre importação	83	96	13.483	15.189
Outros	–	–	2.251	48.156
	506	633	254.455	265.183
Circulante	506	633	142.168	193.588
Não circulante	–	–	112.287	71.595

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou em 60 meses tributos federais no montante de R$103.650. Em 31 de dezembro a Companhia não possui valores vencidos.

29 PROVISÕES

29.1. Prática contábil: 29.1.1. Devolução de aeronaves e motores: As aeronaves e motores negociados sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução desses ativos. Dessa forma, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se trata de obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Os custos de devolução referem-se basicamente à reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças, certificações técnicas, manutenções, pintura, etc., conforme estabelecido em contrato. Quando for possível estimar com confiabilidade, o custo é registrado inicialmente a valor presente no ativo de direito de uso com contrapartida na provisão para devolução de aeronaves, que compõem a rubrica de "Provisões". Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de câmbio e com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, sendo a contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva contra o direito de uso ou na demonstração do resultado do exercício caso não haja saldo remanescente no ativo de direito de uso. **29.1.2. Riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. **29.1.3. Benefícios pós-emprego:** A Companhia reconhece passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) – "Benefícios a Empregados", equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício. **29.2. Composição das provisões**

					Consolidado
Descrição	**Devolução de aeronaves e motores [a]**	**Riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (b)**	**Passivo oneroso**	**Benefício pós-emprego**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	2.241.439	558.982	693.407	5.761	3.499.589
Adições	678.252	181.136	(586.634)	113	272.867
Baixas	(228.034)	(179.391)	(178.126)	–	(585.551)
Juros incorridos	144.563	–	100.975	609	246.147
Efeito da alteração de premissas financeiras	–	–	–	(888)	(888)
Efeito da experiência do plano	–	–	–	1.406	1.406
Variação cambial	(160.954)	–	(29.622)	–	(190.576)
Em 31 de dezembro de 2022	2.675.266	560.727	–	7.001	3.242.994
Adições	501.864	216.778	–	115	718.757
Modificações	(250.134)	–	–	–	(250.134)
Baixas	(401.014)	(237.313)	–	–	(638.327)
Juros incorridos	239.078	17.581	–	760	257.419
Benefício pago pelo plano	–	–	–	(141)	(141)
Efeito da alteração de premissas financeiras	–	–	–	(23)	(23)
Efeito da experiência do plano	–	–	–	2.198	2.198
Variação cambial	(191.890)	–	–	–	(191.890)
Em 31 de dezembro de 2023	2.573.170	557.773	–	9.910	3.140.853
Em 31 de dezembro de 2023					
Circulante	497.525	238.905	–	–	736.430
Não circulante	2.075.645	318.868	–	9.910	2.404.423
Em 31 de dezembro de 2022					
Circulante	654.897	179.391	–	–	834.288
Não circulante	2.020.369	381.336	–	7.001	2.408.706

(a) Taxa nominal de desconto 10,7% a.a. (11,2% a.a. em 31 de dezembro de 2022). (b) Considera provisão para riscos cíveis no valor de R$30 na controladora. **29.2.1. Riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros:** Apresentam-se os saldos dos processos com estimativas de perdas provável e possível:

				Consolidado
	Perda provável		Perda possível	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tributários	284.638	263.495	432.109	376.510
Cíveis	131.464	107.980	49.930	57.871
Trabalhistas	141.671	121.842	68.789	43.423
Outros	–	67.410	–	–
	557.773	560.727	550.828	477.804

29.2.1.1. Tributários: 29.2.1.1.1. Perda provável: A Companhia discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e componentes no montante de R$219.695 (R$209.496 em 31 de dezembro de 2022). Tal classificação deve-se a decisões proferidas pelos Tribunais Superiores considerando a legalidade da cobrança do adicional de alíquota nas importações realizadas por companhias aéreas. **29.2.1.1.2. Perda possível:** Em 2022, a Companhia foi autuada pela Receita Federal em virtude de supostas infrações relativas à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB ou desoneração na folha), totalizando aproximadamente R$255.042. Os autos de infração estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial. A Companhia possui discussões previdenciárias no montante de R$69.768 relacionadas à não incidência da Contribuição Previdenciária Patronal sobre os valores descontados a título de previdência privada e plano de saúde. A discussão se sustenta no fato dos gastos não se incluírem no conceito de remuneração e, portanto, não estarem sujeitos ao recolhimento. Os demais valores são pulverizados e não cabe destacar nenhum processo específico. **29.2.1.2. Cíveis:** A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente a ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras. Os valores são pulverizados e não cabe destacar nenhum processo específico. **29.2.1.3. Trabalhistas:** A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente a discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, de insalubridade e equiparação salarial. Os valores são pulverizados e não cabe destacar nenhum processo em específico. **29.2.1.4. Outros:** Os valores registrados nessa rubrica estão relacionados ao passivo contingente assumido em decorrência da combinação de negócios com a Conecta. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o processo foi concluído e a Companhia condenada a pagar R$3.776, sendo assim uma reversão foi registrada na demonstração do resultado do exercício. **29.2.2. Benefício pós-emprego:** Seguem as premissas utilizadas para o cálculo do benefício pós-emprego:

		Consolidado
Média ponderada das premissas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Taxa nominal de desconto a.a.	9,92%	10,96%
Taxa real de desconto a.a.	5,79%	5,78%
Taxa de inflação estimada no longo prazo a.a.	3,90%	4,90%
HCCTR – Taxa Nominal de Inflação Média a.a.	7,02%	8,05%
HCCTR – Taxa Real de Inflação Média a.a.	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

30 PARTES RELACIONADAS

30.1. Prática contábil: As transações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços, prazos e encargos financeiros de acordo com as condições de mercado estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, dentre outros aspectos, contratos de serviços compartilhados e contratos de mútuo. **30.2. Transações com partes relacionadas: 30.2.1. Saldos:** Observando-se as normas contábeis, tais transações foram devidamente eliminadas para fins de consolidação. Conforme divulgada na nota explicativa 2, a Companhia passou por um grande processo de reestruturação das suas dívidas, o qual compreendeu a emissão de *Senior Notes 2028*, *exchange offer*, debêntures conversíveis, repactuação de dívidas de arrendamento e fornecedores por meio de emissão de *Notes* e *Equity*. Essas emissões foram realizadas por meio de subsidiárias em nome da ALAB e/ou da Azul.

			Controladora
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**
Azul	Investiment	Ofertas de troca dos títulos de dívidas – custos	8.464
Azul	Secured	Emissão de títulos de dívidas 2028 – custos	6.676
Azul	ALAB	Repactuação de obrigações com fornecedores – Equity	119.841
Azul	ALAB	Repactuação de obrigações de arrendamentos – Equity	1.659.739
ALAB	Azul	Repactuação de debêntures conversíveis – custos	(496)
ALAB	Azul	Mútuo	(86.659)
Secured	Azul	Repactuação de debêntures conversíveis – custos	(9.685)
Secured	Azul	Mútuo	(639.052)
			1.058.828
Direitos com partes relacionadas circulante			216.388
Direitos com partes relacionadas não circulante			1.578.332
Obrigações com partes relacionadas circulante			(52.129)
Obrigações com partes relacionadas não circulante			(683.763)

Não havia saldos comparativos em 31 de dezembro de 2022.

Receita	**Despesa**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Azul	ALAB	Perdão de dívida de operações de mútuo	71.703	–
Azul	ALAB	Mútuo	–	49.062
ALAB	Azul	Mútuo	(4.801)	–
			66.902	49.062

30.2.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os colaboradores da Companhia têm direito a participação nos resultados com base em determinadas metas acordadas anualmente. Por sua vez, os executivos têm direito a bônus com base em disposições estatutárias propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas. O pessoal-chave da Administração compreende os conselheiros, membros do Comitê Executivo e diretores. As despesas incorridas com remuneração e os respectivos encargos, pagos ou a pagar, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Benefícios de curto prazo	19.429	58.788
Benefícios pós-emprego	595	–
Remuneração baseada em ações	63.529	(17.441)
	83.553	41.347

O plano de remuneração baseada em ações considera o plano de opções, RSU e *phantom shares*. Tais planos têm previsão de liquidação em até oito anos e, portanto, não configura necessariamente saída de caixa. **30.2.3. Garantias e avais concedidos pela Controladora:** A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo. **30.2.4. Contrato de compartilhamento de serviços de tecnologia:** A Companhia realizou transações com a Águia Branca Participações S.A., um de seus acionistas, para o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação. O valor total dos serviços adquiridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$52 (R$52 em 31 de dezembro de 2022), contabilizado na rubrica "Outras receitas e (despesas)", na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 não havia valores a serem pagos decorrentes dessa transação. **30.2.5. Contrato de venda de passagens:** Em março de 2018, a Companhia celebrou um contrato de venda de passagens com a Caprioli Turismo Ltda., uma agência de viagens de propriedade da família Caprioli (que possui uma participação indireta na Companhia através dos ex-acionistas da TRIP), nos termos do qual é concedido à Caprioli Turismo Ltda. uma linha de crédito de R$20 para a compra e revenda de passagens em voos operados pela Companhia. Essa linha de crédito é garantida por uma nota promissória que não rende juros, do mesmo valor a pagar. **30.2.6. Subarrendamento de aeronaves:** A Companhia assinou contratos de subarrendamento de três aeronaves com a *Breeze Aviation Group ("Breeze")*, uma companhia aérea fundada pelo acionista controlador da Azul, com sede nos Estados Unidos. A transação foi votada e aprovada por 97% dos acionistas da Azul na AGE realizada em março de 2020. Seguindo práticas de boa governança, o acionista controlador não participou da votação. Em 31 de dezembro de 2023, as operações com a *Breeze* apresentavam os seguintes saldos:

				Consolidado
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ALAB	Breeze	Subarrendamento de aeronaves	30.802	67.056
ALAB	Breeze	Reembolso de reserva de manutenção	3.901	–
Breeze	ALAB	Reembolso de reserva de manutenção	(19.559)	(14.456)

Consolidado

Receitas	**Despesas**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ALAB	Breeze	Juros incorridos	5.824	7.589

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

30.2.7. Lilium: Em agosto de 2021, a Companhia anunciou planos de parceria estratégica com a *Lilium GmbH*, subsidiária integral da *Lilium N.V. ("Lilium")*, a qual se tornou uma parte relacionada a partir da eleição do acionista controlador da Companhia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da *Lilium*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não tem saldos em aberto com a *Lilium*. **30.2.8. Azorra:** Em agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de venda e arrendamento de aeronaves e motores com entidades do grupo *Azorra Aviation Holdings LLC. ("Azorra")*, a qual se tornou uma parte relacionada a partir da eleição do acionista controlador da Companhia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da *Azorra*. As transações entre a Companhia e o grupo Azorra estão demonstradas a seguir:

			Consolidado	
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ALAB	*Azorra*	Reserva para manutenção	–	107.286
ALAB	*Azorra*	Depósito em garantia	4.643	3.913
Azorra	ALAB	Arrendamento	(302.947)	(113.832)
Azorra	Azul Investments	Arrendamentos – *Notes*	(74.572)	–
Azorra	Azul	Arrendamentos – *Equity*	(102.683)	–
Receitas	**Despesas**	**Tipo de operação**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Azorra	ALAB	Juros incorridos	17.106	10.983

31 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital social

	Controladora e Consolidado			
	Valor		Quantidade	
Descrição	**Capital social**	**AFAC (a)**	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**
Em 31 de dezembro de 2021	2.290.876	120	928.965.058	333.680.010
Integralização de capital	–	(23.065)	–	–
Remuneração baseado em ações	23.065	23.006	–	1.943.398
Em 31 de dezembro de 2022	2.313.941	61	928.965.058	335.623.408
Integralização de capital	880	(880)	–	–
Remuneração baseado em ações	–	1.608	–	124.388
Em 31 de dezembro de 2023	2.314.821	789	928.965.058	335.747.796

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital. Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto, entretanto, proporcionam a seus detentores: • Prioridade de reembolso de capital; • O direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador; • O direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e • O direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária. A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
Acionista	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**% Participação econômica**	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**% Participação econômica**
David Neeleman	67,0%	2,2%	4,5%	67,0%	2,2%	4,5%
Acionistas Trip [(a)]	33,0%	4,0%	5,0%	33,0%	4,4%	5,4%
United Airlines Inc	–	8,0%	7,8%	–	8,0%	7,8%
Blackrock	–	5,0%	4,8%	–	5,0%	4,8%
Outros	–	80,7%	77,8%	–	80,3%	77,4%
Tesouraria	–	0,1%	0,1%	–	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(a) Representa Trip Participações S.A., Trip Investimentos Ltda. e Rio Novo Locações Ltda.

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 230.000.000 (duzentos e trinta milhões) novas ações preferenciais. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **31.2. Ações em tesouraria: 31.2.1. Prática contábil:** Os instrumentos de capital próprio adquiridos denominados ações em tesouraria são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento desses instrumentos patrimoniais. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação for reemitida, é reconhecida como prêmio de emissão.

31.2.2 Movimentação das ações em tesouraria

	Controladora e Consolidado		
Descrição	***Quantidade de ações***	***Valor***	***Custo médio (em R$)***
Em 31 de dezembro de 2021	384.529	11.959	31,10
Recompra	313.102	3.923	12,53
Transferências	(347.632)	(5.678)	–
Em 31 de dezembro de 2022	349.999	10.204	29,15
Recompra	591.866	6.826	11,53
Transferências	(441.866)	(7.989)	–
Em 31 de dezembro de 2023	499.999	9.041	18,08

Em novembro de 2022, foi aprovado o plano de recompra de 1.300.000 ações preferenciais, com vencimento em 18 meses, a fim de mantê-las em tesouraria para posterior atendimento das obrigações do plano de RSU. Até 31 de dezembro de 2023, dentro do referido plano, a Companhia readquiriu 851.868 ações.

32 RESULTADO POR AÇÃO

32.1. Prática contábil: O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação, exceto as em tesouraria, durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, exceto as em tesouraria, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. No entanto, em razão dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estes instrumentos emitidos pela Companhia possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação. Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 75 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

32.2. Cálculo do resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício	(2.380.456)	(722.367)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	928.965.058	928.965.058
Média ponderada do número de ações preferenciais	335.145.967	335.021.274
Valor econômico das ações prefenciais	75	75
Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes [(a)]	347.532.168	347.407.475
Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes [(b)]	26.064.912.583	26.055.560.608
Média ponderada do número de conversões presumidas	220.081.929	77.059.124
Média ponderada de ações preferenciais que teriam sido emitidas ao preço médio das ações ao preço de mercado	4.041.744	3.290.760
Preço médio das ações ao preço de mercado (em reais)	14,35	18,17
Prejuízo básico por ação ordinária – R$	(0,09)	(0,03)
Prejuízo diluído por ação ordinária – R$	(0,09)	(0,03)
Prejuízo básico por ação preferencial – R$	(6,85)	(2,08)
Prejuízo diluído por ação preferencial – R$	(6,85)	(2,08)

(a) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.201 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial. (b) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

33 REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

33.1. Prática contábil: A Companhia oferece planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações ou dinheiro, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações. O custo dos instrumentos é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados ou na data dessas demonstrações financeiras para *phantom shares*. Para determinar o valor justo das opções de compras, a Companhia utiliza-se do modelo *Black-Scholes*. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido no resultado em "Salários e Benefícios", em conjunto com um correspondente aumento da "Reserva de capital" ou passivo de "Salários e encargos sociais" para *phantom shares*, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de "*vesting*") ou liquidação e cancelamento para *phantom shares*. O passivo em aberto é reavaliado ao valor justo na data dessa demonstração financeira. **33.2. Planos de remuneração:** A Companhia possui três planos de remuneração baseada em ações: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções"), o Plano de ações restritas ("RSU") e o Plano de compra de ações (*"phantom shares"*). Todos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos acionistas, dos administradores e dos colaboradores, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. Apresenta-se a seguir a movimentação dos planos:

	Controladora e Consolidado			
	Número de ações			
Descrição	**Plano de opções**	**RSU**	**Phantom shares**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	3.923.686	1.366.386	5.136.682	10.426.754
Concedidas	17.089.417	1.006.779	–	18.096.196
Exercidas	(1.943.398)	(479.098)	–	(2.422.496)
Canceladas	–	(98.666)	(4.810.210)	(4.908.876)
Em 31 de dezembro de 2022	19.069.705	1.795.401	326.472	21.191.578
Concedidas	1.800.000	500.000	–	2.300.000
Exercidas	(124.388)	(609.313)	(22.884)	(756.585)
Canceladas	(223.633)	(142.023)	(56.658)	(422.314)
Em 31 de dezembro de 2023	20.521.684	1.544.065	246.930	22.312.679

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Preço da ação (em reais)	16,01	11,01
Preço médio ponderado da opção de compra de ações exercidas (em reais)	12,93	11,84
Preço médio ponderado da opção de *phantom shares* exercidas (em reais)	10,35	–
Entrada de caixa plano de opções	1.608	23.006
Saída de caixa *phantom shares*	237	–
Obrigação total referente a *phantom shares*	1.736	844
Imposto de renda referente à transferência de RSU	3.239	1.427

As despesas dos planos de remuneração baseado em ações estão demonstradas a seguir:

	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Plano de opções	61.646	29.368
RSU	9.093	1.366
Phantom shares	904	(48.984)
	71.643	(18.250)

Em função da redução do valor da ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de R$24,36 para R$11,01, houve diminuição na estimativa da remuneração de *phantom shares* e consequentemente uma reversão da despesa contabilizada em períodos anteriores. **33.3. Premissas: 33.3.1. Plano de opções:** Durante o terceiro trimestre de 2023, a Companhia efetuou a outorga de um programa conforme demonstrado abaixo:

Data da outorga	Preço de exercício da opção (em reais)	Valor justo médio da opção na outorga (em reais)	Volatilidade histórica	Dividendo esperado	Taxa média de retorno livre de risco	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Total de opções disponíveis para exercício
11/dez/09	3,42	1,93	47,7%	1,1%	8,8%	25,0%	–	4,0	5.032.800	182.870	182.870
24/mar/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	–	4,0	1.572.000	84.000	84.000
05/abr/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	–	4,0	656.000	6.200	6.200
30/jun/14	19,15	11,01	40,6%	1,1%	12,5%	25,0%	–	4,0	2.169.122	708.993	708.993
01/jul/15	14,51	10,82	40,6%	1,1%	15,7%	25,0%	–	4,0	627.810	177.592	177.592
01/jul/16	14,50	10,14	43,1%	1,1%	12,2%	25,0%	–	4,0	820.250	280.124	280.124
06/jul/17	22,57	12,82	43,4%	1,1%	10,3%	25,0%	–	4,0	680.467	442.796	442.796
14/mar/17	11,85	4,82	50,6%	1,1%	11,3%	20,0%	–	5,0	9.343.510	–	–
08/ago/22	11,07	8,10	70,0%	–	13,0%	25,0%	2,6	4,0	1.774.418	1.731.390	439.962
08/ago/22	11,07	6,40	68,8%	–	13,2%	25,0%	1,6	4,0	1.514.999	1.399.999	669.500
19/ago/22	11,07	7,39	67,2%	–	13,6%	100,0%	–	1,0	4.900.000	4.824.333	4.824.333
19/ago/22	11,07	11,54	74,6%	–	12,7%	33,0%	3,6	5,0	8.900.000	8.900.000	–
07/jul/23	15,60	10,80	75,4%	–	11,6%	25,0%	3,5	4,0	1.800.000	1.783.387	–
									39.791.376	20.521.684	7.816.370

33.3.2. RSU: Durante o terceiro trimestre de 2023, a Companhia efetuou a outorga de um programa conforme demonstrado abaixo:

Data da outorga	Taxa de exercício por tranche	Valor justo da ação na outorga (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
07/jul/19	25,0%	51,65	–	4,0	170.000	–
19/jun/20	25,0%	21,80	0,4	4,0	1.382.582	255.126
07/jul/21	25,0%	42,67	1,5	4,0	300.000	118.661
07/jul/22	25,0%	11,72	2,5	4,0	335.593	230.693
07/jul/22	25,0%	11,72	2,5	4,0	671.186	444.761
07/jul/23	25,0%	19,32	3,5	4,0	500.000	494.824
					3.359.361	1.544.065

33.3.3. Phantom shares

Data da outorga	Preço de exercício da opção (em reais)	Valor justo médio da opção (em reais)	Volatilidade histórica	Dividendo esperado	Taxa média de retorno livre de risco	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Total de opções disponíveis para exercício
07/ago/18	20,43	3,89	74,9%	–	10,0%	25,0%	–	4,0	707.400	53.520	53.520
07/jul/19	42,09	1,08	74,9%	–	10,0%	25,0%	–	4,0	405.000	–	–
30/abr/20	10,35	7,87	74,9%	–	10,0%	33,3%	–	3,0	3.250.000	153.160	153.160
30/abr/20	10,35	8,60	73,8%	–	9,8%	25,0%	0,3	4,0	1.600.000	38.820	38.820
17/ago/21	33,99	3,46	71,4%	–	9,8%	25,0%	1,6	4,0	580.000	1.430	1.430
									6.542.400	246.930	246.930

34 RECEITA DE VENDAS

34.1. Prática contábil: 34.1.1. Receita de transporte de passageiros: A receita de transporte de passageiros é reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos mas ainda não utilizados são registrados na rubrica "Transportes a executar e programa de fidelidade", líquida da estimativa de receita de *breakage* (nota 26). A receita de *breakage* consiste no cálculo com base histórica de bilhetes emitidos que expirarão pela não-utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não os utilizar. Para fins de reconhecimento dessa receita também são considerados os prazos médios de prestação dos serviços de transporte aéreo, sendo tais premissas inseridas em um modelo estatístico que determina a previsão de taxa de *breakage* a ser adotada. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes. Outras receitas que incluem serviços fretados, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiros. No programa de fidelidade, os clientes acumulam pontos com base no valor gasto no transporte aéreo e de acordo com as regras dos parceiros. A quantidade de pontos ganhos depende da categoria do cliente no programa de fidelidade, mercado, classe tarifária e outros fatores incluindo campanhas promocionais. Por meio de dados históricos, a Companhia estima os pontos que expirarão sem ser utilizados e reconhece a receita correspondente na emissão do ponto (*breakage*) considerando o prazo médio de troca. Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre e difere a parcela correspondente aos pontos do programa de fidelidade em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15. A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos considerando que cada elemento tivesse sido vendido em uma base separada, sendo, portanto, baseado no preço de venda individual relativo (*"stand-alone selling price"*). A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade a clientes e parceiros, incluindo administradoras de cartões de crédito, instituições financeiras e empresas varejistas. A receita relacionada é diferida e reconhecida quando os pontos são resgatados com base no preço médio ponderado dos pontos vendidos. Os pontos não utilizados são registrados e mantidos na rubrica "Transportes a executar e programa de fidelidade", até sua efetiva utilização ou expiração. **34.1.2. Outras receitas:** Outras receitas incluem, principalmente, o transporte de cargas e pacotes de viagens e são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são atendidas.

34.2. Composição da receita de vendas

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transporte de passageiros	17.229.732	15.020.757
Outras receitas	1.487.286	1.513.582
Total	18.717.018	16.534.339
Impostos incidentes sobre		
Transporte de passageiros	(2.004)	(425.812)
Outras receitas	(160.589)	(160.460)
Total de impostos [(a)]	(162.593)	(586.272)
Receita total	18.554.425	15.948.067

(a) A partir de 01 de janeiro de 2023, as alíquotas do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes das atividades de transporte aéreo regular de passageiros, foram reduzidas a zero, conforme Lei 14.592/2023. A receita por localidade geográfica esta apresentada a seguir:

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita doméstica	14.675.974	13.013.202
Receita internacional	3.878.451	2.934.865
Receita total	18.554.425	15.948.067

35 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Custos dos serviços prestados				
Combustível de aviação	–	–	(5.890.485)	(6.561.288)
Salários e benefícios	–	–	(2.274.180)	(1.817.219)
Taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	(1.059.258)	(911.246)
Gastos com passageiros e tráfego	–	–	(807.563)	(641.900)
Manutenção	–	–	(898.282)	(616.209)
Depreciação e amortização [(a)]	–	–	(2.393.864)	(2.054.668)
Impairment de ativos e passivo oneroso	–	–	245.636	1.102.791
Seguros	–	–	(77.247)	(89.702)
Outros	–	–	(2.022.775)	(1.572.524)
	–	–	(15.178.018)	(13.161.965)
Despesas comerciais				
Salários e benefícios	–	–	(40.765)	(22.005)
Comerciais e publicidade	–	–	(779.264)	(699.003)
	–	–	(820.029)	(721.008)
Despesas administrativas				
Salários e benefícios	(30.871)	(25.632)	(93.419)	(115.344)
Depreciação e amortização [(a)]	–	–	(10.359)	(8.655)
Seguros	(12.245)	(13.514)	(12.245)	(13.514)
Outras	(19.312)	(19.651)	(386.167)	(216.361)
	(62.428)	(58.797)	(502.190)	(353.874)
Outras receitas e (despesas)				
Ociosidade – Depreciação e amortização	–	–	–	(31.125)
Outras [(b)]	71.624	13.504	(393.094)	(250.540)
	71.624	13.504	(393.094)	(281.665)
Total	9.196	(45.293)	(16.893.331)	(14.518.512)

(a) Líquido de créditos de PIS e COFINS no valor de R$1.723 no exercício. (b) A receita na controladora, refere-se ao perdão de dívida de operações de mútuo entre a Azul e ALAB. Em 2022, como consequência da redução na quantidade de voos operados no período da pandemia de COVID-19 e por analogia aos dispositivos do CPC 16 (R1) – Estoques, equivalente ao IAS 2, os gastos com depreciação de equipamentos de voo não relacionados diretamente com as receitas geradas no período, denominados ociosidade, foram reclassificadas do grupo de "Custos dos serviços prestados" para o grupo "Outras receitas e (despesas)".

36 RESULTADO FINANCEIRO

36.1. Prática contábil: O resultado financeiro abrange juros sobre aplicações, arrendamentos, empréstimos e financiamentos, variações cambiais, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos derivativos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **36.2. Composição do resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações	272	20.249	91.353	198.290
Juros sobe subarrendamento	–	–	13.314	60.930
Valor justo do *Bond* TAP	–	–	66.053	–
Outras	3.552	1.434	49.421	18.069
	3.824	21.683	220.141	277.289
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	–	–	(865.107)	(656.326)
Juros sobre arrendamentos	–	–	(2.420.557)	(2.533.128)
Juros sobre instrumentos conversíveis	(242.608)	(231.103)	(242.608)	(231.103)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	–	–	(334.896)	(211.528)
Juros sobre provisões	–	–	(257.419)	(246.147)
Juros sobre acordos de financiamento de fornecedores	–	–	(17.010)	(79.460)
Juros sobre fornecedores e taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	(418.066)	(282.434)
Comissões de garantia	–	–	(142.937)	(158.651)
Custo amortizado de empréstimos e financiamentos	–	–	(44.894)	(29.075)
Custo amortizado de instrumentos conversíveis	(2.622)	(4.533)	(2.622)	(4.533)
Custo de operações financeiras	(581)	–	(84.453)	(69.416)
Valor justo do *Bond* TAP	–	–	(25.736)	(181.726)
Reestruturação da dívida	–	–	(199.635)	–
Reestruturação das debêntures	(352.430)	–	(352.430)	–
Outros	(4.805)	(4.614)	(200.401)	(110.255)
	(603.046)	(240.250)	(5.608.771)	(4.793.782)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(25.249)	519.815	(238.458)	958.005
Variações monetárias e cambiais, líquidas	79.821	74.059	1.625.064	1.406.566
Resultado financeiro, líquido	(544.650)	375.307	(4.002.024)	(2.151.922)

37 GERENCIAMENTO DE RISCOS

37.1. Prática contábil: As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros: (i) de mercado, relacionados à taxa de juros, ao preço do combustível e à taxa de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. Os riscos são monitorados pela Administração da Companhia e podem ser mitigados através da utilização de *swaps*, termos e opções, juros, no mercado de petróleo e moeda. Todas as atividades com instrumentos financeiros derivativos para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. A Companhia tem como política não operar transações para fins especulativos. **37.2. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:** A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia, bem como o comparativo entre o valor contábil e o valor justo, estão identificados a seguir:

			Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
Descrição	**Nota**	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	2.809	8.117	2.809	8.117
Passivo						
Instrumentos de dívida conversíveis	21	2	(712.835)	(1.286.748)	(712.835)	(1.286.748)
Instrumentos de dívida conversíveis – direito de conversão	21	2	(488.775)	(116.971)	(488.775)	(116.971)

			Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
Descrição	**Nota**	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	1.897.336	668.348	1.897.336	668.348
Aplicações financeiras	7	2	780.312	733.043	780.312	733.043
Instrumentos financeiros derivativos	24	2	21.909	271.950	21.909	271.950
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	19	2	(9.698.912)	(7.232.699)	(9.796.608)	(6.187.389)
Instrumentos de dívida conversíveis	21	2	(712.835)	(1.286.748)	(712.835)	(1.286.748)
Instrumentos de dívida conversíveis – direito de conversão	21	2	(488.775)	(116.971)	(488.775)	(116.971)
Instrumentos financeiros derivativos	24	2	(69.745)	(244.575)	(69.745)	(244.575)

Os instrumentos financeiros cujo valor justo se aproxima do seu valor contábil, com base nas condições estabelecidas, principalmente em função o curto prazo do vencimento destes ativos e passivos, não foram divulgados. **37.3. Riscos de mercado: 37.3.1. Risco de taxa de juros: 37.3.1.1. Análise de sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha ativos e passivos atrelados a diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto dos juros anuais apenas sobre as posições com valores expostos às tais oscilações:

	Consolidado					
	Exposição ao CDI		Exposição ao SOFR		Exposição a LIBOR	
Descrição	**Taxa a.a.**	**31/12/2023**	**Taxa ponderada a.a.**	**31/12/2023**	**Taxa ponderada a.a.**	**31/12/2023**
Ativo (passivos) expostos, líquidos	11,7%	674.747	5,3%	(423.134)	5,6%	(93.687)
Efeito no resultado						
Desvalorização da taxa de juros em -50%	5,8%	(39.205)	2,7%	11.297	2,8%	2.618
Desvalorização da taxa de juros em -25%	8,7%	(19.602)	4,0%	5.648	4,2%	1.309
Valorização da taxa de juros em 50%	17,5%	39.205	8,0%	(11.297)	8,4%	(2.618)
Valorização da taxa de juros em 25%	14,6%	19.602	6,7%	(5.648)	7,0%	(1.309)

Os ativos e passivos atrelados à LIBOR estão sendo revisados e serão atualizados pelas taxas alternativas divulgadas. A Companhia estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais. **37.3.2. Risco de preço de combustível de aviação ("QAV"):** O preço do QAV varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, contratos a termo e opções de combustível (nota 24). **37.3.2.1. Análise de sensibilidade:** O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade em dólares norte-americanos da oscilação dos preços do litro do QAV:

	Consolidado	
	Exposição ao preço	
Descrição	**Preço médio por litro (em reais)**	**31/12/2023**
Combustível de aviação	4,85	(5.890.485)
Efeito no resultado		
Desvalorização do preço em -50%	2,43	2.945.243
Desvalorização do preço em -25%	3,64	1.472.621
Valorização do preço em 50%	7,28	(2.945.243)
Valorização do preço em 25%	6,06	(1.472.621)

37.3.3. Risco de câmbio: O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos. A exposição patrimonial às principais variações das taxas de câmbio está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	706	5.420	388	377
Depósitos	7.802	8.409	–	–
Partes relacionadas	1.578.332	–	–	–
Total ativo	1.586.840	13.829	388	377
Passivo				
Instrumentos de dívida conversíveis	(1.201.610)	(1.419.738)	–	–
Arrendamentos	(1.659.739)	–	–	–
Fornecedores	(119.888)	–	–	–
Partes relacionadas	(649.232)	–	–	–
Total passivo	(3.630.469)	(1.419.738)	–	–
Exposição líquida	(2.043.629)	(1.405.909)	388	377
Exposição líquida em moeda estrangeira	(422.124)	(269.450)	73	69

	Consolidado			
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	82.975	56.487	4.092	8.052
Aplicações financeiras	–	–	780.312	733.043
Contas a receber	115.024	166.012	2.876	–
Subarrendamento de aeronaves	30.802	176.053	–	–
Depósitos	2.196.474	2.471.349	–	–
Outros ativos	26.207	12.636	–	–
Total ativo	2.451.482	2.882.537	787.280	741.095
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(8.889.048)	(5.879.553)	–	–
Arrendamentos	(14.043.101)	(14.525.385)	–	–
Instrumentos de dívida conversíveis	(1.201.610)	(1.419.738)	–	–
Fornecedores	(2.040.546)	(1.031.059)	–	–
Taxas e tarifas aeroportuárias	(21.994)	(20.320)	–	–
Provisões e outros passivos	(2.681.857)	(3.020.947)	–	–
Total passivo	(28.878.156)	(25.897.002)	–	–
Exposição líquida	(26.426.674)	(23.014.465)	787.280	741.095
Exposição líquida em moeda estrangeira	(5.458.590)	(4.410.845)	147.111	133.066

37.3.3.1. Análise de sensibilidade

	Controladora			
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**Taxa de fechamento**	**31/12/2023**	**Taxa de fechamento**	**31/12/2023**
Ativo (passivos) expostos, líquidos	4,8413	(2.043.629)	5,3516	388
Efeito no resultado				
Desvalorização da moeda estrangeira em -50%	2,4207	1.021.815	2,6758	(194)
Desvalorização da moeda estrangeira em -25%	3,6310	510.907	4,0137	(97)
Valorização da moeda estrangeira em 50%	7,2620	(1.021.815)	8,0274	194
Valorização da moeda estrangeira em 25%	6,0516	(510.907)	6,6895	97

	Consolidado			
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**Taxa de fechamento**	**31/12/2023**	**Taxa de fechamento**	**31/12/2023**
Ativo (passivos) expostos, líquidos	4,8413	(26.426.674)	5,3516	787.280
Efeito no resultado				
Desvalorização da moeda estrangeira em -50%	2,4207	13.213.337	2,6758	(393.640)
Desvalorização da moeda estrangeira em -25%	3,6310	6.606.669	4,0137	(196.820)
Valorização da moeda estrangeira em 50%	7,2620	(13.213.337)	8,0274	393.640
Valorização da moeda estrangeira em 25%	6,0516	(6.606.669)	6,6895	196.820

37.4. Risco de crédito: O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, e está principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, subarredamento de aeronaves, depósitos em garantia e reservas para manutenção. Os ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P, Moody's ou Fitch (entre AAA e A+). O *Bond* TAP é garantido por direitos de propriedade intelectual e créditos relativos ao programa de milhagem da TAP. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia e quando necessário, são reconhecidas provisões para perdas esperadas. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC) junto a contrapartes que mantém relacionamento, e podem ser contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia avalia os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversifica a exposição periodicamente. **37.5. Risco de liquidez:** Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Consolidado				
Descrição	**Saldo contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**De 2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	9.698.912	15.035.043	2.068.226	10.066.315	2.900.502
Acordos de financiamento de fornecedores	290.847	294.164	294.164	–	–
Arrendamentos	15.146.411	25.123.150	3.936.476	13.921.792	7.264.882
Instrumentos de dívida conversíveis	1.201.610	1.883.787	143.109	1.740.678	–
Fornecedores	3.598.768	3.988.050	2.370.980	1.138.958	478.112
Taxas e tarifas aeroportuárias	1.760.083	2.019.044	759.679	1.259.365	–
Instrumentos financeiros derivativos	69.745	69.745	68.905	840	–
	31.766.376	48.412.983	9.641.539	28.127.948	10.643.496

37.6. Gerenciamento do capital: A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera adequada para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Administração da Companhia acompanha continuamente seu endividamento líquido, vide nota 2 com detalhamento das ações da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

38 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Consolidado

Descrição	Aquisição de bens do ativo imobilizado	Aquisição de manutenção capitalizada	Aquisição de bens do ativo intangível	Reservas para manutenção	Acordos de financiamento de fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Retroarrendamento	Compensações de subarrendamento	Compensações de arrendamento	Aquisição de arrendamentos	Constituição de ARO	Modificações	Transferências	Total
Contas a receber	–	–	–	–	–	–	–	–	(401.267)	–	–	–	587.157	185.890
Subarrendamento de aeronaves	–	–	–	–	–	–	–	(39.505)	–	–	–	–	–	(39.505)
Estoques	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	22.110	22.110
Depósitos	–	–	–	116.173	–	–	–	–	–	–	–	–	(587.157)	(470.984)
Adiantamentos a fornecedores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.783.489)	(2.783.489)
Imobilizado	208.154	–	–	–	–	79.222	(3.845)		(641)	5.052	–	–	73.310	361.252
Direito de uso	–	229.884	–	–	–	–	–	–	–	1.084.930	501.864	987.188	(18.792)	2.785.074
Intangível	–	–	82.712	–	–	–	–	–	–	–	–	–	192	82.904
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	(79.222)	–	–	–	–	–	–	1.067	(78.155)
Arrendamentos	–	–	–	–	–	–	–	39.505	239.000	(1.137.073)	–	(1.237.322)	(24.207)	(2.120.097)
Fornecedores	(208.154)	(229.884)	(82.712)	(116.173)	391.676	–	3.845	–	38.950	10.785	–	–	2.672.703	2.481.036
Acordos de financiamento de fornecedores	–	–	–	–	(391.676)	–	–	–	–	–	–	–	–	(391.676)
Provisões	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(501.864)	250.134	97.819	(153.911)
Outros ativos e passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	123.958	36.306	–	–	(40.713)	119.551
31 de dezembro de 2023	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Consolidado

Descrição	Subarrendamento	Aquisição de bens do ativo imobilizado	Reservas para manutenção	Acordos de financiamento de fornecedores	Consumo de crédito	Retroarrendamento	Empréstimos e financiamentos	Reclassificações	Arrendamentos	Modificações	Transferências	Total
Contas a receber	–	–	–	–	–	–	–	–	(84.429)	–	15.537	(68.892)
Subarrendamento de aeronaves	(55.948)	–	–	–	–	–	–	–	(40.586)	–	–	(96.534)
Depósitos	–	–	147.416	–	–	(8.916)	27.792	–	–	–	–	166.292
Estoques	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.321)	(7.321)
Adiantamentos a fornecedores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(687.731)	(687.731)
Imobilizado	–	279.406	–	–	–	11.150	–	–	65.370	–	171.798	527.724
Direito de uso	55.948	–	–	–	–	–	–	–	2.378.433	45.481	(159.850)	2.320.012
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–	(27.792)	–	–	–	–	(27.792)
Arrendamentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.640.102)	47.199	–	(1.592.903)
Fornecedores	–	(279.406)	(147.416)	1.541.948	42.771	(2.234)	–	462.485	–	–	44.673	1.662.821
Acordos de financiamento de fornecedores	–	–	–	(1.541.948)	–	–	–	–	–	–	–	(1.541.948)
Taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	–	–	–	–	–	(760.839)	–	–	–	(760.839)
Tributos a recolher	–	–	–	–	–	–	–	298.354	–	–	–	298.354
Provisões	–	–	–	–	–	–	–	–	(678.252)	–	406.160	(272.092)
Outros ativos e passivos	–	–	–	–	(42.771)	–	–	–	–	–	216.734	173.963
Resultado	–	–	–	–	–	–	–	–	(434)	(92.680)	–	(93.114)
31 de dezembro de 2022	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

39 COMPROMISSOS

39.1. Aquisição de aeronaves: Por meio de contratos com fabricantes e arrendadores, a Companhia assumiu o compromisso de adquirir certas aeronaves, conforme abaixo:

Descrição	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Arrendadores	31	32
Fabricantes	96	112
	127	144

Os valores demonstrados a seguir estão trazidos a valor presente utilizando a taxa de desconto ponderada das operações de arrendamentos, equivalente a 15,8% (21,0% em 31 de dezembro de 2022) e não caracterizam, necessariamente, saída de caixa, pois a Companhia avalia a aquisição de financiamentos para cumprir tais compromissos.

Descrição	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
2023	–	2.025.240
2024	916.053	1.544.642
2025	1.290.764	1.969.208
2026	4.991.454	2.414.533
2027	4.359.775	1.361.299
Após 2027	4.889.906	4.650.961
	16.447.952	13.965.883

39.2. Cartas de crédito: Segue posição das cartas de crédito em utilização pela Companhia, para os seguintes fins:

Descrição	Consolidado 31/12/2023 R$	31/12/2023 US$	31/12/2022 R$	31/12/2022 US$
Depósitos em garantia e reservas para manutenção	1.979.883	408.957	2.453.336	470.194
Fianças bancárias	9.161	–	44.563	–
	1.989.044	408.957	2.497.899	470.194

40 EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1. Emissão de título de dívidas: Em fevereiro de 2024, a subsidiária *Azul Secured* emitiu notas adicionais no valor principal de R$740.585 (equivalente a US$148.700) dos *Senior Notes 2028*. As notas adicionais foram emitidas para investidores institucionais qualificados. Os recursos líquidos serão utilizados pela Companhia para propósitos corporativos em geral. **40.2. Repactuação de obrigações de arrendamentos:** Em fevereiro de 2024, a Companhia firmou acordos definitivos com o arrendador de 17 aeronaves onde repactuou um novo perfil de pagamento e o recebimento de parte da dívida em *Equity*. **40.3. Subarrendamento:** Em fevereiro de 2024, a Companhia finalizou o contrato de subarrendamento de uma aeronave, retornando para as operações da Companhia. **40.4. Debentures:** Em março de 2024 a Companhia anunciou a segunda emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$250.000, com vencimento em 2027, juros trimestrais de CDI + 6% a.a., sem garantias. A previsão para recebimento é 28 de março de 2024.

A Diretoria

Contadora

Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215.231/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 12 de abril de 2024.

John Peter Rodgerson
Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitan
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Antonio Flavio Torres Martins Costa
Diretor Vice-Presidente Técnico
Abhi Manoj Shah
Diretor Vice-Presidente de Receitas

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório do auditor independente sobre o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 12 de abril de 2024.

John Peter Rodgerson
Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitani
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Antonio Flavio Torres Martins Costa
Diretor Vice-Presidente Técnico
Abhi Manoj Shah
Diretor Vice-Presidente de Receitas

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Azul S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, examinaram (i) o relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente; e (iii) a proposta da administração para alteração do artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital social aprovados, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2023 e 9 de fevereiro de 2024. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos em reuniões com a administração, auditor externo independente e Comitê de Auditoria e considerando, ainda, o relatório do auditor independente, os membros do Conselho Fiscal da Companhia opinam que os referidos documentos e matérias estão aptos a serem apreciados pela Assembleia Geral e se manifestaram favoravelmente à aprovação pela Assembleia Geral.

Barueri, 12 de abril de 2024.

Mariana Cambiaghi Lourenço
Membro e Presidente do Conselho Fiscal

Gabriela Soares Pedercini
Membro do Conselho Fiscal

Rene Santiago dos Santos
Membro do Conselho Fiscal

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Apresentação e informações gerais

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter consultivo, para: (i) Contratar e destituir o auditor independente; (ii) Supervisionar as atividades do auditor independente, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) Supervisionar as áreas de controles internos e auditoria interna da Companhia; (iv) Supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (v) Monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia; (vi) Monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais e/ou intermediárias, demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vii) Monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras da Companhia; (viii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (ix) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e (x) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, o auditor independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Resumo das atividades do CAE em 2023 – Auditoria interna e controles internos

(i) Revisão e aprovação dos principais riscos da Companhia; (ii) Apreciação e aprovação do planejamento de projetos relacionados a obtenção da certificação 404 (Lei *Sarbanes-Oxley*) e de auditoria interna a serem realizados em 2024; (iii) Acompanhamento do endereçamento de deficiências de controles internos identificadas em anos anteriores e durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023; (iv) Apreciação do trabalho realizado com base nos questionamentos dos auditores independentes; (v) Acompanhamento dos trabalhos realizados no ano de 2023; (vi) Apreciação e autorização de solicitação de ajustes ao plano de auditoria; e (vii) Acompanhamento dos testes de controles internos para fins de certificação para atendimento dos requerimentos das Seções 302 e 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

Auditoria independente

(i) Análise e aprovação das informações prestadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Apreciação do planejamento e estratégia da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. para o exercício de 2024.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(i) Revisão e recomendação ao Conselho de Administração, quanto à aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; (ii) Acompanhamento das provisões para riscos e estimativas contábeis; e (iii) Análise das propostas de garantias e aprovação para serem deliberadas pelo Conselho de Administração.

Parecer do CAE

O CAE, em cumprimento às disposições legais, declarou que revisou e discutiu o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nesta revisão e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. no decorrer do exercício, manifestou-se favoravelmente ao relatório da Administração e demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 12 de abril de 2024.

Sergio Eraldo de Salles Pinto
Membro, Coordenador do Comitê de Auditoria e Especialista Financeiro

Gilberto Peralta – Membro do Comitê de Auditoria

Renata Faber Rocha Ribeiro – Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Azul S.A.
Barueri – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azul S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

<u>Receita de transporte de passageiros (incluindo *breakage*)</u>

Conforme divulgado na nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros, líquidas de impostos, foram de R$17.227.728 mil. As receitas de transporte de passageiros são reconhecidas após a efetiva prestação do serviço de transporte, sendo os trechos vendidos e não voados registrados na rubrica "Transportes a executar e programa de fidelidade", líquida da estimativa de receita com a expiração de bilhetes não utilizados ("*breakage*"). O reconhecimento da receita de *breakage* leva em consideração estimativas com razoável grau de julgamento profissional por parte da diretoria, tais como a expectativa de expiração de bilhetes não utilizados, sendo estas premissas avaliadas pela diretoria com base em dados históricos. Adicionalmente, o processo de venda de bilhetes e reconhecimento da receita de transporte de passageiros é extremamente dependente dos sistemas de tecnologia da informação.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido aos aspectos citados acima e à relevância dos montantes relacionados para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do processo implementado pela diretoria sobre o reconhecimento da receita de transporte de passageiros, incluindo o recebimento antecipado pela prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares registrados na rubrica de transportes a executar no passivo e a determinação da estimativa decorrente da expectativa de expiração de bilhetes não utilizados (*breakage*); (ii) validação do recebimento antecipado para prestação dos serviços de transporte aéreo, incluindo a confirmação de saldos a receber com administradoras de cartões de crédito; (iii) verificação do reconhecimento da respectiva receita, incluindo análise da adequação dos lançamentos manuais; (iv) análise da movimentação dos saldos de receita considerando nossa expectativa; (v) revisão das premissas e reprocessamento dos cálculos efetuados pela diretoria para determinação do *breakage*. A identificação de deficiências significativas de controles internos no processo de receitas e no processo de fechamento contábil alterou nossa avaliação quanto à extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de complemento dos valores reconhecidos na rubrica de transportes a executar e programa de fidelidade, sendo este ajuste registrado pela diretoria tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros (incluindo *breakage*) da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

<u>Reservas para manutenção</u>

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuia registrado reservas para manutenção, líquidas de perdas, que totalizaram R$1.874.958 mil (ativo circulante e não circulante). Segundo os termos de determinados contratos com arrendadores das aeronaves, a Companhia está comprometida em efetuar manutenção ou reembolsar o arrendador com base na condição efetiva da fuselagem, motores e peças com vida útil definida.

A recuperabilidade dos depósitos de reserva para manutenção é avaliada pela diretoria a partir da comparação dos valores que se espera que sejam reembolsados quando da próxima manutenção das aeronaves e dos motores arrendados. Os valores determinados como não recuperáveis são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, o grau de julgamento aplicado na determinação das estimativas de custos de manutenção a incorrer, e a necessidade de acompanhamento por parte da diretoria da recuperabilidade destes depósitos de reserva.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados pela diretoria para registro da reserva para manutenção e a estimativa dos custos de manutenção a incorrer; (ii) confirmação junto a determinados arrendadores do saldo de depósitos de reserva para manutenção para cada contrato; (iii) a seleção de uma amostra de contratos e a conferência dos seus respectivos termos; e (iv) a análise de recuperabilidade dos depósitos de reserva para manutenção, elaborada pela diretoria.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de mensuração dos depósitos de reserva para manutenção para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

<u>Continuidade operacional</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia está em atividade e de que espera continuar operando por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data-base das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a Companhia ou interromper as suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto.

A Companhia incorreu no prejuízo de R$ 2.380.456 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, possui patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R$21.327.848 mil, bem como o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado em R$9.704.733 mil. A avaliação da diretoria, descrita na referida nota explicativa, inclui medidas já implementadas e em andamento para manter a continuidade operacional. Os cálculos que sustentam as premissas de rentabilidade esperada e fluxo de caixa requerem que a diretoria faça julgamentos com alto grau de subjetividade. Dessa forma, devido ao grau de julgamento envolvido na elaboração de projeções de fluxos de caixa e na avaliação da adequação da utilização do pressuposto de continuidade pela diretoria da Companhia na preparação das demonstrações financeiras, consideramos esse um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a obtenção e análise da avaliação preparada pela diretoria da Companhia quanto às incertezas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data-base das demonstrações financeiras, considerando dados efetivos e estimados quando da preparação dessas projeções; (ii) o auxílio de nossos especialistas em avaliação na análise das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando os resultados realizados, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos períodos; e (iii) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos aceitável o julgamento da diretoria da Companhia de que não existe incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

<u>Modificações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento de aeronaves</u>

A Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo NBC TG 06 (R3) (IFRS 16), principalmente relacionados ao arrendamento de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de aeronaves, líquido de depreciação acumulada, de R$6.862.385 mil, conforme nota explicativa nº 17.2, além de passivo de arrendamento de aeronaves de R$14.909.157 mil, conforme notas explicativas nº 20.2 e 20.3.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, o alto volume de modificações de contratos de aeronaves, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros, (i) análise do inventário de contratos de arrendamento modificados, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo das normas previstas no NBC TG 06 (R3) (IFRS16), (ii) avaliação da razoabilidade dos critérios adotados pela diretoria para uma amostra de contratos, além de recalcular os montantes mensurados pela diretoria para estas transações, (iii) verificação do reconhecimento dos efeitos das modificações no correto período de competência; e (iv) análise dos critérios adotados pela diretoria para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento. A identificação de deficiências significativas de controles internos no processo de arrendamentos alterou nossa avaliação quanto à extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas nº 17.2, 20.2 e 20.3 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de modificação dos ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos de aeronaves para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034519/O

Emerson Pompeu Bassetti
Contador
CRC SP-251558/O